

**CAMILA CREMONESE-ADAMO**

**FRONTEIRA, MITOS E HERÓIS: A CRIAÇÃO E APROPRIAÇÃO  
DA FIGURA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO NO  
ANTIGO SUL DE MATO GROSSO**

DOURADOS – 2010

**CAMILA CREMONESE-ADAMO**

**FRONTEIRA, MITOS E HERÓIS:  
A CRIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA FIGURA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO  
RIBEIRO NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**.

DOURADOS – 2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

98.17 C912f	<p>Cremonese-Adamo, Camila.</p> <p>Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso. / Camila Cremonese-Adamo. – Dourados, MS : UFGD, 2010.</p> <p>177p.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Antonio João Ribeiro – Herói mato-grossense – Criação. 2. Identidade mato-grossense – Construção. I.Título.</p>
----------------	---

**CAMILA CREMONESE-ADAMO**

**FRONTEIRA, MITOS E HERÓIS: A CRIAÇÃO E APROPRIAÇÃO  
DA FIGURA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO NO  
ANTIGO SUL DE MATO GROSSO**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.**

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Luiz Felipe Viel Moreira (Dr. UEM) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Eudes Fernando Leite (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

*Ao Michel.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer não é tarefa fácil. Não pela dificuldade em fazê-lo, mas pelo medo de deixar de agradecer alguém que mereça. É a oportunidade de demonstrar gratidão por tantos que tornaram este momento possível: pela experiência partilhada, pela dedicação, pelos conselhos, ou, simplesmente, por terem sido ouvintes e pacientes comigo. Como agradecer a todos que ajudaram, acompanharam; agradecer a todos que torceram e se preocuparam comigo? Foram tantos... Por isso, é tarefa difícil. Portanto, estendo meus agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado, de um jeito ou de outro; vocês moram no meu coração...

Quem realiza um trabalho de pesquisa sabe o quanto solitário podem ser as manhãs, tardes e noites de leituras e escritas. Longos momentos onde o cursor da tela é a única testemunha e companheiro. Ao mesmo tempo em que é solitário, é também um trabalho conjunto; só me foi possível chegar ao fim desta jornada graças ao esforço de tantos que vieram antes de mim. Tantos outros que abriram e traçaram caminhos, que depois pude trilhar também. O que apresento nesta dissertação é fruto do meu trabalho, mas quantos outros não estão presentes? Os autores que li, os professores da graduação e da pós-graduação, os debates entre colegas durante as aulas e - porque não? - no ponto de ônibus e na mesa da cantina da UFGD. Aprendermos sempre, nos lampejos e nos erros, uns dos outros. Nesta dualidade se faz um trabalho de pesquisa historiográfico, porque assim é a vida: tudo que sou, sou um tanto de mim, um tanto das outras pessoas que convivi e convivo.

Ao meu orientador, professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, um agradecimento especial. Primeiro por ter “apostado” em um projeto de pesquisa com várias lacunas e segundo por ter sido um orientador no sentido mais amplo da palavra: através de suas reflexões e reuniões de orientação, foi possível que eu construísse uma nova problemática do assunto e engendrasse a pesquisa que agora apresento. Professor Cimó, foi um verdadeiro presente ser orientada por quem sabe cativar, incentivar e estimular. Suas dicas e sugestões sempre foram especiais. Obrigada.

Também agradeço aos professores Eudes Fernando Leite, Claudio Alves de Vasconcelos, João Carlos de Souza e Eliazar João da Silva pelos debates feitos nos créditos das disciplinas que cursei no Programa. E um agradecimento especial aos professores Eudes

Fernando Leite e Osvaldo Zorzato pela participação na minha banca de qualificação; as sugestões foram bem vindas e, principalmente, a confiança que vocês me deram foi imprescindível para a continuação do trabalho.

Aos colegas e amigos do mestrado, todos vocês que demonstraram interesse pela pesquisa, ora me perguntando sobre o assunto ora me dando dicas, sugestões, me auxiliando no universo historiográfico que eu, cientista social, acabara de entrar. Também agradeço aos funcionários da Universidade, em especial, da secretaria do Programa de Mestrado em História e do Núcleo de Documentação Regional pela solícita ajuda sempre que requisitados.

Para minha família, agradecimentos especiais. Obrigada por existirem. Obrigada por terem me dado oportunidade de chegar até aqui, por me ensinarem desde cedo a enfrentar os desafios de frente. Com vocês aprendi a respeitar os outros e as diferenças, ser tolerante, terminar o que comecei, não desistir do que quero, ver o lado bom das coisas, agradecer, não desperdiçar, ser tolerante, não ter frescura, fazer sempre o meu melhor, dar valor às coisas... Obrigada pai. Obrigada mãe. Obrigada Guilherme e Cândida. Eu os amo!

E por último, obrigada ao meu maior incentivador. Com ele compreendi o sentido de muitas coisas: companheirismo, afeto, dedicação, amor. Obrigada por entender a importância desta pesquisa na minha vida. Sem você eu até teria conseguido, mas o caminho não teria sido tão colorido, encantado e leve. Obrigada, Michel.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a criação e incorporação da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro no sul do antigo Mato Grosso. O ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados, que resultou na morte do comandante Antônio João no início da Guerra do Paraguai, foi um acontecimento de pouca expressão para o conflito, e permaneceu praticamente no anonimato até ser recuperado pelo Exército brasileiro nas primeiras décadas do século XX. A profissionalização vivenciada pelo Exército no período é ponto de partida para compreender por que o episódio e a figura de Antônio João são resgatados e reintroduzidos no presente, naquele período. Em Mato Grosso, no mesmo período, vê-se surgir um movimento de construção de uma identidade mato-grossense, através de diversas ações cujo objetivo era enaltecer as qualidades do estado, em especial, da população; entidades como o IHMT e suas publicações buscavam formar uma identidade mato-grossense, diferente da representação de *barbárie e sertão*, comumente associados à região. A partir disso, personagens como o Tenente Antônio João passaram a ser valorizados e enalticidos pela intelectualidade mato-grossense, resultando em uma consolidação e popularização da figura heróica do militar. A partir de um breve levantamento sobre o início do conflito, busca-se narrar o episódio da invasão e resistência da guarnição, reforçada ao longo do século pela suposta existência de um *bilhete* e de uma *frase* dita pelo militar, hoje difundidos e irrevogavelmente aceitos. Também foram analisadas as iniciativas tendentes a heroicizar o militar, principalmente as publicações de obras de caráter militar-memorialistas de autores militares ou identificados com a instituição, e também publicações da historiografia tradicional mato-grossense e do universo acadêmico. A construção do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, no Rio de Janeiro, é outro elemento fundamental para compreender a criação do mito Antônio João. Por fim, verificaram-se determinados elementos existentes na incorporação do Tenente Antônio João Ribeiro especificamente no município de Dourados, presentes no discurso sobre a formação histórica do município, durante todo século XX, através da análise de elementos identitários como, por exemplo, as publicações específicas sobre Dourados, leis municipais, atas de associações, construção de monumentos, enfim, de modo a compreender a apropriação do herói Antônio João no município de Dourados/MS.

**Palavras-chave:** Herói – identidade – memória.



## ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the establishment and incorporation of the heroic figure of Lieutenant Antônio João Ribeiro in the south of the former Mato Grosso. In fact, the Paraguayan attack against the Military Colony of Dourados, which led to Antonio's death at the beginning of the Paraguayan War, was a trivial event to the conflict. It remained anonymous until it was recovered by the Brazilian Army in the early decades of the 20th century. The professionalization experienced by the Army in that period is the first step in order to understand the reason why that happened and why the figure of Antônio João was rescued and reintroduced into the present. In the same period, in Mato Grosso, a riot raises for the creation of its identity, through various actions whose aim was to enhance the qualities of the state, particularly the population; entities like IHMT and their publications tried to form an identity for Mato Grosso, unlike the depiction of savagery and wilderness, commonly associated with the region. Hence, characters like Lieutenant Antônio João started being valued and celebrated by the intellect of Mato Grosso, resulting in the consolidation and popularization of the heroic figure of the military. Based on a brief survey about the beginning of the conflict, there is an attempt to narrate the episode of the invasion and the resistance of the garrison, reinforced throughout the century by the supposed existence of a ticket or a phrase used by the military, now widespread and irrevocably accepted. The initiatives to make the military a hero were also analyzed, especially the publications of military-memoirist works by military authors or by those who identified with the institution, and also publications of the traditional Mato Grosso historiography and of the academic universe. The construction of *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados* (Monument to the Heroes from Laguna and Dourados), in Rio de Janeiro, is also crucial to understand the creation of the myth Antônio João. Finally, it checks certain elements in the incorporation of Lieutenant Antônio João Ribeiro specifically in the municipality of Dourados, presented in the speech about its historical formation, throughout the 20th century, through the analysis of identifying elements, for example, specific publications about Dourados, by laws, protocols of associations, the construction of monuments. Thus, it will be possible to understand the ownership of the hero Antônio João in the town of Dourados, in the state of Mato Grosso.

**Keywords:** Hero – identity – memory.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Foto 1</b> – Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados. Vista geral.....	98
<b>Foto 2</b> – Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados.....	99
<b>Foto 3</b> – Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados. Marcha Forçada.....	100
<b>Foto 4</b> – Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados. Antônio João.....	101
<b>Foto 5</b> – Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados.....	102
<b>Foto 6</b> – “Cruz” de Antônio João .....	111
<b>Foto 7</b> – Monumento em homenagem a Antônio João Ribeiro.....	160
<b>Foto 8</b> – Monumento inacabado localizado na praça Antônio Alves Duarte.....	161
<b>Foto 9</b> – Monumento em homenagem a Antônio João. Município de Antônio João.....	162
<b>Foto 10</b> – Monumento em homenagem a Antônio João. PHCMD.....	163

## LISTA DE MAPAS

<b>Cartograma 1</b> – Localização da antiga Colônia Militar dos Dourados.....	124
---	-----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Brasão do município de Dourados/MS.....	150
---	-----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BIBLIEX** – Biblioteca do Exército Editora

**CAND** - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

**CMD** - Colônia Agrícola Municipal de Dourados

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IHMT** - Instituto Histórico de Mato Grosso

**PHCMD** – Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados

## SUMARIO

Lista de ilustrações.....	8
Lista de abreviaturas e siglas.....	9
<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1</b> <b>CRIAÇÃO DOS HERÓIS DA GUERRA DO PARAGUAI: O CONTEXTO DA</b> <b>PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MATO-</b> <b>GROSSENSE</b> .....	18
1.1 A Colônia Militar dos Dourados na Guerra do Paraguai.....	18
1.2 As transformações do Exército brasileiro nas primeiras décadas do século XX.....	35
1.3 A construção de uma identidade mato-grossense no início do século XX.....	54
<b>Capítulo 2</b> <b>A CRIAÇÃO DA FIGURA HERÓICA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO</b> .....	64
2.1 Elementos identitários e simbólicos para a criação da figura heróica de Antônio João.....	64
2.2 Itinerário da criação da figura heróica do Tenente Antônio João.....	74
<b>Capítulo 3</b> <b><i>DOURADOS: TERRA DE ANTÔNIO JOÃO? CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DA FIGURA</i></b> <b><i>HERÓICA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS</i></b> .....	116
3.1. Breve delineamento da ocupação não-índia de Dourados.....	117
3.2 Décadas iniciais do século XX: aparentes origens da identificação entre a Colônia Militar dos Dourados e a cidade de Dourados.....	125
3.3 Década de 1940: primeiras referências específicas sobre Antônio João na cidade de Dourados.....	128
3.4 Década de 1940: primeiras referências específicas sobre Antônio João na cidade de Dourados.....	139
3.5 Final do século XX: consolidação e imediata associação de Antônio João como herói representante de Dourados.....	151
3.6 Monumentos a Antônio João na região sul do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.....	157
<b>Considerações Finais</b> .....	165
<b>Referências Bibliográficas e Fontes</b> .....	170

## INTRODUÇÃO

*Infeliz de um povo que precisa de heróis.  
Bertolt Brecht*

“Infeliz de um povo que precisa de heróis”. A frase que ouvi durante a infância marcou. Como um povo que precisa de heróis é infeliz? O que queria dizer? O choque de uma pretensa lógica infantil – heróis são “bons” - invertida por uma frase que eu nem sabia se existia mesmo. Onde a ouvi? Quem teria me dito? Não tenho idéia. Apenas a lembrança da frase ficou *guardada na memória*... Anos mais tarde, comecei a encontrar algumas respostas. A primeira, a frase, de fato, existia: era do dramaturgo e poeta Bertolt Brecht e estava ali, real, em um texto trabalhado em uma aula de docência na graduação em Ciências Sociais. Novo contexto, novas interpretações e, principalmente, outra perspectiva para entender o significado daquela frase. Os heróis nunca mais seriam os mesmos. A frase e seus muitos significados ganharam contornos ainda mais significativos e especiais aqui em Mato Grosso do Sul, em especial, quando observando o “panteão” dos heróis da Guerra do Paraguai, me deparei com um deles, o Tenente Antônio João Ribeiro, morto em combate na Colônia Militar dos Dourados pelas tropas paraguaias em dezembro de 1864.

Antônio João Ribeiro, *herói* da Guerra do Paraguai. Quem foi? Qual era sua história? O que o tornou o *herói* conhecido nos meios militares e região? Novamente, Brecht e sua frase me instigaram. O Tenente Antônio João Ribeiro se tornou o *personagem principal* desta dissertação; mas o interesse mesmo está no *enredo* que se construiu para a criação da figura heróica do militar; sob quais condições se deu a criação do *herói* e como ocorreu a incorporação da figura na região sul do antigo Mato Grosso, especialmente na cidade de Dourados.

Alguns autores que contribuem para o referencial teórico desta pesquisa são Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Le Goff.

Halbwachs (1990) tem sido um autor muito utilizado nos últimos anos no âmbito das discussões sobre memória, especialmente por sua contribuição no estudo da memória coletiva. O autor, que publicou boa parte das suas obras nas décadas de 1920 e 1930, tem suas idéias discutidas por autores como Pierre Nora e Michael Pollak.

O autor afirma que toda memória não pode ser considerada tão somente algo individual, mas principalmente, uma construção social e coletiva. Ou seja, discute que a memória individual e a memória coletiva estão intimamente interligadas, e afirma que a primeira só existe a partir da segunda, já que a memória é construída e moldada dentro de um grupo, por exemplo, a família ou outra instituição. Idéias, valores, pertencimentos, sentimentos, enfim, aspectos considerados essencialmente individuais são, no entanto fruto do grupo a que o indivíduo pertence. Ainda segundo o autor, nossas lembranças se consolidam a partir de demonstrações coletivas, como por exemplo, comemorações e atividades públicas.

Outra discussão relevante que o autor faz é sobre a existência de uma *memória histórica*, diferente da memória coletiva e da memória individual. Para Halbwachs, a memória histórica são todos os acontecimentos marcantes na história de uma nação, e isso supõe a reconstrução dos dados existentes no presente e projetados no passado que é sempre reinventado.

Pierre Nora (1993) também foi interessante para a pesquisa, ao definir os “lugares de memória” como espaços, materiais ou imateriais, nos quais se estabelecem as memórias de uma nação. São lugares como:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer os indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12)

Diversos elementos podem se tornar *lugares de memória*; Nora coloca que eles funcionam como se fossem “espelhos”, onde um povo ou grupo social se identifica e se coloca como pertencente. São locais detentores de imagens, sensações, sinais, vivências, capazes de evocar o passado e garantir sua continuidade no presente.

Le Goff (1992) ao propor estudar aspectos da memória e da história, fez um rigoroso levantamento sobre a utilização do conceito de memória, desde as sociedades sem escrita até os dias de hoje. Apesar de demonstrar as especificidades de cada uma delas, Le Goff não

coloca história e memória em categorias completamente excludentes; podem até se justaporem, e a memória coletiva pode inclusive servir de apoio para a história.

As discussões sobre o significado da história levam Le Goff a vê-la como uma ciência do passado, mas com a condição que esse passado se torne objeto da história, e isso se faz através da interação entre o passado (enquanto objeto) e o presente (do historiador), considerando que o passado só é possível através do olhar sobre o presente, ou seja, “*cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico*” (LE GOFF, 1992, p. 26).

Segundo Le Goff, existem pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. Parte do pressuposto de que a história é a forma científica da memória. A dualidade desperta a reflexão de que até que ponto estará o historiador livre de pertencer à memória coletiva, mesmo tendo conhecimento que ela não representa o passado, mas compõe a experiência nunca acabada de passado e presente. Ela, a memória coletiva, se concretiza quando as lembranças, vividas ou transmitidas, retornam e se tornam “propriedade” de um grupo. Por conta disso, a imparcialidade total não existe nos estudos históricos, mas enquanto existir a preocupação com a objetividade estará o historiador realizando um trabalho competente em seu ofício.

Como este trabalho se situa numa escorregadia fronteira entre “mitos” e “realidades”, considero necessário esclarecer a perspectiva que adotei. A esse respeito, fundamento-me ainda nas reflexões de Le Goff. Esse autor observa, de fato, que a própria prática do historiador coloca em cena o problema de sua *objetividade*, e acrescenta:

A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; pelo contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito (LE GOFF, 1992, p. 11).

O mesmo autor assinala ainda:

Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos – por exemplo, confrontar a ideologia política com a práxis e os eventos políticos (LE GOFF, 1992, p. 12).

Tal perspectiva, como se pode ver, é essencialmente a mesma adotada por Hobsbawm, quando observa que o “crescente ceticismo concernente ao projeto iluminista de racionalidade” tende a lançar dúvidas “sobre a distinção entre fato e ficção, realidade objetiva e discurso conceitual” (HOBSBAWM, 2004, p. 286). Para Hobsbawm, no entanto, “se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa mas organiza *objets trouvés*”. Assim, a “insistência dos historiadores”, continua o autor, em “procedimentos estritamente científicos, onde cada declaração é acompanhada de provas, fontes de referência e citações”, pode parecer “pedante e trivial, principalmente agora que isso não participa mais de uma fé na possibilidade de uma verdade científica definitiva, positivista, que lhe conferia uma certa grandeza simplória”. No entanto, prossegue Hobsbawm,

os procedimentos do tribunal de justiça, que insistem na supremacia da evidência com a mesma força que os pesquisadores históricos, e muitas vezes quase da mesma maneira, demonstram que a diferença entre fato histórico e falsidade não é ideológica. É crucial para muitos fins práticos da vida cotidiana, no mínimo porque dela dependem a vida e a morte (HOBSBAWM, 2004, p. 287).

Para Hobsbawm, portanto, “é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência” (p. 286): “Insistir na supremacia da evidência e na importância central da distinção entre fato histórico verificável e ficção é apenas uma das maneiras de exercer a responsabilidade do historiador” (p. 288).

No primeiro capítulo, são trabalhados aspectos da formação e popularização das figuras heróicas da Guerra do Paraguai, no contexto nacional e regional, especialmente o que diz respeito à figura do Tenente Antônio João Ribeiro. Para isso, foi necessário fazer um breve levantamento sobre a Guerra do Paraguai, dando ênfase especialmente ao ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados, no sul do antigo Mato Grosso. Alguns elementos importantes foram revisados, como a questão da criação, administração e, também, a situação da Colônia Militar dos Dourados às vésperas do conflito. Vale destacar que estas questões foram amplamente pesquisadas por Mello (1969), que realizou um aprofundado levantamento de fontes e acabou por permitir o acesso a elas, possibilitando novas interpretações e significados sobre o conflito e o Tenente Antônio João Ribeiro. O episódio específico do ataque paraguaio de 29 de dezembro de 1864, que teve como desfecho a morte do comandante da Colônia, Tenente Antônio João Ribeiro, também foi abordado nessa seção.

Na seqüência, são discutidos dois pontos fundamentais: a profissionalização do Exército e o processo de construção de uma identidade mato-grossense. Ambos têm como



recorte temporal as três primeiras décadas do século XX, principalmente. A escolha deste período histórico deu-se principalmente pela concentração de publicações e discursos no período que tinham em comum o enaltecimento de figuras da Guerra do Paraguai, que foram lembradas e aproveitadas tanto pelo Exército quanto pelos intelectuais mato-grossenses com propósitos bem definidos.

A profissionalização do Exército foi discutida enfocando as questões concernentes à valorização de alguns grandes nomes militares para incutir no jovem oficialato valores e noções de respeito à hierarquia. A influência dos chamados *jovens turcos* e as transformações no interior das Escolas Militares são alguns dos elementos que precisam ser considerados para entender as transformações que estavam se processando no interior da instituição militar.

Uma das maneiras de entender as transformações que ocorriam dentro do Exército, no período, foi por em evidência a importância de algumas obras de caráter militar publicadas no início do século XX. Por sua importância para criação dos heróis da Guerra do Paraguai, destaco: 1) *A epopéia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar*, escrita pelo Coronel José Feliciano Lobo Vianna, publicada em 1920; 2) *Heróis Abandonados!: Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso*, do engenheiro Armando de Arruda Pereira, de 1925 e, por fim, 3) *A epopeia de Mato Grosso no bronze da história*, de Pedro Cordolino de Azevedo, publicada em 1926.

Na segunda parte do capítulo, se discutiu a construção de uma identidade mato-grossense, principalmente no que diz respeito às questões referentes ao papel de Mato Grosso como defensor fronteiriço e a abordagem da intelectualidade cuiabana ao que se refere às figuras da Guerra do Paraguai com reconhecimento nacional, como no caso do Tenente Antônio Ribeiro, caminhos trilhados principalmente por Zorzato (1998) e Galetti (2000). Não se trata de uma discussão específica sobre a construção de uma identidade mato-grossense, mas de como determinadas publicações e discursos, de intelectuais ligados principalmente ao Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), contribuíram para a construção da figura heróica do tenente Antônio João no período. Neste contexto, como a pesquisa está localizada principalmente no antigo sul de Mato Grosso, foi preciso considerar as diferenças entre as regiões do estado para a construção de uma identidade especificamente sul-mato-grossense, no período, conforme apontamentos feitos por Queiroz (2006).

No segundo capítulo são trabalhados aspectos específicos da construção da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro. O foco das análises recai nos elementos que foram

utilizados para a construção do mito. O capítulo foi dividido em duas partes. No primeiro foram considerados os elementos biográficos utilizados para a criação do mito e, também, a propagação da existência de um *bilhete* que o militar teria escrito na iminência do ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados. No *bilhete*, estaria escrito: “Sei que morro, mas meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha Pátria”. A amplitude e o forte apelo nacionalista da *frase* foram fundamentais para sua popularização e pela importância que adquiriram no processo de construção da figura heróica, já que a *frase* o imortalizou e hoje é referência obrigatória em qualquer menção ao tenente Antônio João Ribeiro.

A segunda parte é específica sobre as obras de caráter memorialista-militar que são fundamentais para compreender a invenção da figura heróica do militar. As obras em questão as seguintes: 1) *A invasão paraguaia em Mato Grosso*, de Antônio Fernandes de Souza, publicada em 1919; 2) *Heroes Abandonados!: Peregrinação aos lugares históricos do sul do Mato Grosso*, do engenheiro Armando de Arruda Pereira, publicada em 1925; 3) *A epopeia de Mato Grosso no bronze da história*, do militar Pedro Cordolino de Azevedo, escrita em 1926; 4) *Antônio João*, do também militar Valentim Benício da Silva, publicada em 1938, mas contendo trechos do período em que o autor era comandante do 11º Regimento de Cavalaria Independente (11º RCI) de Ponta Porã, entre os anos de 1929 e 1930 e, por fim, a mais recente e completa obra sobre o militar: 5) *A epopéia de Antônio João*, de Raul Silveira de Mello, publicada em 1969. As análises levam em conta a ligação dos autores com o universo militar, o teor das análises, o período compreendido e, logicamente, a contribuição para a construção da figura heróica do tenente Antônio João.

No terceiro capítulo foi possível perceber a integração dos dois movimentos nacionais e estaduais – a profissionalização do Exército e a criação de uma identidade mato-grossense – que funcionaram como elementos integradores para a incorporação da figura do tenente Antônio João Ribeiro como herói da cidade de Dourados, ao longo do século XX. Estes elementos foram assimilados, interpretados e receberam novos significados através de iniciativas da elite local ou de indivíduos com ela identificados, de modo a re-significar e construir para si o pertencimento neste universo.

O destaque dado ao município de Dourados, neste contexto, se inicia pela observação de vários elementos que ligavam a cidade com o herói Antônio João. A praça central com este nome, o monumento da praça, o brasão, são apenas alguns elementos que em uma primeira

abordagem chamam a atenção. Como Antônio João tornou-se o herói símbolo de Dourados? O que havia permitido essa ligação entre ambos? Essas eram perguntas que se juntavam a outras: como os acontecimentos de 29 de dezembro de 1864, na Colônia Militar dos Dourados acabaram sendo relacionados com a cidade de Dourados? Em um primeiro momento, há a constatação de que não há ligação direta entre esses dois elementos; no entanto é bastante peculiar a aproximação de tais eventos, em especial, a dinâmica adotada para *incorporar* o Tenente Antônio João Ribeiro como um herói do município, *aproveitando-se* de sua repercussão regional e nacional, principalmente nos meios militares. Vale lembrar que estes são questionamentos que de algum modo já vêm sendo feitos. Betoni (2002), por exemplo, estranha esta associação em sua pesquisa e levanta estas questões. Também não é incomum encontrar quem questione essa ligação, causando estranheza em quem conhece os acontecimentos da Guerra do Paraguai e os veja relacionados com a *história* da cidade de Dourados. Porém, até o momento, não existiam pesquisas que se propusessem explicar como surgiu essa ligação que tornou Dourados a “*Terra de Antônio João*”.

Os questionamentos estão inseridos no ideário de formação de uma identidade local, que elegeu o herói Antônio João como o representante ideal do perfil identitário do mato-grossense almejado pelas elites locais; mas também, está ligada a uma noção de pertencimento nacional, evidenciada na maneira como a região se coloca como *defensora fronteiriça*. Um dos caminhos para tais observações é a frequente confusão que se instalou dentro da historiografia mato-grossense, que direta ou indiretamente associou, ao longo do século XX, o município de Dourados e a Colônia Militar dos Dourados, apesar da não relação direta existente entre ambos. Para entender a questão, além das publicações da historiografia mato-grossense, foram utilizadas atas de um grupo criado em Dourados, na década de 1940, chamado *Centro Cívico Antônio João* e publicações do periódico *O Douradense*, também do período. Por último, são também analisados os monumentos existentes na região que abrange as proximidades da antiga Colônia Militar dos Dourados, em especial, nos municípios de Dourados e Antônio João.

Espero, enfim, que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão dos processos históricos que envolvem esta peculiar região de fronteira, onde o regional e o nacional se mesclam de um modo especialmente interessante.

## Capítulo 1

# **CRIAÇÃO DOS HERÓIS DA GUERRA DO PARAGUAI: O CONTEXTO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MATO-GROSSENSE**

Neste capítulo, serão discutidas as transformações do Exército brasileiro, nas primeiras três décadas do século XX, principalmente, focando em determinadas publicações de obras de autores militares ou ligados ao Exército. Durante o mesmo período, em Mato Grosso, houve um significativo processo de construção de uma identidade especificamente mato-grossense, com particularidades significativas entre as diferentes regiões do estado. Os dois processos, juntos, caminharam para a construção e consolidação da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro. Antes de aprofundar estas questões, levanto alguns aspectos da Guerra do Paraguai e da Colônia Militar dos Dourados, palco dos acontecimentos bélicos entre tropas paraguaias e os comandados do Tenente Antônio João Ribeiro.

### **1.1 A CÔLONIA MILITAR DOS DOURADOS NA GUERRA DO PARAGUAI**

#### *1.1.1 Panorama da Guerra do Paraguai*

A Guerra do Paraguai foi um acontecimento bélico sem precedentes na história brasileira e também pode ser considerado um dos acontecimentos mais relevantes na história da América Latina. Seus desdobramentos ainda estão presentes nos países envolvidos, já que

diversos estudos continuam sendo feitos deste que é considerado o mais longo, violento e destrutivo dos conflitos armados da América Latina. Passados quase cento e cinquenta anos do conflito, que se iniciou em 1864 e terminou em 1870, cada um dos países envolvidos – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – buscaram suas “verdades”, que geraram, ao longo do século XX, versões e interpretações diferentes da guerra.

Não é objetivo desta pesquisa traçar um panorama aprofundado sobre a Guerra do Paraguai, mas cabe aqui mencionar, de modo geral, alguns aspectos do conflito, principalmente no que concerne o ataque paraguaio à província de Mato Grosso.

Dentro da historiografia brasileira (cf. SQUINELO, 2002), a partir da década de 1970, difundiu-se o paradigma de que a Guerra do Paraguai foi resultado de uma política imperialista, que teria na Inglaterra sua principal interface. Desse modo, o interesse inglês seria o de aniquilar o modelo potencialmente industrializante e independente do Paraguai comandado pela família Lopez, já que este poderia servir de (mau) exemplo para os demais países da região. Esta vertente, que se consolidou através das publicações de autores como Leon Pomer e José Chiavenato, colocou o trono inglês como principal articulador do conflito, transformando Brasil e Argentina, de certa forma, em coadjuvantes, no papel de seguidores das ordens do império inglês.

Segundo a autora, estas manifestações teóricas foram um tipo de resposta ao período anterior, principalmente entre as décadas de 1920 e 1960, onde a historiografia brasileira sobre a Guerra do Paraguai se manifestava, principalmente, através de publicações nacionalistas, notoriamente patrióticas, que focavam nos relatos das grandes batalhas e nas figuras militares heróicas. Autores como Tasso Fragoso e Rocha Pombo se destacavam por escrever obras que enfatizavam aspectos gerais da guerra, como as causas do início do conflito, as manobras militares, o desfecho; porém, o conflito era sempre visto dentro de uma perspectiva, digamos, maniqueísta entre os países envolvidos. É importante, no entanto, compreender que são publicações que refletiam o pensamento social e político do período.

Ainda segundo Squinelo, a partir da década de 1980, ganham espaço dentro da historiografia brasileira publicações com análises mais científicas e menos tendenciosas na interpretação do conflito. Autores como Francisco Doratioto e Ricardo Sales procuraram demonstrar que o que teria motivado o conflito não estava relacionado às pressões externas inglesas, mas, principalmente, ligado aos processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais da Bacia Platina. Deste modo, os interesses expansionistas de Lopez e o

fortalecimento econômico paraguaio se configuravam como ameaça, não aos interesses ingleses, mas aos interesses de Brasil e da Argentina, principalmente. Além disso, a ampliação do universo de análise da historiografia permitiu estender o leque de possibilidades de pesquisa, e assim, novos olhares sobre o conflito foram sendo apresentados, como, por exemplo, a participação das mulheres e dos negros, libertos ou escravos, nas frentes de batalha.

Para Doratioto (2002), compreender os últimos três anos antes do início da Guerra é fundamental para entender as causas do conflito, pois é neste período que se acirram os ânimos entre os países envolvidos. A situação política do país vizinho Uruguai precisa ser compreendida, principalmente depois da vitória de Bernardo Berro (do partido *blanco*) e a recusa por parte do governo dele em renovar, em 1861, o Tratado de Comércio com o Brasil, reconhecidamente desvantajoso para o Uruguai. Nesse mesmo período, o Uruguai passou a cobrar impostos sobre as exportações de gado para o Brasil, o que desagradou profundamente os fazendeiros gaúchos.

Na Argentina, o período era marcado por transformações também importantes. Bartolomé Mitre empenhava-se em consolidar a República, e para tanto contava com o apoio da burguesia de Buenos Aires; porém, sofria com as divisões políticas internas, principalmente das províncias de Corrientes e Entre Rios. Essas províncias tinham acordos com o Uruguai para a utilização do porto de Montevideú, e assim, escapavam do controle alfandegário do governo central argentino. Com esse quadro interno, Mitre permitiu que *colorados*, inimigos de Berro, reunissem-se em Buenos Aires para articular uma invasão ao Uruguai, fato ocorrido em 1863, dando início a uma guerra civil naquele país.

Segundo Doratioto, Berro, apostando em um novo eixo comercial entre Montevideú-Asunción e tendo conhecimento que algumas lideranças argentinas tinham laços estreitos com Solano Lopez, procurou estabelecer um acordo político entre o Paraguai e o Uruguai. Apesar de não haver nada formalizado, Lopez garantiu apoiar o Uruguai e chegou a questionar diplomaticamente o governo argentino, em duas ocasiões, pelo posicionamento a favor de Venâncio Flores, líder *colorado*.

Acirrando ainda mais as relações entre os países, chega à corte brasileira uma reclamação formal de um *estancieiro* gaúcho, representante dos proprietários de terra brasileiros no Uruguai, alegando que estavam sofrendo abusos por parte das autoridades uruguaias. Neste momento, o Uruguai continuava com o partido *blanco* no poder. O Império,

já agastado com o cancelamento do Tratado de Comércio entre Brasil e Uruguai e cedendo às pressões dos fazendeiros gaúchos, manda para a região tropas que invadem o país vizinho. Lopez, utilizando a questão como pretexto, alegando que o Brasil estava interferindo diretamente na autonomia uruguaia, toma a iniciativa intimidadora de aprisionar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que estava de passagem por Asunción. Porém, essa atitude de Lopez não foi totalmente imediata, já que o governante paraguaio levou cerca de um mês para tomá-la e, ainda, mais um mês para decidir seu apoio ao Uruguai, iniciando sua ofensiva contra o Brasil, atacando a desguarnecida província de Mato Grosso. O aprisionamento do vapor brasileiro e o ataque à província de Mato Grosso podem ser considerados os primeiros atos hostis entre Paraguai e Brasil.

Solano Lopez tinha informações detalhadas da província mato-grossense, como veremos na seqüência, principalmente da parte fronteira, alvo de disputas antigas entre os dois países. O governante paraguaio pretendia com o ataque ao Mato Grosso valer-se do difícil acesso terrestre entre esta província e o restante do país, e garantir a retaguarda, para depois marchar em direção ao Uruguai, passando pela província de Corrientes. Imaginava conseguir aliados naquela província e contar com o apoio do Uruguai. Porém, o Uruguai, já com outro presidente, muda seu posicionamento para, logo em seguida, assinar o acordo de rendição da capital uruguaia, que garantiu a posse do *colorado* Venâncio Flores. Estes acontecimentos deram origem a um acordo de cooperação entre Brasil, Argentina e Uruguai que convergiram para a assinatura de um tratado, conhecido como *Tratado da Tríplice Aliança*, onde os três países comprometeram-se a permanecer no conflito até a queda do líder paraguaio.

A Guerra do Paraguai passou por períodos bastante diferentes, por isso é difícil adotar uma classificação precisa das fases do conflito. Mas, de modo geral, o conflito pode ser dividido em quatro fases distintas. O primeiro momento, como já mencionado, foi a ofensiva paraguaia dividida em duas frentes: uma em direção à província de Mato Grosso, no Brasil, e outra em direção à Corrientes, na Argentina.

Em uma segunda etapa, após a formação da Tríplice Aliança, ocorre a contra-ofensiva dos aliados. É neste momento que acontecem batalhas decisivas do conflito, como, por exemplo, a batalha naval do Riachuelo, fundamental para os rumos da guerra, já que estabeleceu o controle brasileiro do Rio Paraná, deixando o Paraguai bloqueado e sem possibilidade de receber auxílio e armas do exterior. As forças paraguaias foram obrigadas a

se retirarem do Rio Paraná e se concentrarem nas proximidades da Fortaleza do Humaitá. Neste período, o sul de Mato Grosso continuava sob domínio paraguaio. O governo imperial enviou, com o intuito de "libertá-lo", uma expedição militar que partiu de São Paulo, em 1865, percorreu trechos de Minas Gerais e Goiás, adentrou o sul de Mato Grosso e o norte do Paraguai e culminou, em 1867, com o episódio conhecido como Retirada da Laguna<sup>1</sup>.

O terceiro momento ocorre quando as tropas aliadas conquistam Humaitá, e outras várias conquistas vão se sucedendo, sob comando do General Caxias, que se estendem até a tomada de Asunción. A última fase do conflito é notoriamente um período de “guerrilha”, visto que o Paraguai não esboçava qualquer reação organizada; o objetivo único das tropas brasileiras foi o de capturar o General Lopez, que havia conseguido fugir do cerco em Asunción, finalmente capturado no dia 1º de março de 1870, em Cerro Corá.

Para esta pesquisa, interessa especialmente os desdobramentos ocorridos na primeira fase do conflito, com o ataque paraguaio à província de Mato Grosso. O ataque ocorreu através de três colunas, por terra e água. A frente principal era comandada pelo Coronel Vicente Barrios, com 4.284 homens e seguiu o Rio Paraguai até a altura do Forte Coimbra e a cidade de Corumbá. Outra frente, com 1.450 homens, comandados pelo Tenente-Coronel Resquin conquistou o Forte de Bela Vista as vilas de Miranda e Coxim. E uma terceira frente, flanco-guarda de Resquin, com 365 homens, liderados pelo Capitão Martin Urbietta, coube conquistar a frágil Colônia Militar dos Dourados, cujo comandante era o Tenente Antônio João Ribeiro<sup>2</sup>.

### *1.1.2 Criação e instalação da Colônia Militar dos Dourados*

A questão das fronteiras entre Brasil e Paraguai foi motivo de disputas diplomáticas entre os dois países durante todo o século XIX. A vastidão daqueles territórios, a pouca presença de população não-índia e a praticamente nula presença governamental faziam da região que compreendia os rios Apa até o Ivinhema e o Rio Branco o principal ponto de

---

<sup>1</sup> Mais adiante serão discutidos mais detalhadamente aspectos do episódio conhecido como Retirada da Laguna.

<sup>2</sup> O número de soldados comandados por Barrios e a frente comandada por Resquin foram fornecidos pelo Museu do Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados. Já Doratioto indica terem sido 4.200 homens os comandados de Barrios (2002, p. 99). O número de 365 homens da flanco-guarda de Resquin é indicado por Mello (1969, p. 279).



discórdia entre Brasil e Paraguai. A criação da Colônia Militar dos Dourados em território litigioso foi um dos motivos que acirraram os ânimos na fronteira entre os dois países.

A Colônia Militar dos Dourados foi criada pelo *Decreto* n. 1.754, de 26 de abril de 1856, que dizia o seguinte:

Decreto n. 1754, de 26 de abril de 1856.

Cria a Colônia Militar dos Dourados nas cabeceiras do rio do mesmo nome, na Província de Mato Grosso.

Hei por bem criar na Província de Mato Grosso mais uma Colônia Militar no ponto em que pelo Presidente da Província for designado na cabeceira do Rio Dourados, confluyente do Ivinheima, a qual se regerá pelas Instruções que com este baixam, assinadas por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, em 26 de abril de mil oitocentos e cinqüenta e seis, trigésimo quinto da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade, o Imperador. – Luiz Pedreira de Couto Ferraz. (Decreto n. 1754, de 26 abr. 1856, apud MELLO, 1969, p. 142)

Pelo Decreto, questões como a localização e instalação da Colônia Militar dos Dourados ficariam sob responsabilidade do presidente da Província, respeitando apenas a obrigatoriedade da instalação da Colônia nas cabeceiras do Rio Dourados. Nas instruções, artigo 2º, observa-se a destinação da Colônia:

Auxiliar a navegação interior da Província do Paraná para o Mato Grosso, a defender e proteger os moradores desta parte do território do Império, até a fronteira do Iguatemi e do Apa contra as agressões dos selvagens, e a chamar estes por meio da catequese à civilização (Instruções apud MELLO, 1969, p.142).

A demora entre a criação da Colônia Militar dos Dourados e sua efetiva instalação deve-se principalmente, segundo Mello (1969), pela morosidade nas decisões governamentais e pela troca constante dos presidentes da Província, que tinham como conseqüência a falta de decisões específicas que transpusessem os entraves administrativos. É possível observar um exemplo da confusão das decisões governamentais no relatório do Ministério do Império, do ano de 1858, que anuncia o reconhecimento feito pelo Capitão Nunes da Cunha:

O Capitão Francisco Nunes da Cunha foi incumbido pelo Presidente da Província de Mato Grosso de fazer um reconhecimento nas imediações do Rio dos Dourados, a fim de escolher um local apropriado para assento da colônia militar. Segundo informações do capitão, a colônia ficará bem colocada na margem direita do galho oeste do rio (cf. MELLO, 1969, p. 146)<sup>3</sup>.

Apesar do reconhecimento da área, acima citado, feito pelo Capitão Nunes da Cunha, outros militares foram designados, nos anos seguintes, para missões de reconhecimento da

---

<sup>3</sup> Neste trecho, Mello faz um comentário sobre o “desaparecimento” deste *relatório* do Arquivo Nacional, após a consulta de Estevão de Mendonça para a publicação da obra “Datas Mato-grossenses”. Assim, Mello esclarece que não tem acesso ao *Relatório* em si, mas ao trecho publicado pelo autor mato-grossense (p. 146-147).

região, que se mostraram totalmente inúteis. Alguns sequer conseguiram chegar até o local designado, a nascente do Rio Dourados. Ainda, outros problemas se somavam, fazendo aumentar os retardos para a instalação da Colônia, como as dificuldades no transporte, na falta de pagamento e na falta de mão-de-obra para a execução de serviços, como limpeza da área, primeiras construções, etc.

Além disso, havia também o empecilho da grande distância entre Nioaque, posto militar mais avançado ao sul de Mato Grosso, e o local onde deveria ser instalada a Colônia Militar dos Dourados, aproximadamente cento e setenta quilômetros. Para amenizar este problema, Antônio Pedro de Alencastro, presidente da Província de Mato Grosso no período, determinou a criação da Colônia Militar de Miranda, geograficamente no meio do caminho entre Nioaque e o local designado para a Colônia dos Dourados. Para a função, designou o mesmo Capitão Nunes da Cunha, que foi também o responsável pela demarcação do local (cf. MELLO, p. 173).

Embora a demarcação da área em que deveria ser assentada a Colônia Militar tenha sido feita em 1857, pelo mencionado Capitão Nunes, somente em 10 de maio de 1861 (cf. Relatório do itinerário, apud MELLO, p. 185-187) foi finalmente instalada a Colônia Militar dos Dourados, pelo alferes João Crisóstomo Moreira, após forte pressão do presidente da Província, Pedro de Alencastro. Nas novas instruções, baixadas pelo presidente da Província, em 18 de setembro de 1860, lê-se:

Art.1º - A Colônia denominar-se-á Colônia Militar dos Dourados.

Art. 2º - Esta Colônia tem por fim auxiliar a navegação interior da Província do Paraná para Mato Grosso, principalmente pela linha fluvial do Tibagi, Paranapanema, Paraná e Ivinheima; e bem assim defender e proteger os moradores estabelecidos nessa parte do território do Império até a fronteira do Iguatemi contra as correrias dos selvagens, e atrair estes por meio da catequese e colonização<sup>4</sup> (Instruções, apud MELLO, 1969, p. 175-176).

Se comparado com as primeiras instruções, baixadas em 1856, se percebe que não houve mudanças significativas. A Colônia dos Dourados foi criada, segundo as instruções, principalmente para defender os moradores da região contra o ataque dos indígenas e auxiliar na comunicação entre as províncias de Mato Grosso e Paraná. Vale lembrar que a região que se destinava a ficar sob proteção da Colônia Militar era extremamente ampla, porém, sem nenhum núcleo populacional não-índio significativo - apenas algumas fazendas isoladas;

---

<sup>4</sup> A questão presente nesse trecho – “defender e proteger os moradores [...] contra as correrias dos selvagens, e atrair estes por meio da catequese e colonização” - é, sem dúvida, uma problemática interessante que merece um estudo específico.

portanto, a defesa dependia de um bom contingente de praças, situação jamais alcançada na Colônia, como se verá.

O outro objetivo contido nas instruções era o de auxiliar na navegação. Comparando as instruções baixadas em 1856 e as baixadas em 1861, há referências aos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Ivinhema, tornando assim a principal característica da Colônia dos Dourados o seu apoio à navegação, ligando o sul do antigo Mato Grosso com a província do Paraná. Este objetivo é, no mínimo, pouco exequível, pois não seria possível uma colônia militar instalada nas cabeceiras de um rio poder auxiliar na navegação, pelo pouco volume das águas. De fato, somente muitos quilômetros abaixo, com o fluxo de novos tributários, é que o Rio Dourados torna-se navegável. Como poderia a Colônia Militar dos Dourados ser instalada nas cabeceiras de um rio, que só se torna navegável em trechos distantes dela, ter como objetivo principal auxiliar na navegação?

Para Mello (1969), o principal papel que cabia à nova Colônia Militar não estava expresso em nenhuma documentação, e nem poderia. Para o autor, tratava-se de uma missão civil de:

Povoamento da região, por via de colonização, e sem embargo da questão de limites com o Paraguai, o alargamento da ocupação no sul da Província, mediante a proteção aos fazendeiros brasileiros que ali se vinham estabelecendo. Estes eram os objetos ostensivos e claros pertinentes à Colônia dos Dourados (MELLO, 1969, p. 144).

Mas por qual motivo as instruções baixadas não podiam declarar abertamente que era objetivo da Colônia Militar dos Dourados promover a ocupação daquela região? Possivelmente por causa da convenção assinada em 1856, entre Brasil e Paraguai, conhecida como *Convenção de 6 de abril*, que estipulava um prazo de seis anos para resolver o impasse sobre a questão dos limites entre os países. A Convenção vetava a qualquer dos dois países ocuparem algum ponto do território em litígio; porém, o artigo 2º da Convenção dizia que: “enquanto não se celebrar o acordo definitivo, as duas altas partes contratantes respeitarão e farão respeitar reciprocamente o seu *uti possidetis* atual” (Artigo da *Convenção de 6 de abril de 1856*, apud MELLO, 1969, p. 191). Isso significa que as posses já existentes deveriam ser respeitadas, mas não seriam permitidas novas instalações. No entanto, o território escolhido para a instalação da Colônia dos Dourados pertencia à área de litígio entre Brasil e Paraguai<sup>5</sup>,

---

<sup>5</sup> Não é objeto aqui discutir se aquelas terras, independente da Convenção de 06 de abril, eram pertencentes ao Brasil ou ao Paraguai; certo é que a questão de limites e fronteiras é comumente apontada como um dos motivos para a invasão de Lopez à província do Mato Grosso.

já que a data da assinatura da *Convenção* - 6 de abril de 1856 - é anterior à data da assinatura do *Decreto* de criação da Colônia dos Dourados - 26 de abril de 1856. Sem dúvida, em um prazo tão aproximado – vinte dias - poderia ter ocorrido uma coincidência, mas que poderia ter sido desfeita logo em seguida, caso houvesse interesse por parte do Império em modificar o local escolhido para a Colônia Militar dos Dourados. Ainda, entre a assinatura do *Decreto* de criação da Colônia dos Dourados e sua efetiva instalação, em 1861, verifica-se prazo longo suficiente para mudar a localização da Colônia Militar, de modo a não infringir a *Convenção de 6 de abril de 1856*.

Existia, assim, por parte do governo brasileiro a intenção de promover uma ocupação, senão um povoamento, naquela região, de modo a favorecer a posição brasileira no litígio sobre aquelas terras. Portanto, para além das atribuições militares, estabelecia-se no sul da província uma tentativa de ocupação, que futuramente garantisse um passo à frente na resolução favorável do impasse dos limites fronteiriços.

Depois de já instalada, como já mencionado, em 10 de maio de 1861, o primeiro relatório da Colônia Militar dos Dourados, feito pelo Comandante interino Alferes João Crisóstomo Moreira, foi um levantamento estatístico da Colônia, declarando que contava com trinta e nove pessoas, entre militares e colonos; cinco declararam-se casados e traziam consigo alguém da família (cf. MELLO, 1969, p. 189). Moreira foi mandado para a Colônia Militar de Miranda logo que foi substituído pelo Tenente José Maurício de Velasco Molina, que assumiu também como Comandante interino da Colônia Militar dos Dourados.

### *1.1.3 Incursão paraguaia de 1862*

Um dos primeiros acontecimentos em que esteve envolvida a incipiente Colônia Militar dos Dourados foi a *incursão paraguaia* comandada pelo Tenente Pedro Pereyra, que em 1862 percorreu o sul do antigo Mato Grosso, passando pelas Colônias Militares de Dourados e Miranda.

Em fevereiro de 1862 partiu de Concepción<sup>6</sup> um destacamento de sessenta e um praças de cavalaria que chegou à Colônia Militar dos Dourados no dia 10 e, no dia seguinte, em Miranda (id., p. 199). A tropa paraguaia acampou aproximadamente treze quilômetros da Colônia dos Dourados; ao se aproximar da Colônia, o comandante interino, Tenente Molina –

---

<sup>6</sup> A tropa que partiu de Concepción passou pela região onde hoje é o município de Ponta Porã.

que já sabia da aproximação porque foi avisado por um soldado que enxergara a tropa paraguaia na noite anterior - apresentou-se para a conversação com o militar paraguaio. O tom da conversa foi de intimidação. O Tenente Pereyra questionou o Tenente Molina a existência de uma colônia militar em território paraguaio, como se lê no relatório do tenente paraguaio: “duvidava que ele [o comandante brasileiro] estivesse ciente das boas relações [entre os dois países] por estar povoando terras que não são de seu país [...]. Disse-lhe então que estavam em território do Paraguai e tarde ou cedo o haviam de desocupar” (Relatório do Tenente Pereyra, 13 fev. de 1862, apud MELLO, 1969, p. 208). Já na Colônia de Miranda, o tratamento que o Tenente Pereyra teve foi totalmente diferente do dado no dia anterior ao comandante da Colônia dos Dourados. O comandante Pereyra fez apenas perguntas sobre o local, mas nada em tom intimidador. Para Mello, isso se deve ao fato de que a Colônia de Miranda não estava nos territórios em litígio.

Vale comentar que o relatório do Tenente Pereyra, entregue às autoridades paraguaias depois de findada a incursão, é extremamente minucioso; o militar procurou narrar o contato com os militares brasileiros, além de fornecer, por exemplo, informações sobre os números da população local, as distâncias, travessias de rios, etc. Tratou-se, sem dúvidas, de um tipo de missão de reconhecimento “para explorar as colônias clandestinas estabelecidas por ordem do governo brasileiro em território disputado” (Relatório do Tenente Pereyra, 13 fev 1862, apud MELLO, 1969, p. 207).

Em sessão da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, precisou responder aos questionamentos da Câmara sobre a questão da incursão paraguaia:

Direi à câmara que as nossas relações com o Paraguai não se acham rotas. Deu-se um sucesso desagradável na fronteira da província de Mato Grosso com aquela república, sucesso que, se fosse repetido, poderia ter consequências muito sérias; mas espero que o governo do Paraguai não desconhecerá a importância das suas boas relações com o Império (Anais do Parlamento brasileiro, tomo 1, sessão de 1862, p. 39).

A resposta oficial do governo paraguaio, segundo o Ministro Taques, foi a de que a missão do Tenente Pereyra não era intimidadora, já que:

Os fatos não se haviam passado como informaram os comandantes das nossas colônias militares da fronteira; que na verdade o governo do Paraguai tinha expedido uma força comandada pelo tenente Pereira para explorar a fronteira e reconhecer quais os novos estabelecimentos que aí tinha o Brasil; que, porém, o comandante Pereira não tinha tido ordem alguma de fazer intimidações aos que ocupavam aquele território, e que tais intimidações não haviam sido feitas (Anais do Parlamento brasileiro, tomo 1, sessão de 1862, p. 39).

Ao tomar conhecimento da incursão paraguaia, o Tenente-Coronel José Antonio Dias da Silva, comandante do Distrito Militar de Miranda em Nioaque, ordenou a organização de um destacamento que partiria de Nioaque no encalço da tropa paraguaia. A liderança do destacamento foi dada ao Tenente de Cavalaria Antônio João Ribeiro. Embora partindo imediatamente, dada a distância de Nioaque até onde se encontrava a tropa paraguaia, o destacamento de Antônio João não conseguiu encontrá-la. Então Antônio João redigiu, por conta própria, uma espécie de *Protesto*, entregue ao comandante do Forte paraguaio de Bela Vista. Nele, o Tenente acusa:

O Tenente Pedro Pereyra, a qual, desconhecendo os Direitos das Gentes, ultrapassou muito os limites de sua República; passando sem licença do Governo Brasileiro pelas Colônias dos Dourados e Miranda cometeu abuso de assim o ter praticado; e dito Tenente Pereyra teve a errante lembrança de intimidar ao Tenente Comandante da Colônia dos Dourados de retirar-se o quanto antes daquele ponto, que maliciosamente julgou ser terreno paraguaio [...] (*Protesto* de 16 fev 1862, apud MELLO, 1969, p. 217).

O *Protesto* do Tenente Antônio João causou um grande embaraço diplomático, obrigando Dias da Silva a prestar esclarecimentos ao presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, que acabou tendo que apaziguar os ânimos com o governo paraguaio. Mesmo assim, logo encerrado o episódio, o Tenente-Coronel Dias da Silva nomeia justamente o Tenente Antônio João Ribeiro como comandante da Colônia Militar dos Dourados, em 27 de fevereiro de 1862, apenas dezessete dias após a incursão paraguaia ter passado pela Colônia Militar dos Dourados.

A incursão paraguaia ao sul de Mato Grosso evidenciou como estavam indefesas as guarnições militares na região e, também, como careciam de pessoas com maior preparo para os cargos militares. Como exemplo neste sentido está o ofício do presidente da província de Mato Grosso, Herculano Penna, que aponta essa problemática, ao comentar, em 1862, - dois anos antes do início da Guerra - a situação das fronteiras entre Brasil e Paraguai, em resposta ao Ministro de Estrangeiros, Conselheiro Abrantes:

Em primeiro lugar, direi a V. Exa. que são muito vagas e confusas as noções que temos dos terrenos que formam o objeto da questão de limites entre o Brasil e o Paraguai, isto é, do espaço compreendido entre o Apa e o Ivinheima. [...] Destas muitas provas que poderia produzir em apoio desta asserção, apresento a V. Exa. a inclusa cópia de uma parte dada em 7 de maio próximo passado pelo Alferes Fernando Antônio de Araújo Moniz da qual se vê que este oficial, quando devia rondar com a patrulha do seu comando as margens do Iguatemi, segundo as Instruções em vigor, foi ter às cabeceiras do Aquidavan, em território indubitavelmente paraguaio, ao que acresce que o próprio Comandante do Distrito Militar de Miranda, remetendo essa parte ao Comando das Armas, com o ofício de 14 do mesmo mês, em vez de fazer qualquer observação, ou reparo sobre tal desvio, declara que nenhuma circunstância desagradável ocorrera em toda aquela excursão

(Ofício do Presidente da Província, de 29 set. 1862, apud MELLO, 1969, p. 252-253).

Pelo relato, nota-se quão problemática era a questão das fronteiras na região, a ponto de ser considerado relativamente normal “invadir”, propositalmente ou não, os territórios vizinhos do Paraguai, fato que não acarretava nenhum pedido formal de justificativa.

Sobre a Colônia Militar dos Dourados, o ofício apontava:

Esta Colônia foi criada pelo Decreto n. 1.754, de 26 de abril de 1856, explicado e desenvolvido nas Instruções que o acompanham, mas não se fundou efetivamente senão no decurso do ano próximo findo. [...] O que sei é que está situada sobre um galho das cabeceiras do rio do mesmo nome, distante coisa de 25 léguas do Nioaque, e que o pessoal compõe-se apenas de 1 oficial e 24 praças, pela maior parte inválidos, com três pessoas de família, além de 7 paisanos agregados (3 homens e 4 mulheres), segundo consta do mapa do mês de julho, assinado pelo Tenente comandante Antônio João Ribeiro (Ofício do Presidente da Província, de 29 set. 1862, apud MELLO, 1969, p. 254)

Portanto, a Colônia dos Dourados, posto militar mais avançado ao sul da província de Mato Grosso e em território contestado pelo Paraguai, contava com um número de praças insuficiente e na maioria inválidos.

Na seqüência do extenso ofício, Herculano Penna faz um levantamento das forças militares existentes em Mato Grosso, comparando-as com as informações que possui sobre as forças militares paraguaias na região:

Atendendo-se a que o governo paraguaio tem na Vila da Conceição e suas imediações 2.400 homens de cavalaria [...] e que não lhe será difícil por ali mais 3 ou 4 mil homens, vê-se a *disparidade das forças* que podem encontrar-se, no caso de hostilidades, a que conduza qualquer desavença entre patrulhas nossas e paraguaias, ou antes, *vê-se a impossibilidade em que estamos de repelir qualquer agressão com alguma possibilidade de êxito* (Ofício do Presidente da Província, de 29 set. 1862, apud MELLO, 1969, p. 256, grifo meu).

No mesmo período, a força militar da província de Mato Grosso não ultrapassava os 1.500 homens. Levando em consideração que tal número formava um contingente praticamente inexpressivo, principalmente pela extensão territorial da província na época, o presidente da Província afirma o seguinte:

Se os paraguaios intentarem atacar o Forte de Coimbra e os vasos da Estação Naval que atualmente temos, estes não serão obstáculo insuperável a que uma esquadilha da República se apodere da navegação do Rio Paraguai e corte a comunicação fluvial desta Capital. Importará isso para nós (escusado seria dizê-lo) num grande revés. *Em resumo, estou convencido de que presentemente uma guerra com o Paraguai na fronteira desta Província há de ser desastrosa para o Império* (Ofício do Presidente da Província, de 29 set. 1862, apud MELLO, 1969, p. 258-259, grifo meu).

#### *1.1.4 A situação da Colônia Militar dos Dourados antes do ataque paraguaio*

Durante os dois anos e meio em que esteve na Colônia Militar dos Dourados, Antônio João desempenhou oficialmente a função de comandante, porém, na prática, o cargo compreendia também as funções de diretor e administrador. Isso porque o pequeno contingente ali existente, na sua maioria soldados veteranos, licenciados do serviço, muitos por invalidez e alguns poucos soldados engajados voluntariamente que ali serviam não eram, exatamente, o público alvo de treinamentos e instruções militares. E tendo conhecimento desta situação, uma das principais atribuições de Antônio João era fazer prosperar a Colônia, transformá-la em local produtivo e capaz de receber novos colonos, que poderiam dar início a um núcleo populacional mais ativo.

Uma das primeiras tarefas que o Tenente Antônio João precisou atender foi construir obras militares de defesa na Colônia. No relatório de 30 de abril de 1862, pouco mais de um mês após assumir a Colônia, Antônio João escreve: “Obras militares. Continuo a empregar a força desta Colônia em prontificar a trincheira que tem de servir de adjutório para a defesa desta Colônia” (Relatório de 30 abr. 1862, apud MELLO, 1969, p. 508) e no relatório de 1º de julho do Tenente-Coronel ao presidente da Província, informa sobre as Colônias que “o [comandante] dos Dourados está finalizando a estacada fortificada que mandei fazer para resguardar-se da força paraguaia no caso de algum desagradável acontecimento” (Relatório de 1º jul. 1862, apud MELLO, 1969, p. 508).

Sobre os esforços empreendidos para a construção das casas da Colônia e a execução das roças, o relatório do Tenente-Coronel Dias da Silva diz o seguinte:

Conquanto haja falta de pessoal, a dos Dourados vai em prosperidade, devido ao zelo e inteligência do seu respectivo comandante Tenente Antônio João Ribeiro. Além da abundância em gêneros alimentícios, provenientes do constante esforço no trabalho da lavoura, tem ele arruado a Colônia e levantado casas regulares, rebocadas e caiadas, sem lhe prestar auxílio deste material, que fabricou de ossos e de certo barro que ali descobriu, em que remedeia a falta de cal” (Relatório de 1º out. 1862, apud MELLO, 1969, p. 516).

Em outubro de 1863, Antônio João informa aos seus superiores que a Colônia Militar dos Dourados já contava com a seguinte estrutura:

Além de 25 casas de porte regular, colocadas no grande quadro da praça desta colônia e nos arruamentos que partem dela, completadas neste ano, foram-lhes assentadas portadas ou ombreiras das portas e janelas, e igualmente as folhas das mesmas, assim, também rebocadas e caiadas com tabatinga. Fez-se a mais, neste ano, nove do mesmo porte que as outras (Relatório 31 out. 1863, apud MELLO, 1969, p. 518).



Quanto às lavouras:

Além do canavial, bananal, etc., plantas que dei no meu relatório citado, plantou-se mais duas quadras de mandioca, videiras, laranjas, marmeleiros, figueiras, roseiras, romeiras, caroços de pêssego, jaca, caju, milho, feijão, arroz, assim como as praças do Corpo de Cavalaria, aqui destacadas, praças-colonos, e colonos contratados, quase todos tem suas roças já plantadas (Relatório 31 out. 1863, apud MELLO, 1969, p. 518).

Outra inovação, no campo agrícola, proposta por Antônio João, foi a observação de que a região onde estava instalada a Colônia Militar dos Dourados pudesse favorecer o cultivo do trigo, pelas condições climáticas e geográficas. De fato, com altas altitudes, os invernos rigorosos favoreciam o cultivo do trigo. No entanto, ao encomendar o envio de sementes do cereal, estranhou a forma dos grãos e a germinação das folhas:

Foi mandado a esta (Colônia) pequena porção duma semente ou grão de um vegetal com o título de trigo; porém a forma do seu grão me é estranha, e ainda mais estranha na sua germinação, porque sendo o trigo da família das gramíneas, cujas folhas são estreitas e longas, destes tem nascido folhas curtas em forma quadrada ou pentagonal, duas válvulas, por isso duvido ser trigo (Relatório 30 nov. 1862, apud MELLO, 1969, p. 532).

Ainda neste aspecto, baseando-se principalmente em informações que extraía de livros que provavelmente possuía<sup>7</sup>, Antônio João inovou em outros aspectos. Dado a distância que a Colônia dos Dourados tinha de outros lugares da província, procurou desenvolver, ali mesmo, soluções práticas que pudessem ser usadas no cotidiano da colônia. A falta de cal, existente apenas em Corumbá, que tornava impraticável o envio para a Colônia dos Dourados por causa da distância, fez com que Antônio João informasse que mandou preparar:

Os meios para queimar-se uma porção de pedras que suponho terem a natureza de calcárias. A minha suposição é fundada na opinião de alguns químicos. Dizem eles que, no geral as pedras que, lançando-se sobre elas ácido sulfúrico e aparecendo efervescência, são de natureza das calcárias; assim também havendo mais a experiência daquelas que, tocando-se em fuzil, e não ferindo fogo, são igualmente da mesma natureza. E como todas estas pesquisas tenho feito, e as tenho nelas encontrado, resta-me a última, que é queimá-las ou assá-las, o que farei e no outro mês darei resultado (Relatório de 31jan. 1864, apud MELLO, 1969, p. 520)

---

<sup>7</sup> Mello menciona em seu livro um relato que conseguiu com o neto de Antônio João, onde este afirma que o período em que o comandante da Colônia dos Dourados esteve no Rio de Janeiro para estudos foi tomado pelo tempo que ele dispôs aos cuidados do seu padrinho, Manuel Alves Ribeiro, dono da casa em que hospedara e que estava gravemente enfermo. Assim, moralmente induzido a fazer companhia ao doente, deixou de freqüentar as aulas, e teria excedido o número de faltas e se atrasado perante os demais alunos. Por conta disso, o padrinho (que era uma pessoa influente), teria declarado que encaminhara ao Ministro da Guerra um pedido para promovê-lo a alferes, e lhe dado uma quantia avultada de dinheiro naquela época. Antônio João teria usado todo o dinheiro para compra de livros, segundo seu neto (MELLO, 1969, p. 410).

Ainda em termos de construção de benfeitorias, a Colônia Militar dos Dourados possuía um cemitério e uma capela. Cabiam aos capelães-militares os serviços religiosos, e estes se revezavam nas unidades existentes no sul do antigo Mato Grosso.

Outro aspecto interessante contido nos relatórios é a importância que Antônio João deu à existência dos ervais nativos na região. Antecipando a prática da extração da erva-mate que anos depois se tornaria um dos principais produtos de exportação de Mato Grosso, Antônio João atenta que:

Oferece grande vantagem às terras desta mesma Província o ponto de Dourados; é o lugar onde pode-se fabricar milheiros e milheiros de arrobas desta erva-mate, não só para o consumo desta referida Província, como para exportar a países estrangeiros; da qual se tornará ela como um grande ramo de comércio, estabelecido em Vila Maria, com o povo boliviano (Relatório de 31jan. 1864, apud MELLO, 1969, p. 533).

Apesar disso, Antônio João também aproveita os relatórios para expor seu ressentimento pelos poucos recursos destinados à Colônia. Diz o seguinte, no mesmo relatório de 31 de outubro de 1863:

Apesar de um ano e oito meses que *comando interinamente esta Colônia*, e continuamente tenho exposto as necessidades de que sofre ela, os meus clamores têm sido inúteis; contudo, não desanimo, farei como os mendigos que não se cansam em pedir esmolas, até que lá vem um fiel cristão que lhes socorre. Esta Colônia foi pelo Ilmo. Sr. Coronel Antônio Pedro de Alencastro mandada fundar, já muito mal principiada no seu pessoal e material, e o mesmo Ilmo Sr. Coronel foi substituído pelo Exmo. Sr. Conselheiro Pena. *Este, pernada alguma deu a favor dela*. A voz do socorro é obrigatória, e por isso servir-me-ei dela como sendo a predileta da necessidade, ousando dizer: - Socorro à Colônia dos Dourados! Esta minha articulação um dia será bem entendida e ouvida, razão por que sempre me servirei de tal palavra para com os meus superiores, como também para declarar que a Colônia ainda socorrerá com produtos do seu solo algumas necessidades da Província (Relatório de 31 out. 1863, apud MELLO, 1969, p. 518-519, grifos meus).

Duas coisas chamam atenção, de imediato. A primeira delas é a afirmação, feita pelo próprio Antônio João, da sua condição de comandante *interino* da Colônia Militar dos Dourados. É uma informação que contraria a idéia de que Tenente Antônio João foi mandado para “resolver” o problema da Colônia dos Dourados; estaria ele, tal como o Tenente Molina, comandante anterior, na condição de *interino*, e a Colônia estaria ainda à espera de um comandante definitivo.

A segunda é a maneira pouco convencional com que o Tenente se comunica com seus superiores – o novo presidente da Província não teria dado *pernada*<sup>8</sup> *alguma a favor da Colônia*. Dois anos antes, como já mencionado, causou alvoroço o *Protesto* escrito por

---

<sup>8</sup> É possível que o termo empregado aqui seja “penada”, e não “pernada”, tratando-se assim de um erro de grafia. Se assim for, vale comentar que Antônio João pode ter feito um certo gracejo com o nome do novo presidente da Província, Herculanno Penna, que “*penada alguma deu a favor dela [da Colônia]*”.

Antônio João, no episódio da incursão paraguaia comandada pelo Tenente Pedro Pereyra. Aparentemente, o militar demonstrava certa insolência; um ar de atrevimento no trato com seus superiores.

Este era o panorama militar do sul do antigo Mato Grosso. Sob estas condições que se deu o ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados, que veremos a seguir.

#### 1.1.5 O ataque de 29 de dezembro de 1864

As forças militares paraguaias que invadiram o sul da província de Mato Grosso possuíam bastante conhecimento da área que seria conquistada. As ordens contidas nas instruções do Ministro de Guerra paraguaio que foram encaminhadas ao Capitão Martin Urbietta, responsável pela expedição à Colônia Militar dos Dourados, eram bastante precisas e detalhadas. Continham, por exemplo, as distâncias entre os pontos que as tropas paraguaias deveriam seguir, e informavam a situação militar das Colônias, recolhidas após a incursão de 1862. Um exemplo das instruções dadas aos comandantes paraguaios:

Em fevereiro de 1862 a Colônia dos Dourados não tinha mais guarnição que a de um oficial e sessenta praças, nem mais população que a de cinco famílias. A expedição que deu esta notícia chegou da Vila de Concepción à referida Colônia dos Dourados ao término de oito dias.[...] Sabe-se pelo informe de Tenente Pereyra que este caminho é praticável para carretas desde a Vila de Concepción até a Colônia de Miranda [...]. *A pouca força brasileira que se encontra na Colônia dos Dourados torna fácil a ocupação desse ponto e o aprisionamento da guarnição com uma pequena força, levando em conta que desde o ano de 1861 não foi aumentada [...]* (Instruções, 13 dez. 1864, apud MELLO, 1969, p. 283-284, grifo meu).

A tropa paraguaia partiu no dia 14 de dezembro de 1864, de Asunción, e tinha por objetivo invadir a província de Mato Grosso. De Concepción, marchou uma tropa cujo destino era Nioaque-Vila de Miranda. Um flanco dessa tropa, sob comando do Capitão Urbietta, tinha a responsabilidade de tomar a Colônia dos Dourados. Para tanto, 365 homens<sup>9</sup> foram designados para a ação, que se deu no dia 29 de dezembro de 1864.

Tendo por base a documentação paraguaia do ataque à Colônia Militar dos Dourados, Mello (1969) procura imaginar em quais circunstâncias de fato ocorreu o ataque paraguaio.

---

<sup>9</sup> “Dois esquadrões de cavalaria de cento e vinte peças cada um (240); uma companhia de infantaria (100) e vinte e cinco gastadores (sapadores)” (cf. *Instruções*, p. 285). A grande quantidade de soldados paraguaios destinados a ocupar a Colônia dos Dourados deve ter sido calculada pela quantidade de praças informada no relatório de Pereyra, que foi de aproximadamente sessenta praças. No entanto, este número estava bem longe da realidade da Colônia dos Dourados, que não tinha, na ocasião, mais de vinte praças, o que explica, em tese, a disparidade de 365 soldados paraguaios contra 14 soldados brasileiros, além de Antônio João.

Um dia antes, 28 de dezembro, o Tenente Antônio João soube da aproximação da tropa paraguaia, e no mesmo dia organizou a retirada de todos os colonos e seus familiares para Nioaque, permanecendo na Colônia apenas os soldados. Também enviou um soldado para Nioaque, na tentativa de colocar a par dos acontecimentos o Tenente-Coronel Dias da Silva. Embora soubesse da aproximação paraguaia, o Tenente Antônio João foi, de fato, surpreendido pelo ataque avassalador, que em poucos minutos dominou a Colônia. Isso porque, para Mello, tudo indica que Antônio João pareceu não ter idéia de que se tratava de uma invasão; pode ter imaginado que se tratava de uma nova incursão como a que havia sido feita dois anos antes pelo Tenente Pereyra<sup>10</sup>. Levando-se em consideração que o ataque à Colônia Militar dos Dourados foi um dos primeiros acontecimentos belicosos em uma guerra que estava principiando entre Brasil e Paraguai, o tenente brasileiro, naquelas condições, jamais poderia supor que se as relações entre os dois países caminhariam para a situação de guerra.

Portanto, tudo indica que o Tenente Antônio João teria sido tomado de surpresa, não pela chegada da tropa paraguaia, mas de seus propósitos de guerra; poderia ter suposto que travaria uma conversação com o comandante paraguaio, que logo em seguida partiria – tal como fez o Tenente Pereyra na incursão dois anos antes - e o militar brasileiro ficaria aguardando quais ordens superiores viriam para casos como aqueles.

Aproximadamente às treze horas do dia 29 de dezembro de 1864, chegou à Colônia o destacamento de Martin Urbietta e seus homens, intimando a rendição imediata daquela Colônia. Antônio João tinha consigo catorze homens, que foram facilmente rendidos. É possível que nem toda a guarda estivesse presente no momento do ataque, o que explica o registro da morte do Tenente e de dois soldados somente; o restante dos soldados foram feitos prisioneiros. Do lado paraguaio, um tenente e um soldado foram feridos.

A *parte* que Urbietta escreve no dia seguinte para o Ministro de Guerra paraguaio é, segundo Mello, o único documento oficial com informações sobre o ataque à Colônia Militar dos Dourados. Diz o seguinte:

Viva la Republica del Paraguay!

Señor Ministro: - Con el debido respecto tengo el honor de dar parte a V. E. que el 29 que espiro, he llegado a esta Colonia de los Dorados sin que fuesse sentido por ningun individuo y siendo divisado á corta distancia oi tocar uma corta llamada, y tomando armas, marchó El comandante com algunos hombres de resguardo; el Teniente de

---

<sup>10</sup> Vale recordar que o Tenente Antônio João tinha conhecimento da incursão paraguaia de dois anos antes, visto que fora designado para ir ao encalço da tropa, e logo em seguida, nomeado comandante da Colônia dos Dourados.

Infanteria Ciudadano Manuel Martinez, que llevaba El ataque, le requirió de rendir-se y respondió el comandante brasileiro que em caso de traerle orden Del Gobierno Imperial se rendiria, y sino, no haria de ninguna manera. Con esta respuesta, pronto se trabó el combate y el Comandante Del Dorados, Teniente Antonio Juan Riveros, cayo com las primeras balas, lo mismo que dos individuos más, huyendo lo restante para el monte del Arroyo de onde fueron recojidos en numero de doce, incluso um herido y un cabo, habiendo escapado los demás de la guarnición com el 2º Comandante (Relatório 30 dez. 1864, apud MELLO, 1969, p. 324).

No documento, estão as informações mais próximas da realidade dos acontecimentos na Colônia dos Dourados, segundo Mello. Primeiramente, Urbietta se preocupou em relatar a conversação tida com o Tenente Antônio João. A resposta imediata, de que não haveria rendição da Colônia dos Dourados por não haver ordem do Governo Imperial para tal, provocou o combate instantâneo e curto, que findou com a morte de Antônio João e dois soldados, como já comentado. A tropa paraguaia permaneceu o restante do dia e o dia seguinte na Colônia, até partir ao encontro da tropa de Resquín, em Nioaque, findando assim o ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados.

## **1.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Para entender as transformações ocorridas no interior do Exército brasileiro nas primeiras décadas do século XX, é preciso compreender um pouco da trajetória da instituição durante o Império e o início da República, mais precisamente, na segunda metade do século XIX, durante e após a Guerra do Paraguai.

Até a Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro possuía uma estrutura bastante semelhante ao que tinha sido a estrutura das forças militares coloniais; após a Independência, permaneceram no alto escalão generais portugueses que ficaram no país. Segundo Carvalho (2005), o Exército brasileiro manteve a estrutura colonial e, deste modo, conseguiu a antipatia da população, já que discriminava a população local e mantinha no alto escalão homens ligados ao imperador.

Ainda segundo Carvalho, com a criação, durante a Regência, da Guarda Nacional, que tinha por objetivo zelar pela segurança interna nas províncias, o Exército foi deixado em segundo plano. Como as atenções estavam voltadas para a Guarda Nacional, os gastos com o

Exército - cuja missão era cuidar apenas das fronteiras do país - foram reduzidos drasticamente, o que resultou na diminuição dos efetivos, na falta de pagamento dos soldos e em condições mínimas de sobrevivência nos quartéis. O resultado destas condições foi tornar ainda mais difícil o recrutamento “voluntário” de soldados, tornando necessário um recrutamento *forçado*, já que o cidadão era recrutado a força e obrigado a servir por um período de seis anos.

Esta situação pouco se alterou durante o Segundo Império. O recrutamento era visto como um “castigo”, já que a situação dentro dos quartéis era de extrema penúria. Para conseguir dispensa, o cidadão poderia apresentar um atestado de bons antecedentes (cf. SODRÉ, 1979); portanto, sobrava para os “maus elementos” da sociedade o “fardo” de servir ao Exército.

Este era o panorama do Exército brasileiro às vésperas da Guerra do Paraguai. Uma instituição desprestigiada e totalmente despreparada para um conflito de longa duração, como foi o conflito platino. Como prova disso, o país mandou para o teatro das operações tropas sem nenhuma organização e armamento insuficiente. Para Doratioto (2002), este panorama somente mudou após Caxias assumir o Comando das tropas, e ter conseguido realizar alguns atos fundamentais para a continuação das operações de guerra, como organizar um comando-maior competente e reorganizar as unidades combatentes, que resultaram em uma mudança do panorama da Guerra, que se tornou favorável ao Brasil.

Pode-se dizer que o Exército brasileiro termina a Guerra do Paraguai muito mais valorizado do que estava no início do conflito. No entanto, passado algum tempo, o Exército viu-se relegado novamente, principalmente porque não tinha definida sua funcionalidade em “tempos de paz”. O país passava por transformações políticas - que culminariam com a Proclamação da República - e a Guerra do Paraguai havia criado dentro do Exército brasileiro um sentimento de participação política, antes não existente, experimentando certa, embora frágil, estabilidade e coesão interna para se mostrar como força política e social.

No entanto, se externamente o Exército demonstrava certa coesão, uma espécie de “corporativismo”, internamente presenciava divisões e divergências no quadro de oficiais. Ainda segundo Carvalho (2005), várias correntes dentro do Exército disputavam entre si a hegemonia do pensamento militar. Uma das principais divergências era a disputa ideológica existente entre os chamados *tarimbeiros* e os *científicos* ou *bacharéis*. O primeiro grupo era formado por oficiais de alto escalão, a maioria sem curso superior, que tinham ganhado suas

patentes por nomeação do Imperador ou porque tinham relevantes serviços na Guerra do Paraguai; o segundo grupo era formado pelos “novos” oficiais, graduados nas Escolas Militares, que buscavam ascensão social e tinham pouca intimidade com o universo militar propriamente.

Os *tarimbeiros* defendiam a necessidade de um exército forte, que permanecesse em constante treinamento e preparado para um conflito imediato. Como mencionado, os *tarimbeiros* estavam mais ligados aos acontecimentos da Guerra do Paraguai, e por isso, temiam a necessidade de precisar formar as pressas novamente uma tropa no caso de um conflito. Já os *bacharéis* viam o Exército de uma maneira diferente, onde a participação política era o mais importante. Os *bacharéis* estavam ligados, na sua maioria, à doutrina positivista, liderados por Benjamin Constant, e acreditavam que a humanidade caminhava para a paz mundial. O Exército profissional não teria razão de existir, e logo seria substituído por grupos de cidadãos que estariam a postos caso houvesse necessidade de pegar em armas.

A escaramuça entre oficiais do Exército e Império extrapolou os muros dos quartéis em algumas situações. Segundo Castro (1995), a jovem oficialidade formada sob o espírito “científico”, participou ativamente dos eventos ocorridos entre 1885 e 1887, que ficaram conhecidos como a *Questão Militar*. A pendência envolveu militares de alta patente e políticos influentes do período, e foi se agravando com publicações de artigos de ambos os lados nos periódicos da época. Os episódios foram se agravando, até a entrada em cena do Comandante Militar da região sul, Marechal Deodoro da Fonseca, que se negou a cumprir ordens dadas do ministério de Guerra<sup>11</sup>.

Para Castro, “a questão passava a se configurar, cada vez mais, como uma Questão Militar – não casos isolados de disciplina nem de perseguições políticas, mas um confronto entre militares e governo” (cf. CASTRO, 1995, p. 87). A situação entre o Exército e o Império se tornou insustentável; os elos que antes existiam foram definitivamente quebrados. Para Sodré (1979), a *Questão Militar* conseguiu fazer com que as diferentes visões dentro do Exército se unissem para *honrar a farda*, suplantando, pelo menos temporariamente, as divergências internas. Foi, portanto, decisiva para a proclamação da República. Evidentemente que não pode ser considerado o único fator para tal, mas a partir do momento que a monarquia perde o Exército como “aliado”, vê perder uma antes importante base de apoio.

---

<sup>11</sup> Para mais informações sobre o episódio da Questão Militar, ver Castro (1995).

Deodoro da Fonseca, depois do episódio, passou a ter o apoio dos militares do Rio de Janeiro; apesar das diferenças existentes no seio do Exército, naquele momento o velho militar representava os interesses dos militares contra o governo. Deodoro da Fonseca acabou se tornando a figura conciliatória entre as facções do Exército; um líder que não existia desde a morte de Caxias. Tornou-se a figura ideal para aquele momento de fim da monarquia no país.

Após a proclamação da República, a aparente unidade interna do Exército foi logo desfeita. Deodoro da Fonseca não se manteve na presidência, e foi substituído por seu vice, Floriano Peixoto. Floriano representava o oposto de Deodoro; era um oficial de artilharia, formado na Escola Militar. Podia ser considerado do grupo dos *bacharéis*, que defendiam a participação do Exército na política nacional (cf. ANTUNES, 2007, p. 28). Seu governo foi considerado decisivo para a consolidação da República, pois conseguiu derrotar diversas agitações e rebeliões ocorridas no país.

Ainda no final do século XIX ocorreu um episódio decisivo para os rumos do Exército. Trata-se do conflito em Canudos, iniciado em 1896, onde, novamente, as tropas deram mostras do quanto estavam mal preparadas e dirigidas. Não houve preocupação em conhecer o inimigo, nem buscaram conhecer o ambiente onde se daria as operações ou como seria feito o suprimento das tropas. O resultado foi uma estrondosa derrota para o Exército, em três expedições mal sucedidas. A quarta expedição conseguiu derrotar os sertanejos, e foi responsável por um massacre que até hoje figura como um dos episódios mais sangrentos e funestos da história militar brasileira.

Se Canudos possibilitou aos chefes militares o duro exemplo de que era preciso preparar melhor as tropas, outro fator foi também fundamental, já no início do século XX: diversos países da Europa vinham sistematicamente profissionalizando e modernizando seus exércitos. Porém, esta era uma questão que ainda não encontrava eco em todos os setores do Exército brasileiro e, por isso, entender o que acontecia no interior das Escolas Militares brasileiras pode ajudar a esclarecer um pouco do panorama da instituição no período.

A Escola Militar da Praia Vermelha foi fundada em 1792, por ordem de D. Maria I, com o objetivo de formar oficiais de armas e engenheiros para o Brasil colônia. Foi a primeira escola de engenharia das Américas e a terceira do mundo. Até o ano de 1874, formava engenheiros civis e militares; a partir desta data, até 1904, somente oficiais e engenheiros militares. Obedecia a seguinte hierarquia: Infantaria e Cavalaria, 1º e 2º anos; Artilharia, 3º



ano; Estado-Maior, 4º ano; e Engenheiros, 5º ano. Portanto, para um engenheiro militar terminar seu curso, antes precisava cursar todos os outros, e saía com uma formação completa. Por isso, boa parte dos oficiais-generais era recrutada do quadro de engenheiros (cf. SANTOS, 2007).

Este panorama possibilita identificar que a Escola Militar da Praia Vermelha tinha uma formação *científica*, com pouquíssima ênfase militar. A declaração do ministro da Guerra, em 1900, Marechal Mallet, é esclarecedora:

A instrução hoje proporcionada aos alunos [...] pode ser a mais completa, elevada e adiantada, a mais científica – não contesto nem discuto. Não obstante, o que posso garantir é que absolutamente não corresponde às necessidades positivas da vida militar. Talvez prepare ótimos bacharéis em ciências, soldados é que não (Relatório Ministerial, 1900, p. 29).

Ou ainda, do Ministro da Guerra, Marechal Francisco de Paula Argollo, três anos depois:

Não há dúvida que da escola saem eles bem preparados em todas as ciências e aptos a tratar de qualquer assunto que a elas se refira, mas creio que não é propriamente para isso que foram criados e são mantidos os estabelecimentos militares, cujo único fim deve ser formar verdadeiros soldados e profissionais competentes (Relatório Ministerial, 1903, p. 8).

Esta insatisfação, somada às constantes insubordinações e o envolvimento dos militares na Revolta da Vacina<sup>12</sup>, o ministro Argollo mandou fechar a Escola Militar da Praia Vermelha, e transferiu a formação de oficiais para a Escola de Aplicação do Realengo. Em 1913 foi criada a Escola Militar do Realengo, objetivando unificar as escolas de Aplicação e Guerra. Tinha claramente novos objetivos: uma formação mais militar, técnica, visando a profissionalização do Exército. Segundo Santos:

A nova escola pretendia criar uma oficialidade profissional, insistindo no ensino técnico e no maior afastamento do meio civil. Para tanto, contratou instrutores militares que visavam a profissionalização da força e acrescentou ao seu currículo, através de várias reformas, o ensino prático militar (2007, p.316).

Neste contexto, é imprescindível comentar a atuação de um grupo de oficiais que foram estagiar na Europa, conhecidos posteriormente como *joventes turcos*. Três turmas, num total de vinte e um oficiais, foram estagiar no Exército alemão, considerado um dos mais fortes da Europa naquele momento. O apelido *joventes turcos* foi dado porque na época a juventude turca tentava transformar seu país e, de certa forma, os oficiais brasileiros voltavam com o mesmo “entusiasmo”. O apelido, que inicialmente foi dado de modo pejorativo, logo se

---

<sup>12</sup> Os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha aderiram à Revolta, contando com o apoio inclusive de altos oficiais. Para o assunto, ver SEVCENKO (1993).

transformou em símbolo de abnegação e patriotismo entre os militares (cf. RODRIGUES, n.d., p.3)

Foi este grupo de oficiais que fundou, em 1913, a Revista *A Defesa Nacional*. Embora o objetivo fosse o de discutir na Revista apenas questões táticas e técnicas, era inevitável que seus idealizadores acabassem também refletindo nos editoriais e artigos seu posicionamento político; ou em outras palavras, a maneira como enxergavam que o Exército deveria agir dentro da sociedade. Seus redatores, figuras como Bertholdo Klinger<sup>13</sup>, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis buscavam dar à Revista propósitos inteiramente militares.

Outras revistas militares também foram publicadas no período, porém, *A Defesa* foi a que mais repercutiu e se tornou um canal de divulgação das idéias e princípios dos jovens oficiais que ainda não tinham espaço maior dentro da instituição.

Acontecimentos neste período na Europa reforçavam a preocupação dos que queriam um exército mais profissional e militarizado. A Primeira Guerra Mundial demonstrou ser um novo tipo de guerra, por isso exigia uma nova concepção de Exército. Após o término da Grande Guerra, amadureceu dentro do Exército a idéia de trazer para o país uma missão militar de instrução, cujo objetivo era treinar o Exército brasileiro para os novos tempos. A *Missão Francesa*, como ficou conhecida, chegou ao Brasil em 1920, e por um período de vinte anos, contribuiu para a profissionalização do Exército brasileiro, através de cursos e da criação de escolas militares mais específicas, como a Escola de Veterinária e a Escola de Intendência. Ainda, segundo Santos (2007, p. 320), graças a Missão Francesa o “Exército passou a ter uma cúpula hierárquica melhor preparada, que efetivamente planejava e controlava a atividade militar”.

Ainda assim, embora com alguns avanços na questão da profissionalização e modernização do Exército, ainda estavam latentes dentro da instituição diversos problemas internos e externos. A década de 1920 foi marcada por diversas manifestações e a eclosão de levantes militares. Como boa parte foi encabeçada por tenentes descontentes com baixos soldos e a política de promoções muito lenta, além da insatisfação com as oligarquias que comandavam o país, o movimento recebeu o nome de *Tenentismo*. Os movimentos tenentistas eram duramente combatidos dentro do Exército pelos oficiais de alta patente que defendiam a legalidade. No entanto, estes mesmos oficiais também não estavam satisfeitos com a

---

<sup>13</sup> Bertholdo Klinger, anos depois, foi designado para a Circunscrição Militar de Mato Grosso, como veremos mais adiante.

negligência com que o Estado tratava o Exército. Não é objetivo aprofundar as questões referentes à repercussão do *Tenentismo* no Exército e na sociedade brasileira, mas é interessante ressaltar as tensões vividas internamente no Exército no período.

Uma das maneiras encontradas para levar adiante o processo de formação de uma identidade militar foi a criação de elementos identitários que se deveriam se tornar referências para os soldados e oficiais. Nesse sentido, o conceito de invenção das tradições, de Hobsbawm (1997) é bastante pertinente. Hobsbawm considera uma *tradição inventada* um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 1997, p. 9). Dessa maneira, as tradições estabelecem uma continuação artificial com um passado histórico considerado apropriado por aqueles que a inventaram, estabelecendo coesão e estabilidade social em uma situação de transformações históricas.

Especificamente sobre o Exército brasileiro, Celso Castro (2002), utilizou o conceito de *tradição inventada* de Hobsbawm, porém, considerando que não existem tradições genuínas; todas seriam inventadas. Escolhe para ilustrar seu pensamento as diversas *invenções* que o Exército brasileiro construiu para estabelecer um vínculo com o passado de modo a alcançar o objetivo de construir uma identificação entre a instituição e suas fileiras, almejando a profissionalização. Algumas das *tradições inventadas* pelo Exército foram: criação de fardas, brasões, estandartes, a instituição do Dia do Soldado, em 25 de agosto de 1931<sup>14</sup>, a retomada e culto da figura de Caxias. Enfim, diversas ações que tinham por objetivo criar uma identidade militar, através da:

Adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos. Mais do que a ‘reorganização’ de uma instituição fragmentada depois de décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a *invenção* do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel para desempenhar na construção da Nação brasileira (2002, p. 12)

Dentro deste processo, surge dentro do Exército uma intensificação ao culto de alguns militares, cujo objetivo era criar figuras heróicas que pudessem ser reverenciadas e cultuadas, principalmente pelo jovem oficialato. O principal objetivo de tal culto era o de inculcar na juventude militar o sentimento de pertencimento, abnegação e, principalmente, respeito à hierarquia. Foi justamente na Guerra do Paraguai que o Exército teve a possibilidade de

---

<sup>14</sup> Dia de nascimento de Caxias.

“escolher” seus heróis. E a escolha não foi feita ao acaso, já que a Guerra do Paraguai havia conseguido aglutinar diferentes setores da sociedade brasileira em torno do acontecimento.

Para Carvalho (2005), a Guerra do Paraguai pode ser entendida como o fator mais significativo para a construção da identidade brasileira. Essa afirmação supõe que a Independência e a Proclamação da República, momentos políticos que deveriam ter sido significativos no século XIX para a construção da nacionalidade, não tiveram a amplitude que a Guerra do Paraguai alcançou no imaginário brasileiro. Uma das explicações está ligada à intensa movimentação causada pela Guerra, que pela primeira vez uniu grupos sociais diferentes, de todas as regiões do país. Vale lembrar que o teatro das operações, principalmente o sul da província de Mato Grosso, estava longe dos grandes centros do país, mas, nem por isso, o conflito deixou de contar com a intensa participação da população na discussão dos acontecimentos, através das notícias e publicações de jornais do período.

Outros fatores também foram preponderantes. A Guerra do Paraguai teve nitidamente um inimigo externo: o Paraguai e seu líder, General López. Não se tratava de uma luta “fratricida” e repressiva, como a campanha de Canudos ou Contestado. A Guerra do Paraguai era, portanto, o período e o acontecimento histórico ideal para “garimpar” personagens que poderiam ser alçados a categoria de heróis.

O Exército passava por um momento em que necessitava estabelecer paradigmas que satisfizessem dois aspectos: um interno, onde se buscava um consenso entre o corpo de militares, modos de pensar e agir e, principalmente, como se viam entre si, e outro externo, já que, como instituição, estava inserida em uma sociedade e precisava relacionar-se com esta realidade. Era um tipo de jogo que vai-e-vem; por um lado o Exército desenvolvia ações para diferenciar seus integrantes dos *civis*, por outro, não podia simplesmente *fechar-se* em si, e tinha de se inter-relacionar com a sociedade em geral.

Deste modo, pode-se pensar no conceito de *ethos* (cf. CHARAUDEAU, 2006, p. 115), como sendo uma imagem que se constrói de si próprio em todas as ações, naquilo que o discurso permite ver e compreender; ou seja, “o *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala, o olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”.

Este era o panorama do Exército brasileiro quando foram publicadas três obras que serão analisadas na seqüência. A escolha e a importância delas residem no fato de serem publicações que trataram dos acontecimentos no sul da antiga província de Mato Grosso

durante a Guerra do Paraguai. Em comum, também o fato de que foram publicadas na década de 1920 e de que seus autores estavam direta ou indiretamente ligados ao Exército. São elas: **A epopéia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar**, escrita pelo Coronel José Feliciano Lobo Vianna, publicada em 1920; **Heróis Abandonados!: Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso**, do engenheiro Armando de Arruda Pereira, de 1925 e, por fim, **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**, de Pedro Cordolino de Azevedo, publicada em 1926.

### *1.2.1 Obras militar-memorialistas: profissionalização através da criação das figuras heróicas*

Como já comentado, as obras analisadas foram selecionadas porque possuíam alguns aspectos em comum. O período em questão foi marcado por outras publicações dentro do Exército, que almejavam a unificação da instituição em torno de um ideal militar, mas as obras escolhidas para esta análise têm o diferencial de abordar os eventos ocorridos no sul da antiga província de Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai.

Cronologicamente, a primeira obra publicada foi a do Coronel José Feliciano Lobo Vianna, **A epopéia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar**, de 1920. A obra, originada de uma conferência feita pelo coronel em 29 de maio de 1920, foi feita em homenagem ao 53º aniversário da morte do comandante e do subcomandante do Corpo Expedicionário de Mato Grosso, respectivamente, Coronel Carlos de Moraes Camisão e Tenente-Coronel Juvêncio Manuel Cabral de Menezes.

O autor era Coronel de Artilharia, cargo que ocupava desde 1918. Meses após a publicação da obra, foi graduado ao posto de Brigadeiro e transferido para a reserva. Era formado bacharel em matemática e ciências físicas e naturais (cf. ANTUNES, 2007, p. 57). Por ter esta formação e integrar o corpo de artilharia, uma especialidade que exigia uma formação mais apurada, Lobo Vianna pode ser considerado um militar *científico*. Seu nome está associado à defesa de interesses de classe; foi o autor, por exemplo, que criou a Caixa de Socorros do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, em 1894, quando era comandante da

corporação<sup>15</sup>. Também tem seu nome ligado à criação da Fundação Osório, entidade que tinha por interesse zelar pelos familiares, especialmente pelas órfãs, de militares das forças armadas.

O autor foi por muitos anos professor de História na Escola Militar da Praia Vermelha e na Escola Militar do Realengo. Era, portanto, um militar que tinha proximidade com as novas gerações de oficiais formadas pelas Escolas Militares.

Resumidamente, a obra tem quatro partes, divididas em vinte e cinco capítulos curtos. Na primeira, o autor faz os agradecimentos comuns do protocolo militar, para em seguida iniciar a narrativa da organização da marcha da coluna, que partiu do Rio de Janeiro, seguiu por São Paulo, Minas Gerais, Goiás, para, finalmente, entrar em Mato Grosso, estacionando em Coxim.

Em um segundo momento, o autor relata os preparativos para a invasão brasileira no Paraguai. É um assunto, sem dúvidas, delicado para o Exército, pois há registros de que foi um período cheio de incertezas e desmandos por parte do Comando da coluna, chegando a haver até destituição do comando da tropa. Neste momento, chega o Coronel Camisão para assumir o comando, e o autor relata, sutilmente, as hesitações do comandante, percebidas por adiamentos das ações sem justificativas plausíveis e repetidas convocações de conselhos de guerra. É neste período que vai se juntar à coluna o fazendeiro José Francisco Lopes, o Guia Lopes, figura emblemática, que se alistou voluntariamente ao Exército e proveu de víveres a já combatida, pela extensa marcha, tropa brasileira.

Na seqüência, é discutido o cerne da obra, onde são relatados os acontecimentos da retirada, que ficou conhecida como Retirada da Laguna. As precárias condições de combate, a fome, doenças – entre elas a cólera, responsável por um considerável número de óbitos, inclusive os do Coronel Camisão, do Tenente-Coronel Juvêncio e do Guia Lopes – estão entre as principais dificuldades enfrentadas pelos soldados brasileiros.

Por fim, Lobo Viana fecha a discussão solicitando que os oficiais que tenham conhecimentos destes acontecimentos se unam para não permitir que estes *atos de bravura* do Exército brasileiro no sul de Mato Grosso sejam esquecidos. Reproduz, ainda, nos anexos, um número significativo de notas, onde são transcritos os documentos oficiais escritos pelos

---

<sup>15</sup> Cf. informações contidas na 056ª Sessão Solene em homenagem ao “Aniversário de 160 anos da Caixa Beneficente da Política Militar (in [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)).

oficiais da expedição. O autor utilizou como base para sua conferência a conhecida obra de Alfredo d'Escragolle Taunay, *A Retirada da Laguna*, para compor a narrativa.

A obra seguinte, **Heróis Abandonados!: Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso**, de Armando de Arruda Pereira, foi publicada em 1925. O autor não pertencia ao Exército; era engenheiro da Companhia Construtora de Santos, no período de 1917 a 1924, sendo que entre 1921 e 1924 foi engenheiro-inspetor das obras militares no sul do antigo estado de Mato Grosso, no período em que o ministério do Exército estava sob comando de João Pandiá Calógeras. Esteve, portanto, sob sua responsabilidade a construção de quartéis no sul de Mato Grosso naquele período, em lugares e regiões onde aconteceram alguns episódios da Guerra do Paraguai.

Pertencente a uma família tradicional paulista, filho do comendador Armando Rosa Pereira, Arruda Pereira formou-se em engenharia civil pela New York University School of Applied Science com apenas 20 anos. Além das funções na área de engenharia, Arruda Pereira desempenhou inúmeros cargos, entre eles, o de diretor do Instituto de Engenharia de São Paulo e diretor da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP); foi um dos idealizadores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e diretor-secretário da Associação Comercial de São Paulo. Também se destacou na área política, como vereador da Câmara Municipal da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo. Entre fevereiro de 1951 e abril de 1953 assumiu seu cargo mais importante na política, nomeado prefeito de São Paulo naquele período<sup>16</sup>.

O autor publicou ainda outras obras, entre as quais: *Construindo quartéis para o Exército* (1930), *Pelo Brasil e Para o Brasil* (1938) e *São Paulo: berço da engenharia nacional* (1952).

A obra **Heroes Abandonados!** foi escrita enquanto Arruda Pereira esteve na região de Mato Grosso, durante a construção de quartéis no sul do estado, próximo à fronteira com o Paraguai, entre 1922 e 1925. Enquanto esteve na região, Arruda Pereira resolveu<sup>17</sup> procurar e, na medida do possível, revitalizar locais que teriam sido palco de acontecimentos relevantes na Guerra do Paraguai, tais como a Retirada da Laguna e a invasão paraguaia à Colônia

---

<sup>16</sup> Seu nome costuma estar ligado à entidade Rotary, pois no período foi um dos sócios que alcançaram maior prestígio mundial. Foi eleito o primeiro brasileiro e sul-americano para a presidência do Rotary Internacional, cargo que ocupou em 1940. É o Rotary que mantém, em São Paulo, um museu com seu nome, cujo objetivo é integrar as atividades da Fundação de Rotarianos de São Paulo, mantendo um acervo com quatro coleções, entre elas, a Coleção Armando de Arruda Pereira (cf. informações do Museu Armando Arruda Pereira – via e-mail).

<sup>17</sup> Não é possível precisar se foi por iniciativa própria ou instigado por militares que tinha contato que Arruda Pereira iniciou essas viagens pelos lugares históricos.

Militar dos Dourados. A obra foi escrita de forma que se assemelha a um “diário de bordo”, por isso possui trechos que se diferenciam entre si; uns trechos são apenas descritivos, outros são carregados de elogios ufanistas e apelos para que se dê atenção aos locais históricos e aos heróis.

Na obra, dividida em doze capítulos curtos, Arruda Pereira vai relatando as viagens que fez e lugares que conheceu, entre elas, a busca do túmulo do Tenente Antônio João Ribeiro nas proximidades da antiga Colônia Militar dos Dourados. Também visitou a cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai; o possível local da batalha do Nhandipá, e diversos outros locais dentro do território paraguaio. Esteve presente também no local hoje conhecido como Cemitério dos Heróis (município de Jardim) - local onde foram enterrados diversos soldados brasileiros e alguns oficiais, como o Coronel Camisão e o Tenente-Coronel Juvêncio. Não se esquece de mencionar a necessidade de dar àqueles heróis melhor tratamento, já ventilando a idéia de se construir um monumento aos heróis da Guerra do Paraguai<sup>18</sup>:

Fala-se, hoje em dia, em se erigir um monumento ao soldado desconhecido, imitando assim o que se tem feito nos países europeus. Se quiserdes conseguir os restos de um soldado desconhecido com a certeza de que serão os de um bravo, ide buscar os que estão assinalados pelas cruzes do cemitério em Bela Vista (PEREIRA, 1925, p. 30).

E em outro trecho:

Aos brasileiros que nos lerem, pedimos trabalhem da melhor forma que puderem, junto ao Governo, juntos dos amigos políticos que tiverem, que se faça uma homenagem condigna, a fim de que se salde essa dívida de gratidão, há muito contraída para com a memória desses três vultos, desses três homens de fato, caracteres másculos, de rigeza férrea, de abnegação completa ao cumprimento do dever consciente (id., p. 44-45).

No período, segundo Arruda Pereira, se concretizou a construção do primeiro monumento em memória à Retirada da Laguna na região, que seria erigido na praça central de Nioaque, “onde ficaria entregue à guarda da população” (id., p. 57). Segundo Arruda Pereira, a idéia da construção do monumento foi abertamente defendida pelo dono da Companhia Construtora de Santos, Roberto Simonsen, e já no planejamento da construção dos quartéis previa o orçamento para o monumento. A construção da homenagem foi responsabilidade do arquiteto Jules Mosbeux, e foi feito em arenito rosa da Serra de Maracaju e tinha à sua frente um canhão cedido pelo quartel de Nioaque. No monumento, os dizeres:

---

<sup>18</sup> No capítulo II será discutida mais detalhadamente a questão da construção do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados.



*Em nome da nação, o governo da República, pelo seu presidente, Dr. Arthur da Silva Bernardes e o Ministros e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra General F. Setembrino de Carvalho consagram este preito de admiração e reconhecimento à glória imortal dos heróis da Retirada da Laguna. Soldados da Constancia e do Valor que, acabrunhados por privações inexcedíveis, perseguidos por inimigo cruel, e incomparavelmente mais forte, cercados pelo incêndio, dizimados pela cólera e os combates, exinanidos de forças, mas nunca de ânimo, salvaram as bandeiras e os canhões que o Brasil lhes confiara. Julho de 1923 (PEREIRA, 1925, p. 58, grifos do original).*

Outro monumento foi erguido na ocasião, na cidade de Aquidauana. Trata-se de um obelisco em homenagem ao “soldado-escritor” Alfredo D’Escragnolle Taunay, com a seguinte inscrição:

O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Arthur da Silva Bernardes, e o Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra, General F. Setembrino de Carvalho, esta homenagem consagram *em nome da Nação* à memória do escritor ilustre que, ao narrar, com as simples vozes da verdade, os feitos gloriosos e os sacrifícios indisíveis [sic] das forças empenhadas na *Retirada da Laguna* tão alto celebrou a constância e o valor dos soldados do Brasil: *Alfredo D’Escragnolle Taunay*, Visconde de Taunay, Rio de Janeiro – 1843-1899 (id., p. 61).

Outro aspecto interessante é que em diversos momentos da obra, Arruda Pereira comenta sua proximidade e amizade com diversos militares da região, demonstrando que, embora não pertencente ao círculo militar, tinha laços estreitos com figuras importantes. É o caso da visita feita ao local onde estavam enterrados soldados brasileiros, o Guia Lopes, Coronel Camisão e o Tenente-Coronel Juvêncio, acompanhado do capitão de engenharia Pedro Loureiro Villaboim, fiscal do governo e representante da Diretoria de Engenharia do Exército. Ou quando da visita ao Cambarecê, local onde foram abandonados os doentes coléricos da expedição, feita na companhia do Major de Engenharia Antonino Menna Gonçalves, filho do veterano de guerra Coronel Zózimo Menna Gonçalves.

Arruda Pereira encerra de modo bastante entusiástico a obra:

Foi para a juventude atual, em cujo meio incluímos nossos filhos e seus amiguinhos, e para as vindouras juventudes, a quem o Brasil um dia confiará a guarda da sua integridade e a defesa da sua honra, que escrevemos as descrições que acabais de ler. Alhures não precisarão procurar os mais dignos exemplos de amor às instituições e ao Brasil, do que entre os atos de abnegação e bravura praticados nos campos verdes do sul de Mato Grosso!! E, agora, dirigimo-nos a vós, leitores que haveis passado os vossos 21 janeiros: Lêde a história dos fatos, e de vós mesmo indage: *Temos ou não, grande dívida de gratidão a saldar para com a memória desses bravos e os veteranos dessa campanha, verdadeiras relíquias vivas, que por aí andam esquecidos de todos nós?* (id., p.61, grifo no original).

Por fim, em 1926 foi publicada a obra: **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**, de Pedro Cordolino de Azevedo. O autor, militar, foi professor de História por mais de vinte e cinco anos, inclusive da Escola Militar do Realengo. Segundo Antunes (2007), é

considerado um dos mais importantes autores da história militar nos quadros do Exército, tendo publicado obras de expressão, como a *História Militar*, em 1938. Participou também da ata de fundação do Instituto de Geografia e História Militar, ao lado de figuras como Genserico de Vasconcelos, Tasso Fragoso e Cândido Rondon.

A obra divide-se em duas partes. Na primeira, a *Epopéia*, o autor apresenta uma narrativa sobre os acontecimentos da Guerra, enfatizando aspectos como o pretexto do conflito, as forças utilizadas no confronto com as tropas paraguaias, a ofensiva paraguaia e brasileira. A *Ofensiva Paraguaiá* é narrada através do ataque ao Forte de Coimbra e a retirada de Corumbá, feita por Oliveira Mello; o ataque à Colônia Militar dos Dourados e a resistência do Tenente Antônio João. Prossegue narrando a *Ofensiva Brasileira*, feita mediante a criação do Corpo Expedicionário, através da invasão pelo Apa, e todos os problemas da marcha que culminaram com a Retirada da Laguna; por fim, a retomada de Corumbá e o combate do Alegre.

Esta primeira parte da obra apresenta-se como um roteiro didático sobre a guerra, parecendo evidente o objetivo do autor de divulgar os acontecimentos do conflito, tornando-os mais conhecidos mesmo dentro do universo militar. Sem dúvida, era bastante propícia a proximidade entre o autor e os jovens militares que freqüentavam os cursos preparatórios do Exército.

A segunda parte do livro, o *Bronze*, é especialmente dedicada às ações lideradas pelo autor para a construção de um monumento que prestigiasse os heróis da Guerra. Pela importância que o monumento adquiriu e pelo que passou a representar em termos de reconstrução do universo heróico militar, o livro merece uma análise atenta. Algumas informações importantes, como as explicações para a idéia do monumento, a captação de recursos, o concurso para a escolha da maquete são tratadas nessa parte da obra. A maquete intitulada *Veritas et Labor*, do escultor Antonino Pinto de Mattos, foi a vencedora de um concurso realizado para esse fim. Cordolino de Azevedo traz a transcrição da leitura que o escultor fez de sua obra, e são interessantes alguns apontamentos ali realizados, como por exemplo, as escolhas de expressões, gestos, posições de corpo dos retratados, etc.. É nesta maquete que o escultor apresentou a figura de Antônio João como comumente ele é retratado

em monumentos em sua homenagem: cambaleante, momentos antes de cair ao chão, após ser alvejado por arma de fogo<sup>19</sup>.

Estes três autores, Lobo Vianna, Arruda Pereira e Cordolino de Azevedo, cooperaram para a construção de uma identidade militar, que contribuiu para eliminar, de certo modo, as diferenças internas existentes, e forjou um sentimento de pertencimento à instituição do Exército. A publicação destas obras foi decisiva para a construção dos *heróis* do passado, mas que naquele momento representavam os ideais de hierarquia e disciplinas necessários para a manutenção das forças militares organizadas e com poder ativo dentro da sociedade brasileira.

### *1.2.2 A expansão estrutural do Exército em Mato Grosso e popularização dos acontecimentos históricos no sul do antigo Mato Grosso*

A década de 1920 foi também marcada dentro do Exército pela expansão da estrutura física, com a construção de 49 obras em 36 cidades diferentes, nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (cf. SIMONSEN, 1931, p. 17 e 123 apud MEUCCI, 2009, p. 2). Vale lembrar que a construção destes quartéis acontecia em um período complexo de questionamentos sobre o papel do Exército nas relações de poder republicanas e na sociedade. O sucesso ou fracasso de tão extenso empreendimento teria grande repercussão nas esferas sociais e políticas, já que os quartéis eram vistos como locais de inserção do Exército na sociedade, o que deveria motivar a relação entre a instituição e a população.

Pandiá Calógeras foi o responsável pela autorização da ampliação da estrutura física do Exército. O ministro era engenheiro formado na Escola de Minas, em Ouro Preto. Iniciou sua vida pública como deputado federal, tendo sido reeleito diversas vezes. Foi também Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria no governo de Epitácio Pessoa. Em 1918 chefiou a delegação brasileira que participou da Conferência de Paz de Versalhes, ao fim da Primeira Guerra Mundial, e no retorno ao Brasil, assumiu o Ministério de Guerra, único civil a ocupar o cargo no período republicano<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> As obras: **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história** e **Heróis Abandonados!: Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso** serão analisadas também no capítulo seguinte, pois tiveram extrema importância para a construção da figura heróica do Tenente Antônio João, especificamente.

<sup>20</sup> Cf. informações contidas no site do CPDOC, na seção: *Biografia*.

Foi nesta viagem à Europa que Pandiá Calógeras conheceu Roberto Simonsen, dono da *Companhia Construtora de Santos*, empresa escolhida posteriormente como responsável pela construção dos quartéis no período entre 1921 e 1926. A Companhia Construtora de Santos mobilizou para as obras aproximadamente 15 mil operários e uma grande quantidade de engenheiros, arquitetos e desenhistas, e mantinha em funcionamento quatro escritórios: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Maria e Campo Grande (cf. MEUCCI, 2009, p. 2 e 12).

O engenheiro-inspetor responsável pelas obras em Mato Grosso, como já comentado, foi Armando Arruda Pereira. O engenheiro publicou, em 1930, uma obra chamada: *Construindo quartéis para o Exército*, com o objetivo de narrar as dificuldades enfrentadas por ele e pela Construtora de Santos para a construção de quartéis nas cidades de Campo Grande, Bela Vista, Aquidauana e Ponta Porã, no sul do antigo Mato Grosso. “Para bem avaliar tudo o que lá se fez”, o autor procurou descrever as condições da região, sendo “necessário preparar o espírito e transportar-se àqueles lugares, imaginando o ambiente e dificuldades, resultantes da distância e do meio social” (PEREIRA, 1930, p. 13).

Para Simonsen e Pereira, a questão dos transportes foi uma das mais problemáticas. Segundo o presidente da Companhia,

Um dos mais sérios problemas que tivemos que enfrentar foi dos transportes. Executamos os quartéis em época de crise dos transportes, crise que se foi acentuando até se tornar gravíssima em 1924. Em alguns Estados, como em Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, tivemos que vencer as dificuldades decorrentes da afastada distância de alguns canteiros, dos pontos servidos por estradas de ferro, além da própria deficiência de material ferroviário (SIMONSEN, 1931, p. 54 apud MEUCCI, 2009, p. 15).

Além da falta de transporte, Pereira enumera ainda outras dificuldades para a construção dos quartéis em Mato Grosso, como ausência de mão-de-obra qualificada, operários “indispostos” e a formação dos sindicatos. Na cidade de Campo Grande, onde estava instalado um dos escritórios da Companhia, Pereira enumera a desordem e a violência; a falta de mão de obra acostumada com o trabalho e a “imoralidade” dos trabalhadores como aspectos cotidianos com os quais tinha que administrar. Evidentemente, trata-se aqui da visão que os “patrões” tinham dos trabalhadores da região.

Outra preocupação de Pereira foi o de garantir que nos quartéis construídos na região fossem registrados, através de monumentos ou placas, elementos comemorativos aos heróis da Guerra do Paraguai. O autor, como se percebe, era um admirador e conhecedor do conflito platino; estava ciente de que os quartéis estavam sendo construídos na região palco dos acontecimentos da Guerra. Pelo menos dois monumentos estavam previstos no orçamento:

um em Aquidauana homenageando Alfredo d'Escragnoille Taunay e outro em Nioaque, para homenagear os heróis da Retirada da Laguna, conforme já referido. Além destes, foi encomendado ao filho de Taunay, Afonso d'Escragnoille Taunay a confecção de *chablonas* com cinco temáticas: Guerra do Paraguai, Campanha de Mato Grosso, Independência, República e Heroínas, que deveriam ser ostentadas nos quartéis, pois: “sendo o quartel uma escola onde se aprende a amar e defender a Pátria, era justo que se procurasse inculcar no espírito do soldado os feitos dos grandes homens, que com tanto talento ou com a espada elevaram a glória do Brasil” (PEREIRA, 1930, p. 41).

Depois da transferência da sede da Circunscrição Militar de Mato Grosso de Cuiabá para Campo Grande, Bertholdo Klinger foi um dos primeiros comandantes. Figura controversa, o General Bertholdo Klinger, como já comentado, pertenceu ao grupo que foi estagiar na Alemanha, entre 1910 e 1912. No regresso, foi redator da Revista *A Defesa Nacional*, tornando-se um dos maiores defensores da profissionalização do Exército Brasileiro. Seu envolvimento com as agitações dentro do Exército no início da década de 1920 é bastante contraditório, pois foi preso em 1924 acusado de colaborar com os tenentistas. No entanto, nos anos seguintes, foi claramente contrário ao movimento tenentista, tendo, por exemplo, proibido os oficiais sob seu comando a filiar-se no Clube 3 de outubro<sup>21</sup> e assumido a chefia de tropas na perseguição à Coluna Prestes<sup>22</sup>.

Em 1931, devido possivelmente a desavenças políticas, Klinger foi mandado para a Circunscrição Militar de Mato Grosso – o que, no período, poderia ser considerado um tipo de punição, já que Mato Grosso não era um centro militar significativo. Foi como Comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso que Bertholdo Klinger participou da Revolução Constitucionalista de 1932, apoiando São Paulo, no movimento contrário ao governo de Getúlio Vargas. Nomeado chefe das tropas revolucionárias, partiu para São Paulo para comandar as tropas, deixando nomeado, em Mato Grosso, Vespasiano Martins como governador<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Associação que visava dar apoio e coesão aos tenentes.

<sup>22</sup> Cf. informações contidas no site do CPDOC, na seção: *Biografia*.

<sup>23</sup> Vale lembrar que em Cuiabá o interventor permaneceu o nomeado por Vargas; Vespasiano Martins ficou como governador “revolucionário” em Campo Grande (cf. QUEIROZ, 2008, p. 159). Em Mato Grosso, esse período da política local é bastante conturbado e envolve questões políticas internas, como o descontentamento da elite sul-mato-grossense com a elite política cuiabana. Para alguns autores memorialistas, o período que Vespasiano Martins “governou” a região é usado como justificativa para compreender a campanha divisionista do estado, ou, ainda, a própria criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. É um assunto tratado por vários autores, entre eles, destaque: SILVA, Ricardo Souza. *Mato Grosso do Sul: Labirintos da memória*.

Durante o período que esteve em Mato Grosso, o General Bertholdo Klinger organizou manobras militares no sul do antigo Mato Grosso, da cidade de Nioaque até Laguna, no Paraguai. Aproveitando estas manobras, Alexandre Wulfes e Líbero Luxardo, produziram, entre 1931 e 1932, o filme *Alma do Brasil*, considerado por especialistas em cinema brasileiro como o primeiro filme de “reconstrução histórica totalmente sonorizado do país”. Os produtores do filme tinham em mente outro projeto: o de produzir um filme que se chamaria *Aurora do Amor*; mas o projeto foi preterido pela oportunidade de aproveitar as manobras militares do General Bertholdo Klinger em Mato Grosso, segundo depoimentos colhidos por José de Otávio Guizzo, na publicação do livro: *Alma do Brasil: o primeiro filme nacional de reconstituição histórica inteiramente sonorizado*, de 1984. Assim, *Alma do Brasil* é considerado o primeiro filme produzido em Mato Grosso, e teve como temática central retratar a epopéia da *A Retirada da Laguna*, baseada na obra de Taunay.

Nos depoimentos parece claro que o apoio que o Bertholdo Klinger deu ao empreendimento não foi pouco, pois atores e produtores lembraram que o auxílio do militar foi decisivo para a realização da obra. Segundo o produtor Alexandre Wulfes: “Contávamos com a boa vontade do Gen. Klinger que era naturalmente quem tomava conta da região militar, nos pôs a disposição 150 cavalos e com cavaleiros a disposição, arranjamos depois todas as vestimentas dos soldados, armas, essa parte toda foi posta à disposição...” (cf. GUIZZO, 1984, p. 17). O *galã*, Adolpho Marcon, comentou que “o filme monetariamente não custou caro, pois quase tudo foi fornecido pelo General Klinger: rancho, homens, cavalaria, lanças, fuzis e penso eu até canhão”; porém, se pensava que: “O general apenas cooperava para uma nobre ação cívica junto à população, mas... depois se compreendeu melhor. Ele estava preparando a Revolução Constitucionalista” (id., p. 29-30).

A afirmação é bastante interessante. Diversos autores afirmam que Klinger deu apoio irrestrito e forneceu toda logística para a produção do filme porque tinha interesse em projetar-se na região, já tendo em mente sua participação na Revolução de 1932. Para Menezes:

[...] o General Klinger continuou colaborando [com a produção do filme], cedendo nada mais nada menos do que 150 cavalos e cavaleiros, fardas, armas e alimentos, chegando a gerar suspeitas de que ele queria usar o filme para se promover, principalmente após 1932, caso fosse vitoriosa a revolução para derrubar Getúlio Vargas, iniciada por São Paulo e à qual o sul de Mato Grosso aderiu (MENEZES, 1985, p. 44 apud SQUINELO, 2006, p.157).

Porém, por outro lado, vale ressaltar que o militar pertenceu ao grupo dos *jovens turcos*, e também foi editor da revista militar *A Defesa Nacional*; assim, pode-se supor que reunia informações sobre a história militar, e estava, portanto, ciente de que era comandante de uma região militar que fora palco dos acontecimentos da Guerra do Paraguai. Homenagear as figuras heróicas, principalmente os que participaram da *Retirada da Laguna*, era uma maneira de “ajustar contas” com o legado histórico-militar da região.

Squinelo (2006) considera o filme *Alma do Brasil* um importante marco para a divulgação da obra de Taunay, principalmente pelo fato de ter sido realizado em Mato Grosso e, por isso, substancial para a criação de uma memória para a região. Para a autora:

Tendo em vista a projeção nacional e internacional que *Alma do Brasil*, conquistou, não pela temática, mas também pelos aspetos cinematográficos [...] o filme marcou sem dúvida a história, não só do cinema mato-grossense, mas a história e a memória do referido estado (SQUINELO, 2006, p. 162).

Não é objetivo desta pesquisa discutir a obra de Alfredo D’Escragnolle Taunay, porém, algumas considerações são necessárias. *A Retirada da Laguna*, publicada pela primeira vez em 1872, em francês, e 1874, em português, é considerada uma obra fundamental para que o Mato Grosso fosse incorporado ao imaginário do restante do país. A obra, em linhas gerais, narra a trajetória da Coluna Expedicionária Brasileira, em território brasileiro e paraguaio, focando, principalmente, a falta de estrutura para a empreitada e as condições adversas da marcha, incluindo a falta de conhecimento da região, dificuldades de deslocamento, fome e a cólera-morbo, responsáveis pela maioria das mortes dos soldados brasileiros.

Diversas obras sobre a Guerra do Paraguai e os acontecimentos em território mato-grossense foram feitas tendo por base a obra de Taunay. É inegável que a memória do conflito foi construída tendo como parâmetro as narrativas do engenheiro-militar. A própria propagação dos acontecimentos da Guerra do Paraguai em território mato-grossense deveu-se, em grande parte, a obra *A Retirada da Laguna*. Como já comentado, nas primeiras três décadas do século XX, com a busca por uma profissionalização do Exército, procurou-se buscar nos homens que participaram da Guerra as figuras heróicas que deveriam ser cultuadas; que fossem o “espelho” no qual os jovens militares se espelhassem. E o episódio da Coluna Expedicionária, e o resultado dela, retratado por Taunay, serviu bem a este propósito,

legando ao Exército personagens como o Coronel Camisão e o Tenente-Coronel Juvêncio de Menezes, por exemplo.<sup>24</sup>

A obra *A Retirada da Laguna* sempre foi objeto de pesquisas, mas recentemente, vem sendo re-visitada por diversos autores de várias áreas. A criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, fez com que as atenções se voltassem novamente para a obra, que foi e vem sendo utilizada amplamente, principalmente por autores memorialistas, dentro de um contexto mais amplo de retorno aos acontecimentos da Guerra do Paraguai, para a construção de uma memória especificamente sul-mato-grossense<sup>25</sup>.

### 1.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MATO-GROSSENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O período entre 1918 e 1922 é considerado um importante marco para a construção de uma *identidade mato-grossense*, já que nesse período intensas manifestações foram executadas com este propósito. A comemoração do bicentenário de Cuiabá, a criação do IHMT e a publicação de importantes obras são algumas delas.

O sentido de *identidade* aqui empregado pode ser entendido como aquele que se baseia na experiência coletiva, portanto, está próximo do sentimento de pertencimento de grupo apresentado por Maurice Halbwachs (1990), e se aproxima, assim, do que o autor chamou *memória coletiva*. Halbwachs, que publicou boa parte das suas obras entre 1920 e 1930, tem sido bastante utilizado nas discussões sobre memória, especialmente sobre memória coletiva, baseada no sentimento de pertencimento que os grupos sociais desenvolvem.

Em linhas gerais, a questão central de sua obra está no contraponto que Halbwachs fez entre memória individual e memória coletiva, e na afirmação que a primeira existe sempre a partir da segunda, pois toda a memória é constituída dentro de um grupo. Deste modo,

---

<sup>24</sup> Para o assunto, destaco as pesquisas de Marcos Pereira Antunes (2007): *Uma batalha simbólica: Memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)*; Carlos Alexandre Barros Trubiliano (2008): *Revisitando A Retirada da Laguna: um debate entre a Memória, História e Turismo..*

<sup>25</sup> Especialmente para o assunto, destaco a dissertação de Ricardo Souza Silva (2006): *Mato Grosso do Sul: labirintos da memória* e a tese de Ana Paula Squinelo (2006): *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 - 2003)*.



valores, idéias, sentimentos, enfim, aspectos considerados essencialmente individuais são, na verdade, re-criados dentro do grupo o qual o indivíduo está inserido. A memória deve, assim, ser entendida como fenômeno construído socialmente, sujeito a transformações sutis, arbitrárias e constantes.

As comemorações do bicentenário da cidade de Cuiabá, festejado em 1919, são consideradas, por autores como Lyliã Galetti (2000) e Osvaldo Zorzato (1998) um importante marco referente à construção de uma identidade mato-grossense, idealizada pelos grupos sociais dominantes do período.

Os festejos foram comandados por Dom Francisco de Aquino Corrêa, Governador de Mato Grosso (1919-1922) - que na época exercia também o cargo de Arcebispo de Cuiabá - e se realizaram ao longo do dia 8 de abril, com uma programação que incluiu pela manhã uma missa campal e a apresentação, inédita, da *Canção Mato-Grossense*, composta por D. Aquino, que se tornaria o hino do estado<sup>26</sup>. Diversas outras comemorações foram apresentadas ao público que esteve reunido em frente ao Palácio do Governo, durante todo o dia.

Na noite do dia 8 de abril, um pequeno grupo de convidados esteve presente para a inauguração solene do Instituto Histórico de Mato Grosso, o IHMT, criado em 1º de janeiro daquele ano. A inauguração do IHMT foi um dos mais significativos esforços empreendidos pela elite intelectual do estado para a construção de um perfil identitário mato-grossense. Para Galetti, os discursos que foram feitos na ocasião, publicados na primeira edição da Revista do IHMT, buscavam “exigir a construção de uma memória histórica que pudesse assegurar a permanência de valores e tradições mato-grossenses diante das mudanças que estavam por vir” (2000. p. 305).

Através das publicações da Revista do IHMT, procurou-se de toda maneira divulgar aspectos positivos do estado, elencando principalmente as qualidades da região e perspectivas de desenvolvimento. Havia uma clara intenção de afastar do estado o estigma de *lugar de barbárie e sertão*<sup>27</sup>, como comumente era identificado no restante do país. Através da repetição de qualidades, procurava-se provar que a região poderia se desenvolver como qualquer outro lugar do país. Isto fica evidente, por exemplo, no trecho a seguir:

E nem se diga que heróis não possuíam e que, por ser nova, não tem ensinamento a nossa história. [Mato Grosso] é superior pela grandeza territorial, pela sua beleza, pela

---

<sup>26</sup> Apesar de desde então figurar como hino de Mato Grosso, o poema composto por D. Aquino foi oficializado como Hino do Mato Grosso apenas em 1983, pelo Decreto N.º 208, de 05/09/1983.

<sup>27</sup> Diversos autores analisam especificamente esta questão, entre eles, os já citados Osvaldo Zorzato e Lyliã Galetti, e também ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

sua riqueza, pela variedade de seu clima, pelo elemento formador de sua população e pelos nobres predicados do caráter de seu povo. Não se humilha, nunca foi vencido, é de heroísmos a sua história (Philogônio Paula Corrêa, RIHMT, ano I, p.6 apud GALETTI, 2000, p. 307).

A situação política do estado naquele período deve também ser considerada. A criação do IHMT estava inserida, de certa maneira, na dinâmica da política mato-grossense, que era caracterizada na época por violentas rivalidades políticas que pulverizam as disputas de poder em diversos grupos. As chamadas “revoluções” eram freqüentes. A crise de poder que se instaurou na política mato-grossense nos primeiros anos da República deveria ser contida, sob pena das classes dominantes não conseguirem garantir a continuidade no poder. Assim, o IHMT foi um espaço criado para, de certa maneira, “aglutinar” os interesses destas classes dominantes, embora divididas, unissem o discurso em nome de algo, no caso, o estado de Mato Grosso, que deveria estar acima das desavenças políticas locais, para a manutenção do *status quo* de classe dominante (cf. ZORZATO, 1998). Ou seja:

O fato de se procurar desde o início construir uma memória de consenso, onde todos são apresentados como pertencentes à uma “mesma família”, “filhos do mesmo solo”, etc, tem a ver com a necessidade de forjar, de estabelecer e disseminar um sentimento de grupo (ZORZATO, 1998, p. 15).

Havia ainda outro objetivo nas comemorações do bicentenário de Cuiabá. As festividades foram retomadas no fim daquele ano, com a inauguração de obras e a visita de importantes personalidades, entre elas, Cândido Mariano da Silva Rondon. Neste segundo momento das comemorações, buscou-se, principalmente, valorizar Cuiabá, que vinha sendo questionada como capital por visitantes e também por moradores do sul do estado. As comemorações visavam “realçar o valor histórico e político de Cuiabá como cidade mãe de Mato Grosso e dos cuiabanos como representantes mais autênticos da raça mato-grossense” (cf. GALETTI, 2000, p. 310). Campo Grande e Corumbá representavam forte ameaça para a condição de capital de Cuiabá, já que passavam por um período de desenvolvimento econômico e urbano, além de terem acesso mais fácil à região sudeste do país.

Nos discursos e nas poesias e artigos publicados em periódicos locais, a valorização da cidade e sua importância histórica eram constantes. Aos que acusavam a cidade de ser *decadente*, a resposta era dada na divulgação das obras que estavam sendo realizadas em Cuiabá:

Civilizar a capital tornou-se a palavra de ordem das realizações que marcaram o bicentenário de sua fundação. A inauguração do tráfego de automóveis, a remodelação da Praça da República com lugar reservado para um futuro monumento ao bandeirante, a reforma da Santa Casa de Misericórdia, entre outras obras, foram

saudadas como *um verdadeiro renascimento para a cidade de Cuiabá, uma das mais típicas e tradicionais do Brasil* (id., p. 310, grifo no original).

A valorização da “raça” mato-grossense, personificada na *gente cuiabana*, foi outro elemento bastante enfatizado no período. O mato-grossense, formado a partir do contato entre o *intrépido* bandeirante e o *guerreiro* guaicuru<sup>28</sup>, isolado do restante do país pela distância geográfica, conseguiu manter sua essência, aproximando-se do que seria um *tipo verdadeiramente nacional* de brasileiro. A crescente identificação com o *bandeirante* demonstrava que os intelectuais mato-grossenses reivindicavam também o direito de empregá-lo tal como faziam os paulistas.

Segundo Zorzato (1998), o IHMT, desde sua inauguração até a década de 1950, consolidou a produção historiográfica do estado. E isto significa dizer que consolidou uma produção historiográfica memorialista, consensual e apologética, mas que ganhou ares de historiográfica, pois soube cercar-se de fontes documentais e construções literárias harmônicas. O IHMT contribuiu para a construção de um projeto identitário para o Mato Grosso, que era baseado em dois principais aspectos: o de precaver-se diante da chegada do elemento estranho, construindo um tipo de identificação de grupo para manutenção do *status quo*; e também promover uma “campanha” contrária aos estereótipos que caracterizam a região como um lugar violento e de população sem perspectiva. Para o autor:

Constitui-se em Mato Grosso uma historiografia de conteúdo essencialmente memorialista. Seu surgimento está relacionado, num primeiro momento, com a necessidade de servir de suporte a uma identidade almejada, objetivando afirmar uma suposta peculiaridade, que a um só tempo especifique e insira Mato Grosso no cenário nacional (ZORZATO, 1998, p. 09).

Seria, portanto, uma historiografia interessada em compor:

Um estoque de lembranças, isto é, a memória que se quer preservar. Constrói um quadro de referências sem um viés interpretativo ou diálogo com outras construções historiográficas, a não ser como fonte de informações e mais para justificar do que para explicar (id., p. 10).

Segundo o autor, as temáticas das publicações do IHMT procuravam construir uma estrutura identitária local, e giravam em torno dos seguintes eixos: a) *fronteira*, através da exploração de aspectos físicos, políticos, culturais e econômicos; b) *estruturação político-administrativa*, nas diferentes fases da história política brasileira; c) *recursos naturais*,

---

<sup>28</sup> Vale lembrar que apenas em alguns poucos casos a população indígena local era lembrada, apenas quando se achava necessário evocar algumas qualidades específicas, como, no caso, a bravura dos guaicurus. De modo geral, o papel indígena na ocupação do estado foi pouco abordado pelos intelectuais naquele período, sendo empregada, na grande maioria das vezes, a idéia de “vazio demográfico”.

especialmente suas possibilidades de exploração; d) *organização econômica*; e) *estruturação social e étnica*, principalmente através do estudo de personalidades importantes, biografias e estudos genealógicos da elite local e, finalmente, f) *obra civilizadora*, onde se destacam as tentativas de afastar o estigma de *sertão* da região. Como já comentado, estas temáticas foram utilizadas para a construção de uma memória historiográfica que serviria para sustentar o projeto identitário que visava rechaçar as imagens negativas veiculadas fora do estado, além de sustentar o sentimento de pertencimento e manutenção do *status quo* da elite local.

Para compreender a importância que instituições como o IHMT possuem, além da observação dos discursos contidos nas suas publicações, é preciso olhar atentamente para seus autores; saber quem fala para entender por que fala. Intelectuais como Virgílio Corrêa Filho, Estevão de Mendonça e José de Mesquita, na defesa de valores das elites mato-grossenses, foram responsáveis por divulgar e perpetuar acontecimentos da história de Mato Grosso, dando-lhes a chancela de verdades absolutas, identificadas com um passado glorioso, digno de ser celebrado, matizados em discursos sobre permanência de valores e tradições mato-grossenses. As publicações de Virgílio Corrêa Filho, principalmente, como a obra *Mato Grosso*, em 1922, e tantas outras obras publicadas pelo autor nos anos seguintes, foram outro importante marco para a construção de uma memória histórica mato-grossense. Para Franco (2007):

Em pouco tempo o trabalho de Virgílio Corrêa Filho ganha notoriedade e reconhecimento entre seus pares. Conforme seus trabalhos iam sendo difundidos junto à sociedade e servindo de fonte a novos pesquisadores, àquela *representação do real* por ele construída, acabou tornando-se o próprio real e cristalizando uma imagem, ou identidade, mato-grossense forjada a partir de sua escrita. Essa representação do passado de Mato Grosso, então, que emanou de um grupo, acabou sendo incorporada e reproduzida como uma representação coletiva e, dessa maneira, estruturando a realidade a partir da representação de um grupo dominante (FRANCO, 2007, p. 67, grifo no original).

Em comum, os pertencentes aos quadros do IHMT ocupavam postos e profissões de relevância social, que os credenciava como “porta-vozes” da elite cuiabana. Através das publicações destes e outros autores, o IHMT conseguiu, assim:

Produzir um discurso histórico capaz de promover a dissimulação das diferenças étnicas e sociais constitutivas da sociedade mato-grossense e dos conflitos no interior da camada dominante. No mesmo movimento, atuaram no sentido de individualizar a região mato-grossense, traçando os elementos distintivos da sua gente e do seu território – a brasilidade e o ser fronteira da pátria – afirmando-a assim como parte da nação (GALETTI, 2000, p. 317).

Edward Said (1995), estudando cultura e imperialismo, contribui por analisar como os pressupostos imperialistas influenciaram e ainda influenciam a política e cultura ocidentais, a

partir das representações contidas sobre o mundo oriental em grandes romances ocidentais da passagem do século XIX para o século XX. O autor estuda as obras analisando o ato literário como parte do processo político, no caso, imperialista, e disso resultam abordagens que relacionam cultura e política como algo intrínseco.

Para o autor, é necessário considerar não apenas o que foi tratado, mas também o que foi excluído e por que, podendo, assim, aprofundar a compreensão das obras. Para Said:

Toda sociedade e tradição oficial defende-se contra interferências com suas narrativas sancionadas; estas adquirem, no decorrer do tempo, um estatuto quase teológico, com heróis fundadores, idéias e valores queridos e acalentados, alegorias nacionais com um efeito inestimável na vida política e cultura (SAID, 1995, p.105).

Said desfaz as fronteiras entre a produção literária e a dinâmica da política, recusando-se a acreditar em uma produção cultural neutra. A construção de um texto está sempre vinculada a uma determinante política, imbricada, que não se pode negar. Ela pode estar “escondida” na escolha das imagens para a descrição de uma cena, ou no perfil dos tipos dos personagens; diretamente ou não, é uma forma de significação que ganha o mundo. Nesse sentido, ao fazer a leitura de uma determinada obra, como por exemplo, as publicações do IHMT, se deve considerar que o que foi publicado tem sempre alguma intencionalidade, no caso, principalmente, a construção de uma identidade específica.

A Guerra do Paraguai, considerado um acontecimento de relevância nacional, teve um papel privilegiado nas publicações da Revista do IHMT. Diversos artigos com descrições das batalhas e enaltecendo feitos heróicos de grandes figuras foram abordados. É, sem dúvida, um dos assuntos mais presentes nas publicações da historiografia local na primeira metade do século XX, pois possibilitava a exploração da idéia de *defensor das fronteiras nacionais* que almejava a elite local. Afinal, “um dos principais critérios utilizados pelos historiadores locais, tanto para demonstrar a colaboração de Mato Grosso na construção da territorialidade brasileira, como para identificar seus personagens, é o de defensor fronteiriço” (ZORZATO, 1998, p. 45). O papel de *baluarte da nação* era justificado pela atuação do mato-grossense no conflito, em episódios, por exemplo, como a da Retirada da Laguna.

Assim, os intelectuais argumentavam que o estado que havia defendido e garantido a soberania brasileira na região em conflito com o Paraguai não deveria ser esquecido pelo restante do país; menos ainda ser lembrado simplesmente como local *insalubre* ou *selvagem*. Por conseqüência, surgem os registros de heroísmo de alguns personagens que fizeram parte do conflito, como o Guia Lopes, Coronel Carlos de Moraes Camisão, Tenente-Coronel

Juvêncio de Menezes, Marechal Antônio Maria Coelho, Tenente Antônio João, enfim, indivíduos que com maior ou menor intensidade, se tornaram heróis do conflito, não importando, que alguns destes nomes não fossem, de fato, mato-grossenses de nascimento, afinal “a intelectualidade local cuida de ‘historiar’ seus heróis tornando-os mato-grossenses” (ZORZATO, 1998, p. 66).

No entanto, a Guerra do Paraguai foi um acontecimento que se concentrou no extremo sul do antigo estado de Mato Grosso, distante da capital Cuiabá. A intelectualidade que utilizou o conflito platino como ferramenta para a valorização de Mato Grosso era, essencialmente, *cuiabana*. Mas e o restante do estado? Como já abordado, Cuiabá passava por um momento de estagnação econômica e disputas políticas violentas. Outras cidades, como Corumbá e Campo Grande, passavam por períodos mais dinâmicos, e já havia reivindicações de alguns setores do estado para uma mudança de capital. Os *intelectuais cuiabanos* construía, portanto, um perfil identitário que se utilizava dos feitos da Guerra do Paraguai como papel defensor que o estado assumiu das fronteiras do país; como as elites de outras cidades do restante do estado se comportaram diante disto?

Nesse sentido, cabem aqui alguns apontamentos feitos por Queiroz (2006) sobre a construção de uma identidade especificamente sul-mato-grossense no período. Para o autor, é possível pensar que a construção de um perfil identitário mato-grossense, engendrado pela intelectualidade *cuiabana*, pode ter sido pensada de modo diferente no restante do estado.

Antes disso, é preciso entender que no período em questão, o estado de Mato Grosso compreendia geograficamente os atuais estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul, criados, respectivamente, em 1943 e 1977. Dada a extensão do território, suas diferenças geográficas - como clima e vegetação - e também diferentes formas de ocupação, organização social, transporte, é compreensível que ocorresse uma espécie de “divisão” do estado em regiões mais específicas. *Grosso modo*, era dividida em três regiões: o *Norte*, que compreendia a porção amazônica do estado, atualmente o estado de Rondônia e a porção setentrional de Mato Grosso; o *Centro*, a região mais central do estado, que tinha como referência Cuiabá, e finalmente, o *Sul*, que equivaleria hoje ao estado de Mato Grosso do Sul, embora sem contornos precisos.

Nas primeiras décadas do século XX intensificam-se as aspirações *divisionistas* dos *coronéis* sulistas, insatisfeitos com o domínio total da política regional que exerciam as oligarquias *nortistas*<sup>29</sup>.

Segundo Queiroz (2006) houve um grande esforço por parte da elite sulista em se afastar dos elementos negativos que o *Norte* representava. O estigma de *sertão inóspito*, lugar de *barbárie*, *insalubre*, que recaía em todo o estado, era negado pelos sulistas, que procuravam “empurrá-lo para cima”, enfatizando que esta representação servia apenas para o *Norte*.

A tentativa de desvincular a imagem de *barbárie* dada àquela região era preocupação constante dos sulistas. Em comum, tanto *nortistas* quanto sulistas queriam se afastar dessa imagem; porém, os sulistas queriam se afastar dela vinculando-a apenas a região *Norte*. Assim, “a afirmação das características positivas especificamente sulistas ocorre, em boa parte, por oposição às supostas características ‘cuiabanas’ – opondo-se, preferencialmente, o ‘dinamismo’ e a ‘civilização’ do Sul ao ‘estatismo’ e à ‘decadência’ do Centro” (QUEIROZ, 2006, p. 164).

Um modo de exemplificar este discurso foi elencar o avanço econômico e os traços de modernidade presentes na região. Ausência de latifúndios, técnicas modernas de manejo de gado e plantio; novas atividades industriais, meios de transporte – com ligação férrea entre o sudeste do país e as cidades do sul de Mato Grosso, através da *Noroeste* – e a cultura cafeeira são alguns dos elementos elencados pelos articuladores do sul para demonstrar o avanço e desenvolvimento vivido na região naquele período.

Embora tenha havido este esforço por parte dos sulistas em se afastar dos elementos negativos que consideravam serem características exclusivas do *Norte*, o que ocorreu foi, de certa forma, uma aproximação ou, até mesmo, uma reutilização dos elementos de construção identitária usados pelos intelectuais *nortistas*, apontados por Zorzato e Galetti. Dessa forma, ocorreu a “apropriação e transformação de alguns elementos da mesma identidade, que são aplicados exclusivamente ou preponderantemente à porção sul do Estado” (QUEIROZ, 2006, p.161).

No início da década de 1930, após os episódios da Revolução Constitucionalista de 1932, as pretensões *divisionistas* sulistas passaram a ser defendidas abertamente. Um

---

<sup>29</sup> As expressões *Norte* e *nortista* eram empregadas pelos moradores do sul para designar a capital e sua população (cf. QUEIROZ, 2006, p.?).

manifesto publicado em 1934, escrito em resposta às críticas do General Cândido Rondon, é bastante importante para analisar as aspirações políticas sulistas. Trata-se da obra: *A Divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon*, publicada em 1934, e nela são elencadas de forma clara e direta as ambições divisionistas das elites do sul, representadas principalmente por jovens estudantes residentes no Rio de Janeiro (id., p. 160).

Analisando esta obra, Queiroz observou que várias características utilizadas pelos *intelectuais cuiabanos* para a construção de uma identidade mato-grossense (*cuiabana*) foram também utilizadas pelos sulistas para formar um tipo de identidade especificamente sul-mato-grossense. Uma delas, por exemplo, foi a excessiva valorização ao papel dos “desbravadores” do sul e a negação da presença indígena; a região seria um “deserto”<sup>30</sup> que havia sido bravamente enfrentado pelos colonizadores.

Outro posicionamento, ligado à idéia de “desbravadores do sertão” e presente tanto no discurso identitário *nortista* quanto sulista é o pioneirismo no exercício do mando e, portanto, o direito de exercer os principais cargos, quando necessário. Os “de fora” eram aceitos; podiam incorporar-se aos “pioneiros” na região, desde que respeitassem esta hierarquia de poder.

A Guerra do Paraguai, certamente, era um assunto que não ficaria de fora. Se os intelectuais *nortistas* haviam explorado o potencial que o conflito tinha para exemplificar o papel de “defensor das fronteiras” de Mato Grosso - já que havia garantido a soberania brasileira na região das disputas - a elite do sul também o faria, com o diferencial de estar efetivamente falando de algo muito mais “próximo” de si, ou seja, a região sul do estado, palco das operações da guerra. Há, inclusive, uma tentativa de construir heróis específicos da região – como, por exemplo, as homenagens prestadas a José Francisco Lopes, o Guia Lopes – e a influência que estas figuras tiveram para defender a unidade territorial brasileira, possibilitando ao restante do país perceber a importância daquela região.

Outro aspecto propagandeado foram as condições naturais do meio ambiente do sul do estado, enfatizando elementos da riqueza do local, como a fertilidade do solo e o clima agradável, que não podia ser confundido com o clima *insalubre* do Norte.

---

<sup>30</sup> Vale lembrar novamente que este *deserto* não existia, uma vez que a presença indígena era consideravelmente grande em toda a extensão da região que mencionavam. Mesmo assim, o indígena não é citado em nenhum momento, mesmo estando presente naquela realidade



Por fim, fica evidente o que queriam os *divisionistas* do Sul, no trecho: “A geografia [...] está indicando, a todos nós, o caminho, como está dizendo ao cuiabano: somos 3 regiões imensas, desligadas; somos 3 povos; temos 3 destinos; damos 3 *Estados*” (*A divisão...*, 1934:26; grifos do original apud QUEIROZ, 2006, p. 167). E ainda: “As três populações estão em ambientes diversos, têm riquezas naturais diferentes, vivem de indústrias, agricultura, comércio, meios de transporte dissemelhantes, segue, cada uma, rumo próprio” (*A divisão...*, 1934, 26-27; grifos do original apud QUEIROZ, 2006, p. 167).

## **Capítulo 2**

# **A CRIAÇÃO DA FIGURA HERÓICA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO**

Este capítulo tem por objetivo apresentar o processo de criação do herói Tenente Antônio João Ribeiro. Para tanto, são expostos os principais elementos simbólicos e identitários e as principais publicações sobre o militar que contribuíram direta ou indiretamente para a criação do mito.

### **2.1 ELEMENTOS IDENTITÁRIOS E SIMBÓLICOS PARA A CRIAÇÃO DA FIGURA HERÓICA DE ANTÔNIO JOÃO**

Como visto, o episódio da Colônia Militar dos Dourados foi um dos primeiros acontecimentos da Guerra do Paraguai em território mato-grossense. No entanto, depois de findado o conflito, o episódio acabou caindo em esquecimento, tendo raras referências nas publicações pós-guerra, inclusive dentro do Exército. Um episódio que por pouco não permaneceu totalmente obscuro da Guerra do Paraguai forneceu uma das figuras heróicas mais cultuadas do conflito: o Tenente Antônio João Ribeiro. O processo de criação da figura heróica de Antônio João dentro do Exército e em Mato Grosso envolveu elementos identitários e simbólicos, e o objetivo deste tópico é analisar alguns destes processos.

Na definição de José Murilo de Carvalho (2007), que discute a criação do herói Tiradentes no contexto de consolidação da República brasileira, a figura do herói é um instrumento poderosíssimo pela responsabilidade que tem de encarnar idéias e aspirações, canalizar os anseios e expectativas de um povo. Normalmente, os heróis são precedidos da formação de mitos; há os casos onde surgem naturalmente, mas na grande maioria das vezes, foi necessário um esforço no sentido de fazê-lo surgir, resgatando-o em um passado e reintroduzindo-o no presente, para atender aos objetivos que se propõe. Exatamente o que ocorreu com o herói Antônio João. Para o autor, “herói que se preze [...] tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado” (CARVALHO, 2007, p. 55).

### 2.1.1 Aspectos da vida de Antônio João

Mesmo não sendo o objetivo da dissertação traçar a biografia de Antônio João, é interessante fornecer alguns elementos biográficos do Tenente.

Os dados que envolvem a vida civil e militar de Antônio João são, na sua maioria, carentes de informações mais precisas, principalmente porque a maioria dos autores que se debruçaram na tarefa de reconstituir a vida civil e militar do herói, o fizeram décadas depois de sua morte, encontrando dificuldades em obter informações exatas.

Benício da Silva foi o primeiro a dedicar-se com mais exclusividade à tarefa de realizar um levantamento biográfico de Antônio João. Na obra **Antônio João** (1938), na primeira parte, dividida em *O ambiente*, *O homem* e *O soldado*, o autor tenta reunir aspectos gerais da vida do militar, baseando-se principalmente na fé-de-ofício de Antônio João e informações coletadas em Cuiabá. Informa que o militar era filho de Manoel Ribeiro de Brito e Rita de Campos Maciel, “nomes que se perpetuam em respeitáveis famílias brasileiras” (SILVA, 1938, p. 12). Estas informações Benício da Silva obteve do contato tido com o único filho de Antônio João, *Tomé Ribeiro de Siqueira*, que faleceria logo em seguida. Benício da Silva afirma: “Vagas informações de família, a custo arrancadas a um mutismo explicável, permitiram-nos há pouco, ao desaparecer o único filho de Antônio João, construir a árvore genealógica [...]” (SILVA, 1938, p. 12, grifo meu). O autor, no entanto, não explica qual seria

o motivo de tal mutismo, mas é possível imaginar que seja porque, oficialmente, o militar nunca fora casado, segundo veremos a seguir. Com estas informações, Benício da Silva cria a árvore genealógica de Antônio João; o militar teria sido casado com uma mulher chamada *Ana Maria*, e com ela tivera um filho, já mencionado, *Tomé Ribeiro de Siqueira*. Este fora casado com uma prima, *Franklina Ribeiro de Siqueira* e tiveram oito filhos, entre eles, *Esequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira*..

Um dos poucos documentos existentes sobre Antônio João é sua fé-de-ofício, porém, nele também há poucas informações. O documento foi atualizado até o dia 28 de novembro de 1855, ficando vago de informações até a morte do Tenente, em 1864. Na fé-de-ofício consta apenas que era nascido em Poconé/MT, em 1823, filho legítimo de Manuel Ribeiro de Brito. Não há datas de nascimento, nem o nome da mãe. O nome da mãe, Rita de Campos Maciel, quem descobre é José de Mesquita, em pesquisas genealógicas posteriores (cf. MELLO, 1969, p. 398); é ela, já idosa, que fornece a data de nascimento de Antônio João: 22 de janeiro<sup>31</sup>.

Ainda nas pesquisas feitas por José de Mesquita, há a informação de que Antônio João foi casado com uma mulher chamada *Ana Maria*, e tivera um filho, chamado *Tomé Ribeiro de Siqueira*. Este teria se casado com uma prima, *Franklina Ribeiro de Siqueira*, e deles surgiria a descendência do militar.

No entanto, Mello questiona o fato de que em todos os documentos que consultou - como, por exemplo, os relatórios da Colônia Militar dos Dourados - o Tenente tenha sempre se designado *solteiro*, o que é aparentemente estranho, pois o estado civil *casado* garantiria certas vantagens ao militar, e a sua família, no caso de morte. Assim, este questionamento leva a crer que, caso Antônio João tenha realmente se casado, não o fizera oficialmente, já que não há registro nos livros de casamento de Poconé, Cáceres, Cuiabá e Miranda, locais em que Antônio João serviu (id., p. 398). Já um bisneto do militar declarou que o bisavô deixara família em Cuiabá, não a levando para os locais onde servia, estando assim, sozinho na Colônia Militar dos Dourados (id., p. 399).

De fato, o que mais há em torno da biografia de Antônio João são hipóteses. Uma delas, levantada por Mello, diz respeito à ascendência de Antônio João e o parentesco que ele poderia ter, pelo lado materno, com Antônio Pires de Campos, primeiro bandeirante a chegar

---

<sup>31</sup> Mello informa esta data – 22 de janeiro de 1823 – como a data de nascimento de Antônio João, informada pela mãe do militar. Apesar desta informação, o Exército e outras publicações comemoram a data 24 de novembro de 1823, data que foi apresentada pelo filho, Tomé Ribeiro de Siqueira. Todas as comemorações, principalmente as realizadas pelo Exército, consideram esta data o nascimento de Antônio João.

a Cuiabá, abrindo caminho para uma segunda leva de bandeirantes que descobriram os primeiros garimpos de ouro na região. Nela, estariam presentes quatro irmãos, os Antunes Maciel, que unidos às índias do planalto central cuiabano resultaram em numerosa descendência dos Campos e Maciéis. A mãe de Antônio João, Rita de Campos Maciel, teria alguma ligação de consangüinidade com estes primeiros bandeirantes, e teria sido a “responsável” por herdar e transmitir ao filho “as qualidades de valor, desassombro e intrepidez daqueles dois rijos troncos genealógicos” (MELLO, 1969, p. 401). A relação estabelecida pelo autor, mesmo hipotética, revela um elemento bastante esclarecedor, na medida em que aglutina, na mesma figura heróica, dois dos elementos considerados a herança da formação da população mato-grossense: o bandeirante e o indígena, como já abordado no capítulo anterior.

No aspecto militar, segundo sua fé-de-ofício, Antônio João assentou praça voluntariamente no Batalhão de Caçadores n. 12, em Mato Grosso, em 6 de abril de 1841. Tinha, portanto, pouco mais de dezoito anos, e na descrição física, os seguintes traços: “altura 64 polegadas<sup>32</sup>, cabelos pretos e lisos, rosto comprido e claro, olhos pretos, barba pouca e preta” (id., p. 412). Sobre o fato de ter assentado praça *voluntariamente*, não há como precisar quais as condições de fato que fizeram Antônio João se interessar pelo Exército, uma instituição pouquíssimo respeitada na época. A trajetória militar foi a seguinte:

Cabo em 1º de abril do dito ano [1842].  
Furriel a 3 de abril do sobredito ano.  
2º Sargento em 1 de janeiro de 1842.  
1º Sargento em 1º de maio de 1845.  
Sargento-ajudante graduado a 22 de março de 1849  
Alferes, por Decreto de 29 de julho de 1852 (MELLO, 1969, p.412).

Da carreira militar, Benício da Silva afirma que foram: “23 anos de vida militar agitada, ardorosa, entusiástica, assinalada por comissões de destaque naquele meio semeados de aventuras, balizada por atos de decisão e civismo, terminada em um gesto de bravura e renúncia inigualáveis” (SILVA, 1938, p. 17). Benício da Silva considera que Antônio João, antes de ser nomeado comandante da Colônia Militar dos Dourados, fora designado em várias funções importantes, e com apenas oito anos de praça foi graduado sargento-ajudante

Baseando-se ainda na fé-de-ofício, Mello apresenta as principais ações militares de Antônio João entre 1841 e 1855, entre saídas em diligências, comandos de destacamentos e prestações de serviços em outras guarnições. As mais importantes foram o comando do

---

<sup>32</sup> Aproximadamente 1,63cm.

Destacamento do Porto de São Félix dos Dourados, em dois momentos distintos (1846 e 1849)<sup>33</sup>. Além do comando em São Félix dos Dourados, Antônio João esteve presente em diversas diligências, na fronteira do Baixo-Paraguai, em Miranda, Forte Coimbra e Distrito Militar de Mato Grosso, o que permite supor que seu estado civil deveria ser mesmo o de solteiro, já que a participação em tantas diligências não costumava fazer parte da vida dos militares que tinham família. Neste período, seguiu para o Rio de Janeiro, para iniciar os estudos para a carreira de armas, mas foi desligado, por excesso de faltas, um ano depois. Mello afirma ter conhecimento de informações dadas pelo neto de Antônio, de que o Tenente teria feito companhia ao seu padrinho enfermo, Manuel Alves Ribeiro, dono da casa em que se hospedara no Rio de Janeiro, justificando o excesso de faltas e o desligamento da Escola de Armas. Segundo este depoimento, foi graças à intercessão de Manuel Alves Ribeiro que Antônio João foi nomeado alferes, revelando “uma aparente discordância entre a Escola Militar, desligando Antônio João das aulas, e o Ministério da Guerra, solicitando ao Gabinete a sua promoção a Alferes” (MELLO, 1969, p. 411).

Já Benício da Silva trata da questão sobre o desligamento da Escola Militar, por motivo de faltas, com menos floreios. Afirma que Antônio João não parece ter tido qualquer afeição à preparação intelectual, quando diz que:

Não era, portanto, afeito à disciplina intelectual sistematizada ou talvez, como acontecia com freqüência nos moços vindos do interior, mais lhe interessariam as alegrias da Corte do que o comércio dos livros, quiçá enfadonho para quem cresceu na liberdade das amplidões sem limites dos sertões mato-grossenses (SILVA, 1938, p. 16).

As informações sobre os últimos anos de vida de Antônio João foram encontradas por Mello no Arquivo do Exército, com alterações a partir de 1855, que não constam na fé-de-ofício, até o ano de 1863. Nestas alterações há informações como a menção honrosa de condução de tropa formada por quarenta praças em uma região “de índios bravios que infestavam a sua estrada” (MELLO, 1969, p. 414). Em 1859, foi nomeado para o comando do Destacamento de São Lourenço. Por fim, Antônio João, já Tenente – segundo o *Almanaque do Exército* publicado em 1861, informando a nomeação em 2 de dezembro do ano anterior (id., p. 415) - foi destacado em diligência, como já mencionado, para a perseguição à tropa paraguaia que esteve em territórios brasileiros em 1862, comandados pelo Tenente Pedro

---

<sup>33</sup> Apesar do nome, este Destacamento na fronteira com a Bolívia não tem qualquer relação com a Colônia Militar dos Dourados, embora alguns autores tenham confundido ambas.

Pereyra, para, logo na seqüência, assumir a Colônia Militar dos Dourados, onde permaneceu até sua morte no ataque paraguaio em 1864.

### 2.1.1 *O bilhete e a frase célebre: criação de um mito*

Um dos elementos que mais contribuíram com a criação da figura heróica de Antônio João foi a popularização da existência de um *bilhete*, que Antônio João teria escrito às vésperas do ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados, contendo a seguinte *frase*: “*Sei que morro, mas o meu sangue e de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria*”<sup>34</sup>. A dramaticidade e o teor de heroicidade expresso pela *frase* foram substanciais para o fortalecimento do herói Tenente Antônio João Ribeiro.

Sobre a existência do *bilhete* contendo a *frase*, Mello (1969) fez uma detalhada pesquisa na tentativa de descobrir se de fato existiu ou não tal *bilhete*. Antes disso, é preciso mencionar que o autor, na obra **A epopéia de Antônio João**, além de um extenso levantamento das causas da Guerra do Paraguai, esmiúça em detalhes toda a trajetória pessoal e militar do Tenente Antônio João, dando ênfase para a questão da veracidade da existência do *bilhete* e da *frase*. Justifica esta iniciativa como algo necessário para suprir o que ele considera uma ausência de obras criteriosas sobre o militar; propõe-se, então a “ir aos Arquivos”<sup>35</sup>, especialmente em Cuiabá e no Rio de Janeiro, na época, capitais da província e do Império, para dali conseguir “extrair a verdade” sobre Antônio João e os acontecimentos de dezembro de 1864.

De fato, o autor fez um minucioso e significativo trabalho de levantamento de fontes, que credencia a obra como uma referência importante para as pesquisas que envolvem a figura de Antônio João. Em todo o texto fica evidente a preocupação que o autor tem de amparar-se na observação da documentação oficial, que lhe garantisse a segurança da “verdade histórica”. Como conseqüência disso, é perceptível a total confiança que Mello tem de que a documentação podia fazer-se entender por conta própria. O autor considera que a

---

<sup>34</sup> A frase pode ser encontrada com algumas variações (o verbo “servir” conjugado no plural, gramaticamente correto), mas na maioria das vezes é escrita como colocado no texto. Ao longo do texto, quando a frase for mencionada novamente, será utilizada da seguinte maneira: “*Sei que morro [...]*”.

<sup>35</sup> No sentido que Michel de Certeau (1982, p.85) utiliza.

utilização do máximo de fontes possíveis permitiria alcançar a totalidade sobre os fatos, dar-lhe a chancela de verdade absoluta através da comprovação empírica.

Evidentemente, é preciso considerar a relação tempo/lugar do historiador para compreender parte das escolhas feitas em sua pesquisa. Ou seja, a escolha de métodos e interesses se dá em conformidade às questões que lhe são postas e como elas se organizam. Como aponta Certeau:

Ela (a pesquisa historiográfica) está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982, p. 66).

Assim, Mello faz a pesquisa tendo por base aquilo que vivencia, e o faz de modo a evocar principalmente os elementos de nacionalismo e patriotismo que cercam a figura histórica de Antônio João; porém, o faz sem perder de vista elementos historiográficos vigentes à época. O autor, importante lembrar, era também um militar, e o período em que a obra foi publicada, 1969, pela Editora do Exército – BIBLIEX - era marcado pelo autoritarismo do regime militar. A obra, assim, não tinha como não ser essencialmente laudatória e consensual. Todavia, é preciso salientar, além do autor se preocupar em não descurar dos rigores científicos e metodológicos de uma historiografia tradicional/positivista, não se exime de fazer um apurado e sistemático levantamento e análise de fontes.

Voltando ao *bilhete* contendo a *frase*, Mello prontifica-se a elucidar se realmente tal *bilhete* existiu ou não. Inicia a tarefa analisando o único documento oficial existente sobre o acontecimento, o *Relatório* de Urbietta sobre o ataque à Colônia Militar dos Dourados, enviado ao ministro de Guerra paraguaio, Venâncio Lopez. O trecho é o seguinte:

... el teniente de Infanteria Ciudadano Manuel Martinez, que llevaba el ataque, le requirió de rendir-se y respondió el comandante brasileiro que em caso de traerle orden del Gobierno Imperial se rendiría, y sino, no haría de ninguna manera (*Relatório* apud MELLO, 1969, p. 324).<sup>36</sup>

Nele, como se nota, nenhuma menção sobre bilhetes ou frases, apenas a descrição de uma conversação entre o tenente paraguaio incumbido de dar voz de rendição e a negação em acatar tais ordens do tenente brasileiro.

---

<sup>36</sup> Mello comenta que este manuscrito deveria estar no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, na coleção *Visconde do Rio Branco*, onde estão todos os documentos originais relativos à invasão paraguaia; porém, depois de alguma consulta, o manuscrito teria desaparecido, e todas as publicações que fazem menção ao Relatório foram retiradas do periódico *El Semanario* de Assunción.



Confirmando que não há documentos oficiais que possam lhe auxiliar na tarefa de elucidar a autenticidade do *bilhete* e da *frase*, Mello mira novos elementos que possam auxiliá-lo: as obras escritas logo após o fim da Guerra do Paraguai. Admite que, nestas circunstâncias, é preciso levar em consideração que:

Cabe [...] a romancistas, poetas e cronistas colorir a verdade, preencher obscuridades e vazios, com os matizes da imaginação. Essa faculdade permite amenizar a leitura, tornando familiares e, portanto, facilmente vulgarizáveis os grandes feitos e as grandes lições da História (MELLO, 1969, p. 376).

Porém, ressalta que para a História isso não basta:

A História não se contenta, não se basta do que repete a tradição, nem com o que decantam vates e cronistas, nem do que exaltam os monumentos. A História, nesse ponto, é cega como a Justiça. Busca a verdade. E a verdade só se afirma à luz de provas (id., p. 376).

A “verdade dos acontecimentos” é o objetivo do autor. Por outro lado, deixa de aviso que a comprovação da inexistência do *bilhete* e da *frase* em nada mudará o sentido adquirido e a importância histórica, já que foi através da frase “*Sei que morro [...]*” que o Tenente Antônio João Ribeiro tornou-se conhecido; a “insigne frase – tradução daquele episódio histórico – foi o agente carismático que conquistou ao grande soldado as lãureas do bronze” (id., p. 372).

Resumidamente, aponto o caminho trilhado por Mello para a elucidação da existência do *bilhete* e da autenticidade da *frase*. A primeira obra analisada foram os escritos do deputado Antônio Correa de Couto, no livro *Dissertação sobre o atual Governo da República do Paraguai*, publicado em 1865. A obra baseia-se principalmente em trechos transcritos do periódico paraguaio *El Semanario*, que traziam os relatórios dos comandantes paraguaios Barrios, Resquin e Urbietta na íntegra. A obra não faz menção à existência de nenhum *bilhete* ou *frase*.

O segundo autor a tratar de assuntos da Guerra do Paraguai foi Luis Schneider, na obra *A Guerra do Tríplice Aliança*, de 1871, logo após o término do conflito. Novamente, nenhuma alusão a *bilhete* ou *frase* dita pelo Tenente Antônio João na ocasião da invasão paraguaia.

A terceira publicação, e talvez a mais conhecida, foi *A Retirada da Laguna*, de Alfredo d’Escagnolle Taunay. A obra é específica sobre a malograda expedição militar mandada para Mato Grosso na tentativa de libertar a província. Nele, também não há referência nenhuma sobre a Colônia Militar dos Dourados ou seu comandante, nem qualquer comentário sobre a existência do *bilhete* e da célebre *frase*. Porém, em 1874, o mesmo

Taunay publicou uma obra chamada *Histórias Brasileiras*, com o pseudônimo de Sylvio Dinarte. E nesta obra, há, finalmente, o que Mello procurava: pela primeira vez publicada a existência de um *bilhete* que Antônio João teria mandado para seus superiores, e em tal *bilhete*, a frase: “*Sei que morro [...]*”.

A frase está até certo ponto escondida, no meio do enredo de um capítulo chamado: *Kameran a Kinikinao* “que trata do drama de uma velha índia” (MELLO, 1969, p. 389). Sem qualquer preocupação com o rigor ou autenticidade dos acontecimentos, segundo Mello, Taunay “deixou-se levar pelo que havia de épico e patriótico na atitude destemerosa de Antônio João. Deu largas à sua fértil imaginação de escritor e a seu ardor vibrátil de soldado” (id., p. 390).

A passagem é a seguinte:

Avisado dois dias antes, que para Dourados marchava uma força imponente, não quis [Antônio João] desamparar o posto. Reuniu a gente da colônia e fez-lhe uma fala em que até citou francês e até latim. O homem tinha pretensões literárias que afagava com certo orgulho e se revelavam nos ofícios mensais que costumava dirigir ao chefe militar em Nioaque. Nessa fala ele expôs as circunstâncias em que se achava a colônia e a loucura da resistência. Ele ficaria. – Para quê? perguntaram uns soldados. – Para morrer. Onze de seus companheiros declararam que ficariam também. Todos os mais partiriam: mulheres, crianças, velhos e até moços.

Um parlamentar se aproximou... Antônio João prezava-se de civilizado. Recebeu, pois, com a maior cortesia o enviado. A intimidação era curta: meia dúzia de palavras insolentes, como costumavam alinhar os generais de Lopez. O comandante de Dourados rasgou em pedaços o ofício que preparara com tanto cuidado e carinho e, a lápis, traçou esta resposta:

*Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria.*

Retirou-se o parlamentar e a força inimiga em distância cercou todo o campo...

Na guarnição não houve alma que fraqueasse (TAUNAY, 1874, p.121 apud MELLO, 1969, p. 390, grifo no original).

Pelo trecho, percebe-se que em vários momentos, Taunay preocupou-se em dar informações romantizadas - como quando afirma que Antônio João fez um discurso onde citava francês e latim - e não o de retratar a realidade dos acontecimentos, por não ser este o objetivo da obra. No entanto, a obra *Histórias Brasileiras* não alcançou grande popularidade e não houve novas edições. Deste modo, como uma pequena passagem de um livro pouco conhecido, conseguiu dar tamanha notoriedade à existência de um *bilhete* escrito a lápis com a frase “*Sei que moro [...]*”?

Vejamos. Mello retoma sua análise das obras sobre a Guerra do Paraguai, e encontra, um ano após a publicação de *Histórias Brasileiras*, a anotação feita por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, no prefácio da publicação brasileira da obra de Schneider, o seguinte trecho: “no dia 28, Antônio João [...] escreveu a lápis (ao Ten.-Cel. Dias

da Silva) o seguinte bilhete: Sei que morro, mas o meu sangue e de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria” (apud MELLO, 1969, p. 379). Não há nenhuma nota explicativa, nenhuma referência nem menciona fonte alguma. Mello até estranha, pois afirma “que Rio Branco costumava citar as fontes de onde procediam as suas assertivas. Neste caso, porém, passa-o em branco, limitando-se a afirmar, sem firmar-se em nenhum documento ou depoimento histórico” (MELLO, 1969, p. 379). Há apenas a reprodução da escrita de Taunay. Mas o fato é que a simples menção que Rio Branco fez sobre o episódio foi suficiente para dar a ele a chancela de verdade, já que o autor era reconhecidamente um nome prestigiado nos meios intelectuais. Assim, Mello chega a conclusão de que se foi Taunay quem inventou a frase, foi Rio Branco quem a consagrou, pois a partir dessa publicação é que a existência do *bilhete* e da *frase* foi sendo reproduzida sistematicamente, sem nenhuma preocupação em conferir sua autenticidade, até o momento que foi tomada por verdade inconteste. Na obra *Efemérides Brasileiras* (1893-1918), o Barão do Rio Branco não repetiu o que havia escrito no prefácio da obra de Schneider, não mencionando, portanto, a existência do *bilhete* e da *frase*. Segundo Mello, “Rio Branco, porfiando sempre em ser ‘verídico’, reexaminou os fatos e concluiu que a frase ‘Sei que morro’, estampada por Taunay, carecia de valor probante” (id., p. 380, grifo no original).

Mello elenca ainda duas outras obras que foram publicadas na seqüência. A primeira, publicada em 1887, do veterano de guerra General Joaquim Sotero de Araújo Pimentel<sup>37</sup>, *Episódios Militares*, traz a existência do *bilhete* e da *frase*, e lhe dá foros de autenticidade. A outra, publicada em 1878, de Joaquim Ferreira Moutinho, que residia em Cuiabá, *Notícia sobre a Província de Mato Grosso*, trazendo vários documentos e informações sobre a Guerra do Paraguai não menciona nada sobre a questão. Aliás, também nada menciona sobre a Colônia Militar dos Dourados e os desdobramentos que nela ocorreram.

Segundo Mello, há um considerável hiato de publicações referentes à Guerra do Paraguai entre o fim do século XIX e início do século XX, em parte causada pelas transformações políticas do país, em parte também pelo ostracismo do Exército no período. Somente em 1919 é que surge outra publicação referente à Guerra do Paraguai. Trata-se da obra: *A invasão paraguaia em Mato Grosso*, de Antônio Fernandes de Souza, publicado na ocasião da comemoração do bicentenário de Cuiabá. Nesta obra o autor narra o ataque paraguaio à Colônia dos Dourados, e já dá ênfase à existência do *bilhete* e da *frase*.

---

<sup>37</sup> Como veremos mais adiante, há uma pequena discordância em relação ao nome deste militar..

No ano seguinte, e durante toda da década de 1920, vê-se ensejar uma campanha de valorização das figuras heróicas do Exército, com a publicação de muitas obras sobre o assunto. Cordolino de Azevedo comenta no livro *A Epopéia de Mato Grosso no Bronze da História* a existência de um ofício (não um bilhete) mandado por um estafeta para Dias da Silva. Já Armando de Arruda Pereira, engenheiro chefe da construção de quartéis do Exército no sul do Mato Grosso, comenta também a existência de um *bilhete* com a célebre *frase* na obra *Heroes Abandonados*<sup>38</sup>. A partir daí, de tal modo populariza-se a existência do *bilhete* e da *frase* que qualquer obra, monumento, homenagem que faça referência a Antônio João é obrigatoriamente acompanhado da reprodução da *frase*.

Para Mello, é estranho que nenhum dos estudos posteriores sobre o militar tenha se preocupado em investigar a veracidade da existência do *bilhete* e, conseqüentemente, da *frase*. Não houve questionamentos sobre o que teria acontecido ao bilhete, se teria caído em mãos paraguaias, se chegou até Dias da Silva, e, o principal, como teria conseguido Antônio João “prever o futuro”, ao escrever que sabia da sua morte – *Sei que morro* - antes mesmo da chegada da tropa paraguaia, ou seja, antes mesmo de ter conhecimento da superioridade numérica da tropa inimiga e de se tratar de um ataque.

Encerrando a discussão, Mello considera ter alcançado seu objetivo. Mesmo esclarecendo a não-existência da *frase*, o autor diz não ter querido, em momento algum, desmascarar uma farsa, ou anular os feitos de Antônio João. De fato, a comprovação de que a existência do *bilhete*, e por conseqüência, da *frase*, foi uma invenção não anula a força simbólica que estes elementos tiveram na construção da figura heróica de Antônio João. O questionamento sobre a veracidade ou não de qualquer elemento tomado como fonte tem sua importância; porém, mais do que isso, é necessário questionar seu significado, ou, no caso específico da *frase* como, associada a outros elementos, se impôs como versão oficiosa dos acontecimentos na Colônia Militar dos Dourados.

## **2.2. ITINERÁRIO DA CRIAÇÃO DA FIGURA HERÓICA DO TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO**

---

<sup>38</sup> As últimas três obras citadas, por sua importância, serão analisadas mais detalhadamente no tópico seguinte.

Para tentar traçar esse itinerário, escolhi como fontes algumas obras publicadas ao longo do século XX, as quais podem ser consideradas como as principais responsáveis pelo processo de criação e consolidação da figura heróica de Antonio João. Algumas delas são exclusivas sobre o militar, como **Antônio João**, de Valentim Benício da Silva (1938) e **A epopéia de Antônio João**, de Raul Silveira de Mello (1969). Outras, como as obras de Antônio Fernandes de Souza, **A invasão paraguaia em Mato Grosso** (1919); **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**, de Pedro Cordolino de Azevedo (1926) e **Heróis abandonados! : peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso**, de Armando Arruda Pereira (1925) não são exclusivas sobre Antônio João, mas reúnem diversos elementos referentes ao militar e, por isso, são importantes na construção e consolidação da figura heróica.

A obra de Antônio Fernandes de Souza: **A invasão paraguaia em Mato Grosso** foi publicada em 1919<sup>39</sup>, na ocasião das comemorações do bicentenário da cidade de Cuiabá. O autor, cuiabano, trabalhou como contabilista em Mato Grosso, função que o levou ao cargo de Contador Geral da Usina de Itaicy, propriedade de Antônio Paes de Barros, conhecido como Totó Paes. No período em que Totó Paes fora presidente do Estado, Fernandes de Souza foi também seu secretário particular. Graças a esta proximidade com as esferas políticas, Fernandes de Souza conseguiu publicar, em 1904, a revista *O Archivo*, juntamente com Estevão de Mendonça. A revista tinha por objetivo, segundo Fernandes de Souza: “fundar-se nessa capital um Instituto Histórico e Geográfico que se incumbirá de criar e montar uma revista do Estado de Mato Grosso” (SOUZA, 2002, p.10). Também conseguiu, no período, patrocínio para a publicação, pela primeira vez, da obra *Vias de comunicação de Mato Grosso*, do Barão de Melgaço e *Quadro Corográfico de Mato Grosso*, de Estevão de Mendonça (id., p.9-10).

Fernandes de Souza participou ativamente das comemorações do bicentenário de Cuiabá e, principalmente, da criação e consolidação do IHMT, em 1919, onde foi sócio-fundador e 1º secretário. Ainda, foi professor no primeiro curso de contabilidade de Cuiabá, ministrando as aulas de ciências contábeis e direito comercial (id., p. 10-11).

A obra versava principalmente sobre as causas e condições da invasão paraguaia à província de Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai. Em um primeiro momento, não

---

<sup>39</sup> Em 2002, o IHGMT publicou uma nova edição desta obra, e foi esta edição que utilizei para análise.

parece haver uma relação direta entre o autor e a temática da obra; mas o autor esclarece que seu pai, Sabino Fernandes de Souza, estivera presente no conflito, como Alferes, o que explica o interesse do autor pela questão.

Outra obra que não se refere especificamente a Antônio João, mas contribuiu substancialmente para a criação do mito foi a já mencionada obra de Armando Arruda Pereira: **Heroes Abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso**, publicada em 1925, pelo “O Estado de S. Paulo”. Como já citado, Arruda Pereira foi engenheiro-inspetor encarregado da construção de quartéis na região sul de Mato Grosso na década de 1920, cuja sede estava instalada em Campo Grande. A obra foi escrita como uma espécie de diário das viagens empreendidas pelo engenheiro nos lugares históricos da região, na opinião do autor, abandonados e esquecidos pelo país e sua população (in PEREIRA, 1925).

A obra é prefaciada por Afonso d’Escragnole Taunay, filho de Alfredo d’Escragnole Taunay, o que já garante, pelo menos nos meios intelectuais do período, certo tipo de “relevância” para a obra. Assim Afonso Taunay escreve sobre Arruda Pereira:

O imprevisto dos acontecimentos, tão freqüentes na carreira do engenheiro, levou ao Sul do Mato Grosso jovem e já conceituado profissional, o sr. Armando de Arruda Pereira, autor deste volumesinho singelo e encantador que tenho a honra de apresentar ao público. [...] sentia [Arruda Pereira] verdadeira atração pelo teatro da campanha de 1867 como admirador apaixonado dos heróicos feitos de armas ali partidados (sic) pela nossa gente [...] (id., p. 3).

Outro trecho de Afonso Taunay é expressivo: “Foi a Dourados ver o lugar em que o sangue do espartano Antônio João Ribeiro empapou o nosso auriverde fazendo a bandeira ‘enrubescer de orgulho’” (id., p.4, grifo no original). A expressão *foi a Dourados* se refere à Colônia Militar dos Dourados; porém, uma frase construída nesses moldes, posteriormente permitirá relativa confusão com a cidade de Dourados, que no período ainda era um pequeno povoado distante dali<sup>40</sup>.

A obra, dividida em doze capítulos curtos, traz o itinerário de visitas feitas por Arruda Pereira na região palco dos acontecimentos da Guerra do Paraguai, tanto em território brasileiro, como em território paraguaio.

O livro **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**, de Pedro Cordolino de Azevedo, foi publicado em 1926, no Rio de Janeiro. O autor, como já comentado, foi professor de História na Escola Militar de Realengo e é figura reconhecida no Exército por seus estudos na área de História Militar. A obra é dividida em duas partes: na primeira,

---

<sup>40</sup> Este será o assunto do capítulo seguinte.

chamada *Epopéa*, o então Tenente Cordolino de Azevedo fez uma apresentação dos principais acontecimentos da Guerra do Paraguai. Entre eles, um tópico específico sobre Antônio João, chamado *A resistência de Antônio João*, onde o autor, em poucas linhas, expõe os acontecimentos da invasão paraguaia à Colônia Militar dos Dourados e o desfecho com a morte do comandante da colônia. Cordolino de Azevedo aproveita também para comentar sobre a existência de um *ofício* que Antônio João teria mandado para o Tenente-Coronel Dias da Silva, e nele, “a frase que deve ficar gravada no coração de todo o brasileiro que amar sua Pátria” (AZEVEDO, 1926, p.20); trata-se, evidentemente, da frase “*Sei que morro [...]*”. Encerra com entusiasmo o trecho sobre a invasão à Colônia dos Dourados:

Com a candidez dos heróis, com o estoicismo sublime dos grandes patriotas, ele sucumbe isolado, distante, sem recursos, no posto de honra, ao lado dos seus companheiros, legando-nos um exemplo maravilhoso de heroísmo, de abnegação e de perfeita compreensão de seus deveres! *Glória ao mais puro herói de nossa História!* (id., p. 20-21, grifo meu).

A segunda parte da obra, chamada *Bronze* - que será vista em detalhes a seguir - traz as realizações encabeçadas pelo autor para a construção de um monumento em homenagem aos personagens principais – “os heróis” – da Guerra do Paraguai no território de Mato Grosso.

Publicada em 1938, a obra do militar Valentim Benício da Silva: **Antônio João** fez parte, juntamente com outras obras, de uma coleção especial organizada pela Biblioteca Militar. O autor, General Benício da Silva, é considerado um dos responsáveis diretos pela reestruturação da Biblioteca Militar; na oportunidade, foi o presidente da comissão que organizou a coleção, que contou com os seguintes membros: Coronel Francisco de Paula Cidade, Carlos Maul, Luiz Edmundo e Capitão Severino Sombra de Albuquerque. Embora a obra tenha sido lançada apenas em 1938, está diretamente ligada às ações empreendidas pelo então Major Benício da Silva durante o tempo em que esteve como comandante do 11º Regimento de Cavalaria Independente de Ponta Porã<sup>41</sup>, no sul do antigo Mato Grosso, entre 1929 e 1930.

A cópia da obra que analisei continha, no verso da capa, uma dedicatória, de autoria de José Tibiriçá Martins Ferreira<sup>42</sup>, que, ao que parece, presenteou o atual Museu do Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados com a obra, em outubro de 2007. A obra possui, na primeira página, uma dedicatória escrita a punho, endereçada a D. Carlota Gomes – viúva do

---

<sup>41</sup> Hoje 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado de Ponta Porã – 11º RCMec.

<sup>42</sup> Advogado na cidade de Dourados.

último comandante da Colônia Militar dos Dourados, no pós-guerra - na data de 1º de julho de 1938, assinada pelo próprio autor, General V. Benício da Silva.

Carlos Maul, um dos membros da *Comissão Diretora da Biblioteca Militar*, fez uma espécie de apresentação do livro, com sua opinião para a publicação da obra, já que, ao que parece, tinha a função de dar o parecer como relator da *Comissão Diretora*. Maul era uma pessoa influente no Rio de Janeiro do período; foi jornalista, escritor, poeta e também deputado estadual do estado<sup>43</sup>. Pelo parecer, já se pode ter uma noção do viés que norteou a obra: um ensaio biográfico sobre Antônio João Ribeiro, especialmente nacionalista e ufanista. Para o parecerista, o autor reunia as qualidades necessárias para propagar ao público as façanhas ocorridas em Mato Grosso, pois:

Sentiu-se atraído pelas dificuldades do tema, visitou os lugares santos da Pátria que beberam o sangue quente do herói, buscou tudo o que pudesse trazê-lo de novo, vivo e palpante, a presença da posteridade, no seu perfil de medalha antiga. *E do êxito desse empreendimento diz com segurança este trabalho em que se harmonizam a probidade do historiador e o entusiasta do patriota* (SILVA, 1938, np, grifo meu).

O livro, publicado no mesmo ano da inauguração do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, no Rio de Janeiro, além de ter sido o primeiro específico sobre o militar, foi um esforço para tentar esclarecer diversos pontos obscuros da trajetória de vida de Antônio João, tanto nos aspectos militar quanto pessoal.

Por último, temos a obra de Raul Silveira de Mello, publicada em 1969. Trata-se de **A Epopéia de Antônio João**, e é, sem dúvida, uma das mais importantes e completas publicações referentes ao Tenente Antônio João. O autor, nascido em Cruz Alta/RS em 1883, viu, aos oitenta e seis anos de idade, sua obra publicada no centenário da invasão paraguaia à província de Mato Grosso. A extensa obra é dividida em doze *Partes*, cada qual subdividida em pequenos capítulos. Nas quatro primeiras *Partes*, o autor faz um extensivo levantamento da situação entre Brasil e Paraguai, antes do início do conflito platino. A 5ª, 6ª e 7ª *Partes* são destinadas a relatar a criação e fundação da Colônia Militar dos Dourados e a incursão paraguaia de 1862. A 8ª e 9ª *Partes* são específicas sobre o ataque paraguaio e o confronto ocorrido na Colônia Militar dos Dourados. E nas três últimas *Partes*, Mello esboçou aspectos da vida civil e militar do Tenente Antonio João Ribeiro. A obra foi constantemente utilizada ao longo desta pesquisa, uma vez que ofereceu uma quantidade interessante de fontes que puderam ser consultadas<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Cf. informações da Academia Petropolitana de Letras (in: [www.apcl.com.br](http://www.apcl.com.br)).

<sup>44</sup> No final do item 2.2.1, será efetuada uma análise um pouco mais extensa da obra de Mello



### 2.2.1 *Investigações e iniciativas tendentes a recuperar e heroicizar a figura de Antônio João*

É necessário compreender como estes autores entendiam o significado e a importância de um *herói*. Para isso, uma interessante perspectiva é a apontada por Thomas Carlyle, em obra publicada em 1841. Trata-se de uma coletânea de seis conferências que fez em Londres, por um período de quatro anos, intitulada: *Os Heróis*. As conferências eram todas baseadas em grandes figuras da história antiga e moderna. O autor analisou a criação dos heróis sob várias perspectivas: o herói como divindade, profeta, poeta, sacerdote, como homem de letras e como rei.

Para Carlyle, compreender a importância dos grandes homens – heróis - é necessário para compreender a história universal. Assim:

A história universal, a história daquilo que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui tem laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir; [...] a alma de toda a história universal, pode justamente considerar-se, seria a história destes. (CARLYLE, 1963, p. 9).

Evidentemente, a visão de Carlyle é ensejada pelo momento histórico em que ele vive e escreve, mas é possível imaginar que é justamente por meio desta visão modeladora, salvadora e messiânica que se constroem os mitos heróicos, como o do Tenente Antônio João, representados nas publicações abaixo analisadas.

Um dos primeiros passos dados para a construção da figura heróica de Antônio João em território mato-grossense foi a publicação da obra de Antônio Fernandes de Souza. De modo geral, **A invasão paraguaia em Mato Grosso** se caracteriza por ser uma obra com um caráter mais informativo do que uma pesquisa apurada sobre a invasão paraguaia. O autor comenta aspectos gerais da República do Paraguai, da ofensiva brasileira, da Retirada da Laguna e da retomada de Corumbá. No tópico que trata da *Invasão*, informa que Vicente Barrios partiu de Asunción com mais de quatro mil homens para ocupar o Forte Coimbra e que Resquin ficara responsável por ocupar a fronteira do Apa; de sua coluna partira Martin Urbietta, com duzentos e vinte homens, para ocupar a Colônia Militar dos Dourados (SOUZA, 2002). Sobre o episódio na Colônia Militar dos Dourados, Fernandes de Souza escreve o seguinte:

Comandava essa colônia o tenente de cavalaria Antônio João Ribeiro que, ao saber que ia ser atacado aquele ponto, ordenara que velhos, mulheres e crianças abandonassem Dourados, e, com 15 homens, de que dispunha, preparou-se para receber o inimigo, tendo, no dia 28, enviado por uma praça um bilhete a lápis [...] contendo as célebres palavras: “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão de minha pátria – Antônio João Ribeiro” (id., p. 27-28).

Na seqüência, o autor descreve a conversação ocorrida entre o Tenente brasileiro e as forças paraguaias, nos seguintes termos:

Respondendo à intimação que lhe foi feita a render-se, perguntou o tenente Antônio João ao comandante da força inimiga se trazia ordem do Governo Imperial nesse sentido, destacando que, em caso contrário, só depois de morto, poderiam os inimigos da sua pátria ocupar o ponto que lhe havia sido confiado (id., p. 28).

Com este relato, Fernandes de Souza demonstra ter tido acesso ou à documentação militar dos oficiais paraguaios<sup>45</sup>, ou então, mais provavelmente, à obra do Barão do Rio Branco, *Efemérides Brasileiras* ou as publicações do periódico paraguaio *El Semanario*.

Por fim, Fernandes de Souza relata o desfecho do episódio de modo bem sucinto: “Travou-se logo um combate excessivamente desigual, que durou alguns minutos apenas; morreram na luta o bravo Tenente Antônio João e duas praças, sendo feridas duas praças e prisioneiras dez” (id., p. 28).

A obra de Fernandes de Souza, embora não seja exclusiva sobre Antônio João, tem relevância de ser a primeira publicada por um autor mato-grossense, em um período especialmente interessante de criação de identidade em Mato Grosso, como retratado no primeiro capítulo. Além disso, foi a primeira obra sobre a Guerra do Paraguai a ser publicada depois de um longo período sem publicações do conflito. Ou seja, foi a publicação que “deu a largada” a várias outras sobre o assunto. Por uma série de fatores, na década de 1920, a figura de Antônio João foi se tornando mais popular, tanto dentro do Exército quanto na intelectualidade mato-grossense.

Praticamente concomitante à publicação da obra de Fernandes de Souza em Mato Grosso, o periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou um artigo, em 14 de julho de 1920, que lamentava, nas palavras de Cordolino de Azevedo, “o estado de abandono em que se achavam os túmulos de Antônio João – perdido nas margens do arroio Dourados, testemunha muda de seu obscuro heroísmo, os do Coronel Camisão e do guia Lopes, nas proximidades da Fazenda do Jardim”

---

<sup>45</sup> Documentação que Mello afirmou ter desaparecido do. Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional.

(AZEVEDO, 1926, p. 47). O artigo<sup>46</sup> foi o estopim que fez demonstrar o desconhecimento geral e ausência de homenagens aos militares mortos no conflito em território mato-grossense, além de sugerir que algo deveria ser feito para homenagear estes militares. Para Cordolino de Azevedo, as inquietações entre os jovens militares, que teriam tido sua gênese com esse artigo, culminaram com o início das discussões para a construção de um monumento que homenageasse os heróis da Guerra do Paraguai em Mato Grosso. A segunda parte do livro de Cordolino de Azevedo, intitulado *O Bronze*, é todo voltado para expor estas ações, coordenadas e lideradas pelo autor, com o apoio dos alunos da Escola Militar.

O artigo publicado no periódico carioca imediatamente chamou a atenção dos alunos da Escola Militar de Realengo, que na Revista *A Cruzada* – periódico constituído na sua maioria por alunos da Escola Militar - em agosto do mesmo ano, incitou que se realizasse o pedido do artigo publicado no *O Jornal*, e que logo se levantasse os fundos necessários para a construção das lápides dos militares em Mato Grosso. Após a publicação deste artigo, a movimentação entre militares foi mais intensa. O autor afirma, então, que aproveitou a agitação do jovem oficialato para expor uma idéia mais ousada:

Nesta ocasião [da publicação do artigo na revista *A Cruzada*], como modesto professor da Escola, nos vimos na obrigação de ir ao encontro da idéia, que havia dias, agitava os alunos. Procuramos então os redatores da *Cruzada* e lhes fizemos ver que a dívida a pagar era maior do que supunham. Uma simples lápide jamais saldaria. Tornava-se necessário um Monumento grandioso, que atestasse, a vista de todos, pela sua imponência e majestade, o valor daquela gente e o nosso reconhecimento. *A lápide apenas denunciaria aos raros viajores daquelas bandas, que naqueles descampados descansavam os restos mortais dos heróis, envolvidos na penumbra do esquecimento.* E nós tínhamos obrigação de trazer seus nomes a lume, de mostrar aqueles vultos homéricos em sua derradeira atitude, às gerações atuais e vindouras. Assim, até o estrangeiro que passasse pelo Monumento, reconheceria que na Terra de Santa Cruz se cultivava o amor à Pátria e que a dívida contraída para com seus heróis era paga na proporção do feito (AZEVEDO, 1926, p. 48-49, grifo meu).

Para Cordolino de Azevedo, era importante homenagear os heróis do conflito ali, na capital Rio de Janeiro, no local de efervescência do país; e não em um longínquo lugar, como o Mato Grosso – que apesar de ser o local dos acontecimentos heróicos - apenas *raros viajores* presenciariam.

A proposta do professor Cordolino de Azevedo encontrou eco entre os alunos da Escola Militar, e no dia 24 de agosto, ainda de 1920, foi discutida em Assembléia a proposta de construção de um monumento, de grande porte e ali, no Rio de Janeiro, a qual foi aprovada unanimemente. Uma Comissão Central foi formada e Cordolino de Azevedo foi escolhido

---

<sup>46</sup> Infelizmente, embora várias vezes este artigo publicado pelo *O Jornal* seja evocado, não há maiores informações sobre quem foi o autor do artigo, e nenhum dos autores estudados utiliza ou transcreve trechos dele.

como Presidente. Também partiu do professor a proposta de que o monumento fosse denominado: “*Aos Heróis da Laguna e Dourados*, pois que essas duas epopéias da nossa história militar firmaram, de maneira inconfundível, o valor, a constância, a bravura, o espírito de sacrifício e o amor ao cumprimento do dever do soldado nesse duro período da invasão de Mato Grosso” (id., p. 51, grifo no original) <sup>47</sup>. Nesta mesma sessão, por sugestão do Tenente Cordolino de Azevedo, foram deliberadas as condições que o *Monumento* deveria obedecer. São elas: a) o assunto principal seria a Retirada da Laguna e a resistência de Antônio João; b) a defesa do Forte de Coimbra, a retirada de Oliveira Mello, a retomada de Corumbá e o combate do Alegre<sup>48</sup> deveriam figurar também nos baixos relevos do *Monumento*; c) os restos mortais dos combatentes deveriam ser depositados na base do *Monumento*, desde que seus descendentes consentissem assim; d) nos lugares de onde fossem retirados os restos mortais deveriam ser levantados marcos que lembrassem o ocorrido; e) o *Monumento* deveria ser instalado no antigo Arsenal de Guerra (cf. AZEVEDO, 1926).

É possível supor que toda essa agitação nos meios militares fez lançar luz nos acontecimentos da Guerra do Paraguai no sul do antigo território mato-grossense. Isso explica, por exemplo, o esforço empreendido, nos anos seguintes, à procura do local onde estariam os restos mortais do Tenente Antônio João Ribeiro, busca essa que evidencia, de fato, uma grande preocupação em recuperar e heroizar a figura do Tenente. Que se tem conhecimento, o primeiro a se aventurar nessa procura foi Arruda Pereira, no período em que esteve como engenheiro-inspetor da construção de quartéis no sul do antigo Mato Grosso.

Contando com a ajuda de uma pessoa chamada Luis dos Santos, que guiava o automóvel, e outro ajudante - que o autor apenas mencionou se tratar de um “rapaz syrio” <sup>49</sup>- seguiram os três em direção à antiga Colônia. O itinerário começava em Ponta Porã, e seguia pela estrada que partia dali em direção a Campo Grande, até a altura do passo do Rio Dourados, onde morava a viúva Gomes e sua família. A impressão do local foi agradável, segundo o autor:

Casinha poética, com seu jardinzinho à frente e um vasto pomar à margem direita do rio Dourados, [...]. Aquelas flores naquele ermo, aquela solidão, interrompida apenas pelo barulho das águas e o canto dos viras, fazia com que o dia, o despontar, se tornasse mais belo e nos enchia de esperança de conseguirmos o fim que até ali nos levava (PEREIRA, 1925, p. 10).

---

<sup>47</sup> A construção e inauguração do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados* será ainda trabalhada no tópico seguinte.

<sup>48</sup> Trata-se de outros episódios relevantes da Guerra do Paraguai em território mato-grossense.

<sup>49</sup> Ambos moradores da cidade de Ponta Porã.

Porém, as dificuldades começaram a surgir. Ao que parece, a proprietária do local, Carlota Gomes, viúva do Capitão João Luiz Gomes, não demonstrou ficar a vontade com os visitantes e seus propósitos. Para Arruda Pereira, um dos motivos é que “raramente por aquelas paragens se vira um auto, e muito menos, gente como nós. Houve, portanto, certa desconfiança da parte da dona da casa e suas filhas” (PEREIRA, 1925p. 10). Além disso, tinha também o fato de Arruda Pereira ser um engenheiro, e ao tomar conhecimento disso, a viúva Gomes justificou-se, segundo o autor, dessa maneira: “-Mas... doutor, o meu campo já está todo medido, é meu mesmo e eu já moro aqui há tanto tempo” (apud PEREIRA, 1925, p.11).

Para Arruda Pereira, as desconfianças de D. Carlota Gomes prejudicaram o objetivo que o havia levado ali, que era descobrir alguma pista sobre a localização do túmulo de Antônio João. A viúva, pouco disposta a ajudar, apenas informou a existência de uma cruz de aroeira, no alto da cabeceira, que os habitantes do lugar diziam ser de dois oficiais paraguaios. De fato, encontrada a cruz, iniciaram os trabalhos de limpeza, e conseguiram ao final ler a inscrição: “Aqui se enterro Juan Bento Xan Xavier – Muerto” (id., p.12).

Apesar do insucesso, Arruda Pereira, no retorno, encontrou com três moradores da região, e aproveitou para também inquiri-los se sabiam algo do local onde foi enterrado Antônio João. O diálogo, segundo Arruda Pereira, foi assim:

- ’- Bom dia. São os Srs. por acaso moradores destas bandas?’
- Sim senhor, respondeu-nos o que estava na frente.
- Que sorte! pensamos e imediatamente arriscamos a pergunta decisiva:
- ‘- Sabem dizer-nos onde está enterrado Antonio João?’ Ar de estupefação. Um dos três, um negro boiadeiro, curvando-se sobre a sela, disse com a voz cheia de mágoa:
- Morreu? Coitado! Quando, hein?
- ‘-Até outro dia, senhores!’ E, cabisbaixos, fomos tomar o Ford (PEREIRA, 1925, p. 12-13).

O diálogo tem um sentido bastante revelador, já que, tudo indica, Antônio João não era uma figura conhecida para a população da região. São duas possibilidades: ou de fato o morador da região conhecia alguém que se chamava Antônio João, mas que não era o herói procurado, ou aproveitou a ocasião para fazer pilhéria dos viajantes. Apesar dos insucessos, no mesmo dia, o engenheiro encontra-se com Arthur Campos<sup>50</sup>, na cabeceira do Apa, que afirmou que os viajantes tinham estado muito próximos do local onde ele tinha conhecimento de que havia sido enterrado Antônio João. Para aproveitar a mesma viagem, seguiram imediatamente de carro até o passo do Rio Dourados, novamente, e dali seguiram a pé “através de um campo sujo, cheio de macega alta” (id., p. 13). Encontram um cemitério

---

<sup>50</sup> Arruda Pereira não dá maiores informações sobre o informante que o auxiliou.

antigo, com “cruzes velhíssimas, de aroeira, e entre elas uma grande, simples, tosca, sem inscrição alguma. Uma trepadeira silvestre, como que se enlaçando na cruz, quis, quando florescesse, homenagear os restos do *grande* que ali repousa” (PEREIRA, 1925, p.13, grifo do autor). Neste trecho, Arruda Pereira afirma ter encontrado o local onde foi enterrado o Tenente Antônio João, fiando-se no testemunho de Arthur Campos e no acaso da trepadeira silvestre presente na cruz, que “representava o agradecimento mudo da terra brasileira àquele que tão nobremente a defendera juntamente com outros onze heróis no dia 28 de dezembro de 1864” (id., p. 13). Sem dúvidas, retorna satisfeito pela “descoberta” tão importante que acabara de fazer.

Anos depois<sup>51</sup>, Benício da Silva, no período em que foi comandante do 11º RCI de Ponta Porã, também se dedicou à busca de informações sobre o túmulo de Antônio João e a expõe na segunda parte do livro, em um item chamado *O túmulo do herói*. Nesta parte da obra, o autor narra a diligência que promoveu até a desativada Colônia Militar dos Dourados. O objetivo principal era o de encontrar o túmulo de Antônio João e erigir seu primeiro monumento.

O Major Benício da Silva idealizou a marcha da seguinte maneira:

Marcha de 150km

- 1- Cumprindo a determinação do Comando da Circunscrição Militar (diretrizes para o 1º período de instrução) os oficiais deste Regimento realizarão uma marcha de 150 km em 3 dias (17, 18 e 19 do corrente mês).
- 2- O itinerário escolhido é Ponta Porã – Antiga Colônia Militar de (sic) Dourados – Cabeceira do Apa.
- 3- Duplo é o objetivo desta marcha: cívico – realizar uma visita ao lugar em que repousam os restos de Antônio João; militar – efetuar um reconhecimento de cavalaria (ida) e uma marcha de velocidade (volta).
- 4- A visita será realizada em dia e meio na ida, e um dia no regresso.
- 5- Para o trabalho de reconhecimento todos os oficiais marcharão juntos, partindo deste quartel às 6 horas de 17, pousando em caminho e chegando à Cabeceira do Apa (Artur Campos) a 18.
- 6- *A 18 será feita uma visita ao túmulo de Antônio João [...] (Boletim Interno do 11º RCI, de 14 mai. 1929, p. 282, grifo meu)*<sup>52</sup>.

A *Marcha* reunia objetivos cívicos e militares. Durante a década de 1920, como já visto, foi intenso dentro do Exército o reconhecimento das figuras heróicas, principalmente as ligadas à Guerra do Paraguai, e Benício da Silva soube aproveitar que estava na condição de comandante do quartel mais próximo do local onde Antônio João havia sido morto. O

---

<sup>51</sup> Não é possível precisar exatamente a data que Arruda Pereira esteve na antiga Colônia dos Dourados, mas, sem dúvida, foi entre 1921 e 1924, período em que esteve no estado. Já Benício da Silva esteve a procura de informações sobre o túmulo de Antônio João em 1929, portanto, um curto espaço de tempo.

<sup>52</sup> Os boletins aqui citados encontram-se no arquivo do 11º RCMec, de Ponta Porã, consultado em julho de 2009.

Tenente Antônio João já se transformava em uma figura heróica importante e reconhecida dentro do Exército. Para reforçar a importância da marcha, Benício da Silva a revestiu também de um objetivo militar, que foi o de testar seus oficiais em um exercício de cavalaria.

Em um primeiro momento, Benício da Silva acreditava que visitaria o túmulo do Tenente Antônio João no local indicado por Arruda Pereira, em *Heroes Abandonados*. Porém, depois de estar na antiga Colônia dos Dourados, Benício da Silva fica com a opinião de que o local onde o engenheiro acreditava ser o túmulo não era, de fato, o túmulo do herói. Primeiro porque, depois de muito trabalho de limpeza da cruz colocada no túmulo, Benício consegue distinguir a frase: “[?] enterro Ivan Benito Pereira de muerte natural” (SILVA, 1938, p. 41) e segundo porque Benício da Silva informa que “aqui [em Ponta Porã] é voz corrente que os restos de Antônio João estão sob a calçada do velho casarão que lhe serviu de morada” (id., p. 40). O local, naquele período, como já visto, pertencia a Carlota Gomes, viúva do Major de Artilharia<sup>53</sup> João Luiz Gomes, nomeado último diretor da Colônia em 1888.

Havia também o testemunho de um veterano da Guerra do Paraguai, conhecido como *Tio Vieira*. Com oitenta anos de idade, mas segundo Benício da Silva, perfeitamente lúcido, ele afirmava constantemente em conversas particulares que, de fato, o túmulo de Antônio João estava localizado no local onde então era a casa da família Gomes. No entanto, em conversação com o Major, “talvez por não querer indispor-se com a família Gomes [...] afirmou que ao vir para a Colônia, onde serviu cerca de vinte anos, nunca soube da existência do túmulo de Antônio João” (SILVA, 1938, p. 42).

Apesar das contradições, Benício da Silva parece ter ficado convencido de que Antônio João fora mesmo enterrado no local que, naquele momento, era a residência da família Gomes. A própria Carlota Gomes teria afirmado “a existência de cruzeiros no próprio local da Colônia, uma das quais, talvez a de Antônio João (segundo D. Carlota), foi aproveitada em portais do velho casarão, em reconstrução feita pelo oficial que antecedeu o Major Gomes na direção da Colônia” (id., p. 45).

Também Mello procurou elucidar a questão envolvendo o encontro do túmulo e dos restos mortais de Antônio João. Com a conclusão de que Arruda Pereira estava, de fato, incorreto na localização do túmulo, e de que Benício da Silva tinha ficado impossibilitado de pesquisar a fundo sua dúvida – de que os restos mortais do Tenente Antônio João estavam

---

<sup>53</sup> Benício afirma que o último diretor da Colônia dos Dourados era Major de Artilharia, já Arruda Pereira afirma ser apenas Capitão do Exército brasileiro.

abaixo da residência da viúva Gomes – Mello procurou dar também seu parecer, embora afirmando ter a opinião de “não mais se deve tentar a busca daquelas veneradas relíquias” (MELLO, 1969, p. 366), pois se algo fosse encontrado, não seria possível afirmar ser os restos mortais do Tenente ou de algum dos dois soldados mortos na ocasião. Para o autor, a suspeita de Benício da Silva é errônea, já que a casa da viúva Gomes foi construída em cima das ruínas do local onde residia Antônio João antes do ataque paraguaio. Após o ataque, aquele lugar servira, provavelmente, como posto de comando de Urbietta, enquanto os soldados acatavam as ordens para destruir o restante do local.

Segundo Mello, quando o Governo imperial restaurou a colônia no pós-guerra, foram identificados os antigos lugares e neles construídos as novas moradas, inclusive do novo comandante. E dali, foi sendo ocupada pelos moradores subseqüentes, até ser ocupada pela viúva Gomes, com quem Benício da Silva e Arruda Pereira tiveram contato. Assim, é de se imaginar que o sepultamento dos corpos de Antônio João e dos dois soldados não tenha sido feito tão próximo do rancho do comandante, nem nas proximidades, pois “os paraguaios não sepultariam Antônio João e seus dois companheiros no próprio rancho em que iriam acantonar, nem o fariam nas cercanias dele. Era evidente que não quereriam vizinhar com uma sepultura” (id., p.368). Segundo este raciocínio, os três soldados brasileiros devem ter sido enterrados nas proximidades, “em qualquer ponto, não muito distante, mas fora daqueles recintos habitados” (id.), que o autor arrisca em torno de duzentos metros do local central do povoado da Colônia dos Dourados.

Assim, para Mello:

Que conclusão nos resta, em definitivo, a tirar deste raciocínio? Primeira, que Antônio João repousa todo inteiro, corpo e sangue, naquela gleba histórica. Segunda, que cada lugar da gleba deve ser tido, portanto, na falta de dados positivos, como sepultura do herói. Terceira, que cada palmo daquele torrão recebeu uma partícula de seu sangue, dinamizado pelas águas da chuva (MELLO, 1969, p. 369).

Na falta de informações novas, ou mesmo mais concretas sobre Antônio João e os acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados, ou ainda, por considerar suficientes os relatos que se tinham até aquele momento, muitos autores optaram por utilizar, em suas pesquisas, trechos de outros renomados autores, reproduzindo afirmações anteriores relacionadas ao heroísmo do Tenente, buscando por meio desta repetição fortalecer e ampliar seu alcance para faixas mais amplas de leitores. Sem sombra de dúvida, um dos mais solicitados para esta tarefa foi o escritor-militar Taunay, seguido do General Pimentel, com suas publicações respectivamente em 1874 e 1887.



Arruda Pereira, por exemplo, pede:

Lê-de o livro: “Histórias Brasileiras”, escrito pelo imortal Taunay, no conto “Camiran a Kinikina’o” páginas 120, 121 e 122 e vereis como os fatos aí narrados vos farão vibrar de entusiasmo pelo que foi a resistência oposta por Antônio João e seus onze comandados (PEREIRA, 1925, p. 14).

O mesmo autor apresenta ainda trechos da obra de Taunay, obra que, como já comentado, apresenta ao público pela primeira vez a frase: “*Sei que morro [...]*”:

‘Fogo, minha gente, fogo!’ Diz o Visconde de Taunay nessas paginas sublimes: ‘Raros obedeceram à ordem. Daí a pouco era arreada a bandeira da paliçada, mas ela desceu com ufania como bandeira da vitória e, quando tocou o chão, uma das suas dobras foi se ensopar de sangue d’aqueles que tanto a haviam enobrecido. Parecia enrubescer de orgulho!’ (in PEREIRA, 1925, p. 15, grifo no original).

Também Taunay é requisitado por Benício da Silva, porém é com certo descontentamento. Para o autor:

Taunay, tão explícito na epopéia da Laguna, parece que pouco interesse tomou esse feito que ecoa nas proximidades do caminho que ele perlustrou sob a orientação empírica do Guia Lopes. Um poucas páginas, *em forma de lenda*, são por ele consagradas ao nosso herói em seu livro ‘Histórias Brasileiras’, em meio à narrativa intitulada ‘Camiran, a Kinikinau’. E é de lastimar, pois Antônio João bem merecia maior carinho do nosso brilhante estilista e emérito historiador (SILVA, 1938, p. 21, grifo meu).

O General Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel<sup>54</sup> publicou em 1887, a obra *Episódios Militares*, que reunia diversos pequenos relatos de passagens da Guerra do Paraguai. O episódio da Colônia Militar dos Dourados foi apresentado de modo muito semelhante ao que Taunay havia escrito sobre o acontecimento. Também é um trecho pontuado por narrações e até mesmo diálogos que “poderiam” ter acontecido. Por exemplo, Pimentel afirma que Antônio João, ao evacuar a Colônia Militar, teria dito: “Bem. Está cumprida a primeira parte de meu dever: a salvação das famílias dos colonos. Agora... restamos a resistência e a morte!” (PIMENTEL, 1978, p. 64). Ou ainda, antes da chegada da tropa paraguaia:

Soldados e amigos. [...]. Sabeis que marcham contra a Colônia Militar de [sic] Dourados, confiada à vossa guarda e defesa. Eles contam-se por centenas, talvez milhares. Nós somos dezena e meia. Não podemos pensar em uma vitória por nosso lado. Toda a resistência que opusermos será apenas inicial, impotente. Devemos sucumbir à primeira descarga que contra nossos peitos dirigirem. Quereis morrer pela Pátria e pela honra do Brasil? (id., p.63-67).

---

<sup>54</sup> Existe uma certa confusão quanto ao nome do militar. Mello ora escreve Joaquim *Silvério* de Araújo Pimentel (p. 344) ora escreve Joaquim *Sotero* de Araújo Pimentel (p 380). Benício da Silva, por sua vez, utiliza Joaquim Silvério de Araújo Pimentel (p. 22). A publicação que consulto, de 1978, denomina-o Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel.

Mesmo não oferecendo nenhuma fonte ou informando como teria conseguido estas informações, Pimentel é utilizado por outros autores, como Benício da Silva. Este, aliás, dá grande crédito à obra, já que afirma que, “evidentemente [Pimentel] serviu-se de documentos autênticos, que ele cita e foram seus guias na reconstituição do sacrifício da guarnição de Dourados” (SILVA, 1938, p 22). Porém, não há, no trecho referido, nenhuma indicação dos “documentos autênticos” citados por Benício da Silva que teriam sido usados na obra de Pimentel.

A partir da década de 1920, na medida em que ocorria a propagação dos acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados e a figura de Antônio João foi se tornando cada vez mais conhecida no país e em Mato Grosso, especificamente, percebe-se que aumentam também a publicação de textos líricos, poemas e textos com caráter ensaístico enaltecendo a figura do Tenente Antônio João. Abaixo, temos alguns exemplos de publicações do período que podem ser considerados indicadores da extensão que o culto a Antônio João tomava.

Dom Aquino Corrêa, por exemplo, em 1920, na obra *Terra Natal*, publicou uma poesia chamada *Antônio João*. A frase “*Sei que morro [...]*” não foi utilizada pelo autor, mas outra, em um verso, tem um sentido muito parecido: “Sei que morro, mas meu sangue e o dos meus protestarão, num clamor que já não langue, contra o assalto ao meu torrão” (in SILVA, 1938, p. 86).

José de Mesquita, importante escritor cuiabano, escreveu uma poesia chamada *Dourados*, publicada na obra *Terra do Berço*, em 1927 e utilizou um expediente muito semelhante ao de D. Aquino Corrêa. A frase “*Sei que morro [...]*” também não foi utilizada pelo autor, e sim, a seguinte: “Morro, o sei, mas meu sangue e o de meus companheiros há de ser um protesto ante a invasão ousada” (id., p. 83).

Um ano depois, José de Mesquita publica em um jornal de Cuiabá *O natal do herói*, da série: *Gente e cousas de antanho*. Neste texto, Mesquita se propõe discutir qual seria realmente a data de nascimento de Antônio João, já que havia, na época, várias datas divergentes – 22 de janeiro de 1822, 24 de novembro 1820 e 24 de novembro de 1825. O autor lança o desafio de elucidar a questão: “tempo é de ter mão no assunto, que, por interessante, não se há de tornar pesado e exaustivo. Aí ficam dados para melhores investigações. A outrem o encontrar a verdade, em cuja pista andamos, - pois que só deste esforço já nos fica sobejo contentamento” (id., p. 109).

Vale lembrar que José de Mesquita e Dom Aquino Corrêa são figuras importantíssimas na intelectualidade mato-grossense, especificamente cuiabana; portanto, o culto a Antônio João encontrou figuras “de peso” na tarefa de difundir-lo.

O General Malan d’Angrogne, que foi comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso (cf. PEREIRA, 1926, p. 111), entre 1924 e 1926, e o responsável por refazer os túmulos de Camisão, Juvêncio e o Guia Lopes, publicou na obra *O Estado de Matto Grosso e as terras do Barão de Antonina*, de Astolpho de Rezende, um texto intitulado *Dourados*. Como figura militar máxima da região, e estando presente ali no período em que a figura heróica de Antônio João se construía e se consolidava, o General Malan preocupou-se em dar informações detalhadas da região: transporte, rios, povoados, localização, deslocamentos. Sobre a Colônia Militar dos Dourados, afirma:

Neste passo de Dourados o governo Imperial houve por bem firmar padrão de posse, resolvendo criar a colônia do mesmo nome, tendo por núcleo, informa João Severiano Fonseca, onze colonos e pequena força militar [...]. Reorganizada em 1860, destruída em 1864, somente seis anos mais tarde restabelecida. Em 1873 era criada uma barreira e uma agência fiscal e em 1889 nomeava-se diretor um capitão do exército, João Luiz Gomes, pai de um antigo companheiro meu de Praia Vermelha [...] (in SILVA, 1938, p. 100).

Malan também relata o contato que teve com familiares do Tenente Antônio João; a carta que recebeu do filho, Tomé Ribeiro de Siqueira, entregue pela nora e sobrinha de Antônio João – possivelmente Franklina Ribeiro de Siqueira – e a filha do casal, cujo filho, “bisneto do tenente de Dourados, achava-se nessa ocasião no Araguaia e solicitava isenção do serviço militar, por ser arrimo” (in SILVA, 1938, p.102). Também relatou o contato que teve com outro neto, Ezequiel Siqueira, que foi professor por um período de tempo em Campo Grande. Sobre este neto, General Malan diz o seguinte: “O sangue generoso do mártir de Dourados estua nas veias desse mato-grossense retraído e sonhador, de organismo minguido e ideal ardente, em quem dormitam as virtudes atávicas, prontas à explosão e capazes, em momento dado, de insuflar façanha igual à avoenga” (id., p. 102).

Para concluir este subitem, parece-me conveniente efetuar uma rápida análise da obra de Mello – tendo em vista se tratar de uma obra de grande fôlego e que, além disso, dialoga e polemiza com obras anteriores em torno do tema central desta dissertação, ou seja, a construção de mitos em torno da figura de Antônio João. Ao longo de sua obra, Mello até utiliza outros autores que publicaram sobre Antônio João antes dele, porém, diferente dos demais, não o faz com o objetivo de reafirmar ou elucidar aspectos obscuros do herói, e sim para problematizar com estes autores. Já no início da obra, um preâmbulo explicativo

chamado *Como e porque me abalancei a este trabalho*, Mello ocupa-se principalmente em questionar os autores que trataram dos acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados antes dele, principalmente o fato de que nenhum deles procurou realizar uma pesquisa realmente meticulosa sobre o assunto. Todos, segundo Mello:

Os autores que trataram da Colônia Militar dos Dourados e do episódio de 29 de dezembro de 1864, ali acontecido, não se deram a pesquisas e estudos meticulosos a respeito destes palpitantes assuntos. [...] Narram a seu modo, e com várias tintas, os fatos da velha colônia. Reeditam, uns, variando apenas de tons, o que outros disseram antes, mas sem apreciar-lhes a autenticidade, nem indagar das fontes onde os primeiros foram buscá-las. Outros, na falta de documentos, descrevem os fatos como lhes parecem mais plausíveis. Outros vão mais longe. Ignorando as particularidades que ilustram as ocorrências, tecem novelas magníficas, mas puras novelas, em torno delas (MELLO, 1969, p. 1).

Para Mello, passado exato um século, as obras publicadas até então alcançaram o mérito de serem boas obras novelescas, mas sem nenhum caráter de pesquisa e consulta às fontes. Ou seja, um século de reproduções de enredos imaginários, que assumiram a condição de verdade, pois nenhum dos autores ocupou-se em questionar a autenticidade dos relatos apresentados.

A crítica principal é direcionada à obra do General Benício da Silva, *Antônio João* (1938), pois Benício da Silva afirma não ter conseguido encontrar nada muito significativo nos arquivos, no exame do local dos acontecimentos e nos testemunhos das pessoas mais antigas. Nem mesmo a fé-de-ofício de Antônio João ajudou, pois estava incompleta. E na ausência de algo mais concreto, Mello observa que Benício da Silva apoiou-se nas obras de Taunay e Pimentel, embora considere que ambos não foram além da imaginação para contar os acontecimentos de dezembro de 1864.

Segundo Mello, sua pesquisa parte deste pressuposto: concordar ou não com Benício da Silva acerca da ausência de documentos oficiais sobre o ocorrido. Ou seja:

Para verificar se os autores tinham razões para dissentir uns dos outros, e se Benício podia negar existência de documentos a respeito dos Dourados, atirei-me a longas andanças, determinei-me a voltas e reviravoltas, [...]. Precisava verificar até onde chegava o *sim* ou o *não* daquele desapontamento de Benício [...] Fi-lo na convicção de que encontraria desmentido às alegações pessimistas de Benício. Fi-lo persuadido de que nenhum documento de chancela oficial, e, particularmente, de importância histórica, fica alheio ao conhecimento da posteridade, como acontece aos mortos na mudez dos túmulos, ou a vozes perdidas no deserto (MELLO, 1969, p. 3).

A convicção da necessidade de “ir aos arquivos” era tanta que Mello demonstra não ter ficado surpreso ao encontrar uma quantidade considerável de documentos oficiais inéditos, nos arquivos de Cuiabá e Rio de Janeiro, muitos deles elucidativos sobre a trajetória militar de

Antônio João e os acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados. “Como era de esperar, os velhos arquivos se me mostraram audíveis e falantes. Benício, pelo contrário, andando por pistas erradas e arquivos mudos, não poderia encontrar, como não encontrou, respostas às suas indagações” (MELLO, 1969, p.4).

A abundante documentação inédita que o livro apresenta, resultado da busca meticulosa que o autor fez nos arquivos visitados é, para a Mello, a razão pela qual se tornou possível esclarecer a obscuridade dos acontecimentos na Colônia Militar dos Dourados. Além das particularidades e ocorrências da história da região meridional de Mato Grosso, o autor também se tornou o privilegiado porta-voz da “ampla notícia, até agora totalmente ignorada, das realizações militares e da pessoa invulgar de Antônio João” (id., p. 5).

É preciso compreender o que Mello entende por “fazer História”. Na falta de estudos científicos sobre o assunto, o autor traz pra si a responsabilidade de *buscar a verdade dos fatos*, através da extensa pesquisa em fontes oficiais. Na introdução da obra, fica entendido o desejo que o autor tem de obter acesso aos documentos porque os considera capazes de fazerem-se entender por si só. Os arquivos estavam ali, prontos para “falarem” e serem “ouvidos” pelo historiador. Ou seja, a máxima da historiografia tradicional: *os fatos falam por si*.

De fato, a pretensa imparcialidade de considerar que os *fatos falam por si* é sentida na obra de Mello pela busca incessante de documentos históricos para, na existência e necessidade de utilizá-los nas pesquisas, obter a totalidade sobre os fatos e não deixar nenhuma margem de dúvida no que se refere à sua compreensão. Apesar de acreditar nisso, o próprio Mello deixa escapar de seu controle, no decorrer da obra, ao utilizar outras formas de análise das fontes, que vão muito além da simples observação; insere formas de interpretação e significação para as fontes que utiliza, construindo uma teia interpretativa para o universo da sua pesquisa. Afinal, é o próprio autor que precisa, em algumas situações, ir além do que está escrito nos documentos oficiais; precisa imaginar, precisa considerar as limitações inerentes às fontes, descobrir o que significou. Esta foi a maneira encontrada pelo autor para chegar mais próximo do universo que estuda, de modo a compreender melhor as análises que efetua.

Além disso, o universo em que o historiador está inserido reflete também o modo como conduzirá seu trabalho. Não há como separar o presente do historiador do passado que ele se propõe a pesquisar; deste modo, não há pesquisa, tampouco pesquisadores neutros na escrita da história. Toda pesquisa se articula com o lugar de produção sócio, econômico e

cultural e é, também, em função da relação tempo/lugar do historiador que ele escolherá métodos e interesses em conformidade às questões que lhe são postas e de como elas se organizam (CERTEAU, 1982).

A escrita da história está ligada simultaneamente ao processo de observação das fontes e sua interpretação que, por sua vez, está relacionada com a perspectiva vivida – e defendida – pelo historiador. Mello, como militar, escreve seu texto com base naquilo que vivencia. Vale lembrar que o autor publica boa parte das suas obras em um período de ditadura militar, e todas são financiadas pelo Exército, através da Editora da instituição. É de se esperar que as publicações não escapem de um viés patriótico e nacionalista, em conformidade com o período político que vive; todavia, sem descurar dos rigores científicos e metodológicos da historiografia, mesmo que tradicional.

### *2.2.2 A construção do Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados e outras homenagens a Antônio João na primeira metade do século XX*

O *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, inaugurado no Rio de Janeiro em 1938 foi, sem sombra de dúvida, um dos elementos mais significativos para construção e popularização da figura heróica do Tenente Antônio João. Graças à publicação da obra de Cordolino de Azevedo, **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**, publicada doze anos antes do término e inauguração do *Monumento*, é possível conhecer detalhes dos planos iniciais e construção. Como já visto, a idéia surgiu a partir da publicação de um artigo no periódico *O Jornal*, e foi abraçada pelos jovens alunos da Escola Militar, encabeçados pelo então Tenente Pedro Cordolino de Azevedo. Depois da deliberação para a construção do *Monumento*, foram tomadas as primeiras providências, e no item *Idéia em Marcha* da obra de Cordolino de Azevedo, são explicadas quais foram estas primeiras medidas, entre elas, as fundamentais providências econômicas, ou seja, de qual maneira seriam angariados os recursos para a construção do *Monumento*. Como veremos a seguir, a questão financeira foi uma das principais, senão a principal, causa dos percalços enfrentados pela Comissão para a construção do *Monumento*, desde o início até sua inauguração, dezoito anos depois. Já as outras providências visavam dar maior visibilidade ao projeto, como por exemplo, pedir aos

escritores nacionais que fizessem propaganda da idéia e aos jornais do país que publicassem sobre o assunto.

A construção do *Monumento* contou, inicialmente, com o apoio de figuras públicas prestigiadas. O então presidente do país, Epiácio Pessoa, manifestou seu apoio ao *Monumento*, colaborando com a aprovação da lei que concedia auxílio do Congresso. Pandiá Calógeras, como Ministro da Guerra, também manifestou seu apoio, garantindo o abastecimento do bronze que fosse necessário. O deputado gaúcho Octavio Rocha e o intendente do Rio de Janeiro Henrique Lagden conseguiram angariar fundos significativos da Câmara e do Conselho Municipal, respectivamente. Ainda no final do ano de 1920, a Comissão já dispunha de mais de duzentos contos; tal conquista em tão pouco tempo fez com que Cordolino de Azevedo já pensasse, naquele instante, em uma data para a inauguração do *Monumento*: as comemorações cívicas de 7 de setembro de 1922, centenário da Independência do país.

Uma medida adotada pela Comissão foi a de disponibilizar aos artistas interessados em apresentar propostas de projetos um material consultivo, uma espécie de resenha dos episódios que deveriam ser retratados, que o autor chamou de *Monografia*. Era, para Cordolino de Azevedo, algo necessário, pois:

[...] a História de nosso País não tem tido a devida vulgarização. [...] Tornava-se, pois, necessário, elucidar os artistas que desejassem concorrer, orientando-os convenientemente na história da invasão de Mato Grosso pelos paraguaios e na reação nacional, e, principalmente, quanto à idéia que norteava a Comissão Central [...] (AZEVEDO, 1926, p. 58).

A resenha dos acontecimentos em Mato Grosso ficou sob responsabilidade do Major Genserico de Vasconcellos. A obra, porém, não ficou pronta no prazo estipulado, e foi ser apresentada apenas em junho de 1922. Intitulada *O teatro de operações de Mato Grosso na Guerra do Paraguai*, continha, segundo Cordolino, fotografias do Forte de Coimbra, da Colônia Militar dos Dourados, enfim, da região do conflito, muitas delas conseguidas com o General Lobo Vianna, outro entusiasta do assunto. Além das fotografias e do texto, uma planta do local onde seria erigido o *Monumento* e o edital de concorrência também acompanhavam a *Monografia*.

Na *Monografia*, Vasconcellos<sup>55</sup> retrata no tópico *O heroísmo de Antônio João*, os episódios ocorridos no sul do antigo Mato Grosso. Preocupou-se o autor em dar um panorama

---

<sup>55</sup> A parte do texto de Genserico de Vasconcellos que é específica sobre Antônio João e os acontecimentos da Colônia dos Dourados foi publicada nos anexos da obra “Antônio João”, de V. Benício da Silva; porém, Benício

do sul daquele estado antes da invasão paraguaia, afirmando, por exemplo, como “o sul de Mato Grosso era completamente despovoado [...] Resquin não poderia encontrar resistência” (in SILVA, 1938, p. 112). Deu também um panorama geral de como funcionava a Colônia Militar dos Dourados e como se deu o ataque paraguaio de dezembro de 1864. O autor também aproveita para utilizar a frase “*Sei que morro [...]*”, que se popularizava consideravelmente no período.

E especificamente sobre a morte do Tenente Antônio João, Vasconcellos diz o seguinte: “A parte oficial de Urbietta diz que Antônio João foi intimado a render-se, ao que se recusou, logo empenhando o combate desigual. Eram 15 contra 1! Aos primeiros tiros caiu, atravessado de balas, o herói, até hoje esquecido” (id., p.113). Encerra a resenha histórica declarando que:

A generosa mocidade da Escola Militar, viveiro de oficiais, de homens que vão trazer nos punhos galões semelhantes aos que ornaram os punhos imaculados de Antônio João, quer reviver, no monumento projetado, a figura homérica do mártir dos primeiros dias da invasão (id., p. 111).

Porém, apesar do apoio que a Comissão Central vinha tendo, segundo Cordolino de Azevedo, da imprensa, dos políticos e militares, não faltaram também críticas ao projeto:

Contrastando profundamente com essa atitude [de apoio à construção do Monumento] de nossos patrícios, *está a de alguns prosélitos de uma religião*, os quais, em número reduzido, pretendem opor sua vontade a do povo brasileiro, condenando o movimento que se iniciava na Escola Militar, e pretendendo ver nele uma causa de perturbação da paz americana (AZEVEDO, 1926, p. 61, grifo meu).

O autor se refere aos seus desafetos como *alguns prosélitos de uma religião*; muito provavelmente uma crítica aos adeptos do positivismo, uma doutrina que tinha muitos seguidores dentro do Exército, principalmente entre os *bacharéis*. *Grosso modo*, defendiam que o mundo em breve caminharia para uma ausência de guerras, e a necessidade de exércitos nacionais seria cada vez menor. Os militares positivistas deveriam considerar que erigir um *Monumento* do porte como se pretendia era desnecessário e até uma afronta ao país derrotado, o Paraguai, podendo suscitar novas desavenças entre os dois países, já que viam no *Monumento* “uma causa de perturbação da paz americana”.

Mediante isto, o autor sentiu a necessidade de publicar, n<sup>o</sup> A *Cruzada*, em outubro de 1920, uma resposta a estas previsões:

Não nos move nesta cruzada nenhum sentimento de rancor ao povo vencido, mas não abatido – o valoroso paraguaio, forte, bravo na luta e impetuoso até a morte. Volvidos

---

da Silva denominou a Monografia em sua obra de “A Guerra do Paraguai no teatro de Mato Grosso” e não o “*O teatro de operações de Mato Grosso na Guerra do Paraguai*”.



tantos anos, não seria no coração da mocidade que se viria alojar o ódio aos nossos inimigos de outrora. [...] o Monumento que ora projetamos não representará, por certo, mais do que a imensa admiração que sentimos pelos nossos irmãos de armas – grandes e heróicos, certamente – porque grandes e heróicos foram os seus adversários, dignos por sua vez, também, do nosso respeito, pelo muito que amaram sua Pátria e por cuja vitória deram todas as suas energias (in AZEVEDO, 1926, p. 62-63).

Na continuação da obra, Cordolino de Azevedo faz um levantamento sobre os *Recursos angariados* até o momento, para a execução do *Monumento*. Além dos duzentos contos já mencionados, doados pelo Congresso e Conselho Municipal – embora ainda não recebidos – o restante dos recursos provinha de doações de particulares e instituições. Além disso, foi realizada uma loteria, “uma antiga tradição da Escola de Guerra de Porto Alegre: [chamada] *Grande Ladroeira Escolar*, loteria, extraída com toda a moralidade, dando vários prêmios e revertendo o saldo em benefício do Monumento” (AZEVEDO, 1926, p. 66, grifo do autor). Outra fonte de obtenção de recursos foi a venda da monografia feita pelo Major Genseric, cuja renda também reverteu para a Comissão Central.

Passada esta fase inicial de organização dos trabalhos e a captação de recursos sucederam as primeiras dificuldades. Uma delas foi a de estabelecer definitivamente o local onde o *Monumento* seria erigido. Inicialmente, o local escolhido foi a ponta do Calabouço, no antigo Arsenal de Guerra, por dois principais motivos: o subsolo é de rocha viva, favorável para a sustentação de um monumento de mais de trezentas toneladas e, também, o local era histórico, já que ali era o ponto de embarque para as tropas que se deslocavam para o Paraguai. Além disso, o local pertencia ao Ministério da Guerra, o que facilitaria bastante o pedido de autorização. No entanto, a autorização também dependia da prefeitura municipal. O prefeito da cidade no período era Carlos Sampaio, e este se manifestou favorável ao *Monumento*, porém, sugeriu que fosse erigido na Avenida da Independência, que seria aberta na ocasião da comemoração do centenário da emancipação política do país.

No entanto, a avenida não foi construída, ficando novamente em aberto a definição do local. A nova sugestão foi “a extremidade do promontório resultante do aterro do morro do Castello” (AZEVEDO, 1926, p. 68). Todavia, a Comissão não dispunha de recursos suficientes para montar o *Monumento* naquele local, pelas melhorias necessárias – aterro, principalmente - devido o excessivo peso da estrutura. O mesmo prefeito Carlos Sampaio ofereceu novo local, “a extremidade do cabo que fica ao sul do Forte de Copacabana” (id., p. 69). Este lugar, no entanto, foi rejeitado completamente pela Comissão, por ser muito afastado do centro da cidade e de difícil acesso aos visitantes.

Somente em 1922, já com um novo prefeito do Rio de Janeiro, é que se escolheu o local que acolheria o *Monumento*, em definitivo<sup>56</sup>: satisfazendo a Comissão Central, a ponta do Calabouço foi novamente o local escolhido.

Desde o princípio dos trabalhos, estabeleceu a Comissão que o *Monumento* deveria ser construído mediante concurso de projetos e maquetes (cf. Ata da segunda sessão da Comissão Central, apud AZEVEDO, 1926, p. XV). Os projetos e maquetes seriam apresentados à Comissão, o que tornou necessário o estabelecimento de uma Comissão Julgadora para este fim. Foram escolhidos para compô-la:

Dr. Pandiá Calógeras, então Ministro da Guerra, como presidente; ex-Senador e atual Ministro das Relações Exteriores, Dr. Felix Pacheco; Professor Correa Lima, da Escola Nacional de Belas Artes; General Eduardo Monteiro de Barros, Comandante da Escola Militar e o Capitão Norival de Lemos, engenheiro militar e arquiteto. Como Presidente da Comissão Central figuramos, a contra gosto, naquela ilustre companhia. A tanto éramos obrigados e tão somente por isso consentimos em fazer parte daquele júri (AZEVEDO, 1926, p. 71-72).

O *Edital de concorrência* era bastante conciso. O prazo de concorrência seria de 120 dias, e só poderiam concorrer artistas brasileiros ou estrangeiros domiciliados no país. Os artistas deveriam apresentar uma maquete na proporção de 1/10 e um detalhe da escultura ampliado, de modo a avaliar-se a capacidade artística do concorrente. Também, deveriam trabalhar seus projetos tendo conhecimento do total dos recursos que a Comissão poderia empregar à feitura do *Monumento*, que estava estabelecido em duzentos contos. No total, foram apresentados dezesseis projetos, e apenas um foi desclassificado por não atender às exigências contidas no Edital. Todas as maquetes foram expostas à visitação pública, no prédio do *Jornal do Comércio*, já que a Escola de Belas Artes passava por reformas. Para a escolha das maquetes premiadas, segundo Cordolino de Azevedo, a Comissão Julgadora:

Após três e meia horas de detido e minucioso estudo comparativo, durante o qual a Comissão *examinou as maquetes, primeiramente sob o ponto de vista da verdade histórica*, e ao depois quanto ao valor artístico de cada uma, e a vista, ainda, dos documentos apresentados, resolveu classificar-las: Em primeiro lugar, a assinada *Veritas et Labor*; em segundo, *Santa Cruz*; em terceiro, *Alpha*; em quarto, *Criterium*; em quinto, *Um nacional* (id., p. 75, 1º grifo meu).

Fica bem explícito que o principal elemento que a *Comissão* desejava que o projeto externasse era seu perfil essencialmente militar. Isso fica evidente: 1) na escolha das figuras que formaram a Comissão Julgadora - apenas um dos membros era ligado ao meio artístico/cultural, o professor da Escola de Belas Artes, Correa de Lima; os demais integrantes

---

<sup>56</sup> Em definitivo até a publicação da obra de Cordolino de Azevedo, em 1926. Como se verá adiante, o *Monumento* novamente foi realocado, e finalmente inaugurado em 1938 no bairro da Urca, na Praia Vermelha.

eram exclusivamente ligados ao Exército; 2) as maquetes, antes de seu aprimoramento artístico, deviam apresentar a “verdade histórica”, apresentada na *Monografia* escrita pelo Major Genserico.

A maquete vencedora, *Veritas et Labor*, pertencia ao escultor carioca Antonino Pinto de Mattos. Entre os finalistas, estavam escultores conhecidos do período, como o Umberto Cozzo e Hildegardo Leão Velloso.

Cordolino de Azevedo elenca os elementos fundamentais para a escolha da maquete do escultor Antonino de Mattos:

*A maquete premiada constitui um belo trabalho de arte. É imponente, elegante, majestoso e traduz com fidelidade o pensamento da Comissão Central, pois é fácil mesmo aos leigos em questões de História da nossa Pátria, compreender e sentir a grandeza dos episódios militares de que é uma resultante, um símbolo, uma condigna recordação (id., p. 77-78, grifo meu).*

Cordolino de Azevedo resolve também publicar, na íntegra, no item *Como será o monumento*, a transcrição do projeto apresentado por Antonino de Mattos. Para o autor, além de a maquete atender satisfatoriamente o que pretendia a Comissão Central, o entendimento que o escultor teve dos acontecimentos em Mato Grosso, retratado no projeto escrito que acompanhava a maquete, também foi importante para a escolha. A seguir, um trecho do projeto apresentado pelo escultor:

*Quão difícil é apresentar num monumento a *Epopéia Mato-Grossense!* [...] É demasiado intenso o heroísmo dos brasileiros na resistência à invasão de Mato Grosso para poder abranger, num pequeno esboço, tudo o que se referir a alta tensão patriótica de todos no grande feito militar (in AZEVEDO, 1926, p. 78-79, grifo do autor).*

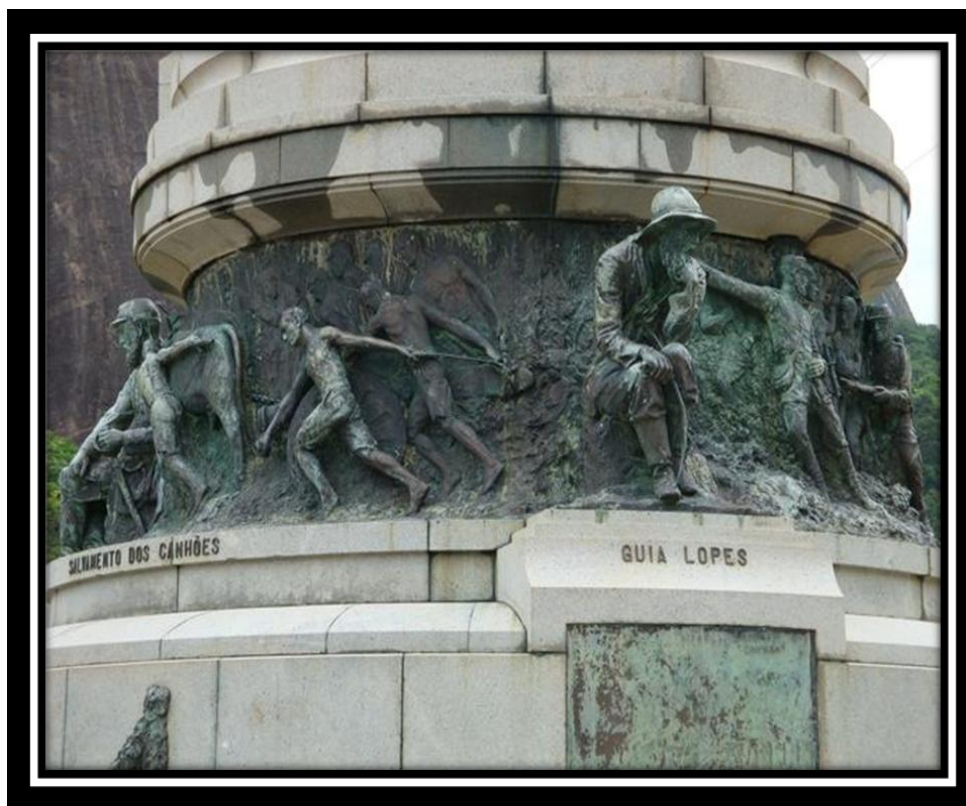
**Fotografia 1** – *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*. Rio de Janeiro/RJ - Vista geral.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto de Paulo R. Cimó Queiroz – 2008)

No subtópico sobre a *Architectura*, o escultor descreve elementos arquitetônicos do *Monumento*. Explica que escolheu a forma circular como base por possibilitar linhas curvas, permitindo que o assunto – a heroicidade dos militares em Mato Grosso – pudesse ser “contado” em torno das curvas. O pé do *Monumento* tem cinquenta e três metros de circunferência, e o escultor o ornamentou com motivos militares, porém, sem dar tanto destaque, para não ofuscar a parte principal do *Monumento*, que se apóia nele. Na segunda parte, estão em destaque os elementos mais importantes; mede dezesseis metros de comprimento e estão representadas as cenas da Retirada da Laguna: a marcha forçada, o salvamento dos canhões e a marcha dos soldados coléricos, em relevo.

**Fotografia 2** - *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*. Rio de Janeiro/RJ - Detalhe da estátua do Guia Lopes, do “salvamento dos canhões”



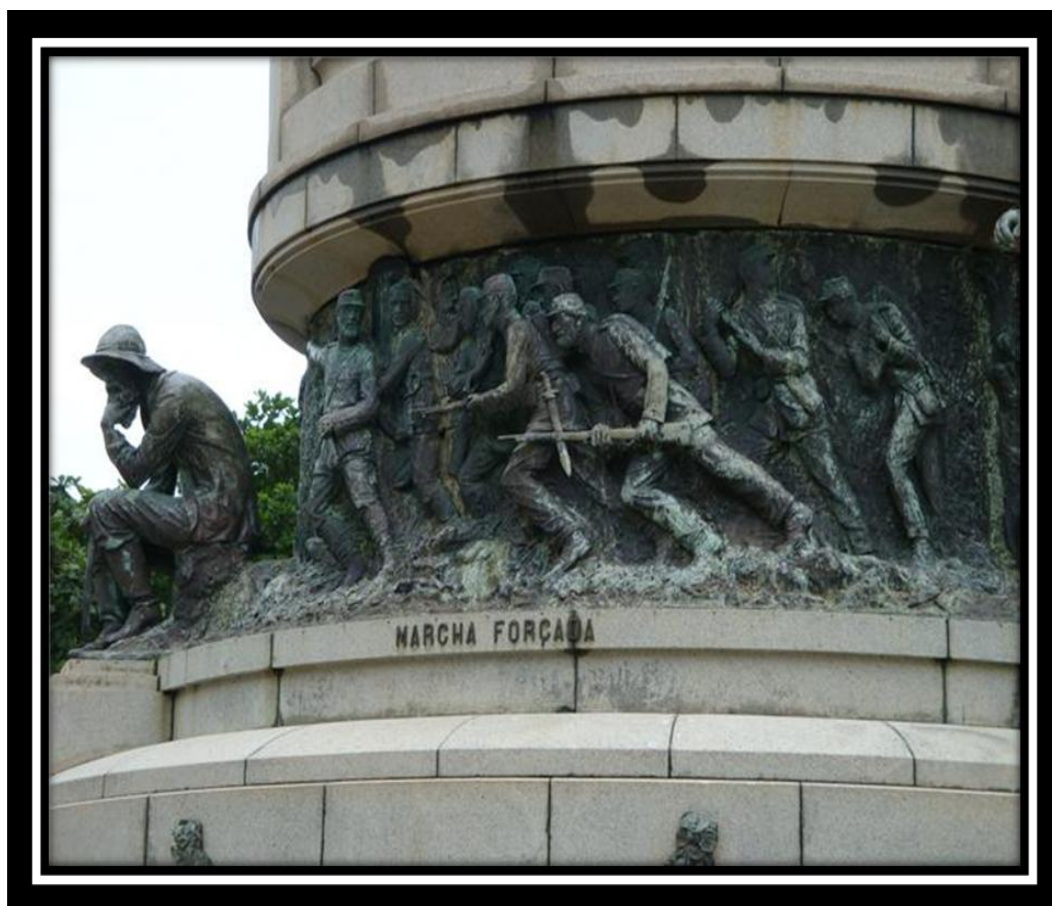
Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto de Paulo R. Cimó Queiroz – 2008)

Acima da segunda parte, surge a terceira, com as três figuras simbólicas representadas pelo autor: a *Pátria*, a *Espada* e a *História*. E na face do alto relevo, estão as figuras dos heróis homenageados: Coronel Camisão, Tenente Antônio João e o guia Lopes. E, para finalizar a descrição arquitetônica do *Monumento*, acima das três figuras simbólicas referidas, parte uma coluna, “estilizada em tubo alma de canhão” de granito e medindo mais de nove metros, e sobre ela, a última figura pensada por Antonino de Mattos, a *Glória*, com mais de quatro metros de altura e seis metros de envergadura de asas, totalizando vinte e dois metros de altura (in AZEVEDO, 1926).

No subtópico da *Escultura*, Antonino de Mattos deu bastante ênfase à explicação de como seriam as esculturas do *Monumento*, principalmente as de alto relevo da Retirada da Laguna, porque nelas estava o foco da construção e esperava o escultor que as esculturas garantissem a dramaticidade que ele almejava para o *Monumento*. Aspectos como a altura em que ficaria o alto relevo foram levados em consideração: “A altura em que ele fica é um tanto

acima da linha do horizonte do observador. E, dentre os motivos de escultura projetados, ele é o que mais próximo está do observador, é o que mais se comunica com este, é o que se tornará mais humano e impressionante” (in AZEVEDO, 1926, p. 83).

**Fotografia 3:** *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*. Rio de Janeiro/RJ - Detalhe da “marcha forçada”.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto de Paulo R. Cimó Queiroz – 2008)

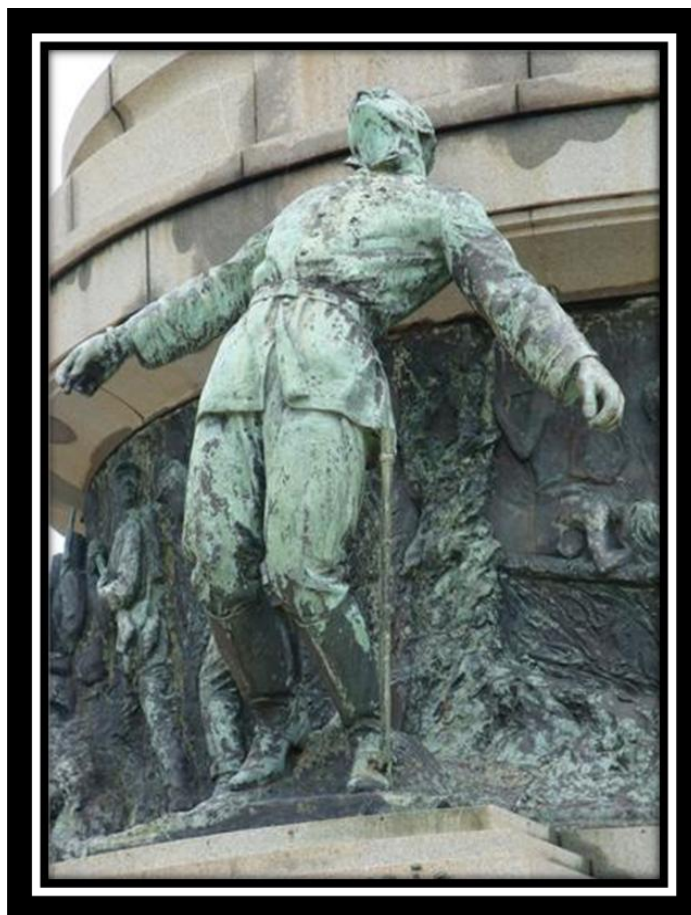
O alto relevo foi dividido em três partes. A primeira retoma o início da retirada, onde o escultor retratou a aglomeração dos soldados, o início do período mais desgastante para o Exército brasileiro. A segunda parte, na medida em que o alto relevo vai se desenvolvendo, assume uma característica mais específica com a representação do salvamento dos canhões, “a maior resistência psíquica e o brio militar em seu mais alto grau” (in AZEVEDO, 1926 p. 85). Por último, segundo o escultor, a mais trágica das passagens da Retirada da Laguna, por ele retratada: o transporte dos coléricos. Nesta última parte, a ênfase é no ambiente devastador e



na provação; o soldado é visto como alguém que está passando pela “maior provação humana que um homem pode imaginar” (in AZEVEDO, 1926, p. 85).

Para compor as imagens dos três heróis Coronel Camisão, Tenente Antônio João e Guia Lopes, Antonino de Mattos se preocupou em “destacar temperamentos especiais, psicologias particulares de heróis, cuja singularidade fez a história estudar, pessoalmente, cada um deles” (id.,, p. 86).

**Fotografia 4:** *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*. Rio de Janeiro/RJ – Detalhe da escultura de Antônio João.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto de Paulo R. Cimó Queiroz – 2008)

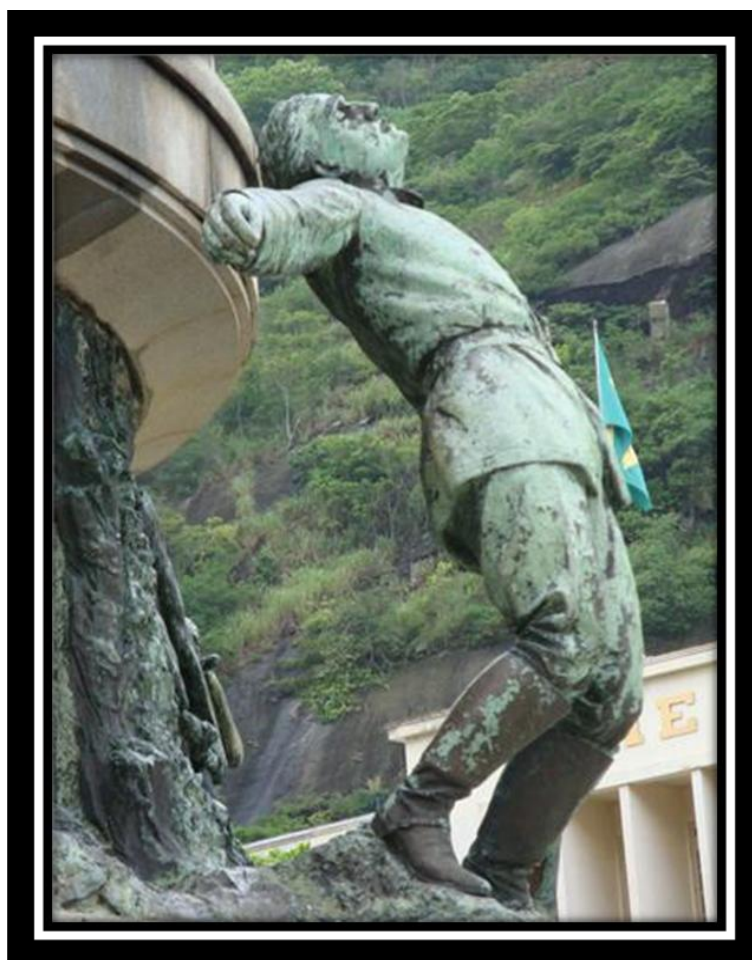
*Antônio João* foi representado<sup>57</sup> no momento em que foi baleado pelo inimigo; braços abertos, pernas cambaleantes, segundos antes de cair ao chão. Essa foi a maneira encontrada,

---

<sup>57</sup> Embora nem Antonino de Mattos nem Cordolino de Azevedo comentem, é importante salientar que, apesar das buscas que foram feitas, não se encontrou nenhum quadro, painel, figura com alguma imagem do Tenente Antônio João. Assim, a escultura feita por Antonino de Mattos, primeira representação imagética do Tenente, baseou-se apenas no que continha a resenha feita pelo Major Genserico e no processo criativo do escultor Antonino de Mattos.

segundo o escultor, para representar a frase que o simboliza: “*Sei que morro [...]*”. Ainda, deu-se atenção ao “rosto imobilizado pela morte, na expressão de serenidade, mocidade, abnegação e ideal com que cai por terra, baleado” (in AZEVEDO, 1926, p. 87).

**Fotografia 5:** *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*. Rio de Janeiro/RJ. Detalhe da escultura de Antônio João.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto de Paulo R. Cimó Queiroz – 2008)

Já o *Guia Lopes* foi mostrado<sup>58</sup> como um sujeito calmo, sereno, contemplativo; um “homem do sertão [...] com essa serenidade e simplicidade de modos, salvou-se nossa expedição de desaparecer sob o fogo do inimigo” (in AZEVEDO, 1926, p. 87).

Por fim, o *Coronel Camisão* foi reproduzido em atitude contemplativa, porém, incisiva. Em uma das mãos carrega uma espada; na outra, um mapa. Antonino de Mattos não

---

<sup>58</sup> Sem nos aprofundarmos na questão, é válido comentar que até então se imaginava José Francisco Lopes, conhecido como o Guia Lopes, como uma figura tipicamente sertaneja, “simplória”, e não o proprietário de grandes extensões de terra no sul de Mato Grosso (v. fotografia 2).



deixa escapar alguns comentários já existentes sobre o comportamento de Camisão<sup>59</sup>; é a “figura curiosa de soldado que, na campanha de Mato Grosso, resgatou a preço de dedicação e nobreza, o erro que lhe atribuíram”<sup>60</sup> (in AZEVEDO, 1926, p. 88, grifo meu).

Sobre as outras quatro esculturas restantes do *Monumento*, Antonino de Mattos faz breves comentários explicativos: 1) *A Pátria* foi apresentada de modo a expor os sentimentos de “bondade, energia, segurança e firmeza, foi-lhe dado um equilíbrio e simplicidade que tornarão humana a figura simbólica” (id., p. 89). Está caracterizada com capacete e vestimenta de guerra, e segura uma bandeira, “que assistiu ao martírio dos filhos que a defenderam com o próprio sangue” (id., p. 89); 2) *A Espada* foi representada por uma figura concentrada, em recolhimento, sem vestimentas, de modo a demonstrar heroísmo e coragem; 3) *A História* foi representada em “intensa meditação, curiosa e animada pelo que julga e descreve os feitos dos homens, os sacrifícios e os menores gestos significativos, que transmitirá à posteridade” (id., p. 90); e, por último 4) *A Glória*, idealizada para ser a figura mais sublime e elegante de todas; o escultor quis representá-la com certo “distanciamento” do restante do *Monumento*, por isso, a Glória foi colocada em cima da alta coluna, para ser como “um pensamento superior que se move a certa distância, distante do horizonte carregado das cenas trágicas, agoniantes e tremendas” (id., p. 91). Foi projetada em linhas leves, de modo a aparentar leveza, apesar dos acontecimentos trágicos.

Os *Baixos Relevos* arrematam o *Monumento*, e foram projetados para serem colocados na base. Os assuntos abordados foram os seguintes: a *Defesa do Forte Coimbra*, a *Retirada de Oliveira Mello* e o *Combate do Alegre*.

Encerrando o projeto escrito apresentado pelo escultor Antonino Pinto de Mattos, premiado em primeiro lugar no concurso para a escolha do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, está uma espécie de nota explicativa do escultor, sobre o *Material a ser empregado*. Nele, o escultor explica que a quantidade de granito e bronze no projeto apresentado extrapolou o orçamento sugerido no Edital. Mesmo sabendo que isso poderia prejudicá-lo, o escultor preferiu “não modificar o projeto que se vem de ler, por julgar bem

---

<sup>59</sup> É consenso afirmar que o Coronel Camisão, que assumiu a coluna expedicionária em território mato-grossense, teve seu comando associado a diversos adiamentos, indecisões e retardos nas ações de invasão ao território paraguaio. Quando o fez, as condições adversas obrigaram a proceder a retirada, conhecida como Retirada da Laguna.

<sup>60</sup> O erro em questão trata-se do conhecimento de que o militar estivera presente, ainda que como subordinado, no abandono de Corumbá pelas tropas brasileiras, no início da guerra. Por isso ele acabara ficando, embora injustamente, segundo acreditava, com a pecha de covarde – e foi justamente esse o “erro” que, segundo a avaliação dos estudiosos, ele tentaria reparar mostrando coragem e audácia no comando da coluna que veio depois a assumir.

definida a Grande Epopéia mato-grossense e então consulto a digna Comissão se não será preferível deixar o Monumento na sua grandeza, aumentado para isso, um pouco mais, o orçamento [de duzentos contos]” (in AZEVEDO, 1926, p. 93-94). No entanto, se a Comissão julgasse necessário manter o mesmo orçamento, o escultor fornece também como solução o seguinte: o *Monumento* poderia ser erigido exatamente igual ao projeto, mas na metade do tamanho que ele apresentou à banca julgadora. E encerra:

Como se trata de imortalizar os maiores heróis da nossa História Militar, mais justo seria um sacrifício pouco maior para que o Monumento fique na sua verdadeira proporção. Essas razões me levaram a crer que, não alterando a obra para encaixá-la no orçamento, agi patrioticamente, pois maior mal seria sacrificar uma idéia que julgo bem representar o Heroísmo Nacional (in AZEVEDO, 1926, p. 94).

O pedido de Antonino de Mattos foi ouvido pelos membros da Comissão Julgadora que, mesmo contrariando o Edital, opinaram pela manutenção do projeto original do escultor, excedendo em grande quantia os recursos que a Comissão Central possuía.

A situação era a seguinte: a Comissão Central dispunha de duzentos contos e quinze toneladas de bronze, e a maquete foi orçada em trezentos e vinte contos e muito além da quantidade de bronze possuída. O assunto rendeu muitas discussões entre os membros da Comissão Julgadora, principalmente entre Cordolino de Azevedo, representando a Comissão Central e Pandiá Calógeras e Felix Pacheco, ambos entusiastas da idéia de manter o projeto inicial, maior. O próprio Cordolino de Azevedo era contrário à diminuição do projeto, pois tiraria a “majestade e a imponência do projeto aprovado, o que não convinha, atenta a grandeza dos acontecimentos militares que se iam perpetuar” (AZEVEDO, 1926, p. 96). No entanto, para o autor, era necessário ter algo concreto, efetivo acerca da captação dos novos recursos; assim, a certeza de que Pandiá Calógeras e Felix Pacheco, um Ministro de Estado, outro Senador da República, garantiriam o crédito suplementar de cento e vinte contos no Congresso foi suficiente para a escolha do projeto original de Antonino de Mattos.

Assim, aprovado o projeto, foi necessário angariar mais fundos, atrasando consideravelmente o andamento da construção do *Monumento*. Aliás, esta foi uma das razões apontadas por Cordolino de Azevedo para a publicação da obra: “Está aí uma das razões de ser deste livro [A epopeia de Matto Grosso no bronze da história], sem louçanias de linguagem, mas sincero, como propaganda que é de nossos feitos militares e da necessidade de registrá-los em obra eterna, patriótica e majestosa” (AZEVEDO, 1926, p. 95). A divulgação da construção do *Monumento* a um maior público poderia auxiliar na obtenção de maiores recursos.

O passo seguinte após a aprovação do projeto de Antonino de Mattos foi a elaboração do contrato, que seria dividido em duas partes: a primeira relativa à confecção das estátuas, altos e baixos relevos, suficientes com os duzentos contos já disponíveis – embora não em mãos - da Comissão Central; a outra parte se referia ao granito que deveria ser adquirido e os custos da montagem do *Monumento*, totalizando os cento e vinte contos que ainda seriam angariados. Porém, a segunda parte do contrato apenas seria assinada pela Comissão Central quando os recursos pendentes fossem, de fato, adquiridos. Outro elemento discutido no contrato foram os prazos para a execução do projeto de construção, que não deveriam exceder três anos. Nesta altura dos acontecimentos, o prazo inicialmente pensado para inaugurar o *Monumento*, setembro de 1922, já não era mais, evidentemente, cogitado pela Comissão Central. A questão no momento era não permitir que os prazos se excedessem ainda mais.

O contrato foi, por fim, assinado com o escultor premiado em 25 de fevereiro de 1922, no gabinete do redator-chefe do *Jornal do Comércio*, contando com a presença de todos os componentes da Comissão Julgadora e do escultor premiado, Antonino Pinto de Mattos.

Feito todo o levantamento sobre como se principiou a idéia da construção de um *Monumento* que homenageasse os *Heróis da Laguna e Dourados*, das realizações da Comissão Central até a assinatura do contrato com o projeto premiado, Pedro Cordolino de Azevedo inicia agora, nessa parte da obra, a expor o *Estado atual dos trabalhos*, ou seja, em que estágio se encontrava a construção do *Monumento* em 1926, ano da publicação da obra. E o panorama não era dos mais animadores. Passados quatro anos da assinatura do contrato, a obra ainda não havia sido concluída e estava longe de ser. Segundo o autor, o principal motivo para este atraso foram os “lamentáveis sucessos que se deram no país, em 1922”, os quais “arrastando na sua vertigem a Escola Militar, impediram que pudéssemos ver concluído trabalho de tanta magnitude” (AZEVEDO, 1926, p. 99) <sup>61</sup>. Sem poder agir em nome da Escola Militar, a obtenção dos recursos junto ao governo ficou prejudicada; as figuras públicas que antes garantiam conseguir os recursos não faziam mais parte do Governo. Nem mesmo os cinquenta contos prometidos pelo Conselho Municipal haviam sido entregues.

Diante deste panorama, foi combinado com o escultor Antonino de Mattos que se “desacelerasse” a fundição das esculturas, pois partes importantes do *Monumento* dependiam que fossem feitas com o granito, que não havia sido conseguido ainda. Atrasando a confecção

---

<sup>61</sup> O período em questão, início da década de 1920, era extremamente conturbado para o Exército brasileiro, como no episódio das “Cartas Falsas”. Cordolino de Azevedo, neste trecho, deve se referir especificamente ao levante de Forte de Copacabana, ocorrido em junho de 1922.

das esculturas, a Comissão se eximia das multas impostas pelo contrato com o escultor. Mas outro problema surgia: com o atraso das obras, os valores expressos no contrato – pagamentos do escultor e compra de material – estavam ficando defasados, o que complicava ainda mais a realização do trabalho. Durante os acontecimentos de 1922, a Comissão foi praticamente extinta, permanecendo apenas o 1º tesoureiro, João Carlos Martins e o presidente, Cordolino de Azevedo. Segundo o autor, passados os acontecimentos, foi possível retornar, aos poucos, à normalidade: “Felizmente, porém, o colapso, que por um momento paralisou a vida escolar, desapareceu e assim se pode continuar fortemente a trabalhar pela realização do nosso objetivo” (AZEVEDO, 1926, p. 102).

Um sopro de esperança, segundo Azevedo, surgiu quando o então prefeito do Rio de Janeiro, Alaor Prata, visitou a Escola Militar e a oficina onde estavam sendo feitas as estátuas. Cordolino de Azevedo aproveitou esta aproximação para expor o estado dos trabalhos e, principalmente, os problemas orçamentários. Como consequência da visita, conseguiu, por intermédio do prefeito, uma conferência com o presidente da República, Arthur Bernardes.

Nesta audiência, pôde Cordolino de Azevedo expor todos os trabalhos realizados pela Comissão; “fizemos acompanhá-la de mapas elucidativos, fotografias, balancetes” (id., p. 104), e por fim, o presidente da República pareceu convencido da necessidade de auxiliá-los para que o *Monumento* fosse concluído o quanto antes. De resultado prático, surgiu no Senado um projeto, do Senador João Lyra, solicitando a quantia de duzentos e vinte contos para a Comissão do Monumento. Aprovado pelo Senado, o pedido seguiu para a Câmara dos Deputados, mas até a publicação da obra de Cordolino de Azevedo o pedido continuava tramitando.

O *Monumento*, que a princípio estava orçado em trezentos e vinte contos, teve de ter seu custo aumentado para quatrocentos e vinte contos. Do aumento, vinte contos deveriam ser destinados à fundição e oitenta contos ao granito e assentamento. O autor justifica-se, afirmando que o “aumento de 100 contos no custo corresponde, num total de 320 contos, a menos de 30% e o encarecimento da vida depois da assinatura do contrato, atingiu, em quase tudo, mais de 300%. Daí o preço relativamente barato por que vai ficar todo aquele Monumento, dada a imponência, altura e número de estátuas de bronze que o enriquecem” (AZEVEDO, 1926, p. 106). Faz esta conta para justificar que, apesar do aumento, ainda ficaria mais em conta que outros monumentos da capital.

Inicialmente, as esculturas do *Monumento* seriam fundidas na Europa, mas devido a problemas monetários, Antonino Mattos resolveu proceder a fundição aqui no país, precisamente, na Fundição Cavina, com sede na capital. Desde então, haviam ficado prontas – até a publicação da obra – as estátuas de Antônio João, Camisão, Guia Lopes e a *Pátria*. A *História* e a *Espada* estavam sendo fundidas. E a *Glória* estava quase terminada, prestes a ser entregue à fundição. O alto relevo não havia sido ainda iniciado, pois dependia do granito, ainda não disponibilizado.

Um fato curioso ocorreu durante os trabalhos de construção do *Monumento*. Como já dito, o Exército, na figura do Ministro Pandiá Calógeras, garantiu o fornecimento de todo o bronze necessário. A Comissão, então, soube que em Mato Grosso havia um expressivo número de canhões de bronze<sup>62</sup>, e o General Cardoso Aguiar, então comandante daquela Circunscrição Militar, embarcou para o Rio de Janeiro trinta e dois deles, destinados à Comissão. Os gastos com o transporte ficariam por conta da Comissão; porém, passados três anos, os canhões não haviam chegado ao Rio de Janeiro. Um dos membros da Comissão, de férias em Cuiabá, ficou sabendo que a lancha que os transportava naufragara, perdendo assim todo o carregamento. Além do prejuízo com o transporte, ficava também a Comissão sem o material e necessitando comprá-lo por preços convencionais. A situação permaneceu assim até a visita à fundição do novo Ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho, que deu nova autorização à Comissão procurar, em todo o país, as armas de bronze necessárias para a arrecadação.

Por conta de todos estes contratempos, Cordolino de Azevedo lembra que até aquele momento a Comissão não conseguira cumprir o que havia proposto na sessão de instalação, que era o de erguer marcos nas sepulturas dos heróis Camisão, Antônio João e Guia Lopes. Porém, o General Malan d'Angrogne, comandante daquela Circunscrição, executou a restauração dos jazigos de Camisão e Guia Lopes. Faltava ainda a de Antônio João, e a Comissão se encarregaria de fazê-lo<sup>63</sup>.

Impossibilitada a Comissão de seguir em frente com a construção do *Monumento*, Pedro Cordolino de Azevedo elenca outras ações que vinham desenvolvendo. Uma delas foi providenciar uma pensão a Tomé Ribeiro de Siqueira, filho de Antônio João. “Cercado de

---

<sup>62</sup> Canhões estes que, evidentemente, estavam obsoletos e poderiam ser utilizados para este fim.

<sup>63</sup> Vale lembrar que o local onde foi enterrado o Tenente Antônio João ainda era uma incógnita para o Exército, e como já visto, vários esforços estavam sendo empreendidos para encontrá-lo, como a visita à Colônia Militar dos Dourados do engenheiro Armando Arruda e, logo em seguida, do Major Benício da Silva.

numerosa prole [...] pobre, velho e honrado, luta com dificuldade para prover a própria subsistência e de sua família” (AZEVEDO, 1926, p. 112). Ao tomar conhecimento, e tendo Tomé Ribeiro de Siqueira enviado documentos comprobatórios da filiação, a Comissão conseguiu no Congresso, por intermédio do deputado por Mato Grosso, Severino Marques, uma pensão, “que embora modesta, sempre lhe servirá para viver tranquilamente os restos de seus dias e mostrar que a Pátria não deixa em abandono aqueles que têm em suas veias o sangue de seus grandes heróis” (id., p. 112).

Outro ato foi o de entregar ao prefeito uma lista com os nomes que se distinguiram nas batalhas retratadas no *Monumento*, para que fossem homenageados também com o nome de ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro<sup>64</sup>.

O crédito que foi doado pelo Conselho Municipal, de cinquenta contos, novamente não foi entregue; a despesa que fora aprovada em lei caducou três vezes consecutivas. Na altura da publicação da obra, em 1926, a concessão do crédito havia sido aprovada novamente, e a Comissão do *Monumento* aguardava a chegada do recurso.

No capítulo de *Conclusão*, Cordolino de Azevedo finaliza a obra explicando que o principal motivo que o moveu a escrever foi a insistência dos colegas da Comissão daquele ano, 1926, “desejosos de tornarem ainda mais conhecida e admirada pelas gerações atuais, a gloriosa epopéia de Mato Grosso, de que o Monumento, que a Escola Militar está erigindo, é condigna e brilhante recordação” (AZEVEDO, 1926, p. 123). Justifica que a maneira que escolheu para escrever, pormenorizando os detalhes todos da construção do *Monumento*, tinha por objetivo despertar na população o compromisso de:

[...] ajudar-nos no pagamento dessa dívida sagrada, no resgate tardio desse imenso passivo que o Brasil tem para com aqueles que, num momento de dores e incertezas, encarnaram, com inaudito heroísmo, os princípios da Honra militar e se deixaram matar em holocausto à Pátria adorada! (id., p. 124).

Enquanto o *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados* não era finalizado no Rio de Janeiro, Benício da Silva, na condição de Comandante do 11º RCI, tratava de organizar na região sul do antigo Mato Grosso as primeiras homenagens que se tem conhecimento ao herói Antônio João. É possível que Benício da Silva e Cordolino de Azevedo tivessem algum vínculo, por exemplo, de amizade, como se pode notar nas entregas de livros para a biblioteca que aparecem nos *Boletins Internos* do 11º RCI:

---

<sup>64</sup> De fato, em um breve levantamento na cidade do Rio de Janeiro, encontramos as seguintes denominações de ruas: Avenida Guia Lopes; Rua Coronel Camisão; Rua Juvêncio Menezes; Rua Oliveira Mello. Com exceção da primeira, todas as demais estão localizadas no bairro Cordovil, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Entrega de livros: Entrega-se à biblioteca do Regimento um exemplar de cada um dos livros: “Terra distante” e “A epopéia de Mato Grosso no bronze da história”, oferecidos pelo autor, Capitão Cordolino de Azevedo (*Boletim Interno*, de 20 set 1929, p. 527).

Como recém apresentado, Cordolino de Azevedo era, sem dúvida, um dos principais entusiastas da figura heróica de Antônio João, e a obra *A epopéia de Mato Grosso no bronze da história* deve, de alguma forma, ter servido como subsídio para as comemorações que Benício da Silva organizou logo em seguida.

Depois da diligência pela busca do túmulo de Antônio João - que executou com os soldados do 11º RCI, em maio de 1929, como já comentado - Benício da Silva ocupou-se em organizar homenagens ao Tenente Antônio João e, desta vez, envolvendo não apenas a “caserna”, mas também a sociedade ponta-poranense do período. O programa das homenagens, realizadas em 26 e 28 de outubro de 1929, estava assim organizado para o primeiro dia:

Dia 26, (às 10 horas) – Conferência pelo 2º Tenente Oscar Rodrigues de Araujo, aos oficiais e praças do 11º RCI, com assistência de elementos da sociedade civil de Ponta Porã e representante do Sr. General Comandante da Circunscrição. Esta conferência será feita no grupo escolar “Mendes Gonçalves” em presença de professores e alunos. Logo depois da conferência do Tenente Oscar, fará também uma conferência a ilustrada professora Exma. Sra. D. Juvelina Coutinho Gomes (*Boletim Interno*, 25 out 1929, p. 592).

O 2º Tenente Oscar Rodrigues de Araujo começou sua conferência com breve levantamento sobre as causas do início da Guerra do Paraguai e como se deu o ataque à Colônia Militar dos Dourados. Fez também uma rápida biografia civil e militar de Antônio João, para daí narrar os acontecimentos de dezembro de 1864. Procurou demonstrar aos ouvintes o quanto os acontecimentos na Colônia dos Dourados foram “sublimes e edificantes” (in SILVA, 1938, p. 59). Neste discurso não faltou a frase “*Sei que morro [...]*”, que no período já se tornava mais conhecida, complementada pelas palavras do Tenente Araujo:

O seu sangue e o de seus companheiros, além de um protesto solene, foi também uma glorificação para a nossa Pátria. E assim, só a morte arrefeceu a febre do patriotismo destas sentinelas avançadas de nossa Pátria, perdendo-se pelo ar quente do campo da peleja os seus últimos murmúrios (in SILVA, 1938, p. 62).

A outra conferência da ocasião foi feita pela professora Juvelina Coutinho Gomes<sup>65</sup>, do Grupo Escolar Mendes Gonçalves. Seu discurso teve como característica ter sido mais

---

<sup>65</sup> Juvelina Coutinho Gomes era filha do jornalista Humberto Puiggari Coutinho, redator do jornal *O Progresso* de Ponta Porã e memorialista que publicou “Nas fronteiras de Mato Grosso: terra abandonada”, de 1933, ano que Humberto Puiggari Coutinho teria mudado para Londrina e feito lá carreira de jornalista. Pedro Angelo Rosa,

emotivo e menos informativo do que o discurso do Tenente Araujo. A professora começa fazendo alusão ao significado religioso do nome Antônio João:

Antônio – santo querido! Santo da invocação de meus patrícios... João, o Batista – santo que santificou o próprio Nazareno nas águas do Jordão. Dois nomes grandes, divinos, entrelaçados carinhosamente para designar aquele que é o orgulho de minha raça – a sentinela avançada que na cabeceira de Dourados deu esse formidável grito de alerta que pôs de pé uma nação e que até hoje repercute em nossos corações (id., p. 63).

No restante da conferência, a professora Juvelina narrou o encontro das tropas paraguaias com os soldados brasileiros. Assim como o Tenente Araujo, utiliza-se da frase “*Sei que morro [...]*” para dar a dramaticidade necessária para comover os ouvintes. E finaliza o discurso afirmando que “Antônio João vigia os nossos atos. Na paz ou na guerra, guerra que nunca havemos de procurar, sejamos dignos dele, trabalhando pela riqueza do Brasil” (in SILVA, 1938, p. 66).

No dia 28 de outubro, seguiram-se as homenagens:

I – Partida da comitiva às 6 hs. Ponto de reunião: Avenida Internacional, em frente à agência Ford. II – Missa Campal na antiga Colônia Militar de [sic] Dourados. Altar armado no lugar em que vai ser erigida a Cruz de Cristo. III – Elevação da Cruz de Cristo, homenagem dos oficiais e praças do 11º RCI a Antônio João, no lugar em que tombou o heróico Tenente de Cavalaria, em defesa do solo da Pátria. Esta cerimônia será precedida da leitura de documentos relativos ao ato e seguida de discurso do orador oficial 1º Tenente Dr. José Alves de Albuquerque. IV – Benção da Cruz, seguida de oração cívico religiosa, pelo padre salesiano D. Antonio Marto. V – Desfile de um esquadrão do 11º RCI em continência aos heróis de Dourados. VI – Almoço campestre. VII – Regresso a Ponta Porã, desfilando a comitiva em frente ao monumento a Antônio João (*Boletim Interno*, 25 out 1929, p. 592)

Observando a programação do dia 28 de outubro, não restam dúvidas que foi um dia bastante agitado na cidade fronteiriça. As homenagens foram estendidas até a antiga Colônia dos Dourados e contaram com a presença de vários setores da sociedade ponta-poranense. O itinerário era relativamente longo<sup>66</sup>; não foi descrito que tipo de transporte que foi utilizado, mas muito provavelmente cavalos e alguns poucos automóveis.

A *cruz* que Benício da Silva se refere no *Boletim Interno* foi uma iniciativa que ele teve juntamente com o padre salesiano Antônio Marto. O autor dedica um pequeno capítulo sobre o missionário italiano, explicando que o religioso foi procurá-lo para que o auxiliasse na difícil tarefa de evangelização na fronteira; e “na impossibilidade de lhe dar apoio oficial fizemo-lo nosso hóspede e, assim, sob a guarda do comandante da guarnição, começou ele a

---

outro memorialista bastante conhecido, foi aluno da 4ª série da professora Juvelina, no Grupo Escolar Mendes Gonçalves (cf. CENTENO, 2007, p. 52).

<sup>66</sup> Hoje, em distância rodoviária, aproximadamente sessenta quilômetros.



obra a que fora votado” (SILVA, 1938, p. 73). A *Cruz*, erguida em frente à velha casa da antiga Colônia Militar dos Dourados, pode ser considerado o primeiro monumento erigido em homenagem ao Tenente Antônio João Ribeiro, até aquele momento, já que o *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, no Rio de Janeiro, estava com sua construção paralisada.

**Fotografia 6:** “*Cruz*” de Antônio João. Monumento em homenagem a Antônio João, inaugurado em 1929 (em ruínas). Foto de 1960. Colônia Militar dos Dourados.



Fonte: Acervo do Museu do Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados (foto de Ana Paula Squinelo)

O padre Antônio Marto chegou a Ponta Porã justamente nos preparativos da “romaria cívica” à Colônia Militar dos Dourados. Diz Benício da Silva:

Certa noite [...] narramos-lhe o episódio de Dourados e confiamos-lhe o projeto de erguer uma cruz no túmulo de Antônio João. À simples narrativa transfigurou-se a fisionomia daquele sacerdote. Daquele organismo debilitado, daquele rosto sereno, daquele olhar manso e quase apagado, surgiu, como por encanto, uma figura impetuosa, ardente, empreendedora: era um civismo romano e a fé cristã dispostos a exalçarem [sic] o patriotismo e a glória do soldado brasileiro (SILVA, 1938, p. 74)

O orador oficial para este segundo dia de homenagens foi o 1º Tenente José Alves de Albuquerque. No seu discurso, Albuquerque primeiro fez uma comparação entre os acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados e Antônio João e o episódio do exército grego comandado por Leônidas, em Termópilas:

Se a das Termópilas, concebida nos seguintes termos “viandantes dizei a Esparta que nós aqui tombamos para defender as suas leis”, representa o valor de um exército, a legenda de Dourados, “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão de minha pátria”, sintetiza a bravura nunca desmentida de um povo (in SILVA, 1938, p. 68).

O discurso seguiu repleto de elogios ao Tenente Antônio João e seus comandados, como esperado para um discurso em um momento como aquele. Albuquerque chega a afirmar algumas inverdades, como quando afirma que todos os soldados foram mortos durante o ataque. Procura diversas vezes enfatizar através de frases dramáticas e comoventes, como estas:

Terminado o combate os soldados de Lopez palmilharam os escombros da praça caída, lá encontrando sobre o chão ensopado de sangue, com as vestes enegrecidas pela pólvora da guerra, 16 cadáveres, de cujas faces rolavam bagas de suor de mistura com sangue das feridas gloriosas, tal qual róseas pérolas a ornar-lhes as fronte heróicas. [...] Ali encontraram os despojos da luta: 16 corpos, alguns ainda arquejantes [...] (in SILVA, 1938, p. 69).

Na seqüência:

Quedaram-se ouvindo o som gemente das árvores fendidas, de mistura com o funéreo cantochão dos ventos, ante os 16 heróis caídos, aos quais interrogavam com o olhar de como se poderia ser tão bravo! Não ousou Urbietta falar aos 16 heróis, cujas faces serenas de justos davam a idéia nítida de que estavam dormindo a sesta elísea, ébrios da etérea exalação mística dos incensos da guerra (id., p. 70)

Várias fotografias foram feitas na ocasião das homenagens organizadas por Benício da Silva ao Tenente Antônio João<sup>67</sup>. Uma delas traz na legenda o seguinte: *Tenente Acácio Pino Duarte e um soldado no 11º RCI, trabalhando a Cruz de Antônio João*, o primeiro monumento erigido ao militar na Colônia Militar dos Dourados. Outra fotografia, também da *Cruz*, foi feita em frente ao antigo casarão da viúva Gomes, e mostra o monumento já erigido. Há outro retrato, com vinte e uma pessoas posando para a fotografia e pelo menos outras duas no plano de fundo. Nesta fotografia, posada em frente à *Cruz*, é possível identificar um religioso – possivelmente o padre Antônio Marto – e um homem vestido em trajes civis. Os demais estão fardados, mas não é possível, infelizmente, identificar as figuras da foto. A legenda diz: *Pessoas que assistiram a inauguração da Cruz de Antônio João*.

Em outra fotografia, também tirada na Colônia dos Dourados, é possível distinguir uma grande quantidade de pessoas, em torno de cinqüentas; há mulheres e crianças, e ao fundo, novamente a *crúz* erigida em homenagem a Antônio João. A legenda diz: *Em continência à Cruz de Antônio João*. Há uma segunda fotografia bastante semelhante, onde é

---

<sup>67</sup> O material consultado para esta pesquisa é uma cópia da obra original, por isso, infelizmente, as fotografias não estão tão nítidas.

possível distinguir uma quantidade maior de pessoas; nesta, a *Cruz* está mais em evidência, e a legenda diz: *Missa campal, em Dourados. Inauguração da Cruz de Antônio João*. A última fotografia pouco consegue se distinguir dela, mas a legenda nos dá uma idéia: *Padre Antônio Marto retirando a bandeira que cobria a Cruz de Antônio João*.

Encerrando a obra de Benício da Silva, há um item chamado *Monumento aos heróis da Laguna e Dourados*. O texto não especifica a autoria, mas é provavelmente do próprio Benício da Silva. Faz saudação aos esforços empreendidos pelo professor Cordolino de Azevedo, que estava à frente do projeto, apesar de todas as dificuldades, principalmente monetárias: “Passam-se mais de 17 anos de trabalhos insanos à cata de recursos para a execução do monumento, e só agora, neste ano de 1938, por feliz deliberação do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, é definitivamente escolhido o local em que se vai erigir o monumento [Praia Vermelha]” (in SILVA, 1938, p. 116).

Por último, foi transcrita a correspondência trocada entre ele e Cordolino de Azevedo, e o teor da carta é de felicitações pela publicação da obra. Diz o seguinte: “Li todo seu trabalho sobre Antônio João. Para dar-lhe a minha impressão sobre ele, basta dizer-lhe isto: Eu fiz à memória do heróico soldado um monumento de bronze e granito e você lhe fez um [...] outro monumento, mais forte e duradouro: um livro. Está aí o que penso a respeito, sinceramente” (id.,, p. 117).

Há, ainda, outra ligação entre as obras dos dois autores. No livro de Benício da Silva constam outros registros fotográficos, além dos já comentados. Embora as imagens não sejam nítidas<sup>68</sup>, é possível afirmar que as fotografias são de algumas partes do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, finalmente inaugurado no mesmo ano em que a obra de Benício da Silva foi publicada: 1938. Na primeira parte do livro, o autor utiliza uma imagem do rosto da estátua do Tenente Antônio João, com a legenda: *Tte. Antônio João – detalhe do monumento aos heróis da Laguna e Dourados, a ser erigido no Rio de Janeiro*. Encerrando o livro, após o índice final, há outra fotografia da mesma imagem, mas agora retratada por inteiro; Antônio João na posição característica de quem acaba de ser atingido com um tiro. A estátua esculpida em bronze de Antônio João parece estar em um local que lembra um depósito, antes de ser inserida no *Monumento da Praia Vermelha*.

---

<sup>68</sup> Como as anteriores.

Desde a publicação da obra de Cordolino de Azevedo, em 1926, até o ato de inauguração do *Monumento*, em 1938, foram ainda mais doze anos de espera, totalizando dezoito anos entre a idéia inicial e a inauguração do *Monumento*. Entre a publicação do livro e a inauguração, não há informações mais precisas, mas não é difícil supor que a demora para a conclusão do *Monumento* tenha continuado em decorrência das questões financeiras pendentes, desde o princípio um problema para a Comissão Central, principalmente depois que optou por construir um *Monumento* muito maior que o planejado inicialmente. Outra mudança significativa foi uma nova alteração no local escolhido para acolher o *Monumento*; finalmente, ele é erigido no terreno antes utilizado pelo 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Juntamente com o *Monumento*, inaugura-se também no local a Praça General Tibúrcio.

O evento de inauguração foi marcado para o dia 29 de dezembro de 1938, mas foi adiado, devido ao mau tempo, para o dia 31 de dezembro. Para a ocasião, segundo *Diário de Notícias* de 20 de fevereiro de 1944:

Forças de terra e mar formavam ao longo da praça e em torno do monumento, também tomando parte na solenidade os alunos das escolas desta capital. Altas autoridades civis e militares, membros do corpo diplomático e pessoas especialmente convidadas estavam presentes ao ato, que se revestiu do maior brilhantismo (*Diário de Notícias*, 20 fev 1944).

Entre as presenças importantes na cerimônia de inauguração do *Monumento*, estavam o presidente Getúlio Vargas e o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra. “Os destacamentos do Exército, da Escola Militar, do Colégio Militar, da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Fuzileiros Navais foram passados em revista pelo presidente da República, enquanto a Primeira Bateria do Grupo de Obuses dava as salvas do estilo” (cf. *Diário de Notícias*, 20 de fev 1944). Tamanho aparato dá idéia da dimensão alcançada para a inauguração do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*.

Pedro Cordolino de Azevedo, responsável direto pela idéia e construção do *Monumento* estava, evidentemente, presente na solenidade, e discursou fazendo um breve resumo sobre a Retirada da Laguna. Também lembrou o caminho percorrido desde o início até a conclusão dos trabalhos, e os nomes dos principais colaboradores. O escultor Antonino Pinto de Mattos, que venceu o concurso e foi o executor da obra, faleceu dias antes da inauguração.

Em seguida, coube ao presidente da República, acompanhado dos chefes do Estado Maior do Exército e da Armada, e também do prefeito do Rio de Janeiro, inaugurar

solenemente o *Monumento*, subindo até a base para descerrar a bandeira que o envolvia. Segundo o *Diário de Notícias*, o chefe do Governo também depositou uma coroa ao pé do *Monumento*, ao som do Hino Nacional executado pelo Batalhão de Guardas e cantado pelos alunos presentes.

Outras solenidades também foram marcadas para a mesma ocasião. Uma delas foi a condecoração do General Rafael Tobias, o único sobrevivente vivo da Retirada da Laguna, que recebeu a medalha do Mérito Militar. A outra foi a solenidade de entrega do estandarte ao representante do 10º Regimento de Cavalaria Independente, de Bela Vista, que recebeu a denominação histórica de *Regimento Antônio João*, no dia 30 de dezembro de 1938<sup>69</sup>, um dia antes da inauguração do *Monumento*.

---

<sup>69</sup> Cf. informações do Exército.

### Capítulo 3

## ***DOURADOS: TERRA DE ANTÔNIO JOÃO?*** **CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DA FIGURA HERÓICA DO** **TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO NO MUNICÍPIO DE** **DOURADOS**

Neste capítulo foi tentado apresentar o modo como se operou a construção e a apropriação da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro no município de Dourados. Antes, foi traçado um breve delineamento sobre a ocupação não-índia daquela região para, em seguida, expor - utilizando como critério períodos cronológicos - os mecanismos que foram utilizados para a incorporação do militar como figura heróica do município. Fechando o capítulo, efetuou algumas considerações sobre os monumentos construídos em homenagem ao Tenente Antônio João Ribeiro na cidade de Dourados e na região da antiga Colônia Militar dos Dourados.

Como já comentado, a criação de figuras heróicas, ligadas ao universo da Guerra do Paraguai, foi uma prática comum nas primeiras décadas do século XX, dentro dos meios militares. Estas figuras heróicas, a partir do resgate de personagens ou atos memoráveis, serviram principalmente ao propósito de dar maior visibilidade e credibilidade à carreira militar. Tratou-se, portanto, de um movimento que partiu principalmente do alto oficialato, dentro principalmente dos colégios militares, mas que ganhou repercussão nacional, ou seja, alastrou-se em várias direções do país.

Este movimento de resgate e (re) criação de figuras heróicas reverberou no estado de Mato Grosso. Aliás, caiu bem ao gosto do projeto identitário mato-grossense que estava sendo construído pelas elites do estado no período, pois havia nele elementos que podiam ser explorados, como a idéia de pertencimento, de *baluarte da nação*, além, lógico, dos próprios

heróis, tanto aqueles que eram de outras regiões do país, como, também, daqueles *genuinamente* mato-grossenses, como é o caso de Antônio João.

Compreender a existência destes dois movimentos é fundamental para entender de que maneira se engendrou este último capítulo, pois nele foram discutidos aspectos que estiveram presentes nos movimentos nacional e estadual, e que foram assimilados, interpretados e receberam novos significados em um ambiente mais local; um povoado que crescia no sul do antigo Mato Grosso – Dourados – e re-significava, principalmente, de modo a apropriar-se destes elementos. Cabe registrar desde logo que o referido povoado, que deu origem à cidade de Dourados, surgiu e se desenvolveu em local situado a mais de 100 km a leste da antiga Colônia Militar, embora também no vale do mesmo rio Dourados, como veremos em detalhes a seguir.

### **3.1 BREVE DELINEAMENTO DA OCUPAÇÃO NÃO-ÍNDIA DE DOURADOS**

O município de Dourados está localizado no extremo sul do atual estado de Mato Grosso do Sul<sup>70</sup>, no chamado planalto sedimentar da bacia do Paraná, próximo à denominada Serra de Maracaju. O município compreende uma região que abrange parte dos chamados “Campos de Vacaria<sup>71</sup>”, mas também extensões onde predominavam matas tropicais, características presentes em boa parte do vale do Rio Paraná. Quando o município foi criado, em 1935, abrangia uma extensa área, delimitada, *grosso modo*, pelo rio Amambai, ao sul, e pelos rios Brilhante e Ivinhema, ao norte e leste.

No que concerne o povoamento não-índio da região, é possível afirmar que além das numerosas populações indígenas existentes no território de Mato Grosso, havia apenas a ocasional presença de espanhóis, bandeirantes e jesuítas, durante o período dos séculos XVI e XVII. Somente a partir do século XVIII, com a descoberta de minas na região de Cuiabá,

---

<sup>70</sup>Convém lembrar que o estado de Mato Grosso foi dividido em 1977 e na porção meridional foi criado o estado de Mato Grosso do Sul; Dourados, portanto, estava localizado na porção sul do antigo Mato Grosso.

<sup>71</sup> Eram assim denominados pela existência de um rebanho bovino que ao ser abandonado pelos espanhóis no século XVII tornou-se selvagem. Segundo Queiroz, (2008, p. 20) “posteriormente, entretanto, e até os dias atuais, o nome *campos de Vacaria* passou a ser aplicado a uma extensa área de campos limpos existente no *planalto*, isto é, uma área que, com largura variável, acompanha a *cuesta* de Maracaju desde as cabeceiras do Apa até as proximidades da atual cidade de Campo Grande.”

intensificou-se o povoamento luso-brasileiro naquela região; porém, ao sul, permaneciam largas extensões de terras com a presença quase que exclusivamente indígena.

No final do século XVIII, tentativas ainda tímidas de povoamento não-índio foram feitas no sul do antigo Mato Grosso, como a construção do *Forte Coimbra*, em 1775, e o surgimento de povoados como os de Corumbá e Miranda, que ficavam em áreas fronteiriças, no vale do Rio Paraguai. Também neste período, em 1767, foi estabelecido no extremo sul da capitania o *Forte do Iguatemi*, uma arrojada tentativa de ocupação da região (cf. QUEIROZ, 2008). Apesar disso, os esforços não foram suficientes para promover núcleos populacionais significativos.

Somente na primeira metade do século XIX é que se intensificou o processo de povoamento não-índio, com as primeiras levas de migrantes provenientes de Minas Gerais, atravessando o Rio Paranaíba, estabelecendo no antigo sul de Mato Grosso atividades econômicas de maior duração, principalmente ligadas à pecuária. Segundo Salsa Corrêa (1999), duas levas migratórias se dirigiram ao sul do antigo Mato Grosso; a primeira formada por pessoas do norte do estado, em busca de campos para a criação de animais no Pantanal, e a segunda formada por migrantes paulistas e mineiros que se deslocaram mais ao sul, tendo também o objetivo de procurar locais para a pecuária.

Outro aspecto fundamental neste período foi a abertura da navegação do Rio Paraguai, que permitiu a navegação de embarcações brasileiras e se transformou em um importante impulso para determinados locais do antigo sul de Mato Grosso, especialmente para o desenvolvimento de Corumbá.

No entanto, este movimento de povoamento não-índio e de desenvolvimento econômico foi interrompido na segunda metade do século XIX, com a Guerra do Paraguai (1864-1870) que, além de fechar a navegação do Rio Paraguai, devastou a região sul do antigo Mato Grosso e provocou milhares de mortes de brasileiros e paraguaios.

Terminado o conflito, nas três últimas décadas do século XIX, ocorreu o reinício das levas migratórias; grupos de São Paulo e Minas Gerais, mas também contingentes oriundos do Paraguai, do estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. Os migrantes sul-rio-grandenses constituíram um forte grupo de emigrantes na região, fugindo das perseguições políticas em seu estado de origem<sup>72</sup> e em busca de melhores condições de vida. Muitos tinham notícias da

---

<sup>72</sup> As “revoluções”, como ficaram conhecidas as perturbações políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, em especial, a Revolução Federalista, de 1893.



região por intermédio dos relatos de praças que pela região passaram durante a Guerra do Paraguai.

Neste período, começa a extração sistemática de erva-mate, para exportação, nos ervais nativos existentes na região. A economia ervateira foi um dos grandes propulsores econômicos do antigo sul de Mato Grosso. O empresário Tomás Laranjeira - que conhecia a região por haver atuado como fornecedor de suprimentos à Comissão Demarcadora dos limites entre Brasil e Paraguai, no início da década de 1870 – esteve à frente dos negócios, que posteriormente (última década do século XIX) ampliaram-se com a associação de importantes parcelas da oligarquia mato-grossense, em especial, a família Murtinho. A Companhia Mate Laranjeira, como ficou popularmente conhecida a empresa, tinha a concessão de explorar estes ervais nativos, e dificultava ao máximo a exploração de particulares. Se por um lado, a Cia. tornou-se uma empresa forte, de capital transnacional, por outro serviu de obstáculo para o povoamento na região, uma vez que possuía uma forte política de dominação e não de ocupação.

No final do século XIX e início do século XX começam os contornos do pequeno povoado que daria origem à cidade de Dourados. Como já mencionado, contou com migrantes vindos de diversas regiões do país, que foram se estabelecendo em áreas que deram origem a pequenas propriedades, principalmente se comparadas às extensas propriedades rurais do restante do estado. A primeira referência oficial sobre o povoado é a Resolução Estadual n. 255, de 10 de abril de 1900, que criou as paróquias de Ponta Porã e Dourados. Dez anos depois, Dourados contava com dois distritos policiais e, em 1914, foi elevado a Distrito de Ponta Porã, pela Lei n. 658. Em 24 de fevereiro do ano seguinte foi instalado o Distrito de Paz de Dourados. E, finalmente, em 20 de dezembro de 1935, estava criado o município de Dourados, através do decreto n. 30 (cf. GRESSLER e SWENSSON, 1988, p. 70-79).

O município de Dourados foi criado no período da história brasileira marcado pelo Estado Novo. Sob a égide de uma nova Constituição que garantia plenos poderes ao presidente da República, total autoridade sobre os estados com a substituição dos governadores por interventores e uma forte campanha nacionalista feita através de órgãos como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), Getúlio Vargas conseguiu munir-se de um aparato centralizador que o manteve no poder durante o período.

As importantes mudanças na política e economia nacional repercutiram também no estado de Mato Grosso, e de modo especial, no sul do estado, principalmente porque as terras

devolutas naquele momento voltaram para o controle da União, depois de terem ficado sob mando dos Estados. O objetivo de Vargas era criar um estado forte e centralizador, capaz de estar presente e intervir nas disputas regionais. A região sul do antigo Mato Grosso foi palco de diversas ações governamentais neste período, como veremos a seguir.

Segundo Carli, uma ação do período foi o incentivo à expansão agrícola, através de projetos de colonização, que tinham por objetivo “expandir, desenvolver e ocupar áreas de fronteira, aí incluída a região correspondente ao extremo sul do estado de Mato Grosso”, (2008, p. 56), como suporte para a industrialização pretendida pelo governo. Tais políticas ficaram conhecidas pelo slogan *Marcha para o Oeste*. O esforço de nacionalização das fronteiras se fez sentir especialmente no sul de Mato Grosso e sua proximidade com a fronteira paraguaia, pelo temor da excessiva liberdade e privilégios concedidos à Cia. Mate Laranjeira, fez com que políticas federais tivessem por objetivo enfraquecê-la (cf. QUEIROZ, 2008).

A Cia. Mate Laranjeira foi diretamente afetada pelas políticas nacionalistas do período. O Estado Novo procurou dificultar a renovação dos contratos de arrendamento da Cia., justificando que a proximidade com a fronteira paraguaia, a maciça presença de estrangeiros na região, seu caráter transnacional eram motivos para temer as vantagens até então concedidas à Cia. Mate Laranjeira.

Nesse sentido, a criação do Território Federal de Ponta Porã<sup>73</sup>, em 1943, também esteve inserida na lógica adotada pelo discurso oficial do governo, procurando ocupar, povoar e proteger as áreas fronteiriças. O Território abrangia os municípios de Dourados<sup>74</sup>, Bela Vista, Miranda, Maracaju, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho; esses municípios estiveram, durante o período em que o Território existiu, indiretamente subordinados à União. Sua população, segundo o censo de 1940, contava com 90.912 habitantes, que para uma área de 99.141km<sup>2</sup>, totalizava uma densidade populacional de pouco mais de um habitante por km<sup>2</sup>.

Vargas procurava justificar suas políticas de ocupação através de um discurso aglutinador, em torno de um objetivo comum de manter a integridade física do país. Em um

---

<sup>73</sup> Além do Território Federal de Ponta Porã, foram criados no restante do país os Territórios Federais de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Iguazu e Fernando de Noronha.

<sup>74</sup> É necessário ressaltar que o município de Dourados neste período compreendia uma área em que hoje estão presentes os municípios de Angélica, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Ivinhema, segundo Gressler e Swensson (1988, p. 71).

trecho bastante conhecido sobre a criação dos Territórios Federais e a *Marcha para o Oeste*, Vargas afirma:

Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais, para fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais sob administração direta do Governo Federal (apud CARLI, 2008, p. 58)

Uma das principais intenções era tornar as regiões dos Territórios espaços produtivos, para alavancar o processo industrial nos grandes centros do país. Para incrementar a produção agrícola, foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais, e no sul do antigo Mato Grosso, especificamente, a *Colônia Agrícola Nacional de Dourados* (CAND). As condições para fazer parte da distribuição de terras na CAND eram: maioria, ser reconhecidamente pobre e sem propriedades rurais e possuir algum conhecimento com a lida agrícola.

De fato, estas condições atraíram um contingente extraordinário de migrantes para a região sul do estado. A região, e especialmente o município de Dourados, experimentaram um importante crescimento econômico e populacional, que Gressler e Swensson chamaram de “nova e poderosa corrente povoadora” (1988, p. 31); uma *frente pioneira* que durante a década de 1940 se deslocou principalmente do Paraná e de São Paulo. É procedente afirmar que também a CAND atraiu para Dourados um contingente muito grande de migrantes nordestinos, atraídos pela propaganda feita e pelas condições do meio físico-geográfico, intensamente favorável para a prática agrícola (BETONI, 2002, p. 87).

Fechando este breve delineamento sobre a ocupação histórica de Dourados, é necessário citar outro fator relevante que foi a construção do ramal de Ponta Porã da *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, tendo em Dourados, especificamente, em Itaum - extremo oeste do município de Dourados - uma estação. Também foi outro “investimento” realizado durante o Estado Novo, já que essa estação foi inaugurada em 1949 (cf. QUEIROZ, 2004). Além das vias férreas, as vias rodoviárias também são construídas no período, ligando Dourados ao estado de São Paulo, proporcionando um acelerado crescimento populacional e expandindo a fronteira agrícola do país.

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer um aspecto relevante. Ao analisar as referências presentes em diversas obras sobre a Colônia Militar dos Dourados, chamou atenção a maneira como se encontrou escrita, na maioria das publicações: Colônia Militar *de*

Dourados. O que aparentemente foi uma simples troca na nomenclatura da Colônia Militar (da preposição *de* mais o artigo definido no plural *os - dos -* para a utilização única da preposição *de*), em um primeiro momento não parece tão significativa, mas como esteve presente em diversas obras e foi sendo repetida ao longo do século XX, consciente ou inconscientemente, pode ter dado origem a uma série de analogias entre a Colônia Militar dos Dourados e a cidade de Dourados, e a confusão envolvendo estes elementos.

Como explicar esta grafia diferente? Primeiramente, é necessário rever como surgiu o nome da Colônia Militar dos Dourados. Segundo o Decreto n. 1754, de 26 de abril de 1856, foi criada a:

Colônia Militar dos Dourados *nas cabeceiras do rio do mesmo nome*, na Província de Mato Grosso. Hei por bem criar na Província de Mato Grosso mais uma Colônia Militar no ponto em que pelo presidente da Província for designado *na cabeceira do Rio dos Dourados* [...] (Decreto n. 1754, de 26 abr.1856, apud Mello, 1969, p. 142, grifos meus).

Pelo trecho, fica explícito que foi utilizado o Rio Dourados como elemento referencial para o local da criação da Colônia Militar; assim, a denominação dada foi Colônia Militar *dos* Dourados. Fica, portanto, evidente que a Colônia Militar dos Dourados assim foi chamada por ter sido fundada nas cabeceiras do Rio Dourados, segundo o Decreto, chamado no documento de *Rio dos Dourados*, sendo esse nome derivado, por sua vez, da abundância, nesse rio, do peixe chamado *dourado*.

O Rio Dourados pertence à bacia hidrográfica do Rio Ivinhema (inserida na grande bacia hidrográfica do Rio Paraná); corre no sentido leste-oeste desde sua nascente, na Serra de Maracaju (atual município de Antônio João), até sua foz no Rio Brillhante. Como já citado, deu nome à Colônia Militar, mas, também ao Patrimônio de Dourados, que depois deu origem à cidade de Dourados, e às Colônias Agrícolas surgidas no município posteriormente. Mas, vale lembrar, essas localidades estavam situadas em pontos diferentes: a Colônia Militar nas nascentes, próxima à Serra de Maracaju, e o povoado, já distante dali pelo menos uma centena de quilômetros.

É certo também que em diversas situações o nome de uma localidade é dado levando em consideração algum aspecto que o identifique, que lhe sirva como referencial. Longe de almejar aqui fazer um estudo sobre toponímia, é válido citar alguns casos para exemplificar a questão: *São Paulo dos Campos de Piratininga* (atual cidade de São Paulo); *Nossa Senhora Madre de Deus do Porto Alegre* (atual Porto Alegre); *São Sebastião do Rio de Janeiro* (atual

cidade do Rio de Janeiro); *Santo Antonio do Campo Grande* (atual Campo Grande). São exemplos de nomes dados a localidades que possuíam um referencial – *dos* Campos de Piratininga, *do* Campo Grande – que com o passar dos anos foram “encurtados” e se tornaram conhecidos como são atualmente.

A partir desta reflexão, é possível supor que a intensa repetição ao longo do século XX da grafia diferente da Colônia Militar *dos* Dourados para Colônia Militar *de* Dourados possa ser explicada pela mudança do referencial que antes era adotado. Pois quando a Colônia Militar dos Dourados foi criada, em 1856, não havia qualquer sinal do povoado de Dourados, que viria a surgir no fim do século XIX e início do século XX. Porém, como veremos adiante, quando a maioria das obras sobre a história de Mato Grosso foi escrita, o pequeno *povoado* de Dourados já tinha se tornado a *cidade* de Dourados, já bastante conhecida no extremo sul de Mato Grosso. Isso pode ter influenciado a troca na escrita dos autores; o novo referencial tornou-se, portanto, a cidade de Dourados, e não mais simplesmente o Rio Dourados; logo, a Colônia Militar dos Dourados se tornou conhecida com a escrita de Colônia Militar *de* Dourados.

A repetição desta escrita diferente, associada ao fato dos autores, na maioria das vezes, não especificarem com clareza ao que se referiam, provocou várias interpretações equivocadas. Afinal, apenas a menção “Dourados” não era mais suficiente e favoreceu interpretações dúbias. *Povoado de Dourados* ou *Rio Dourados*? *Colônia dos Dourados* ou *município de Dourados*? *Colônia Militar* ou *Colônia Agrícola de Dourados*? Apesar de diferentes universos, temporais e espaciais, não há como dissociá-los totalmente, afinal, estão localizados próximos geograficamente, no extremo sul, se considerarmos o antigo estado de Mato Grosso<sup>75</sup>. Esta gama de possibilidades, interpretações e vieses provocou afirmações equivocadas e incertas sobre a formação histórica da região, especialmente, sobre o município de Dourados, como veremos a seguir.

O cartograma a seguir ajuda a compreender a questão da localização do município de Dourados e da Colônia Militar dos Dourados, no extremo sul do antigo Mato Grosso.

---

<sup>75</sup> Lembrando que no início do século XX o estado de Mato Grosso correspondia aos atuais estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul, além do atual Mato Grosso.

**Cartograma 1** – Localização da cidade de Dourados e da antiga Colônia Militar dos Dourados no território do atual estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE, 2005 - Adaptado por Bruno Moreno.

A criação da *Colônia Agrícola Nacional de Dourados*, no ano de 1943, também precisa ser considerada. Implantada um ano depois, a CAND foi responsável por um forte atrativo populacional para a região de Dourados, menos de uma década após a emancipação do município. E logo em seguida, em 1946, foi implementada a *Colônia Agrícola Municipal de Dourados* (CMD), também responsável pela atração de migrantes e pela consolidação do perfil agrícola do município (cf. CARLI, 2008).

A criação das Colônias Agrícolas foi extremamente importante para o crescimento econômico e populacional da região. Sem dúvida, dinamizaram e contribuíram para que Dourados se tornasse mais conhecido no restante do estado. Assim, quando um determinado autor publicava, seja em uma obra, uma reportagem de jornal ou um poema, sobre a *Colônia de Dourados*, referindo-se a Colônia Militar dos Dourados, é possível supor que a confusão com a Colônia Agrícola de Dourados, por exemplo, podia acontecer, já que também era chamada de *Colônia de Dourados*, simplesmente.

Não se trata aqui, em absoluto, de comparar a criação das Colônias Agrícolas (Federal e Municipal) de Dourados com a Colônia Militar dos Dourados. Evidentemente, são realidades bastante distintas. Além da diferença de temporalidade e propósitos – uma essencialmente militar, criada em 1861, e as agrícolas, criadas em 1943 e 1946 – tem-se ainda uma relevante distância espacial entre os lugares, separados por pelo menos uma centena de quilômetros. No entanto, é possível inferir que a proximidade e a adoção do nome *Dourados*, contribuíram para certa “confusão”; um enleio, entre estes universos, como veremos a seguir<sup>76</sup>.

### **3.2 DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX: APARENTES ORIGENS DA IDENTIFICAÇÃO ENTRE A COLÔNIA MILITAR E A CIDADE DE DOURADOS**

Um dos primeiros registros que pode ter contribuído para uma possível ligação entre o povoado de Dourados e a Colônia Militar dos Dourados foi a letra do hino de Mato Grosso, composta por D. Aquino Corrêa para os festejos do bicentenário de Cuiabá, em 1919. D. Francisco de Aquino Corrêa, além do universo religioso, foi também uma figura importante

---

<sup>76</sup> Necessário esclarecer que a Colônia Militar dos Dourados, no período em questão, estava localizada em área pertencente ao município de Bela Vista, até a emancipação da região, que deu origem ao município de Antônio João, em 1964.

na política mato-grossense, eleito governador do estado. E ainda, por suas contribuições nas esferas culturais, literárias e historiográficas, é referência obrigatória quando o assunto é a construção de uma identidade mato-grossense. Foi fundador do IHMT e da Academia Mato-Grossense de Letras e pertenceu também à Academia Brasileira de Letras.

A letra do hino, na décima estrofe, está assim escrita:

*Dos teus bravos a glória se expande  
De Dourados até Corumbá,  
O ouro deu-te renome tão grande  
Porém mais, nosso amor te dará!  
Ouve, pois, nossas juras solenes  
De fazermos em paz e união,  
Teu progresso imortal como a fênix  
Que ainda timbra o teu nobre brasão (HINO de Mato Grosso, 1919, grifo meu)*

Nos dois primeiros versos dessa estrofe, D. Aquino está se referindo, evidentemente, aos acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados e da retomada de Corumbá. No entanto, ao apenas informar que “a glória se expande de Dourados a Corumbá”, deixa margem, principalmente por se referir a Corumbá, que *Dourados* citado no trecho acabe sendo identificado com o município de Dourados. No entanto, é preciso notar que quando a canção foi publicada, em 1919, Dourados não era mais do que um pequeno povoado, ainda em formação. Uma possível confusão provocada pela coincidência dos nomes só poderia ter sido feita posteriormente, quando a letra se popularizou e Dourados tornou-se um local mais conhecido no estado.

Ao longo do capítulo, foram relacionadas diversas obras da historiografia tradicional<sup>77</sup> mato-grossense, que de alguma maneira contribuíram para a confusão envolvendo universos tão distintos. É necessário frisar que não era intuito analisar estas obras de forma aprofundada, e sim realizar uma abordagem focada nas referências feitas pelos autores, que de alguma maneira ligavam dois universos: as narrativas sobre a Colônia Militar dos Dourados e seu comandante, Tenente Antônio João Ribeiro, e a cidade de Dourados e elementos com ela identificados, de modo a compreender a apropriação do herói Antônio João como símbolo de Dourados.

As duas primeiras obras são do final da década de 1930: **Mato Grosso** (1939)<sup>78</sup>, de Virgílio Corrêa Filho, e **Fronteiras Guaranis** (1939), de José de Melo e Silva.

---

<sup>77</sup> Na definição utilizada por Zorzato (1998) para compreender a historiografia mato-grossense do período.

<sup>78</sup> A primeira edição desta obra de Virgílio Corrêa Filho foi publicada em 1922. Mas somente na segunda edição, de 1939, é que o autor dedica um trecho para o recém criado município de Dourados.



Virgílio Corrêa Filho dispensa maiores apresentações; é considerado uma das figuras mais influentes do universo historiográfico mato-grossense. Como figura proeminente, não apenas no estado, mas também no Rio de Janeiro, onde atuou como escritor e jornalista, é possível considerá-lo dentro da categoria de *intelectual orgânico*<sup>79</sup>, pelo estreito laço que uniu sua produção e as esferas de poder às quais pertencia e defendia. A obra aqui referida lançava uma história geral sobre o estado, fornecendo informações sobre alguns municípios. As obras de Corrêa Filho sobre Mato Grosso foram, na maioria das vezes, utilizadas como referências inequívocas, e até hoje servem de orientação para alguns autores.

Virgílio Corrêa Filho, no trecho que escreve sobre o município de Dourados, começa suas considerações justamente pela Colônia Militar dos Dourados. Embora, é necessário frisar, Corrêa Filho não tenha cometido, a rigor, nenhum equívoco, a maneira como escreve facilita a chance de provocar uma confusão, se o receptor não possuir um conhecimento mínimo sobre a região e sobre os acontecimentos na Colônia Militar. Isto porque o autor escreve do seguinte modo:

#### Dourados

Nas cabeceiras do maior tributário meridional do Rio Dourados, fundou-se, em 10 de maio de 1861, a colônia militar de igual nome, que Antonio João comandava, quando ocorreu a invasão da cavalaria de Urbietta. Conservou a história a resposta épica do decidido fronteiro, que se dispôs ao sacrifício supremo, para não se render à superioridade desproporcionada do inimigo. A região tornou-se lendária, de sorte que o primeiro povoado erguido no mesmo vale, embora mais ao nascente, coisa de uma centena de quilômetros, não encontrou título mais nobilitante do que o reduto que o tenente poconeano imortalizou em dezembro de 64 (CORRÊA FILHO, 1939, p. 160).

De fato, não há nenhuma inverdade no trecho. Porém, ao colocar informações da Colônia Militar dos Dourados e do Tenente Antônio João (já se consolidando como herói nos meios militares e no estado) juntamente com as considerações sobre a cidade de Dourados, o autor acaba, de certa maneira, influenciando a percepção de quem lê o trecho, que acaba por relacioná-lo com o município de Dourados.

Embora não citando especificamente a Colônia Militar dos Dourados, destaco a obra **Fronteiras Guaranis** (1939), de José de Melo e Silva. Nela, há trechos com referências diretas entre Dourados e a figura de Antônio João. O autor, formado em Direito, migrou do Ceará para a região sul do antigo Mato Grosso, exercendo a profissão de juiz nas cidades de Ponta Porã e Bela Vista (cf. BETONI, 2002). É, portanto, alguém de fora que escreveu sobre a

---

<sup>79</sup> Na definição de Gramsci (1978, passim).

região baseando-se em observações. O autor comenta na obra os problemas enfrentados pelo sul do antigo Mato Grosso, tendo como pano de fundo a própria história do Brasil; aspectos como a presença de espanhóis e a luta com os índios são levantados. Além disso, tece algumas considerações sobre a Companhia Mate Laranjeira e o *progresso* da região. Dourados é sempre citado como local aprazível, de futuro promissor. Ao escrever sobre as características culturais, sociais, econômicas dos municípios de Mato Grosso, escreve o seguinte sobre Dourados:

*A origem de seu nome e a sua história* assentam em fatos de muita profundidade, cívica e moral. *Em seu solo* o intrépido Alferes Antônio João ofereceu-se em holocausto à pátria invadida pelo estrangeiro em guerra, derramando aí, até a última gota, o seu sangue generoso. Com ele, tombaram também, imolados ao mesmo sentimento de defesa do território nacional, seus inolvidáveis companheiros. *E como palco desta cena de heroísmo foram as cabeceiras de Dourados, vem daí o nome imortal dessa terra cheia de esperanças* (MELO e SILVA, 1939, p.207, grifos meus).

Este trecho é especialmente significativo. O autor, além de fornecer características da cidade, chama atenção para o *sublime* passado do lugar de modo bastante incisivo e melodioso, afirmando categoricamente que naquele lugar – *em seu solo* - aconteceu um dos mais impressionantes episódios da Guerra do Paraguai; e por conta disso, dali viria a “origem do seu nome e a sua história”. Uma eficiente propaganda do suposto passado glorioso da cidade de Dourados.

Melo e Silva publicou ainda outra obra importante, **Canaã do Oeste: Sul do Mato Grosso** (1947), e nela reproduz o mesmo trecho acima. Assim, não considere necessário repetir o trecho, mas é preciso considerar o fato de ter sido publicado nas duas obras.

### **3.3 DÉCADA DE 1940: PRIMEIRAS REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS SOBRE ANTÔNIO JOÃO NA CIDADE DE DOURADOS**

A década de 1940 ficou marcada, como já comentado, por um expressivo crescimento populacional da cidade de Dourados. Recém transformado em município, seus moradores, como veremos, vivenciavam esse crescimento, acompanhando as mudanças nacionais do período no Brasil, e também, no mundo, marcado pelas transformações da Segunda Guerra Mundial.

Neste contexto, uma das fontes mais importantes para o estudo de nossa temática foram atas do *Centro Cívico Antônio João*<sup>80</sup>, por meio das quais foi possível discutir aspectos da vida social da cidade de Dourados na década de 1940. O *Centro Cívico Antônio João* foi criado em agosto de 1942, como veremos em detalhes a seguir, e permaneceu ativo em Dourados até 1944. Constam na coleção as primeiras oito reuniões preparatórias, dezoito sessões ordinárias e três reuniões extraordinárias, totalizando cem páginas numeradas do livro-ata<sup>81</sup>.

O interesse por estas atas partiu, evidentemente, pelo nome escolhido para a associação: *Antônio João*. As análises foram focadas nas oito primeiras reuniões do grupo, pois nelas concentraram-se questões sobre fundação, a nomenclatura, aspectos políticos, religiosos e sociais da realidade douradense na década de 1940, além da eleição da primeira diretoria do *Centro*. Após este período preparatório, o grupo passou a realizar reuniões mensais, baseadas em conferências e palestras sobre assuntos diversos, como saúde, educação e trabalho, ministradas, em boa parte das vezes, pelos sócios Horacio de Almeida e frei Higino Latteck.

Quando atas de associações e instituições são utilizadas como fontes, é preciso levar em consideração certos aspectos, e um deles é, certamente, não considerar o que está escrito nas atas como algo que reflete fidedignamente a realidade. O ato de transcrever as atas, propositalmente ou não, omite argumentos, debates, discórdias e discussões; pode também amenizar ou intensificar determinadas opiniões e embates entre os participantes da reunião.

A utilização de atas como fontes históricas esteve por muito tempo associada às fontes oficiais, ligadas ao período da historiografia que pautava suas análises na utilização de fontes oficiais escritas como única forma de conhecimento. Atualmente, com a ampliação do

---

<sup>80</sup>É preciso esclarecer que ao longo das oito primeiras reuniões do grupo constam denominações diferentes nas atas, mas ao longo do texto, julguei conveniente me referir ao grupo de modo unificado, chamando-o da maneira como ficou conhecida a entidade após a assembléia que deu origem à associação: *Centro Cívico Antônio João*; porém, nas citações, para ser fiel ao que consta nas atas, coloquei as referências específicas contidas nelas, como destaque a seguir: ata da primeira reunião preparatória dos *Homens Católicos de Dourados “Pró Brasil”*; ata da segunda reunião preparatória dos *Homens Católicos de Dourados “Pró Brasil”*; ata da terceira reunião dos *Senhores Católicos de Dourados “Pró Brasil”*; ata da quarta reunião dos *Senhores Católicos de Dourados “Pró Brasil”*; ata da quinta reunião do *“Núcleo Patriótico Antônio João”*; ata da sexta reunião do *“Núcleo Patriótico Antônio João”*, a sétima reunião não foi transcrita na ata, somente mencionada na oitava reunião, e, por fim, Ata da oitava *sessão preparatória do Centro Cívico Antônio João*. A partir de então, o grupo passa a ser denominado, em todas as reuniões até sua extinção, de *Centro Cívico Antônio João*.

<sup>81</sup>Os documentos encontram-se no Centro de Documentação Regional/FCH/UFGD, na Coleção Documentos Originais: Arquivo Pessoal de Armando Campos Belo, Livro I, p. 1-100. Como são fotocópias, há trechos já apagados e ilegíveis, e não havendo a possibilidade de compará-los com originais, utilizo colchetes para indicar as palavras ou trechos que estão incompreensíveis.

conceito de fonte, as fontes oficiais não deixaram de ser utilizadas, porém, ganharam um viés interpretativo. O fato de as atas estarem normalmente vinculadas a uma instituição, um grupo ou associação e, portanto, revestidas de um caráter oficioso, de modo algum as desqualifica como fontes. No caso específico das atas que foram utilizadas, há a particularidade de observar as primeiras reuniões, feitas no “calor dos acontecimentos” e, embora revestidas de certa formalidade, deixam margem para uma leitura menos rígida e mais espontânea dos acontecimentos que deram origem ao grupo.

O *Centro Cívico*, embora tenha sido criado em um momento de euforia patriótica nacional, aos poucos se consolidou como uma associação que procurava dar soluções para problemas municipais como, por exemplo, a falta de escolas primárias. Na segunda sessão ordinária, já consolidada como associação, o presidente, ao falar sobre os fins da associação, assim definiu os objetivos da entidade: “trabalhar pela coletividade e para o progresso de Dourados, sem distinção de cor, credo ou posição dos sócios” (cf. ata do *Centro Cívico Antônio João*, 3 jan. 1943, p. 33).

A maioria das reuniões da associação foi secretariada por Armando Campos Belo. Figura conhecida no município de Dourados, foi, sem dúvida, um dos idealizadores e maiores entusiastas do *Centro Cívico*, durante a existência da associação. Nas palavras do próprio Armando Campos Belo, em depoimento posterior, o *Centro Cívico* “foi um bom alicerce para o desenvolvimento cultural de Dourados. Despertou os bons sentimentos, melhorou o problema da segurança, esclareceu a população, principalmente a população rural, com a distribuição de livros que se adaptavam à região. Enquanto o Centro Cívico existiu, cumpriu com o proposto. Foi uma semente que deu bons frutos” (LORO & FERREIRA, 1985, p. 21).

O principal elemento que impulsionou a realização das reuniões do grupo foi a motivação por discutir os acontecimentos nacionais e internacionais do período. Pode-se supor isto pelo conteúdo e data da primeira reunião do grupo, exatamente um dia após a declaração do presidente Getúlio Vargas sobre o estado de beligerância entre Brasil e os países do Eixo<sup>82</sup>. Assim, no dia 23 de agosto de 1942, no salão paroquial da cidade, oito senhores da sociedade douradense reuniram-se e realizaram a primeira *Reunião Preparatória* do grupo. São eles, na ordem das assinaturas: frei Higino Latteck, frei Juliano Lauer, Horacio

---

<sup>82</sup> No dia 22 de agosto de 1942, Vargas declarou a situação de beligerância entre Brasil e os países Itália e Alemanha. Em 31 de agosto do mesmo ano foi declarado o estado de guerra em todo o território brasileiro.

de Almeida, Armando Campos Belo, Adroaldo Pizzini, [nome ilegível], Athanagildo Monteiro e João Ramos.

O grupo, por intermédio do convite feito por Horacio de Almeida, reuniu-se após a missa semanal para “promover reuniões periódicas com o fim especial de incentivar uma campanha sistemática de patriotismo” (cf. ata *Homens Católicos de Dourados “Pró Brasil”*, 23 ago. 1942, p.1). As menções de caráter patriótico são frequentes, justificadas pelo momento histórico do país, que de toda maneira explicam os ardorosos apelos nacionalistas. Afinal, se já não era comum o envolvimento político do Brasil em uma guerra, a declaração de beligerância e o envio de tropas deixaram o povo brasileiro em agitação. Manifestações aguerridas de patriotismo pipocaram em todo o território nacional, e também estiveram presentes nas primeiras reuniões do *Centro Cívico* de Dourados.

Na ata da primeira reunião, fica acordado que o religioso frei Higinio Latteck seria responsável por realizar, nas reuniões seguintes, conferências públicas sobre os regimes nazifascistas. Ficou também combinado que se trouxesse para a próxima reunião o maior número de pessoas possível, sem obrigatoriedade de serem católicos, podendo ser convidados “todos que quisessem contribuir com o apoio moral e intelectual à campanha patriótica que se iniciou” (cf. ata *Homens Católicos de Dourados “Pró Brasil”*, 23 ago. 1942, p.4).

A segunda reunião, realizada em 27 de agosto de 1942, demonstra o êxito da empreitada. Quarenta e seis pessoas assinam a ata da segunda reunião, inclusive as autoridades civis e policiais, nas figuras do prefeito Alvaro Brandão e do delegado Aparicio de Melo. Conforme o combinado, frei Higinio fez sua apresentação, enfocando o confronto da filosofia nazista com a fé católica e o dever que o Brasil, país católico, tinha de lutar contra tais doutrinas.

Frei Higinio Latteck, aliás, figura religiosa que esteve presente em todas as reuniões, comparou a declaração de guerra aos países do Eixo como uma espécie de “Santa Cruzada”, onde toda a cristandade deveria se reunir em torno do objetivo de não permitir que a civilização cristã sucumbisse mediante os acontecimentos. O religioso mostrou-se um ferrenho crítico aos regimes nazifascistas, como se observa nas fontes. Sua presença em Dourados, juntamente com Frei Juliano Lauer, esteve ligada à missão franciscana que se instalou na paróquia Divino Espírito Santo de Entre Rios, atual Rio Brillhante<sup>83</sup> em 1938. Segundo Knob (1988), os franciscanos que vieram para Mato Grosso eram de regiões da

---

<sup>83</sup> Cidade situada cerca de 60 km de Dourados.

Alemanha profundamente marcadas pelas perseguições impostas pelo regime nazista de Hitler. Para fugir dessas perseguições, membros foram mandados para o país, em missão, estabelecendo o núcleo em Mato Grosso na região de Rio Brillhante. No entanto, em terras brasileiras, frei Higino Latteck chegou a ter problemas com a polícia local, tendo até ficado em detenção vigiada. O motivo teria sido denúncias que o colocavam como um espião, um membro da polícia alemã infiltrado no Brasil. Isso pode explicar o entusiasmo com que o religioso execrava o nazifascismo em suas falas. Vale lembrar também que as reuniões passaram a ser sempre após a missa semanal e ocorriam no salão paroquial; frei Higino, como “anfitrião”, tinha especial zelo pelas questões religiosas que envolviam o grupo.

A repercussão de tais reuniões pode ser medida pelo número de pessoas que estiveram presentes na terceira reunião do *Centro Cívico Antônio João* (cf. ata *Senhores Católicos de Dourados “Pró Brasil”*, de 28 ago. 1942): mais de cento e cinquenta pessoas. Nota-se que as três primeiras reuniões foram realizadas em um curtíssimo espaço de tempo; em menos de uma semana o assunto se espalhou rapidamente. Tal repercussão fez com que, no quarto encontro do grupo, em 13 de setembro de 1942, chamasse atenção a fala de Horacio de Almeida sobre o papel daquelas reuniões, relembrando as obrigações assumidas pelos participantes de jamais utilizar aqueles encontros para outros assuntos, principalmente políticos, avisando que “nessas reuniões jamais se falará em assuntos políticos, e que se alguém quiser imputar a esta sociedade assuntos políticos estará mentindo vergonhosamente” (cf. ata da reunião dos *Senhores Católicos de Dourados “Pró Brasil”*, 13 set. 1942, p.14).

De fato, é de se imaginar que em reuniões semanais com a presença de “homens da sociedade douradense” em algum momento assuntos sobre interesses políticos locais fossem comentados. Muito provavelmente, após três reuniões e a repercussão que estavam tendo, já se comentasse na cidade sobre as possíveis intenções de certas pessoas estarem presentes às reuniões; ou ainda, levantando comentários sobre quais seriam as reais motivações para as reuniões do grupo patriótico. O próprio Horacio de Almeida, que posteriormente foi eleito presidente do *Centro Cívico*, ocupou logo em seguida o cargo de prefeito do município de Dourados. Nomes como de Adroaldo Pizzini, Alvaro Brandão, Izidro Pedroso, João Ramos, Franklin Luiz Azambuja, Ciro de Melo, Alcídio Rosa Góes, João Rosa Góes, Raul Frost, João Augusto Capilé estiveram presentes em algumas reuniões, com mais ou menos assiduidade; nomes que tiveram importância no cenário político e social local, e de algum modo, poderiam

despertar a desconfiança de que o grupo tinha outra intencionalidade, ou seja, objetivos políticos.

Os rompantes patrióticos estiveram presentes em quase todas as oito primeiras reuniões. Na segunda delas, segundo consta na ata, “servindo-se da presença das autoridades, foi [Horacio Almeida] intérprete do cidadão João Antunes que pedia voluntariamente fosse-lhe facilitado meio para apresentar-se como soldado no exército brasileiro, no que foi atendido prontamente, e com gaudío de todos” (cf. ata *Homens Católicos*, 27 ago. 1942, p.6).

Uma questão que chama atenção é o modo como a figura de Getúlio Vargas foi diversas vezes aclamada nas reuniões. São freqüentes os trechos onde se observa a tentativa de instigar nos presentes a admiração à postura, considerada por eles enérgica e necessária, do governante frente os acontecimentos na Europa. Horacio de Almeida faz o pedido de manter-se a união em torno da figura de Getúlio Vargas; frei Latteck também adota esta postura, quando instiga o:

[..] sentimento dos brasileiros e de todos os *estrangeiros* que vivem no País a aplaudir e apoiar incondicionalmente o Eminentíssimo Chefe de Governo Dr. Getúlio Vargas, que, num momento histórico de mais alta significação declarou o estado de guerra contra os países do “eixo” Alemanha e Itália, cujo ato de apressão [sic] covarde não podia merecer outra satisfação (cf. ata reunião dos *Homens Católicos*, 23 ago. 1942, p 1, grifo no original).

A constante evocação da figura de Getúlio Vargas, além da constante repetição do apoio à atitude de declarar guerra aos países do Eixo, justifica-se em boa parte pelo prestígio que o presidente desfrutava na região. Como já visto, durante o mesmo período, intensificavam-se na região os esforços de nacionalização das fronteiras, que ficaram conhecidas pelo slogan *Marcha para o Oeste*. A região passava por um acelerado processo de ocupação de terras e crescimento populacional, que tornavam o local um forte pólo de atração de contingentes populacionais, em parte também graças à fertilidade do solo, propício para o desenvolvimento da agricultura.

Sendo assim, as políticas estadonovistas foram vistas como um elemento aglutinador, capaz de romper com o isolamento da região, preencher os *vazios* através da chegada de contingentes de outros estados e desenvolver a agricultura para, finalmente, promover o *progresso*<sup>84</sup> tão esperado. Segundo Galletti,

De Rondon, um positivista assumido, a D. Aquino, representante da ala mais conservadora da Igreja católica brasileira, não houve um só homem ou mulher de letras em Mato Grosso que não tivesse se irmanado em torno dos ideais da Marcha,

---

<sup>84</sup> As discussões sobre a questão dos *vazios demográficos* e *progresso* podem ser encontradas nas teses de Zorzato e Galetti. Especificamente sobre a região de Dourados, cito a dissertação de Betoni.

encontrando nela razões de peso, e de sobra, para reverenciar o Estado Novo. Razões de ordem econômica e social, na medida em que o projeto acenava com um futuro de progresso para a região, prometia romper o seu isolamento, trazer milhares de migrantes para povoar o *vazio*, possibilitar o acesso a terra, desenvolver a agricultura (Galleti, 2000, p. 319).

Reverenciar o Estado Novo significava ter pela figura de Getúlio Vargas um grande apreço, e isto foi intensificado pelo fato dele ter sido o primeiro presidente do país a visitar o estado, em 1940, como chefe da nação. Também esteve presente na região sul do antigo Mato Grosso. Se a visita de Vargas causou alvoroço na capital Cuiabá, pode-se imaginar o que representou sua presença na região mais ao sul do estado, quando na mesma viagem inaugurou a nova fachada do 11º RCI de Ponta Porã, distante aproximadamente 110 km de Dourados<sup>85</sup>. A presença do chefe de governo na região certamente influiu o ego da população; um sentimento de orgulho, de proximidade e pertencimento, e a garantia de que a região estava e continuaria sendo agraciada com benefícios pelo governo nacional.

Outro aspecto da questão é a estreita ligação entre o Estado Novo e intelectuais do estado, como Virgílio Corrêa Filho. Tal ligação não pode ser desprezada, visto que Corrêa Filho era figura de extenso prestígio e amplo reconhecimento em Mato Grosso. Segundo Trindade:

Não se pode perder de vista o fato de que fora organizada uma verdadeira rede de produção intelectual voltada para a legitimação do projeto de construção da nacionalidade desenvolvido por Getúlio Vargas. Desta forma, com participação em vários Congressos, apresentando e publicando trabalhos, Virgílio Corrêa Filho tomou parte ativa no projeto de construção e difusão, no país e no exterior, de uma memória nacional (s.d., p.06).

Isto pode explicar as recorrentes menções ao presidente Vargas presentes nas atas do *Centro Cívico*, principalmente nas três primeiras reuniões. Na segunda reunião, por exemplo, mais uma vez é conclamado o apoio ao governo nacional, agora nas palavras de Armando Campos Belo, que “enaltecendo a figura impoluta do Dr. Getúlio Vargas em face dos últimos acontecimentos, propôs apresentar-se para defender a bandeira nacional, a nossa integridade, onde quer que a Pátria necessite” (cf. ata reunião dos *Homens Católicos*, 27 ago. 1942, p.7).

Uma das primeiras providências do grupo foi escrever uma mensagem ao bispo diocesano D. Vicente B. Maria Priante e ao arcebispo de Cuiabá, D. Aquino Corrêa sobre as reuniões que aconteciam no salão paroquial douradense. Nela, os *homens católicos* anunciaram o irrestrito apoio ao governo nacional por ter declarado guerra aos países do Eixo; se declararam também dispostos a oferecer a própria vida em defesa do país.

---

<sup>85</sup> Informações fornecidas pela assessoria do museu da 11 RCMec Gen. Dutra, em Ponta Porã, em julho de 2009.



Finalizando a carta, há o seguinte trecho: “Estamos convencidos que *nós da fronteira* temos papel preponderante como *sentinelas avançadas* da nossa grande e imensamente querida Pátria. Viva a liberdade! Viva a religião católica! Viva a nossa Pátria, o Santo Brasil!” (cf. ata reunião dos *Homens Católicos*, 23 ago. 1942, p.3, grifo meu). Além da manifestação de patriotismo, é notável como parte da população da região chama para si a responsabilidade de serem os “guardiões”, literalmente as *sentinelas avançadas* das fronteiras do país. É o que Galletti chama atenção ao afirmar que a *Marcha* teve importante papel para reforçar certos discursos defendidos por indivíduos das camadas dominantes, ou membros com elas identificados, principalmente no que concerne à “singularidade de seu território [Mato Grosso] como baluarte da nação, ainda que *isolado* dela” (GALETTI, 2000, p. 318, grifo no original). É o pensamento presente na idéia da construção identitária de Mato Grosso, onde cabia ao estado, especialmente a região sul, próxima com a fronteira paraguaia, o “destino” de ter sido e continuar sendo o sustentáculo de defesa da nação.

Na terceira reunião, com a presença do maior público que o grupo conseguiu reunir, surge a sugestão de dar o nome do tenente Antônio João Ribeiro ao grupo patriótico, a partir da intervenção do engenheiro agrônomo Luiz Uchôa, que expressou:

[...] sua admiração pela união dos senhores católicos de Dourados, representados por todos os elementos desta cidade. Exortou a que cada vez se unissem mais, mostrando com exemplos expressivos o quanto vale a união dos homens para o bem geral da comunidade. Finalmente propôs que, *sendo aqui a terra onde correu o sangue do mártir da Pátria, Antonio João, que desse a esta sociedade o nome de “União Cívica Antonio João”* (cf. Atas reunião dos *Senhores Católicos*, 28 ago 1942, p. 10, grifo meu).

Neste trecho, é possível fazer algumas considerações interessantes. Primeiramente, fica a impressão de que Luiz Uchôa não é morador de Dourados, uma vez que demonstra sua admiração e incentivo para que os douradenses prosseguissem com as reuniões. Ainda, Luiz Uchôa deve ter estado presente somente nesta reunião, e a julgar pelo fato de haver sido registrada sua profissão – engenheiro agrônomo - ele poderia ser alguém de passagem pela região, mas com autoridade suficiente para se fazer presente na reunião do grupo e, principalmente, intervir e fazer a sugestão que fez.

O que mais chama a atenção no trecho é a afirmação categórica de que foi em Dourados o local que Antônio João teria morrido em defesa da pátria, pois foi “aqui a terra onde correu o sangue do mártir da Pátria, Antonio João”. Haveria já neste período uma associação entre o militar – já reconhecido nesta época como herói - e o município de Dourados, já que foi “aqui” que ele derramou o sangue em defesa da pátria? Como já

discutido, não foi exatamente na cidade de Dourados nem nas proximidades que ocorreu o combate que resultou na morte do Tenente, e sim na Colônia Militar dos Dourados, relativamente distante dali.

Outro aspecto que certamente auxiliou na lembrança e aceitação da figura do Tenente Antônio João pelo grupo foi o imaginário comumente ligado à figura heróica do militar, de *defensor da pátria*, cuja morte ocorreu *defendendo o solo brasileiro*. Considerando o perfil que o grupo teve nos primeiros encontros e situação política do país naquele momento, a figura heróica de Antônio João coube perfeitamente bem; aspectos como a defesa da pátria, o inimigo externo, ameaça à soberania combinavam o período histórico da Guerra do Paraguai com o daquele momento, na década de 1940. Ainda, valores associados ao herói, como valentia, abnegação, defesa incondicional da pátria encontraram eco naquele período.

Até o momento, esta declaração vinculando a figura heróica de Antônio João com o município de Dourados é o registro escrito mais antigo a que tive acesso. Porém, vale dizer que feita a sugestão e o modo como foi aceita – já na reunião seguinte acatou-se a sugestão – podia tratar-se tanto de um pensamento habitual no período como também do início de uma ligação mais acentuada entre o Tenente Antônio João e a cidade de Dourados.

Outra relevante fonte para esta pesquisa foi o jornal *O Douradense*, surgido no final da década de 1940, em Dourados. Armando da Silva Carmello foi proprietário e diretor do periódico, lançado em 11 de maio de 1948 e com publicações até 1º de agosto de 1950. Além de jornalista, escritor e poeta, o autor era oficial da reserva do Exército, e além do periódico *O Douradense*, fundou em Campo Grande o jornal *Campograndense*, antes de se instalar em Dourados, onde também exerceu o cargo de inspetor de fazenda do Estado de Mato Grosso (cf. BETONI, 2002, p. 31). Carmello foi também um *homem de letras*; membro da Academia de Letras e História de Campo Grande. Foi o autor do hino de Dourados. Figurou como expoente extremamente participativo da vida pública e social da cidade de Dourados. Como veremos adiante, ajudou também a fundar a primeira Loja Maçônica do município e fez parte de sua primeira diretoria, como 1º vice-presidente e secretário.

Considerado o primeiro periódico de fôlego de Dourados, *O Douradense* enfrentou problemas financeiros que não permitiram que suas publicações fossem regulares, tendo lançado neste período de tempo um total de dezesseis números.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> A coleção encontra-se no Centro de Documentação Regional/FCH/UFMG, Coleção Periódicos Raros.

Na edição de estréia, de 11 de maio de 1948, já aparece uma reportagem intitulada *Um monumento a Antônio João*, cujo conteúdo era incentivar a construção de um monumento ao militar, “para que a memória deste bravo soldado de Caxias seja sempre lembrada e mesmo reverenciada” (*O Douradense*, 11 mai 1948, n.p.). É um texto da direção do jornal, pois não traz autoria; lançada a idéia, o autor deixa claro seu posicionamento sobre o assunto, ao mencionar sua idéia de *progresso*: “Sabemos da boa vontade de todos habitantes desta cidade para com todos os empreendimentos que falem do progresso. Este, seguramente, terá o apoio de todos. E, assim sendo, aqui fica a nossa lembrança na certeza de que alguém a concretizará” (*O Douradense*, 11 mai 1948, n.p.).

Em outra publicação, de 14 de outubro de 1948, iniciou-se uma série intitulada *Monografia Histórico-Corográfica do município de Dourados*, de João Augusto Capilé Junior, desmembrada em quatro edições. O autor desta série também foi uma figura pública de bastante influência no município; desempenhou, entre outras funções, o cargo de prefeito nomeado no período de 1945 a 1947, tendo regulamentado a criação da Colônia Agrícola Municipal de Dourados. É formado em Sociologia e também desempenhou a função de assessor na Prefeitura e na Câmara Municipal de Cuiabá e na Assembléia Legislativa de Mato Grosso (cf. CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ & SOUZA, 1995).

No primeiro artigo da série, esteve presente a discussão sobre a figura de Antônio João e a Colônia Militar dos Dourados. Já no primeiro parágrafo, percebemos esta ligação:

Nas cabeceiras do maior tributário do Rio Dourados fundou-se em 10 de maio de 1861 a Colônia Militar de igual nome, que Antônio João Ribeiro comandava quando ocorreu a invasão da cavalaria de Urbietta. A região tornou-se lendária de modo que um dos primeiros povoados, erguido no mesmo vale, embora mais ao nascente uma centena de quilômetros, não encontrou título mais nobilitante que o do reduto imortalizado pelo tenente poconeano em Dezembro de 1864. (*O Douradense*, 14 out 1948, n.p.)

O trecho acima, publicado em 1948, é praticamente idêntico ao publicado por Virgílio Corrêa Filho, na obra: *Mato Grosso* (1939), como já se discutiu. Sem dúvidas, um trecho de Virgílio Corrêa Filho era “fonte segura”, muito propício para o artigo, e Capilé Junior “aproveitou” o trecho, mesmo não fazendo referência ao autor original, para estabelecer uma ligação entre a Colônia Militar dos Dourados e o povoado fundado meio século depois, cujas levas de migrantes sulistas, mineiros e paulistas se intensificaram no início do século XX. Entre a publicação de Corrêa Filho e a de Capilé Junior há um espaço temporal de quase uma década; certamente Capilé Junior tinha a intenção de *produzir* uma história do município de Dourados a partir de afirmações ditas incontestáveis como as de Corrêa Filho.

Na continuação dos artigos, que certamente funcionaram como “propagandas” do município, a proposta do autor foi relatar os fatos históricos da formação do povoado, dando especial ênfase ao heroísmo dos “desbravadores pioneiros” e às excelentes condições da prática agrícola na região. Considero aqui pertinentes as reflexões que Chauí (2000, p. 9) faz sobre o *mito fundador*, pois a autora propõe um conceito que leva em consideração além da etimologia do termo (visto como a narrativa dos feitos lendários de uma comunidade), seus aspectos antropológicos (solução imaginária para conflitos, tensões e contradições que não podem ser resolvidos na realidade) e psicanalíticos (a partir do vínculo interno com o passado como origem).

Na incorporação de perspectivas que a autora faz, o mito fundador se transforma em algo que:

Oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos que vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se [sic] das representações produzidas pela fundação, atualizado-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente (CHAUÍ, 2000, p.10).

Nesse sentido, é possível considerar que o processo de recuperação e repetição do “padrão” da *história oficial* de Dourados, ligado à produção historiográfica quase exclusivamente memorialista e pautada na memória dos chamados *pioneiros*, produziu um modelo de *história oficial*, baseada na noção do mito fundador. Neste quadro de referências sobre o município, mesmo sem haver uma ligação direta entre a Colônia Militar e a ocupação da região que deu origem ao povoado de Dourados, a aproximação é sempre utilizada; suprimindo a necessidade de legitimar o passado com base em um discurso unificador, cuja intencionalidade buscou intensificar determinados valores como coragem e intrepidez (no caso do herói no local do ato patriótico) ou astúcia e labor (no caso dos *pioneiros*). Em ambos, valores que eram almejados por uma determinada classe social que, naquele momento, intencionava (re) afirmar sua posição de detentora das narrativas fundadoras.

Segundo Luciano (2006), foi João Augusto Capilé Júnior quem efetuou a troca do nome da praça central de Dourados, de *Praça João Pessoa* para *Praça Antônio João*, em 1946, durante o período em que foi prefeito do município. Apesar de não ser possível aprofundar aqui o tratamento do tema, é inevitável considerar a importância que a praça

central assume nas cidades do período, pois ali era onde ocorriam os principais acontecimentos sociais e religiosos.

Apesar das inúmeras definições para o conceito de praça, *grosso modo*, pode-se afirmar que as praças constituem um espaço público, onde aspectos da vida social e particular convivem juntos. No Brasil, surgiram, na sua maioria, no entorno das igrejas, e era bastante comum considerar o centro de uma cidade o local da igreja e da praça central. Ali, as principais festividades eram realizadas e a vida social girava em torno de sua existência.

No caso de Dourados, a Praça Antônio João era este lugar de convivência social, onde público e privado orbitavam em torno do local. É o que se pode observar, por exemplo, nos registros fotográficos reunidos por Moreira (1990), onde a praça – que inicialmente era utilizada como um improvisado campo de futebol - reunia acontecimentos como festas religiosas, carnavais, folia de reis, etc.

Por hora, não encontrei registros oficiais sobre quando a praça central de Dourados passou a denominar-se Antônio João. O registro escrito mais antigo é o já citado artigo de 11 de maio de 1948, onde, ao sugerir a construção de um monumento a Antônio João, o autor informa que a praça já era assim denominada:

[...] alvitramos daqui a idéia de um monumento a Antônio João a fim de que o mesmo se projete, de modo mais eloqüente e significativo, *na nossa principal praça, que, aliás, já tem o seu nome.* (*O Douradense*, 11 mai 1948 ,n.p., grifo meu).

Segundo as fontes analisadas, é possível afirmar que, no final da década de 1940, já era evidente uma vinculação entre a cidade de Dourados e a figura heróica do Tenente Antônio João, a ponto de, por exemplo, um jornal publicar, no seu primeiro número, um pedido para que se erguesse um monumento ao herói na praça central da cidade.

Assim, detalhes como a mudança do nome da praça central da cidade refletem a incorporação da figura do Tenente Antônio João; sem dúvida, práticas que intencionavam legitimar o passado em torno de um discurso unificado e aglutinador de interesses específicos da elite local.

### **3.4 DE 1950 A 1970: ABUNDÂNCIA DE OBRAS MEMORIALISTAS E A OFICIALIZAÇÃO DE DOURADOS COMO A “TERRA DE ANTÔNIO JOÃO”**

Entre as décadas de 1950 e 1970, houve um considerável número de elementos, entre publicações historiográficas e criação de leis municipais, que contribuíram para a oficialização da idéia geral de que Dourados era a cidade do herói Antônio João Ribeiro.

Um dos aspectos mais marcantes foi justamente a consolidação da grafia que transformou a Colônia Militar *dos* Dourados em Colônia Militar *de* Dourados, como já foi discutido, e todas as conseqüências subseqüentes a esta mudança. Vale lembrar que esta troca na grafia foi feita não apenas nas obras da historiografia memorialista, mas também publicações oficiais ou acadêmicas.

Para exemplificar a questão, destaco o autor das obras **Mato Grosso, terra de promessa** (1953) e **Evolução histórica Sul Mato Grosso** (1960)<sup>87</sup>, João Batista de Souza, que mesmo não estando ligado propriamente ao universo historiográfico – foi intendente municipal em Ponta Porã - suas obras influenciaram consideravelmente o entendimento sobre a formação da porção meridional do antigo Mato Grosso, especialmente a região de Dourados.

Na primeira, **Mato Grosso, terra de promessa** (1953), o autor fez um apanhado geral, que começa na viagem de Cabral para o Brasil até aquele momento, no governo de Getúlio Vargas. No capítulo específico sobre a Guerra do Paraguai, o autor faz um detalhado levantamento sobre o conflito, e sobre seus heróis. Sobre o episódio da Colônia Militar dos Dourados e a figura heróica de Antônio João, há o seguinte trecho:

De Machorra, seguiu uma coluna de 220 homens, sob comando do Capitão Martin Urbietta, afim de ocupar a *colônia militar de Dourados*, que, atacada a 29 de dezembro de 1864, o seu comandante, tenente Antônio João, morre heroicamente na luta, ao lado dos seus 15 soldados, mortos na ação (SOUZA, 1953, p. 114, grifo meu).

No trecho, conforme grifado, a colônia militar é denominada *de Dourados*; portanto, é uma escrita em que o autor já pode ter-se deixado levar por uma mudança de referencial, como já apontado.

Na segunda obra, **Evolução histórica Sul Mato Grosso** (1960) há um trecho bastante semelhante ao da obra anterior: “Por terra [...] mandado o capitão Martin Urbietta, com 220 homens, ocupar a nossa *colônia militar de Dourados*, que, atacando-a a 29 de dezembro de 1864, o seu comandante, o tenente Antônio João Ribeiro, ofereceu heróica resistência, morrendo na luta com todos os seus comandados, 15 soldados” (SOUZA, 1960, p. 77, grifo

---

<sup>87</sup> A primeira edição desta obra foi publicada em 1949, mas como não obtive acesso, utilizei a segunda edição, publicada em 1960.

meu). Aqui, novamente, a troca do *dos* pelo *de*; e ainda, na seqüência, a menção do ato de heroísmo que Antônio João Ribeiro havia efetuado.

Na mesma obra, há ainda dois momentos que fazem referência ao episódio. Um deles é no capítulo específico sobre o Tenente Antônio João, onde, ilustrando com os dados biográficos do militar, o autor rende homenagem “em memória ao grande *herói de Dourados*” (SOUZA, 1960, p.87, grifo meu); informa também que não constam nas alterações da fé-de-ofício do militar “a exclusão por falecimento do herói, verificada no ano seguinte, *em Dourados*, [...]” (id., p.88, grifo meu). Na primeira citação, é evidente que o autor está afirmando que Antônio João deve ser considerado como herói da Colônia Militar *dos Dourados*, e na segunda, que o local de seu falecimento foi também a Colônia *dos Dourados*, mas da maneira como foram escritas, e já havendo na cidade de Dourados elementos ligando os dois universos, é de se supor que tenham contribuído para consolidar a identificação já existente entre a cidade de Dourados e o herói Antônio João.

Duas outras publicações bastante importantes que favoreceram a identificação entre Dourados e o herói Antônio João foram **História de Mato Grosso** (1969) de Virgílio Corrêa Filho e **História de Mato Grosso** (1970), de Rubens de Mendonça, ambas consideradas importantes obras historiográficas e com alta repercussão no estado.

Na primeira, num trecho em que Corrêa Filho foca o início do conflito platino, consta o seguinte: “na vanguarda, seguiu Urbietta, à frente de 220 cavalarianos, em rumo da *Colônia de Dourados*, cujo comandante assinalaria com o seu sacrifício a página mais heróica da resistência aos invasores” (CORRÊA FILHO, 1969, p.539, grifo meu). Neste caso, há novamente a escrita mudada. Embora o autor faça referência ao comandante responsável pela “página mais heróica da resistência”, não cita naquele trecho o nome do Tenente Antônio João, que é somente citado na nota final do capítulo, do seguinte modo:

Antônio João comandava a *Colônia de Dourados*, quando foi intimado a render-se por Urbietta. Só dispunha de 15 homens, com os quais resolveu sacrificar-se, depois de mandar que os colonos se retirassem (CORRÊA FILHO, 1969, p. 567, grifo meu).

Nestes dois trechos sobre a Colônia Militar que Virgílio Corrêa escreve, percebe-se que além da troca *dos/de*, o autor ainda suprimiu a denominação *militar* da Colônia dos Dourados, simplesmente chamando-a de *Colônia de Dourados*. O equívoco de interpretação pode ser gerado a partir da comparação da existência, já mencionada, das Colônias Agrícolas no município de Dourados, embora não tenham absoluta correlação com a Colônia Militar.

Ou seja, o autor, ao chamar a Colônia Militar simplesmente de *Colônia de Dourados* favorece uma interpretação equivocada para quem lê e interpreta esta informação, indevidamente ligando a *Colônia de Dourados* com as Colônias Agrícolas existentes no município de Dourados, naquele período.

A obra de Rubens de Mendonça, **História de Mato Grosso** (1970), tem apenas um pequeno trecho, onde nota-se a utilização da nomenclatura diferente da Colônia Militar dos Dourados. Apesar da pequena referência, escolhi colocá-la, pois esta obra de Rubens de Mendonça é significativa pela importância e pela repercussão que teve, já que foram publicadas outras quatro edições da obra. O autor, filho de Estevão de Mendonça, um dos fundadores do IHMT, escreveu diversas obras e é considerado um dos mais importantes intelectuais da historiografia mato-grossense. Na obra selecionada, mais uma vez no trecho em que há a citação sobre Colônia Militar dos Dourados, há novamente a forma de escrita incluindo a preposição única *de*: “A 29 do mesmo mês, é atacada a Colônia Militar *de* Dourados, situada na serra de Amambaí, onde seu Comandante Tenente Antônio João Ribeiro opõe tenaz resistência ao inimigo [...]” (MENDONÇA, 1970, p. 53, grifo meu).

Na mesma medida, outra obra, **Resenha Histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai** (1962), de Pedro Angelo da Rosa, também cometeu o mesmo procedimento. O autor, que pertenceu a uma família ligada aos meios militares - o avô foi o veterano da Guerra do Paraguai, capitão João Antonio da Trindade, e segundo o autor, lhe forneceu muitas informações sobre o episódio. Logo no começo da obra, o autor assim descreve o ataque paraguaio:

Ao irromper a guerra do Paraguai, em fins do ano de 1865, quando a província de Mato Grosso foi invadida pelo exército de Solano Lopez, existia em toda a faixa fronteira, que não tinha ainda sido demarcada, a *Colônia Militar de Dourados*, criada no Ministério Caxias, a 10 de maio de 1861, sediada nas cabeceiras do Rio Dourados, a 8 léguas de distância da atual cidade de Ponta Porã (ROSA, 1962, p. 8, grifo meu).

Apesar do pequeno trecho, considere necessário ressaltá-lo pelo fato dele ser bem específico sobre a localização exata da Colônia Militar. Mesmo assim, o autor acaba trocando a grafia da Colônia Militar dos Dourados. Como já foi colocado, essa característica da escrita foi comum, e será ainda perpetuada por diversas outras obras, inclusive de caráter acadêmico.

Ainda nesse processo pelo qual se consolidou a identificação entre a cidade de Dourados e o herói Antônio João, outro aspecto foi o reforço do culto ao herói por parte de autores e publicações especificamente vinculados à cidade.



Um exemplo da questão é o poema de Weimar Torres, *Balada a Dourados*, sem a data da autoria<sup>88</sup>, que dizia: “Teu solo ubérrimo/Fortificado pelo sangue/Da gesta de Antônio João” (*O Progresso*, de 20 dez. 1985). Weimar Torres, que faleceu em acidente aéreo em 1969, exercendo o cargo de deputado estadual, era figura de extrema proeminência em Dourados, onde havia fundado o jornal *O Progresso* e exerceu por muitos anos a advocacia. Foi eleito vereador, foi um dos fundadores do Rotary Clube e do Lions Clube de Dourados<sup>89</sup>. O poema afirma, sem rodeios, que a terra onde a cidade de Dourados se levantou foi local dos acontecimentos que vitimaram Antônio João e seus soldados.

Duas outras publicações bastante relevantes no município de Dourados foram o folheto: **Dourados, terra e gente: apologia a Dourados** (1967), lançado antes do livro **Dourados, terra e gente: esboço histórico de Dourados, MT** (197-), ambos de Armando da Silva Carmello. A diferença entre as duas obras é que o folheto possui algumas reflexões do autor que posteriormente não foram publicadas no livro, que é melhor organizado. Armando da Silva Carmello, como já foi comentado, foi também proprietário do primeiro órgão de imprensa de expressão de Dourados, *O Douradense*.

O folheto inicia com uma espécie de prefácio, intitulado *Com licença*, onde o autor explica o objetivo da obra, justificada pela crescente importância do município na região e, portanto, pela necessidade de estudos que rendessem elogios ao seu “passado glorioso”. Para o autor, “Não se trata, aqui, de história propriamente dita, senão de um bosquejo, de um trabalho que servirá futuramente, como subsídio dessa mesma história” (CARMELLO, 1967, n.p).

Desse modo, o autor assume que não tem nenhum compromisso com a história enquanto conhecimento científico, pautado em métodos e fontes; porém, não se furta em oferecer “matéria-prima” para ela, independente de obras futuras reproduzirem as divagações, como veremos a seguir, da obra de Carmello.

Outro argumento dado pelo autor para a necessidade de uma obra que enalteça os fatos decorrentes da colonização da região é sua importância gloriosa. Assim:

Sendo a região vasta, conhecida por todos os brasileiros pelo feito heróico de Antônio João, na resistência ao invasor, no início da Guerra do Paraguai, já possui ela algo de entusiástico, de animador e premissas tais que permite e faz jus a um conhecimento mais profundo com relação ao seu crescente povoamento e progresso (CARMELLO, 1967, n.p)

---

<sup>88</sup> Mas, certamente, do período em questão.

<sup>89</sup> Informações contidas no jornal *O Progresso*, 23 abr. 1999.

Para o autor, os acontecimentos do início da Guerra do Paraguai, em 1864, na Colônia Militar dos Dourados relacionam-se com o início do povoamento e confundem-se com a própria história do povoamento da região. Esse passado glorioso é motivo suficiente para orgulho e deve ser propagado em homenagem a todos os que faziam, para o autor naquele instante, o “crescente povoamento e progresso” da região.

Já o livro **Dourados, terra prometida: esboço histórico de Dourados, MT (197-)** é melhor estruturado e não contém o prefácio do folheto. A obra possui três partes, e a primeira parte é dividida em *cen*s, totalizando catorze, em pretendida ordem cronológica, iniciando em 1864, com a invasão paraguaia à Colônia dos Dourados, até 1950, com relatos atuais da época, sobre personalidades, como o italiano Francisco Torraca, a imigração japonesa e a fundação da primeira Loja Maçônica de Dourados.

Nas duas primeiras *cen*s, o autor narra uma conversação entre Antônio João e uma mulher, dando a entender que se trata de sua companheira. Ainda, são demonstradas a invasão paraguaia e a defesa da Colônia pelo Tenente Antônio João. Como já apontado, não há nenhuma preocupação com o rigor científico ou autenticidade da narrativa. O autor faz uma espécie de “ficção baseada em fatos reais”, pois se utiliza de personagens reais, como o Tenente Antônio João e seus soldados, com personagens e situações certamente ficcionais.

No início da *cena 1* há uma confusão de nomenclatura sobre o local de onde teria partido a ofensiva paraguaia na região; o autor escreve sobre um destacamento chamado São Félix de Dourados, confundindo-o com a Colônia Militar dos Dourados. É possível que o autor tenha se confundido com o destacamento de Porto dos Dourados<sup>90</sup>, na fronteira com a Bolívia, ou simplesmente tenha adotado outro nome para a Colônia Militar de modo a enriquecer o *enredo* que construiu.

Além da presença do Tenente Antônio João, soldados, colonos, há também a presença de uma mulher, companheira de Antônio João, chamada Brasilina, de origem paraguaia; há também uma suposta conversação travada entre Antônio João e o comandante paraguaio Resquin<sup>91</sup>. O estilo novelesco que o autor adota, embora não assumidamente, predomina ao observamos o *enredo* destas duas primeiras *cen*s. Há diversas divagações, diálogos imaginados, situações criadas possivelmente com o objetivo de dar ares novelescos ao

---

<sup>90</sup> Destacamento em que Antônio João esteve no comando, antes de assumir a Colônia Militar dos Dourados (cf. MELLO, 1969)

<sup>91</sup> O autor confunde Resquin com Urbieta, que foi o comandante do destacamento que atacou a Colônia dos Dourados (cf. MELLO, 1969).

episódio, e diversas informações que não refletem os acontecimentos, como, por exemplo, o número de envolvidos no confronto, o número de mortos, além de informações sem qualquer investigação, como a que informa que os *inimigos paraguaios* foram os responsáveis por propagar a existência do *bilhete* escrito pelo militar, com célebre frase “*Sei que morro [...]*”, ao entregá-lo às autoridades paraguaias. Escreve ainda sobre o enfrentamento das duas tropas, o modo como o Tenente Antônio João comandou seus soldados e o desfecho dramático da cena.

As duas fotografias escolhidas por Carmello para ilustrar estas duas primeiras *cenar* reforçam elementos do culto à figura do herói Antônio João. A primeira delas, cuja legenda diz apenas: “No alto da colina, projeta-se o monumento ao herói Ten. Antônio João”, porém sem informar localização; a foto parece ser do monumento existente no Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados, no município de Antônio João. Porém, não há indicação que confirme. A segunda, contendo a frase “*Sei que morro [...]*”, na placa, também não tem em sua legenda qualquer identificação. No canto inferior direito da placa, lêem-se os dizeres *Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro – 1938* que, pela data e localização é possível afirmar que tenha relação com o *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, na Praia Vermelha/RJ.

Vale lembrar que o livro foi escrito e publicado durante a ditadura militar. O autor então parece procurar reforçar elementos ufanistas, especialmente relacionados à figura de Antônio João e os acontecimentos do início da Guerra, na Colônia Militar dos Dourados. Somente aí segue para a *cena III*, do ano de 1896, onde narra a chegada na região de João Vicente Ferreira e sua esposa, Elizena Muzzi Ferreira, vindos do Triângulo Mineiro. E nas cenas seguintes, a chegada e estabelecimento de outras famílias, informações sobre o Patrimônio de Dourados e acontecimentos da região.

Como o livro é específico sobre Dourados, e seu autor uma figura conhecida na região, a ênfase dada para o episódio da Colônia Militar dos Dourados e para a figura de Antônio João e o modo como foram entrelaçados estes elementos com a chegada dos migrantes, certamente gerou uma proximidade e integração destes dois universos. A memória local reivindicava cada vez mais a figura do Tenente Antônio João para si, na medida em que reafirmava com mais convicção a relação entre estes dois universos.

A segunda parte do livro trouxe uma espécie de *Dicionário Tupi-Guarani*, de autoria de Arlindo Viana, e o objetivo desta publicação, segundo Carmello, era auxiliar os estudiosos

da língua na região. Provavelmente o autor considerou que um dicionário tupi-guarani facilitaria a comunicação entre a população da *cidade* e os grupos indígenas, especialmente o Guarani, existentes próximos a Dourados.

Na terceira parte da obra, *Dourados, subsídios para a sua história*, o autor trouxe para si a responsabilidade de escrever sobre a história de Dourados, estando, portanto, credenciado para fornecer *subsídios* para esta empreitada. Mais uma vez estão presentes os elementos necessários para *começar se contar a história* de Dourados; o ataque paraguaio, a defesa do militar Antônio João e a Colônia Militar dos Dourados como local destes acontecimentos. No trecho inicial:

*A palavra Dourados nos lembra a epopéia da Guerra do Paraguai* quando a Colônia Militar de Dourados que também se denominara Destacamento de São Félix de Dourados, criada em 10 de maio de 1861 sobressai como ponto estratégico para a defesa de nosso território e manutenção do nosso império sobre a rica região do extremo sul mato-grossense (CARMELLO, 197-, p. 35, grifo meu).

Novamente a ligação entre os acontecimentos de dezembro de 1864 na Colônia Militar dos Dourados; novamente o desfecho do combate entre tropas paraguaias e brasileiras e a morte heróica de Antônio João, para, na seqüência, dar lugar à chegada dos *pioneiros*.

O culto ao herói aparece ainda por ocasião da criação da primeira loja maçônica de Dourados, denominada *Loja Simbólica Antônio João, Oriente de Dourados*, fundada em sessão realizada no dia 18 de fevereiro de 1955. Nessa sessão, que contou com a presença de membros da Loja Simbólica Estrela do Sul n. 54, de Campo Grande, ocorreu a eleição da primeira diretoria (cf. CARMELLO, 197-, p. 30). Fazendo parte da primeira diretoria, destaco a presença de Armando da Silva Carmello, que acumulava os cargos de 1º Vigilante (vice-presidente) e Secretário. Carmello escreve que a idéia de fundar a Loja foi bem anterior. Assim narra:

Não escapou aos elementos antigos de Dourados, a idéia da fundação de uma Loja Maçônica, nos moldes das demais existentes em outras comunas brasileiras. [...] Assim é, que, lá pelos idos de 1948, o pequeno grupo constituído dos Irmãos: Vicente de Almeida (Chirú), Segismundo Galhardo, Abílio Ferreira, João Muzzi e Gaspar Martins de Alencastro, reuniu-se fraternalmente e prosperava a semente da fundação de uma Loja em Dourados (CARMELLO, 197-, p. 29-30).

Pode-se afirmar que a primeira diretoria era formada por pessoas influentes na sociedade douradense, se possível afirmar, de classes mais abastadas. É fundamental entender que relação isso possuía com o próprio nome escolhido para a Loja Simbólica. Na mesma obra, Carmello informa que a instituição passou a considerar a idéia de construir uma escola, que foi efetivada e mantida por uma sociedade denominada *Sociedade Benfícete e Cultural*

“*Antônio João*”. A escola, que funcionava ao lado do prédio da Loja, aceitava alunos de ambos os sexos os quais eram acompanhados pelos membros da diretoria da Loja, que zelavam por manter a “disciplina e estado de saúde dos alunos [exigindo] que se apresentem limpos somente, não se exigindo o calçado e uniforme, objetivando, assim, a sua Diretoria, que, ali, naquela Escola, seja difundida a instrução”. (CARMELLO, 197-, p. 31).

Há, no entanto, uma exceção nesse culto memorialista a Antônio João: a publicação da obra **Monografia do Município de Dourados** (1965), de Ercília de Oliveira Pompeu, considerada uma das mais conhecidas e requisitadas obras sobre Dourados. A autora é referência imediata quando se trata da história douradense. Pertencente a uma família tradicional da cidade, chegou a Dourados na década de 1920, portanto, foi considerada uma figura apta para escrever a história da cidade, visto ter sido uma “testemunha” dos principais acontecimentos do município. Escrita para concorrer em um concurso promovido pela Secretaria Municipal de Educação, a obra pautou-se principalmente na memória da autora, utilizando-se de suas lembranças para registrar o que considerava importante sobre a cidade, o que certamente privilegiou determinados segmentos da sociedade douradense. A obra tornou-se ponto de apoio para diversas outras obras posteriores sobre Dourados, adquirindo status de “verdade absoluta” (cf. BETONI, 2002, p. 30).

É necessário destacar que o viés da autora foi o de se utilizar da memória dos *pioneiros*, principalmente de migrantes mineiros, gaúchos e paulistas, para a escrita da obra. Dá pouquíssima atenção, por exemplo, à presença indígena no município. No entanto, no que tange à relação entre Dourados e os acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados, sua abordagem não se filia ao que até então tinha sido escrito abordando a cidade; a autora *foge à regra* ao não fazer alusão à Colônia Militar dos Dourados e nem à figura heróica de Antônio João. Ercília Pompeu, aliás, não faz nenhuma referência à Guerra do Paraguai. O que não a impede de “eleger” seus heróis; o pioneiro é visto como ocupante deste papel, “esse herói que enfrentando toda sorte de sacrifícios e provações, chegou trazendo consigo a semente do progresso” (POMPEU, 1965, p. 05).

Vale destacar que as obras de Carmello e Pompeu foram publicadas em datas relativamente próximas. A principal questão entre as duas obras é que em a **Monografia sobre o Município de Dourados** não houve qualquer referência à Guerra do Paraguai, o Tenente Antônio João e a Colônia Militar dos Dourados, já em **Dourados, terra prometida:**

**esboço histórico sobre Dourados, MT**, como vimos, essas referências estiveram presentes em várias partes do livro.

A identificação entre os acontecimentos da Guerra do Paraguai, a cidade de Dourados e o Tenente Antônio João chegou, enfim, às publicações oficiais e até mesmo à esfera legal, com a aprovação de leis municipais que sacramentaram a ligação entre os dois universos diferentes. O IBGE, por exemplo, publicou na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (1958), sobre o município de Dourados, as seguintes informações:

O fazendeiro Marcelino Pires, sentindo a pujança e a fertilidade daquelas terras, resolveu descortinar novos horizontes para a região, em 1910, reservando dentro de suas terras uma determinada área, doando-a ao então povoado, para fins de nela ser fundado um patrimônio, *escolhendo para isso o local onde tombou o tenente Antônio João Ribeiro, um dos bravos da guerra do Paraguai* (ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros apud BETONI, 2002, p. 95, grifo meu).

A afirmação do trecho publicado no final da década de 1950 é bastante contundente. Sem rodeios, afirma que as terras reservadas por Marcelino Pires para a criação do Patrimônio de Dourados tinham sido o lugar onde o Tenente Antônio João havia morrido.

Depois de constatar que na década de 1940 já havia em Dourados uma associação entre a cidade e o tenente poconeano, nota-se que somente a partir da década de 1970 é que surgiram as primeiras leis municipais com elementos que sacramentaram essa associação. A análise das Leis e Projetos de Lei é um instrumento poderoso para observar as relações entre decisões legislativas das câmaras municipais e o universo simbólico de um município. Isto porque elementos como a bandeira, o hino, o brasão não são criados ao acaso; possuem características específicas que garantem o estabelecimento de um vínculo ideológico perante a população, além de permitir a construção de um universo identitário a partir de sua observação e interação.

A primeira das leis municipais com essa identificação foi o Projeto de Lei 36/70, que depois de aprovado, transformou-se na lei n. 743, de 30 de dezembro de 1970, apresentado pelo vereador Walter Brandão da Silva. Figura conhecida da cidade, Walter Brandão da Silva foi por muitos anos presidente do Clube Social de Dourados, local das principais festas e solenidades da cidade. No Projeto analisado, apresenta-se a seguinte descrição: “Fica criado o Brasão e a Bandeira do Município de Dourados, de acordo com os croquis apresentados pelo Sr. Pedro Gomes do Nascimento, obcecando [sic] a discriminação de Simbolização anexa ao

Presente Projeto” (cf. o Processo de elaboração da Lei n.743/70) <sup>92</sup>. Infelizmente, tais croquis não se encontravam mais anexados ao Projeto de Lei, que apenas continha trâmites, como solicitação de urgência e parecer favorável da comissão de Justiça, Trabalho e Agricultura ao projeto. No entanto, durante minha pesquisa, o arquivo da Câmara Municipal localizou cópias desses croquis; é possível que se tratem das cópias dos croquis que deveriam estar anexados ao Projeto de Lei, pois possuem características como a discriminação da *bandeira* e a explicação de elementos do *brasão*.<sup>93</sup>

A *bandeira* foi confeccionada de modo bastante simples, nas cores azul, branco e amarelo, dando especial ênfase à data da emancipação política do município: 20 de dezembro de 1935. Já o *brasão* tem detalhes mais sofisticados, “está confeccionado nos moldes de melhor interpretação, na fácil confecção de clichês em cores e preto-branco, e a *fácil reprodução mesmo por alunos do primário* (cf. Memorial descritivo da proposta de brasão do município de Dourados, 1970). No *brasão*, novamente, está presente em destaque a data de emancipação municipal. A justificativa era de que a data deveria sobressair-se “para maior memorização dos alunos e do povo” (cf. Memorial descritivo, 1970). Nota-se que em dois elementos representativos do município há a presença marcante da data de emancipação política municipal, o que parece demonstrar a intensa necessidade de estabelecer uma *ligação com o passado*; (re) lembrar sempre de um passado que, como já vimos, pretende-se ligado às glórias e dificuldades vencidas.

Além da data, outros elementos também retomam a idéia de um passado glorioso que se fazia refletir no presente a idéia de *progresso*. É o que se procurou evidenciar através de “uma *chaminé* que simboliza o futuro e o progresso de Dourados” (cf. Memorial descritivo, 1970, grifo no original). Também o *livro* existente no brasão tenta estabelecer essa ligação entre passado e presente, pois “simboliza o registro dos grandes feitos históricos, *como o herói Antonio João Ribeiro*, o colono e demais imigrantes, suas páginas brancas dizem da pureza, cultura e dignidade do povo douradense” (cf. Memorial descritivo, 1970, grifo meu)

---

<sup>92</sup> Processos encontrados no arquivo da Câmara Municipal de Dourados.

<sup>93</sup> Tais croquis, embora não constem no respectivo processo, parecem claramente serem os que deveriam fazer parte do Projeto de Lei que visava instituir o brasão do município. Foram localizados e fornecidos pela funcionária responsável pelo arquivo da Câmara Municipal de Dourados, o que dá a entender que foram retirados do processo original para serem mais facilmente utilizados, por exemplo, na elaboração de cópias do brasão. Portanto, é possível supor que em algum momento eles foram retirados do Processo, e restaram somente as cópias, mas não mais anexadas ao Processo de elaboração da Lei n. 743/70. Gressler e Swensson (1988, p. 121-123) utilizaram este mesmo material como sendo os croquis originais, reproduzindo-os fielmente em sua obra.

<sup>94</sup>. A figura heróica de Antônio João foi utilizada como um modelo, que unido à figura do *colono* e *imigrantes*, honraria a representação do perfil de homens bravos e honrados que colonizaram o município.

Mas o que realmente chama a atenção é a existência de uma faixa abaixo do desenho do *brasão*, com o dístico: *Terra de Antônio João*. A afirmação é significativa, pois não deixa margem para dúvidas; Dourados é a *terra* de Antônio João. No parágrafo que explica a faixa, temos o argumento de que se trata de uma “homenagem ao defensor *deste solo*” (cf. Memorial descritivo, 1970, grifo meu). Já nesse momento era suficientemente popularizada a idéia de que o Tenente Antônio João era uma figura presente e pertencente à realidade douradense.

**Figura 1:** *Brasão do Município de Dourados*



Fonte: Câmara Municipal de Dourados – maio 2009

Para finalizar, o *hino* foi aprovado pela lei n. 857, de 21 de dezembro de 1973. A letra, feita por Armando da Silva Carmello, tem trechos que evocam o passado glorioso e digno de ser lembrado. O autor, como já mencionado, pertenceu a uma parcela da sociedade douradense que procurava enaltecer determinados valores ligados a fatos históricos

---

<sup>94</sup> Este memorial descritivo está disponível no arquivo da Câmara Municipal de Dourados.



proeminentes. No *hino*, um exemplo nas passagens em que a letra se refere ao município de Dourados: “*Seu passado vai longe com glória/ Da esperança foi sempre uma flor,/ O seu nome desponta na história/ Com beleza, com paz e amor!*” (HINO, 1973, grifo meu).

### **3.5 FINAL DO SÉCULO XX: CONSOLIDAÇÃO E IMEDIATA ASSOCIAÇÃO DE ANTÔNIO JOÃO COMO HERÓI REPRESENTANTE DE DOURADOS**

Este período fica marcado pela definitiva consolidação da identificação da cidade de Dourados com a figura heróica de Antônio João, tanto em meios oficiais - que veremos através da publicação de mais leis municipais - quanto no plano historiográfico - com a continuação das publicações de obras específicas sobre a cidade, que de alguma maneira interligaram o herói e a Colônia Militar dos Dourados e o município de Dourados.

Na década de 1980, precisamente no ano de 1985, quando o município de Dourados completou o cinquentenário da emancipação política, foi elaborada a lei mais recente envolvendo elementos identitários do município com a presença da figura heróica de Antônio João. Trata-se da Lei n. 1369, de 11 de dezembro de 1985, Projeto de Lei 25/85, também de autoria de Walter Brandão da Silva, que criou “no Município de Dourados, MS, a Medalha Herói Nacional Antonio João Ribeiro” (cf. processo de elaboração da lei n. 1369/85). A honraria deveria ser autorizada pelos poderes Legislativo e Executivo de Dourados, e se pretendia torná-la máxima honraria do município. Foi intitulada Medalha Herói Nacional Antônio João; a ênfase por se tratar de um *herói nacional*, com certeza, dá uma maior importância e visibilidade à honraria. No artigo 3º do Projeto aparece:

Serão agraciados com a referida honraria as autoridades, civis, militares ou personalidades que comprovadamente tenham prestados [sic] relevantes serviços ao Poder Legislativo e ao Município de Dourados.

E no artigo 4º:

A critério do Presidente do Legislativo e do Prefeito Municipal, além das autoridades constantes do art. 3º da presente Lei, ainda poderão ser agraciados com a medalha Herói Nacional Antonio João Ribeiro, os visitantes ilustres (cf. processo de elaboração da lei n. 1369/85).

Na seqüência do projeto aparecem dois pareceres favoráveis. O primeiro, da comissão de Justiça, Leg.[sic] e Redação, de 06 de agosto de 1985, e o segundo, da comissão de Educação e Cultura, de 21 de agosto de 1985. O único parecer desfavorável à criação da

*medalha* é de Sergio Adilson de Cicco, consultor jurídico, de 11 de setembro de 1985, por considerar o projeto contrário ao Regimento da Câmara. Sob estas condições – dois pareceres favoráveis e um contrário - há os pareceres dos dois relatores do Projeto: vereadores José Braga e Erivaldo Mendonça dos Santos. Ambos assinam como favoráveis ao Projeto de Lei, já que ele “contem matéria de grande importância, para podermos homenagearmos [sic] cidadãos que comprovadamente prestaram relevantes serviços à comunidade” (cf. o processo da lei 1369/85) e por ser “legal e constitucional, por isso que nada impede que possa ser aprovado por este Plenário” (cf. o processo da lei 1369/85).

Finalizando o processo, há o decreto de 16 de dezembro de 1985, do Prefeito Municipal de Dourados, Luis Antonio Alvares Gonçalves, regulamentando a *Medalha do Cinquentenário de Dourados – Tenente Antônio João Ribeiro* (cf. o processo da lei 1369/85). Aqui, pela primeira vez, faz-se menção que a *medalha* criada pela lei n. 1369 seria utilizada como elemento das comemorações do cinquentenário da criação do município de Dourados; a *medalha* destina-se a “galardoar *Pioneiros* que tenham prestados [sic] relevantes serviços ao município de Dourados” (cf. o processo da lei 1369/85., grifos no original).

No decreto há a descrição de como deveria ser confeccionada a *medalha*. Deveria ter no anverso em relevo a efígie de Antônio João, com a inscrição *Medalha do Cinquentenário de Dourados – Tenente Antônio João Ribeiro*. No reverso, o brasão do município com a inscrição *Prefeitura Municipal de Dourados – 1935 – 1985*. Anexada ao Projeto de Lei, há a cópia de uma conhecida palestra do Tenente Coronel Nelson Mesquita<sup>95</sup>, sobre o Tenente Antônio João. É possível supor que tal palestra foi anexada ao Projeto para lhe dar ainda mais prestígio, como modo de enfatizar a escolha acertada pela homenagem douradense chamar-se *Medalha Nacional Antônio João*.

O que parece ter acontecido neste caso foi uma aproximação de interesses na criação da *medalha* e nas homenagens que estavam sendo prestadas na ocasião, pelo cinquentenário da emancipação política do município. Prestou-se justamente para homenagear as figuras consideradas “personagens principais” da *história* douradense: os *pioneiros*. Unidos na mesma homenagem estava, portanto, Antônio João e os *pioneiros*; o primeiro homenageado na *medalha*, e os segundos, homenageados com o recebimento da *medalha*.

---

<sup>95</sup> Este texto foi publicado pela 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Dourados, na ocasião das comemorações pela inauguração do monumento de Antônio João no PHCMD, no município de Antônio João.

Todos os elementos simbólicos representativos de Dourados - a *bandeira*, o *hino*, o *brasão* e, por fim, a *medalha* - tiveram sua aprovação no mês de dezembro, próximo ao recesso de final de ano; isso se deve, muito provavelmente, à proximidade da data comemorativa de emancipação política do município – o *aniversário do município* - e as festividades que envolveram o período.

A repercussão da criação da *medalha* ficou bem marcada nas comemorações do cinquentenário da criação do município de Dourados. Em edição comemorativa, o jornal *O Progresso* trouxe várias reportagens e homenagens, com alguns elementos interessantes para análise. A reportagem *Mais de 150 pioneiros serão homenageados pela prefeitura* é uma delas. Nela, encontra-se a informação de que:

O prefeito Luiz Antônio entregará hoje a mais de 150 autênticos “pioneiros” a Medalha do Mérito “Antônio João Ribeiro”, a primeira condecoração criada no Município com a finalidade de homenagear a homens e mulheres que, com seu trabalho e seu amor à terra douradense, ajudaram a consolidar esta que hoje é uma das mais importantes cidades sulmatogrossenses (*O Progresso*, 20 dez 1985).

A reportagem destaca a importância que o executivo municipal viu na ocasião das comemorações do cinquentenário do município e, juntamente com o legislativo, através do projeto do vereador Walter Brandão, já mencionado, como sinal de retribuição aos serviços prestados por aquelas personalidades para o município de Dourados. A explicação do nome da *medalha* visa explicitar a importância da honraria quando se explica o significado do nome:

[...] que se refere ao militar matogrossense, que em 1864, durante a Guerra do Paraguai, preferiu combater e ser morto com seu reduzido grupo de 15 homens a entregar o território da Colônia Militar de [sic] Dourados, que estava sob sua guarda, aos invasores paraguaios, tornando-se desse modo um herói da nacionalidade (*O Progresso*, 20 dez 1985).

Outra manifestação que envolveu o Tenente Antônio João e o cinquentenário de Dourados foi a letra da música de uma Escola de Samba do município:

Eu parei e pensei no cinquentenário de Dourados  
E no carnaval/ Para homenagear  
Esse herói nacional  
Antonio João  
[...]  
Ele foi herói  
Sempre será (bis)  
Ele morreu mas na história vai ficar  
Antonio João (*O Progresso*, 20 dez 1985)

Ainda na mesma edição do jornal, um extenso texto, escrito de uma forma bem peculiar, parecendo ser uma entrevista transcrita - embora não haja essa informação - é do

Coronel José Alves Marcondes. O Coronel Marcondes, como era conhecido, era também uma figura muito conhecida na região. Filho de Chico Alves, um dos “coronéis” mais proeminentes da região, José Alves Marcondes foi promotor em Ponta Porã antes de entrar para a vida militar. Foi combatente na 2ª Guerra Mundial e ao retornar exerceu forte influência política no eixo Rio de Janeiro-Mato Grosso (cf. LUCIANO, 2005)<sup>96</sup>. No texto publicado no jornal *O Progresso*, intitulado *Homenageando Dourados, sua história, sua vida*, ressalta que ao ser chamado para participar das comemorações do cinquentenário de Dourados relembrou muitas histórias e acontecimentos interessantes:

Ao conhecer Dourados tive a impressão da continuação da missão de Antônio João na [sic] cabeceiras do grande e histórico rio, ‘sei que morro’... ali foi fechada a ampola da radioatividade que foi irradiar a região num sentimento de Pátria, abnegação e coragem sobre tudo, disse que parecia uma sentinela avançada e modesta Vila de Dourados, quando a conheci [...] (*O Progresso*, 20 dez 1985).

Finalmente, no período aqui abordado, a identificação entre a cidade de Dourados e a figura heróica de Antonio João foi reforçada, em maior ou menor grau, por meio de duas obras de grande repercussão local: **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados** (1988), de Lori Alice Gressler e Lauro Joppert Swensson e **História, fatos e coisas douradenses** (1995), de João Augusto Capilé Jr, Júlio Capilé e Maria de Lourdes da Cruz e Souza.

Os autores da obra **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados** (1988) são pertencentes ao universo acadêmico: Gressler possui mestrado e doutorado na área de Educação, e foi professora titular da UFMS, campus Dourados (atual UFGD)<sup>97</sup>; Swensson é mestre em Geografia e também foi professor titular da UFMS e no Centro Universitário da Grande Dourados (cf. VIEIRA, 2008, p. 62) Além disso, ambos ocuparam também espaços no cenário político local; a primeira como vereadora, vice-prefeita e secretária da Educação e o segundo também como secretário da Educação.

Gressler e Swensson buscaram organizar documentos e informações sobre o povoamento e colonização do estado de Mato Grosso do Sul, dando especial ênfase ao município de Dourados. Utilizaram para a tarefa, além de documentos oficiais, fontes como atas, relatórios, cartas, textos de jornais e depoimentos. Sem dúvida, um livro de fôlego e importância sobre a história de Dourados.

---

<sup>96</sup> O autor, gentilmente, franqueou o acesso a obra.

<sup>97</sup> Informações contidas no currículo Lattes da autora.

O foco da minha análise é a primeira parte do livro, especialmente onde são trabalhados os *Antecedentes históricos do povoamento e da colonização do município de Dourados* (GRESSLER e SWENSSON, 1988, p. 39). Os autores iniciam o trecho fornecendo dados sobre a Colônia Militar dos Dourados, tais como: sua criação, localização e características, baseando-se nas afirmações da obra *Antônio João*, de Benício da Silva (1938). Gressler e Swensson referem-se à Colônia Militar com a grafia correta, e em nota de rodapé, os autores esclarecem que “muitos historiadores denominam a Colônia Militar *dos* Dourados de Colônia Militar *de* Dourados” (GRESSLER e SWENSSON, 1988, p. 39). Embora apontem o fato de haver uma escrita diferente da correta, os autores não discutem o motivo desta diferença na escrita.

Na seqüência os autores dão os dados biográficos principais de Antônio João, “herói de Dourados” (id., p. 45) como local de nascimento, filiação, trajetória militar e, ainda, informações como esta: “além de sua capacidade de comandar, ficou claro o seu patriotismo quando ofertou parte de seus vencimentos, colaborando nas despesas com a guerra que se avizinhava” (id.). Não há referência de onde os autores retiraram tais informações.

E para finalizar o levantamento, extraíram o trecho da obra de Taunay, *Histórias Brasileiras*, publicado na obra de Benício da Silva. Para lembrar, esta é a passagem da obra de Taunay, escrita com o pseudônimo de Sylvio Dinarte, que é considerada o primeiro registro escrito sobre a existência do *bilhete* contendo a famosa *frase* que sempre acompanha as homenagens ao militar.

Como já comentado, os autores colocaram todas estas informações sobre a Colônia Militar dos Dourados e sobre o Tenente Antônio João Ribeiro em um capítulo cujo propósito era fornecer os “antecedentes históricos do povoamento e da colonização” de Dourados, baseando-se nos autores já mencionados. Porém, não chegam a discutir, corroborar ou contestar estas informações.

A obra, pela rica quantidade de documentação que reúne, tornou-se uma referência bastante consultada, inclusive fazendo parte de bibliografias para concursos públicos e nos planejamentos escolares do município (BETONI, 2002, p. 45). No entanto, é uma obra ligada ao universo acadêmico que reafirma a ligação entre a Colônia Militar dos Dourados e a figura do herói Antônio João e a formação histórica do município de Dourados, na medida em que reserva várias páginas pra tratar de tais assuntos.

Em 1995 foi publicada a obra **História, fatos e coisas douradenses (1995)**, de João Augusto Capilé Jr, Júlio Capilé e Maria de Lourdes da Cruz e Souza, com bastante repercussão no município. Apesar de recente, os autores e a obra assumem um perfil essencialmente memorialista. Trata-se de um livro bastante extenso, onde os autores propõem levantar os principais acontecimentos e fatos expressivos de Dourados, desde o início do século XX até a publicação da obra. Lançam mão de depoimentos de *pioneiros*, de documentos oficiais, trechos publicados no jornal *O Progresso*, e de suas próprias lembranças pessoais. João Augusto Capilé Júnior, figura conhecida, como já foi comentado outras vezes no capítulo. Júlio Capilé, formado em medicina, foi funcionário do Palácio do Catete, transferido do Rio de Janeiro para Brasília na inauguração da nova capital brasileira, e ali fixou moradia. E, por fim, Maria de Lourdes da Cruz e Souza, esposa de Horácio Cerzósimo de Souza, deputado estadual em duas ocasiões. Como se percebe, os três autores eram figuras de reconhecido status social, portanto, “tarimbadas” para serem porta-vozes da história local.

Já nas primeiras páginas do livro encontramos o seguinte trecho:

*A mais bela página da história de Dourados, foi escrita em meados do século passado, pelo valente Antônio João Ribeiro, brioso tenente da arma de cavalaria, filho da cidade de Poconé, que, com o seu sangue, marcou indelével a epopéia cultuada por todo o Brasil, na memorável tentativa de barrar, pelas armas, a invasão do solo pátrio pelas tropas paraguaias, comandadas por Hurbietta [sic], em dezembro de 1864. A região tornou-se lendária, de sorte que um dos primeiros povoados, erguido no mesmo vale, embora mais ao nascente uma centena de quilômetros, não encontrou título mais nobilitante que o do reduto imortalizado pelo tenente poconeano. (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ E SOUZA, 1995, p. 09, grifos meus).*

Os autores descreveram os acontecimentos de dezembro de 1864 como a “mais bela página da história de Dourados”. Trata-se de uma citação que não *sugere* uma ligação, e sim *afirma* claramente a ligação entre a cidade de Dourados e Antônio João. Uma ligação/relação que ao longo do século XX construiu-se como verdade indiscutível.

Por fim, comento outra obra do universo acadêmico **Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos** (2005), de Lori Gressler e Luiza Vasconcelos. Lançado recentemente, a proposta do livro foi debater aspectos históricos e geográficos do estado de Mato Grosso do Sul, e as autoras, apesar de informarem, por exemplo, que a Colônia Militar dos Dourados fica no município de Antônio João, não discutem mais a fundo a confusão instalada entre a Colônia e o município de Dourados. No capítulo em que as autoras tratam sobre a Guerra do Paraguai e a luta pela divisão do estado, há o seguinte trecho: “Lopez mobilizou duas fortes colunas, uma por via terrestre e outra por via fluvial. Ainda em dezembro de 1864, o capitão paraguaio Martín Urbietta atacou a *Colônia Militar do Dourados*

(localizada no atual município de Antonio João)” (GRESSLER e VASCONCELOS, 2005, p. 50, grifo meu). E ainda destaca os principais confrontos registrados no território sul-mato-grossense: “Tomada da *Colônia do Dourados*, também em dezembro de 1864” (id.,p. 56). Neste caso, percebe-se que as autoras não utilizaram a preposição *de*, e sim a preposição mais o artigo definido – *do*. Embora ainda não utilizem a grafia original da Colônia Militar, as autoras já operam uma mudança, não usando a preposição *de* Dourados e informando a localização atual da Colônia Militar dos Dourados – o município de Antônio João/MS.

E encerrando estas reflexões, chamo atenção novamente para o hino de Mato Grosso, que foi utilizado no começo do capítulo como um dos primeiros registros escritos que puderam dar margem para uma interpretação que permitia a incorporação do herói Antônio João à cidade de Dourados. É também com o hino que fecho esta discussão. A canção composta por D. Aquino, chamada *A canção mato-grossense*, foi oficializada como hino de Mato Grosso apenas na década de 1980, pelo decreto n. 208, de 5 de setembro de 1983, após a divisão político-administrativa de Mato Grosso. A confusão prossegue, de tal modo que atualmente, por exemplo, na página oficial da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso consta o seguinte sobre o hino:

A grande extensão territorial do Estado no início de sua formação, abrangendo os municípios de Ponta Porã e Guaporé, hoje respectivamente anexados ao Mato Grosso do Sul e Rondônia, *justifica a referência das cidades de Corumbá e Dourados na letra do hino mato-grossense* (cf. site da Secretaria de Educação de Mato Grosso, 2009).

Como se sabe, *Dourados* existente no hino não é a cidade de Dourados, e sim referência à Colônia Militar dos Dourados. Tal confusão ocorre na atualidade, depois da divisão política do estado de Mato Grosso. É de se imaginar que no período anterior à divisão, a percepção de que os *heróis* da letra estavam ligados ao município de Dourados era ainda mais latente.

### **3.6 MONUMENTOS A ANTÔNIO JOÃO NA REGIÃO SUL DO ANTIGO MATO GROSSO, ATUAL MATO GROSSO DO SUL**

Na obra de Cordolino de Azevedo, *Mato Grosso no Bronze da História* observou-se todos os esforços empreendidos para a construção do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*. Localizado na Praia Vermelha/RJ, o *Monumento* reflete os desdobramentos que

envolveram a idéia da construção e o engajamento de setores militares. O desfecho da obra é interessante para entender o grande impulso que a figura do Tenente Antônio João recebeu para a consolidação do mito de herói. A obra foi iniciada em 1920 e concluída apenas em 1938, dezoito anos depois. Foi, portanto, um espaço de tempo relativamente longo, onde a construção do *Monumento* permaneceu em voga, especialmente entre os oficiais da Escola Militar de Realengo.

Além disso, o *Monumento* homenageava dois episódios distintos da Guerra do Paraguai: a Retirada da Laguna e o ataque à Colônia Militar dos Dourados. Porém, o primeiro era um episódio mais conhecido dentro do Exército e na sociedade em geral, principalmente por causa da publicação de Taunay; já o segundo tratava-se de um acontecimento praticamente desconhecido, e o *Monumento* deu notoriedade e ajudou na popularização do episódio de 29 de dezembro de 1864.

Outro aspecto do *Monumento* bastante relevante é o fato de ser a primeira representação imagética significativa de Antônio João, e serviu como base para todas as reproduções do Tenente posteriores. A escultura em bronze imaginada pelo escultor Antonino Pinto de Mattos – braços abertos, pernas cambaleantes, rosto em expressão de dor, segundos antes de cair ao chão após ser alvejado – tornou-se o ícone, pois difundiu o mito do herói Antônio João no momento da sua morte. Por isso, é possível considerar que, além do *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados* ter sido fundamental para a popularização da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro, serviu de base para todos os monumentos em homenagem ao herói subseqüentes.

Existem, por exemplo, pelo menos cinco *monumentos* “de pedra e cal” significativos envolvendo a figura de Antônio João atualmente em Mato Grosso do Sul: três em Dourados (um na praça que leva o nome do militar e outro na Praça Antonio Alves Duarte, ambos no centro da cidade, e o terceiro em propriedade do Exército<sup>98</sup>) e dois no município de Antônio João (um no *Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados* e o outro na rotatória que dá acesso à cidade). Todos seguem o mesmo modelo da imagem do *Monumento* da Praia Vermelha.

Estes *monumentos* construídos podem ser considerados “lugares de memória”; espaços, materiais ou imateriais, nos quais se estabelecem as memórias de uma nação, tal como definiu Pierre Nora (1993). São lugares como:

---

<sup>98</sup> 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada “Brigada Guaicurus”.



Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer os indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12)

Diversos elementos podem se tornar *lugares de memória*; Nora coloca que eles funcionam como se fossem “espelhos”, onde um povo ou grupo social se identifica e se coloca como pertencente. São locais detentores de imagens, sensações, sinais, vivências, capazes de evocar o passado e garantir sua continuidade no presente. Porém, estes *lugares de memória* podem ser construídos com uma intencionalidade que não reflete a interpretação que a população em geral dá a eles. Um *monumento* em um determinado momento histórico que é idealizado e construído torna-se um símbolo importante para a sociedade, ou pelo menos, para uma parcela dela; porém, em outro momento histórico este significado pode deixar de existir ou mudar. Embora revestidos de formalidade, carregados de simbolismos patrióticos e cercados de uma atmosfera heróica no momento em que foram erigidos, pode-se dizer que a população pode os desconhecer ou (re) significá-los totalmente.

Monumentos públicos são importantes referências na construção de uma paisagem pública. [...] Eles ajudam a estabelecer conexões temporais com outras épocas, com outros personagens. [...] Servem ainda para comemorar e marcar um ato de lembrança. Ajuda-nos a decifrar a vontade de lembrança de uma determinada época empenhada em construir monumentos para a lembrança de eventos passados. Dessa forma, os monumentos são irremediavelmente inscritos na memória social de uma cidade (GUIMARÃES, 2008, np).

Os *monumentos* remontam desde a Antiguidade, mas é no século XIX, principalmente, com o fortalecimento do nacionalismo e a formação de identidades nacionais, que se transformam e adquirem o significado que hoje lhes é dado. Através do nacionalismo, países buscaram registrar e re-inventar suas tradições, principalmente militares, de modo a perpetuar para as gerações futuras as glórias do passado, através de pessoas ilustres, como mártires ou heróis. Este tipo de uso Le Goff dá para o conceito de memória e monumento:

Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta huius ordinis* [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1992, p. 535).

É justamente no ato da morte que Antônio João encontra-se sempre representado, como já mencionado, nas réplicas da escultura feita por Antonino Pinto de Mattos.

Como comentado, dois *monumentos* estão presentes na cidade de Dourados. Um deles encontra-se na praça central da cidade, denominada Praça Antônio João. Não há informações de quando foi inaugurado, porém, é possível determinar que tenha sido posterior ao ano de 1948, dado o artigo de 11 de maio de 1948 do jornal *O Douradense*. Intitulado *Um monumento a Antônio João*, o artigo solicitava às autoridades locais a construção de um monumento homenageando o militar, como já comentado neste capítulo. Segundo Squinelo (2006), a estátua em homenagem a Antônio João foi reinaugurada em 20 de dezembro de 1966<sup>99</sup>.

**Fotografia 7:** *Monumento em homenagem a Antônio João Ribeiro. Praça Antônio João. Dourados/MS*



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto de Michel Adamo – 2008)

---

<sup>99</sup> Atualmente, a Praça Antônio João passa por uma reforma, e não é possível ainda afirmar como ficará a situação da estátua de Antônio João ali presente.

Ainda em Dourados, na Praça Antônio Alves Duarte, há outro *monumento* que contém a figura de Antônio João. Este, porém, é recente, mas foi construído cercado por questionamentos e ainda hoje permanece inacabado. Trata-se de um monumento comemorativo da Guerra do Paraguai, e é claramente inspirado no *Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados*, no Rio de Janeiro. Nele há estátuas de Antônio João e do Coronel Camisão, e também, tal qual o monumento carioca, as esculturas representando a pátria, a história e a espada. Não possui data, placa ou identificação e encontra-se, atualmente, abandonado. Várias interpretações e versões surgiram para explicar o abandono do *monumento*. Squinelo (2006), por exemplo, questiona a construção de um *monumento* da Guerra do Paraguai em uma praça denominada Antônio Alves Duarte, que foi “médico fundador e diretor do Hospital Evangélico do município, como também vereador, vice-prefeito, deputado estadual e secretário de saúde do estado” (2006, p. 137). A mesma autora procurou a Prefeitura do município, mas não encontrou nenhum projeto ou responsável que pudesse responder às questões. Já Antunes (2007) conjectura que “tal construção, datada da década de 1980, encontra-se inacabada em virtude da ação de vereadores locais, sob o argumento de que o monumento constituía-se em uma afronta a comunidade paraguaia no município” (ANTUNES, 2007, p. 71).

**Fotografia 8** – *Monumento inacabado localizado na Praça Antônio Alves Duarte. Dourados/MS.*



Fonte: Acervo pessoal da autora (foto de Ana Paula Squinelo – 2001)

No município de Antônio João, cidade que leva o nome do herói e onde está localizado atualmente o PHCMD, lugar dos acontecimentos de dezembro de 1864, dois outros *monumentos* fazem referência direta ao herói. Um deles está localizado no canteiro da rotatória que dá acesso à cidade. É uma estátua de grande porte, que, sem dúvida, chama a atenção de quem passa pelo local.

**Fotografia 9** – *Monumento em homenagem a Antônio João Ribeiro. Antônio João/MS*



Fonte: Arquivo pessoal da autora (Foto de Michel Adamo – 2007).

No PHCMD, também no município de Antônio João, se encontra uma estátua de Antônio João, nos moldes já descritos. Além da estátua, várias outras homenagens são encontradas no PHCMD, entre elas um cruzeiro – inaugurado por Valentim da Silva em 1929 e diversas vezes reformado – e um *monumento* construído no local onde acredita-se o Tenente foi atingido. O PHCMD tem um total de 103 hectares e é aberto para visitação. No Museu –

antiga casa da viúva Gomes – está dividido nas salas Tenente Antônio João, Coronel Cancelo, Tenente-Coronel Pedro Rufino e Coronel Marcondes<sup>100</sup>.

**Fotografia 10:** *Monumento em homenagem a Antônio João* – Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados. Antônio João/MS.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto de Michel Adamo - 2007).

Squineo (2006) elaborou uma classificação ao analisar monumentos e obeliscos comemorativos referentes à Guerra do Paraguai em municípios de Mato Grosso do Sul. Baseando-se em Prost, utilizou a definição de monumentos: a) cívico; b) cívico funerário e c) funerário patriótico, sendo que:

Os *monumentos cívicos* caracterizam-se pela sua simplicidade, pela lembrança que trazem de determinado acontecimento e por serem laicos, é o caso, por exemplo, do monumento de Coxim e Miranda; os *monumentos cívico funerários* relembram a abnegação, seguida do sacrifício e da morte, estão localizados, sobretudo nos cemitérios e igrejas, relembram o “sacrifício dos mortos”, cito como exemplo os monumentos de Jardim e Bela Vista; os *monumentos funerários patrióticos* relembram e glorificam principalmente o sacrifício pessoal em favor da pátria. (SQUINELO, 2006, p.147, grifo no original).

---

<sup>100</sup> Cf. visita feita pessoalmente ao local.

Na definição utilizada, é possível considerar que os monumentos que representam Antônio João podem ser considerados na categoria de monumentos *funerários patrióticos*, pois remontam a abnegação e o sacrifício pessoal do Tenente, que é sempre representado no momento que cai, morto pelas tropas paraguaias.

Os espaços urbanos que remetem à Guerra do Paraguai também foram estudados por Squinelo (2006). Pelo levantamento da autora, os nomes de Antônio João, Guia Lopes e Alfredo d'Escagnolle Taunay foram as personalidades da Guerra mais homenageadas em nomes de ruas/avenidas em Mato Grosso no Sul. O Tenente Antônio João está presente como nome de rua/avenida nas cidades sul-mato-grossenses de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Jardim e Ponta Porã. Além disso, vale lembrar que o militar ainda deu nome a um município, como já comentado, ao qual hoje pertence o PHCMD; homenagem, sem dúvida, que alcançou o mérito de estender ainda mais a popularização da figura heróica do Tenente Antônio João Ribeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação das figuras heróicas dentro do Exército - principalmente as que estiveram envolvidas nos campos de batalha da Guerra do Paraguai - fez parte de um longo processo de profissionalização do Exército, intensificado nas primeiras décadas do século XX. Era preciso, de certa maneira, formar as novas gerações de oficiais da instituição tendo como referências figuras que fossem exemplo de valores tidos essenciais para o Exército, como abnegação, coragem, mas, principalmente, respeito à hierarquia. Nestas condições, um acontecimento da Guerra do Paraguai, esquecido dentro do Exército por quase meio século, encontrou condições ideais para ser lembrado e tornar-se um episódio bastante conhecido. Trata-se do ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados, em 29 de dezembro de 1864, cujo comandante Tenente Antônio João Ribeiro, e mais dois soldados, foram mortos.

As circunstâncias do ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados eram tão obscuras e desconhecidas que permitiram construir sobre o episódio interpretações onde o real “mistura-se” ao inventado. A existência de uma colônia militar na fronteira com o Paraguai, em território litigioso; a pouca estrutura de defesa, o ataque da tropa paraguaia em imensa superioridade e, principalmente, a morte do comandante Antônio João já podiam ser ingredientes suficientes para a construção do mito. Porém, somou-se também o desconhecimento do que, de fato, teria acontecido no local - pela ausência de documentação, relatos ou qualquer outro elemento que auxiliasse no entendimento - e tem-se a condição ideal para se criar em torno do acontecimento enredos onde se podia dar vazão à imaginação. Em outras palavras, tinha-se a oportunidade de *colorir com tintas mais fortes*; transformar um acontecimento real em algo que de tão fantástico, tão extraordinário, despertasse em quem tomasse conhecimento um profundo e inquestionável sentimento de respeito e admiração. Não é difícil imaginar como um cenário assim impressionou quem tomava conhecimento - tanto em Mato Grosso quanto na capital, principalmente - dos acontecimentos da Colônia Militar dos Dourados e da figura do Tenente Antônio João, no sul do antigo Mato Grosso.



Ainda, além do vulto que Antônio João tomava dentro do Exército, a popularização da figura heróica do militar contou também com outra contribuição importante: as ações que envolveram a construção de uma identidade mato-grossense, nas primeiras décadas do século XX, engendrada pelas elites cuiabanas, principalmente, ansiosas por afastar determinados *estigmas* que o estado carregava no restante do país. Como não aproveitar a figura de Antônio João, morto em combate no longínquo sul do estado, que passou a ser reverenciado, principalmente nos círculos militares, na capital do país? Era uma excelente oportunidade para ressaltar determinados valores estimados pela intelectualidade cuiabana, principalmente o papel de *defensor das fronteiras* do país, que agora podia ser bem apresentado – e representado – pelo exemplo do Tenente Antônio João Ribeiro.

Além disso, outros elementos foram incorporados e ajudaram a construir a figura heróica de Antônio João. Taunay foi, sem dúvida, um dos responsáveis por isso, mesmo que indiretamente, por ter publicado um trecho, em uma de suas obras, fazendo referência ao Tenente Antônio João e o episódio do ataque paraguaio à Colônia dos Dourados. No trecho, um *bilhete* e a *frase* “Sei que morro, mas o meu sangue e de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão de minha pátria”. A divulgação e popularização da existência deste *bilhete* e *frase* carregaram ainda mais de simbolismos o imaginário em torno de sua figura e dos acontecimentos na Colônia. A reprodução da existência deste *bilhete* e da *frase* serviu, ao longo do século XX, como forte alicerce para manter a figura de Antônio João cercada de uma aura que, de certa maneira, não permitia, por exemplo, questionar aspectos ligados ao militar ou ao acontecimento de dezembro de 1864. Quem se atreveria desmentir, duvidar ou questionar o “herói de Dourados”? Como definiu Carlyle, heróis são figuras supremas; exemplos a serem seguidos, indivíduos únicos, salvadores, messiânicos. Antônio João já estava alçado à categoria de herói, e não se questionava este papel.

Imbuído de um interesse investigatório sobre a figura heróica de Antônio João - embora não engajado na missão de desmistificá-lo - Raul Silveira de Mello dedicou-se a reunir a maior quantidade possível de informações sobre o militar, de modo a compreender o que havia de verdadeiro e o que fora inventado no que tinha sido escrito até então. E foi além, pois também se dedicou a compreender a existência da Colônia Militar dos Dourados, as condições da Colônia antes da guerra, os desdobramentos e o desfecho do ataque paraguaio. Um dos aspectos a que Mello mais se dedicou foi justamente comprovar ou não a veracidade da existência do *bilhete* e da *frase*, que o levou a fazer um apurado levantamento de várias



obras nacionais e estrangeiras, em busca de algum depoimento confiável, de algum documento oficial que provasse a existência da *frase*, até chegar à conclusão de que, de fato, *bilhete e frase* nunca existiram.

No entanto, é interessante notar que mesmo desmistificando vários aspectos considerados “verdadeiros” sobre Antônio João – como a questão da não existência da frase “*Sei que morro [...]*” - Mello amparou-se em outros elementos legitimadores, que no seu julgamento, eram tanto ou mais dignos de valor e reconhecimento, como descobrir a visão “empreendedora” de Antônio João com relação à Colônia, percebida nos relatórios feitos pelo militar durante o período em que foi comandante interino da Colônia dos Dourados. A preocupação que o militar tinha por fazê-la prosperar era, para Mello, prova inquestionável do seu patriotismo, pois almejava ver aquela região de fronteira ocupada e povoada. Até mesmo certos “excessos” no comportamento e no trato com seus superiores – como no caso do *Protesto* escrito por Antônio João na incursão paraguaia de 1862 – eram, para Mello, plenamente justificáveis pela dedicação que Antônio João tinha pelo exercício de suas funções militares.

Mesmo com a aprofundada pesquisa sobre Antônio João e a Colônia Militar dos Dourados feita por Mello, os autores que publicaram sobre o assunto posteriormente parecem ou não terem tido contato com a obra de Mello ou optado por continuarem reproduzindo as publicações anteriores, pontuadas por algumas divagações acerca do acontecimento. Fica assim a impressão de que já era algo sedimentado entre a intelectualidade e que, portanto, não havia como fugir das publicações existentes pré-Mello.

Se a criação da figura heróica do Tenente Antônio João surgiu e se consolidou em duas direções que se complementaram - dentro do Exército e através da “campanha” da intelectualidade mato-grossense – foi possível pensar nos mecanismos presentes na incorporação e apropriação de Antônio João como herói especificamente da cidade de Dourados.

O herói Antônio João e a cidade de Dourados estiveram, ao longo do século XX, interligados, através de elementos como a nomeação de lugares públicos, construção de monumentos em homenagem ao herói, nomes de associações da cidade, leis municipais e, também, publicações da historiografia mato-grossense, que de uma maneira ou de outra, favoreceram a confusão envolvendo a cidade e a Colônia Militar dos Dourados. Porém, é inegável que esta associação é bastante estranha para quem conhece a região e tem o mínimo

de conhecimento sobre o episódio envolvendo Antônio João. Um dos fatores principais para essa apropriação e incorporação foi a grafia diferente do nome da Colônia - a troca de Colônia Militar *dos* Dourados para Colônia Militar *de* Dourados - e a mudança de referencial – que passou a ser a cidade de Dourados e não mais o Rio Dourados - que ao longo do século XX permitiram a confusão e a incorporação de Dourados como a “Terra de Antônio João”, conforme se observou escrito no brasão do município.

Na cidade de Dourados, Antônio João se torna figura heróica em sentido amplo, pois se mescla com a noção de mito fundador, no sentido etimológico, antropológico e psicanalítico apresentado por Chauí. Era a figura que fornecia os aspectos lendários da comunidade, aglutinava em torno de um objetivo comum e fornecia o vínculo ligando passado com presente. Era a figura capaz de reunir as qualidades e características necessárias para se apresentar como representante da cidade, mesmo não havendo uma ligação direta entre a Colônia Militar dos Dourados e a região que deu origem à cidade de Dourados. A repetição da considerada *história oficial* de Dourados, ligada à produção memorialista, constituiu-se tendo como uma das bases a noção de mito fundador, articulada com a figura de Antônio João e dos *pioneiros*. O passado foi legitimado pelo discurso unificador, e determinados valores ligados ao militar – como coragem, astúcia, intrepidez, perseverança frente às dificuldades – foram reafirmados por uma específica classe social que almejava reafirmar-se como detentora das narrativas fundadoras.

É de se imaginar que personalidades ligadas à elite local, como Armando da Silva Carmello, Weimar Torres ou o coronel José Alves Marcondes, por exemplo - figuras instruídas e que tinham conhecimentos amplos - deveriam achar, no mínimo, inusitada a ligação entre a Colônia Militar dos Dourados e o Tenente Antônio João Ribeiro com a cidade de Dourados. Eram figuras públicas com condições de “desfazer o mal entendido” a seu tempo, porém, através de opiniões e publicações fizeram permanecer esta ligação. Carmello, por exemplo, era cuiabano, e mudou-se para Campo Grande e Dourados durante o período que se construía uma identidade mato-grossense na capital do estado. Mudando-se para a região, como *homem de letras*, pode ter trazido consigo já alguns elementos da idéia de construção de uma identidade que se vivenciava na capital, e por ter sido fundador e colaborador de periódicos na região, pode ter ajudado a “abraçar” a idéia do herói Antônio João para a cidade de Dourados, que adotara para viver.

Enfim, considero ter conseguido responder algumas das indagações ao longo da pesquisa. Outras tantas ficaram suspensas, e não imagino que poderia ser diferente, em se tratando de um trabalho de pesquisa historiográfica. Finalizo com a expectativa de ter proporcionado o entendimento a respeito do tema analisado, e que outros trabalhos possam surgir a partir das reflexões aqui apresentadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Marcos Pereira. *Uma batalha simbólica: memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) FCH/UFGD, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) FCH/UFGD, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

BRECHT, Bertoldt. *Vida de Galileu*. 1ª ed. Tradução Roberto Schwarz. São Paulo: Abril/S.A. 1977.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira de. *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados: Ed.UFGD, 2008.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. 2ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CENTENO, Carla V. *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia matogrossense*. 2007. Tese (Doutorado em Educação), Unicamp, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/search.php>>. Acesso em: 4 fev. 2010.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). *Biografias: Bertoldo Klinger: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav/historia/htm/ev\\_biografias.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav/historia/htm/ev_biografias.htm). Acesso em: 16 set 2009.

\_\_\_\_\_. *Biografias: Pandiá Calógeras. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/ev\\_biografias.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/ev_biografias.htm). Acesso em: 16 set 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o sul de Mato Grosso (1870-1920)*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO –10º Regimento de Cavalaria Mecanizado: Síntese Histórica. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Cavalari/Mecaniza/10rcmec/indice.htm>> Acesso em 15 fev. 2010.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. *A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) FCH/UFMGD, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *A redenção pela história*. In: *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1978.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. [Dourados], 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Um museu a céu aberto*. Jornal da UFRJ, Rio de Janeiro, mai 2008. Seção: Memória. Disponível em: <[http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/museu\\_artigo.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/museu_artigo.pdf)>. Acesso: 10 mai 2010.

GUIZZO, José de Octávio. *Alma do Brasil: o primeiro filme nacional de reconstituição histórica inteiramente sonorizado*. Campo Grande, UFMS, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: \_\_\_\_\_ e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Não basta a história de identidade. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História: ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. 6. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 281-292.

KNOB, Pedro.. *A Missão Franciscana do Mato Grosso*. São Paulo: Edições Loyola. 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª Ed. Campinas: Edunicamp, 1992.

LORO, Telma Valle de e FERREIRA, Áurea Rita de A. L. *Manifestações literárias em Dourados*. Rio de Janeiro: Presença, Dourados: FUNCED, 1985.

LUCIANO, Luis Carlos. *Legislativo de Dourados, 71 anos (1935-2006)*. Dourados: 2006.

\_\_\_\_\_. *O formidável Coronel Marcondes: a história de um herói de guerra*. Dourados: 2005 [no prelo].

MELLO, Raul Silveira de. *A epopéia de Antônio João*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, vol. 71, fev/mar 1969.

MESQUITA, Nelson. *Antônio João*. [Dourados]: Ministério do Exército. 9ª Região Militar. 4ª Brigada da Cavalaria Mecanizada, [1985].

MEUCCI, Simone. Os quartéis, o Estado e a empresa: notas sobre Roberto Simonsen e os dilemas da racionalização institucional no Brasil. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**. Disponível em: <[http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/12\\_6\\_2009\\_0\\_7\\_40.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/12_6_2009_0_7_40.pdf)>. Acesso: 13 nov. 2009.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS. Centro Universitário de Dourados, 1990.

MUSEU ARMANDO de Arruda Pereira. *Sobre Armando Arruda Pereira*. Disponível em: <<http://extranet.frsp.org/museufrsp/Armando/Armando.aspx>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, nº 10, Programa de estudos pós-graduados em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, pp. 7-28, dez. 1993.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

\_\_\_\_\_. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e Identidades (um breve ensaio). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

\_\_\_\_\_. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra P. (Org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Os anos 1930 e a formação de uma cultura política no Exército Brasileiro*. Arquivo em pdf. Disponível em: <[http://www.uss.br/web/arquivos/textos\\_historia/Fernando\\_da\\_Silva\\_Os\\_Anos\\_30\\_e\\_a\\_Formacao\\_de\\_uma\\_Cultura.pdf](http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Fernando_da_Silva_Os_Anos_30_e_a_Formacao_de_uma_Cultura.pdf)>. Acesso: 02 set. 2009.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Miram de Oliveira. Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 310-330, maio/ago, 2007.

SANTOS, Solange Xavier da Silva. A Escola General Malan (1934): o papel do Exército na educação escolar em Campo Grande. In: VII Jornada do HISTEDBR, 2007, Campo Grande. *Anais*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/)> Acesso em: 3 dez. 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Ricardo Souza. *Mato Grosso do Sul: labirintos da memória*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) FCH/UFGD, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 ed., 1979.

SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...* Ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: UCDB, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868 - 2003)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social). FFLCHJ /USP, São Paulo.

TRINDADE, Vilma Eliza. *Elites regionais no Estado Novo: o caso de Virgílio Corrêa Filho*. Disponível em: <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/hRIsw0/Trindade%20Vilma%20Eliza.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS JUNIOR, Carlos. Revisitando A Retirada da Laguna: um debate entre a memória, história e turismo. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 1, p. 2-21, jan/jun 2008. Disponível em: <http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br>. Acesso em: 13 mai 2010.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis. “*O que interessa saber de índio?*” Um estudo a partir das manifestações de alunos de escolas de Campo Grande sobre as populações indígenas do Mato Grosso do Sul. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. Tese (Doutorado em História) FFLCHJ/USP, São Paulo.

## FONTES

### a) Impressas

ANAIS DO PARLAMENTO Brasileiro: Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 1862. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1862. Livro eletrônico. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=CiNEAAAAYAAJ&pg>>. Acesso em: 27 nov. 2009

AZEVEDO, Pedro Cordolino. *A epopeia de Mato Grosso no bronze da história*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1926.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado pelo Ministro Paulo Argollo*, 1903, p. 8. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>>. Acesso: 15 jul. 2008

\_\_\_\_\_. Ministério da Guerra. *Relatório apresentado pelo Ministro Mallet*, 1900, p. 29. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra>>. Acesso: 15 jul. 2008

CAPILÉ JUNIOR, José Augusto. Monografia histórico-corográfica do município de Dourados. *O Douradense*, Dourados, 14 out. 1948. [Centro de Documentação Regional FCH/UFGD – Coleção Periódicos Raros].

CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz e. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: 1995.

CARMELLO, Armando da Silva. *Dourados, terra prometida: esboço histórico de Dourados, MT*. Campo Grande : Alvorada, [197-].

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. 2 ed. Rio de Janeiro: Co-editora Brasilica, 1939.

\_\_\_\_\_. *História do Mato Grosso*. Coleção Cultura Brasileira. Série “Estudos”, vol. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1969.



DADOS biográficos de V. Benício da Silva e Raul Silveira de Mello. Dados existentes no Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro), enviados à autora por mensagem eletrônica – e-mail <[ahex\\_divhist@decex.ensino.eb.br](mailto:ahex_divhist@decex.ensino.eb.br)> em 4 mar. 2010

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados. [Dourados], 1988.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: L. Gressler, 2005.

HINO de Mato Grosso. Disponível em:

<<http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=211&parent=208>>. Acesso em: 6 de abr. 2009.

MAIS DE 150 pioneiros serão homenageados pela prefeitura. **O Progresso**. Edição Comemorativa do Cinquentenário de Dourados. Dourados, 20 dez 1985.

MELLO, Raul Silveira de. *A epopéia de Antônio João*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, vol. 71, fev/mar 1969.

MELO e SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras Guaranis*. com um estudo sobre o idioma guaraní, ou ava-ñe-ê. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 2 ed. [s.i.] : [s.n.], 1970.

MONUMENTO AOS HERÓIS da Laguna e Dourados. In: Monumentos da Cidade: reportagens publicadas pelo Diário de Notícias. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1944. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[halleypo@gmail.com](mailto:halleypo@gmail.com)> em 14 mai 2010.

PEREIRA, Armando Arruda. *Heroes Abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul do Mato Grosso*. São Paulo: Seção de obras d' "O Estado de São Paulo, 1925.

\_\_\_\_\_. *Construindo quartéis em Mato Grosso*. São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930.

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios Militares*. Rio de Janeiro: BIBLEX, 1978.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do município de Dourados*. Dourados, 1965.

ROSA, Pedro Angelo da. *Resenha Histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962.

SILVA, Gal. Benício da. *Antônio João – Homenagem da Biblioteca Militar aos heróis de Dourados*. Typ. B. Bloch e Irmãos; Rio de Janeiro, 1938 (Coleção A, v, VI).

SOUZA, João Batista de. *Evolução histórica Sul Mato Grosso*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1960.

\_\_\_\_\_. *Mato Grosso, terra da promessa*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953.

TORRES, Weimar. *Balada a Dourados*. **O Progresso**. Edição n. 7658. Dourados, 23 abr. 1999

UM MONUMENTO a Antônio João. **O Douradense**, Dourados, 11 maio 1948. [Centro de Documentação Regional FCH/UFGD - Coleção Periódicos Raros].

VIANNA, José Feliciano Lobo. *A epopéia da Laguna*: comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920.

#### **b) Manuscritas**

*Atas do Centro Cívico Antônio João*. Atas das reuniões realizadas entre 23 de agosto de 1942 e 15 de novembro de 1944. Centro de Documentação Regional (CDR/FCH/UFGD). Coleção: Documentos Originais, Livro I, p. 01 a 100.

CARMELLO, Armando da Silva. *Terra e gente* : apologia a Dourados. Dourados: 1967. [Centro de Documentação Regional FCH/UFGD], Dourados.

*Memorial descritivo* da “Proposta de elaboração de lei do brasão e bandeira do município de Dourados”. Projeto de lei n. 743/70, de 30 de dez. 1970. [Arquivo da Câmara Municipal de Dourados], Dourados.

*Memorial descritivo* da “Proposta de elaboração de lei do hino do município de Dourados”. Lei n. 857/73, de 21 de dez. 1973. [Arquivo da Câmara Municipal de Dourados], Dourados.

*Processo de elaboração* da lei n. 1369/85. “Criação da Medalha Herói Nacional Antônio João Ribeiro”, de 11 dez. 1985. [Arquivo da Câmara Municipal de Dourados], Dourados.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010

---

Camila Cremonese Adamo